



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

**MARCELA COSTA DE SOUZA**

**MODELAMENTO SOCIOCOGNITIVO E DISCURSIVO DA  
PANDEMIA DE COVID-19 NAS *LIVES* DE QUINTA-FEIRA  
DO EX-PRESIDENTE DO BRASIL JAIR MESSIAS  
BOLSONARO**

Campinas

2023

**MARCELA COSTA DE SOUZA**

**MODELAMENTO SOCIOCOGNITIVO E DISCURSIVO DA  
PANDEMIA DE COVID-19 NAS *LIVES* DE QUINTA-FEIRA  
DO EX-PRESIDENTE DO BRASIL JAIR MESSIAS  
BOLSONARO**

Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para obtenção do título de Mestra em Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Edwiges Maria Morato

Este trabalho corresponde à versão final da Dissertação defendida pela aluna Marcela Costa de Souza e orientada pela Profa. Dra. Edwiges Maria Morato.

Campinas

2023

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem  
Ana Lúcia Siqueira Silva - CRB 8/7956

S89m Souza, Marcela Costa de, 1997-  
Modelamento sociocognitivo e discursivo da pandemia de covid-19 nas lives de quinta-feira do ex-presidente do Brasil Jair Messias Bolsonaro / Marcela Costa de Souza. – Campinas, SP: [s.n.], 2023.

Orientador: Edwiges Maria Morato.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Sociocognitivismo. 2. Frames (Linguística). 3. Governo Bolsonaro. 4. Pandemia. 5. Linguística textual. I. Morato, Edwiges Maria, 1961-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações Complementares

**Título em outro idioma:** Sociocognitive and discursive modeling of the covid-19 pandemic in the Thursday live streams of the former president of Brazil Jair Messias Bolsonaro

**Palavras-chave em inglês:**

Sociocognitivism  
Frames (Linguistics)  
Bolsonaro Government  
Pandemics  
Textual linguistics

**Área de concentração:** Linguística

**Titulação:** Mestra em Linguística

**Banca examinadora:**

Edwiges Maria Morato [Orientador]  
Caio Cesar Costa Ribeiro Mira  
Erik Fernando Miletta Martins

**Data de defesa:** 18-12-2023

**Programa de Pós-Graduação:** Linguística

**Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)**

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-8250-1700>  
- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/4346652429905397>



**BANCA EXAMINADORA:**

**Edwiges Maria Morato**

**Caio Cesar Costa Ribeiro Mira**

**Erik Fernando Miletta Martins**

**IEL/UNICAMP  
2023**

**Ata da defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria de Pós Graduação do IEL.**

## AGRADECIMENTOS

Sempre fui conhecida por ser bastante questionadora, por fazer perguntas sobre situações que me inquietavam, mas que ninguém sabia ao certo responder. A pergunta que me fiz ao escolher o tema da dissertação foi: o que tem na fala do presidente que faz as pessoas seguirem-no, mesmo em uma pandemia, quando isso significa pôr em risco suas próprias vidas?

Em busca dessa resposta, por muitas vezes tive dificuldades de afastar-me do objeto de estudo e encarar as *lives* de quinta-feira como material de análise linguística. Mesmo assim, segui, afinal, como muito ouvi ao longo desses anos, “é um desafio árduo, mas alguém tem que estudar isso, né?”.

Enfim finalizo minha longa jornada para responder as (algumas das) minhas inquietudes, mas a conjugação desse verbo no singular não parece a mais correta. Muitos contribuíram para que hoje este imenso trabalho esteja sendo entregue.

Gostaria, primeiramente, de agradecer à minha mãe, Cleide Maria Costa da Silva, uma mulher nordestina extremamente destemida que nunca teve medo de seguir seus sonhos. Minha mãe esperou ansiosamente seus 18 anos para sair da pequena cidade do sertão em que morava para ir a São Paulo em busca da (sobre)vivência sua e de seus irmãos menores que lá ficaram. Mesmo com apenas o ensino fundamental completo, minha mãe sabia o poder de transformação da educação, por isso, não só me incentivava, mas me cobrava dedicação e responsabilidade. Sem sua dedicação e exemplo, não teria feito minha caminhada desde o IFRN, passando pela UFRN até chegar à UNICAMP, até chegar, enfim, a ser não só a primeira pessoa da família com ensino superior, mas também a primeira com o título de mestre. Ela estava certa, a educação realmente transforma histórias. Obrigada, minha rainha do pomar!

Agradeço também ao meu pai, meu primeiro exemplo de intelectualidade, por ter me instigado tanto ao questionamento, tentando responder às minhas perguntas intermináveis, até quando elas, afinal, não tinham respostas. Hoje, eu mesma busco minhas respostas, como prova esta pesquisa. Obrigada pela paciência, papai!

Agradeço a toda a minha família, especialmente, as minhas tias e tios, que desde sempre cuidam de mim, acreditam no meu potencial e torcem pelo meu sucesso. Elas também são exemplos de mulheres para mim e fazem parte do que sou; assim como meu tio Beto, hoje uma estrelinha no céu, que sempre me ensinou a sonhar gigante! Cá está sua Cecela, tio!

Agradeço aos meus amigos, que foram essenciais nessa jornada, ao me apoiar, ouvir meus desabafos, e fazer com que eu conseguisse me divertir, mesmo quando tudo estava tão difícil. Vocês foram responsáveis pelos momentos mais leves desse período.

Em especial, gostaria de agradecer à minha amiga Bruna Vilar, por sempre vibrar com as minhas vitórias e também me ajudar a levantar diante das derrotas. Obrigada por estar sempre presente, mirra, durante todos esses quase 15 anos de amizade, rindo e chorando comigo.

Também agradeço aos dois maiores presentes que o mestrado me deu, minhas colegas de área e amigas da vida, Letícia Kaori e Rafaela Michels. As trocas com vocês sobre os nossos processos foram essenciais para que eu soubesse que eu não estava sozinha nas dificuldades. Os desabafos, o apoio e o carinho de vocês foram essenciais para que eu me sentisse capaz de completar essa jornada. Obrigada, amigas!

Por fim, agradeço também ao meu companheiro, Marcellus Arruda Miranda, que, de fato, é meu companheiro, embarcando comigo nas jornadas mais absurdas que eu proponho, uma delas, inscrever-me no processo seletivo de mestrado na Unicamp e morar em Campinas. A mudança, devido à pandemia não aconteceu, mas ficou o apoio incondicional, o incentivo de ver o outro crescer, mesmo que isso implique ficarmos longe. Obrigada por me inspirar, por me fazer rir, mesmo quando estou chorando, pelas seções relaxantes de poesia, pelos debates acadêmicos, por aguentar meus choros de desespero, minhas incertezas e por, nesses momentos, sempre dizer: “ei, tu é foda!”. É, vida, parece que eu sou mesmo; eu consegui!

Agradeço a todos os professores que cruzaram a minha vida e transformaram minha história. Entre tantos, não poderia deixar de citar o Prof. Dr. Erik Fernando Miletta Martins (UFRN), meu orientador de Iniciação Científica que viu em mim potencial, e, a partir disso, me incentivou com leituras e com debates teóricos, sem perder de vista o lado humano que exige uma orientação e uma parceria acadêmica de sucesso, que temos até hoje. Obrigada por acreditar e investir no meu sonho de estar aqui, e por, mesmo agora, ainda me orientar.

Agradeço à professora Edwiges Morato, minha orientadora e referência acadêmica, por todas as aulas e reuniões de orientação que rendiam debates teóricos riquíssimos. Obrigada por embarcar na jornada de estudar o bolsonarismo e a pandemia comigo, e por sempre me lembrar que é preciso ter parcimônia nos momentos difíceis para não malograrmos.

Por fim, agradeço ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) por te me concedido, por meio do processo de número 132084/2021-0, a bolsa de pesquisa que tornou todo este trabalho possível de ser realizado com total dedicação.

## RESUMO

No Brasil, conduzida pelo governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, a pandemia de Covid-19 ficou marcada pela postura negacionista adotada, colocando em xeque as medidas sanitárias propostas no país e no mundo para conter a disseminação do coronavírus e evitar mortes. Considerando que as categorias da nossa experiência não são fixas, mas provisórias, tendo a instabilidade como constitutiva e que, por isso, tornam-se alvo de disputas entre grupos sociais pela fixação normativa e histórica de um modelo sobre o mundo (Mondada; Dubois, 2003), durante a pandemia, as disputas por sentidos entre o campo científico e o bolsonarista – que adotou o negacionismo como estratégia de ação (Cavalcante, 2021) – ocorreram no exercício de suas práticas sociais. No caso do ex-presidente, essa disputa foi performada em suas falas públicas, como as ocorridas nas *lives* de quinta-feira, ferramenta político-institucional de comunicação do governo e objeto de estudo desta dissertação. A partir da Linguística Textual, adotamos a abordagem sociocognitiva do texto (Koch, 2002; Marcuschi, 2001a; Morato, 2017), por entender os textos como formas de cognição social que permitem ao homem “organizar cognitivamente o mundo” (Koch, 2002, p. 157). Como formas de cognição, os textos ancoram-se em *frames*, isto é, blocos de conhecimentos inter-relacionáveis que, incorporados por meio de práticas sociais, emergem na organização de nossas experiências sociais cotidianas e são reciprocamente por elas organizados (Morato, 2010). Considerando a hipótese de Bentes e Morato (2021) de que o modelamento sociocognitivo e discursivo da pandemia observado nas falas públicas de Jair Bolsonaro teria contribuído para legitimar suas ações na condução político-institucional da pandemia, o objetivo desta pesquisa é investigar as pistas textuais que organizam a conceptualização da pandemia de Covid-19 nas *lives* de quinta-feira, a partir de *frames* semântico-interativos, a fim de estabelecer um possível quadro relacional entre a forma de Jair Bolsonaro conceber a pandemia e a forma de agir diante dela, em termos de políticas públicas. Para isso, após eleger um *corpus* de 10 *lives* entre os anos de 2020 e 2021, transcrevemos os trechos das cenas referenciais (Tomasello, 1999) em que a pandemia era alvo do processo de referenciação (Mondada; Dubois, 2003). Feito isso, investigamos as bases sociocognitivas (ideológicas, cognitivas, interativas) e textuais-discursivas que fundamentam o bolsonarismo, a partir de estudos socioantropológicos e políticos, como os de Almeida (2019), Boito Junior (2019) e Feltran (2020), para identificar os *frames* em que sua retórica está ancorada. Encontrando o neoliberalismo e o neoconservadorismo como racionalidades basilares do discurso bolsonarista (Solano, 2018; Cesarino, 2019; Lacerda, 2019), dedicamo-nos à análise linguística das “*lives* de quinta” a partir das estratégias de referenciação e textual-discursivas de construção do sentido (Koch, 2018). Como resultado, identificamos que a associação entre o modelamento discursivo e os *frames* neoliberais e neoconservadores é feita através de elementos conceptuais como valores cristãos e família tradicional, liberdade, autossuficiência, sucesso e anticomunismo. Concluímos que essas associações agem promovendo uma percepção sobre o mundo que justifica moralmente (Tomasello, 2019) as ações neoliberais radicais postas em prática durante a pandemia em um verdadeiro exercício de necropolítica (Mbembe, 2016).

**Palavras-chave:** hipótese sociocognitiva do texto; *frames* semântico-interacionais; bolsonarismo; pandemia; *lives* de quinta-feira.

## ABSTRACT

In Brazil, led by the government of the former president Jair Messias Bolsonaro, the Covid-19 pandemic was marked by a denialist stance, questioning the health measures proposed to contain the spread of the coronavirus and prevent further deaths. Considering that the categories of our experience are not fixed but provisional, and subject to disputes among social groups for the normative and historical establishment of a model of the world (Mondada; Dubois, 2003), during pandemic, the disputes over meanings between the scientific field and the Bolsonaro camp – which adopted denialism as a strategy (Cavalcante, 2021) – occurred in the exercise of their social practices. In the case of the former president, this dispute was performed in his public speeches, such as those occurred in the Thursday live streams, a political-institutional communication tool of the government, and the object of study of this dissertation. From the perspective of Text Linguistics, we adopt the sociocognitive approach to the text (Koch, 2002; Marcuschi, 2001a; Morato, 2017), understanding texts as forms of social cognition that allow humans to "cognitively organize the world" (Koch, 2002, p. 157). As forms of cognition, texts are anchored in frames, i.e., interrelated blocks of knowledge that, incorporated through social practices, emerge in the organization of our everyday social experiences, and are reciprocally organized by them (Morato, 2010). Considering the hypothesis of Bentes and Morato (2021) that the sociocognitive and discursive modeling of the pandemic observed in Jair Bolsonaro's public speeches may have contributed to legitimizing his actions in the political-institutional management of the pandemic, this research aims to investigate the textual clues that organize the conceptualization of the Covid-19 pandemic in his Thursday live streams, based on semantic-interactive frames, to establish a possible relational framework between Jair Bolsonaro's way of conceiving the pandemic and his way of acting in terms of public policies. To achieve this, after selecting a corpus of 10 live streams between 2020 and 2021, we transcribed the referential process scenes (Tomasello, 1999) in which the pandemic was the target of reference (Mondada; Dubois, 2003). Then, we investigated the sociocognitive (ideological, discursive) bases that underpin bolsonarism, based on socioanthropological and political studies, such as those of Almeida (2019), Boito Junior (2019), and Feltran (2020), to identify the frames in which his rhetoric is anchored. Finding neoliberalism and neoconservatism as foundational rationalities in Bolsonaro's discourse (Solano, 2018; Cesarino, 2019; Lacerda, 2019), we proceeded to the linguistic analysis of the "Thursday live streams," observing referential and textual-discursive strategies for constructing meaning (Koch, 2018). As a result, we identified that the association between the modeling and neoliberal and neoconservative frames is mainly done through elements such as Christian values, traditional family, freedom, self-sufficiency, success, and anti-communism. We conclude, therefore, that these associations act by promoting a perception of the world that morally justifies (Tomasello, 2019) the radical neoliberal actions put into practice during the pandemic in a true exercise of necropolitics (Mbembe, 2016).

**Keywords:** sociocognitive hypothesis of the text; semantic-interactive frames, bolsonarism; pandemic; Thursday live streams.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Eixo da esquerda-direita política.....	37
Figura 2 – Queda da taxa de adesão ao isolamento social no Brasil em meio à pandemia em 2020 .....	63
Figura 3 – Configuração do ambiente das <i>lives</i> de quinta-feira .....	86
Figura 4 – Jair Bolsonaro, de máscara, demonstrando como higienizar as mãos corretamente com álcool-gel, na <i>live</i> de quinta-feira de 12 de março de 2020 .....	92
Figura 5 – Jair Bolsonaro segurando uma caixa de Reuquinol (hidroxicloroquina) e outra de seu genérico na <i>live</i> de quinta-feira de 26 de março de 2020 .....	93
Figura 6 – Dicotomia entre fala e escrita.....	144
Figura 7 – Distribuição dos gêneros textuais no contínuo de fala e escrita.....	145
Figura 8 – Jair Bolsonaro acessando gêneros textuais escritos em uma das <i>lives</i> de quinta-feira (11/02/2021) .....	145
Figura 9 – Número de óbitos por Covid-19 no Brasil (2020-2023) .....	151
Figura 10 – Configurações das expressões nominais definidas no Português .....	158
Figura 11 – Jair Bolsonaro acompanhado de Pedro Guimarães e Elisângela em ambiente com máscaras de proteção, frasco de álcool gel e caixas de Reuquinol ( <i>Live</i> de 26/03/2020).....	162
Figura 12 – Jair Bolsonaro, a intérprete de Libras e Pedro Guimarães na <i>live</i> de 14 de maio de 2020 .....	175
Figura 13 – Jair Bolsonaro sozinho na <i>live</i> de 09 de julho de 2020 .....	179
Figura 14 – Definição do frame DESTRUIR .....	183
Figura 15 – Jair Bolsonaro, intérprete de Libras e convidados na <i>live</i> de 10 de dezembro de 2020 .....	186
Figura 16 – Definição do frame CONFRONTAR PROBLEMA.....	188
Figura 17 – Jair Bolsonaro, a intérprete de Libras e os convidados, Marcos Pontes e Tarcísio de Freitas, na <i>live</i> de 17 de dezembro de 2020.....	192
Figura 18 – Jair Bolsonaro, a intérprete de Libras e o convidado, general Eduardo Pazuello, na <i>live</i> de 14 de janeiro de 2021 .....	195
Figura 19 – Jair Bolsonaro, intérprete de Libras e convidados, Daniel Freitas (A) e Marcelo Morales (B), na <i>live</i> de 11 de março de 2021 .....	201
Figura 20 – Definição do <i>frame</i> CAUSAR DANO.....	202

Figura 21 – Jair Bolsonaro, a intérprete de Libras e o convidado, Pedro Guimarães, na <i>live</i> de 15 de abril de 2021 .....	210
Figura 22 – Jair Bolsonaro, a intérprete de Libras e o convidado, Major Victor Hugo, na <i>live</i> de 17 de junho de 2021 .....	215
Figura 23 – Jair Bolsonaro e a intérprete de Libras na <i>live</i> de 21 de outubro de 2021 .....	219

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Posicionamento de grupos de poder no Brasil em relação às medidas de isolamento social.....	69
Quadro 2 – Quadro-resumo sobre termos com escopos semelhantes relacionados a ideia de <i>frame</i> nas diferentes áreas do conhecimento .....	124
Quadro 3 – Organização das <i>lives</i> de quinta-feira quanto ao modo de o locutor iniciá-las e finalizá-las .....	146
Quadro 4 – Estratégias formulativas ou textual-interativas nas lives de quinta-feira .....	147
Quadro 5 – Estratégias metadiscursivas nas lives de quinta-feira.....	149
Quadro 6 – <i>Corpus</i> de análise: <i>lives</i> selecionadas, suas datas, convidados, temas e endereço eletrônico para acesso .....	152
Quadro 7 – Projeções observadas nos dados de 2020 do mapeamento da metáfora conceitual COMBATER A PANDEMIA/O VÍRUS/COVID-19 É LUTAR EM UMA GUERRA .....	230
Quadro 8 – Modelamento sociocognitivo e discursivo da pandemia de Covid-19 observado nas <i>lives</i> de quinta-feira de 2020 e de 2021 .....	233

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
2	<b>BOLSONARISMO: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO</b> .....	23
2.1	Bolsonaro presidente, como chegamos até aqui? Os processos e movimentos sociopolíticos que levaram à eleição de Jair Messias Bolsonaro em 2018.....	23
2.2	O Bolsonarismo e as bases ideológicas que o sustentam.....	33
3	<b>A PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL E A DOCTRINA DE CHOQUE NEOLIBERAL</b> .....	55
3.1	Breve contextualização da pandemia de coronavírus no Brasil.....	55
3.2	Disputas discursivas sobre a pandemia de Covid-19: o discurso científico e o discurso bolsonarista.....	59
3.3	Implicações da condução neoliberal da pandemia pelo governo Jair Bolsonaro.....	67
4	<b>AS LIVES DE QUINTA FEIRA: O QUE SÃO E QUAL SEU PAPEL NO MODELAMENTO DISCURSIVO E SOCIOCOGNITIVO DA PANDEMIA DE COVID-19</b> .....	75
4.1	As mídias sociais e as <i>lives</i> de quinta-feira: estratégias de desintermediação da comunicação político-institucional de Jair Bolsonaro .....	75
4.2	O papel das <i>lives</i> de quinta-feira na disseminação de (des)informação do governo sobre a pandemia de Covid-19 .....	90
5	<b>MODELOS SOCIOCOGNITIVOS: FRAMES E A CATEGORIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA HUMANA ORGANIZADA NO TEXTO</b> .....	97
5.1	<i>Do cognitivismo ao sociocognitivismo</i> : a opção pela hipótese sociocognitiva da linguagem na explicação de fenômenos textuais-interativos .....	97
5.2	A hipótese sociocognitiva no campo da Linguística Textual Koch-Marcuschiana: o texto como forma de cognição social.....	110
5.3	Referenciação: instabilidade das categorias, construção de objetos de discurso e processos de estabilização do sentido.....	116
5.4	<i>Frames</i> , conhecimento e categorização: a cognição em interação .....	122
6	<b>METODOLOGIA: CONSTITUIÇÃO DO CORPUS E FERRAMENTAS ANALÍTICAS</b> .....	139
6.1	Caracterização das <i>lives</i> de quinta-feira: especificidades textual-interativas ..	139
6.2	Definição do <i>corpus</i> de análise.....	150
6.3	Definição das ferramentas linguísticas operacionalizadas na análise .....	155
7	<b>ANÁLISE DE DADOS: DEFININDO O MODELAMENTO SOCIOCOGNITIVO E DISCURSIVO DA PANDEMIA NAS LIVES DE QUINTA-FEIRA</b> .....	161

<b>7.1</b>	<b><i>Lives de quinta-feira: dados de 2020</i></b> .....	<b>161</b>
7.1.1	<i>Live de 26 de março de 2020</i> .....	161
7.1.2	<i>Live de 14 de maio de 2020</i> .....	175
7.1.3	<i>Live de 9 de julho de 2020</i> .....	179
7.1.4	<i>Live de 10 de dezembro de 2020</i> .....	186
7.1.5	<i>Live de 17 de dezembro de 2020</i> .....	191
<b>7.2</b>	<b><i>Lives de quinta-feira de 2021</i></b> .....	<b>194</b>
7.2.1	<i>Live de 14 de janeiro de 2021</i> .....	195
7.2.2	<i>Live de 11 de março de 2021</i> .....	201
7.2.3	<i>Live de 15 de abril de 2021</i> .....	210
7.2.4	<i>Live de 17 de junho de 2021</i> .....	214
7.2.5	<i>Live de 21 de outubro de 2021</i> .....	219
<b>8</b>	<b>A HIPÓTESE SOCIOCOGNITIVA DO PAPEL DO MODELAMENTO SOCIOCOGNITIVO E DISCURSIVO DA PANDEMIA DE COVID-19 NA POLÍTICA NEOLIBERAL DO GOVERNO DE JAIR BOLSONARO</b> .....	<b>227</b>
<b>8.1</b>	<b>Estratégias textual-discursivas e de referenciação relevantes para o modelamento: algumas tendências</b> .....	<b>227</b>
<b>8.2</b>	<b>O modelamento sociocognitivo e discursivo da pandemia de Covid-19</b> .....	<b>233</b>
<b>9</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>249</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>254</b>

## 1 INTRODUÇÃO

“Como nós damos sentido à nossa experiência?”. Esse questionamento, feito por Lakoff (1987, p. 3), também tem sido realizado por pesquisadores de várias áreas, ao longo dos tempos, entre elas, a Linguística Textual, domínio de estudo em que este trabalho se insere, e, a partir do qual, irá tentar contribuir com respostas à pergunta emblemática.

Essa pergunta contém alguns pressupostos que ajudam a nortear o presente trabalho, quanto ao seu posicionamento teórico. O primeiro deles é o entendimento de que, longe de ser um produto acabado, restando ao indivíduo apenas etiquetá-lo, o mundo é sociodiscursivamente constituído por sujeitos, que, em suas práticas discursivas e cognitivas, social e culturalmente situadas, constroem *versões públicas do mundo* (Mondada, Dubois, 2003, p. 17). As categorias são mais bem compreendidas, nessa perspectiva, não como objetos do mundo, mas como *objetos do discurso* (Koch; Marcuschi, 1998; Koch, 2002), já que são produto da nossa ação discursiva sobre ele.

O segundo pressuposto adotado diz respeito ao principal meio pelo qual damos sentido à experiência: através da linguagem. As práticas sociais em que atuamos são mediadas pela língua, uma atividade que envolve não só *ação conjunta* (Clark, 1996, p. 23), mas também *coordenada* entre os sujeitos, empenhados em comunicar, isto é, em tornar comuns os sentidos para certos objetivos e intenções coletivizadas (Tomasello, 2019).

Concordando com esses pressupostos, esta pesquisa adota a *hipótese sociocognitiva da construção do conhecimento* (Tomasello, 1999; Salomão, 1997; Koch; Cunha-Lima, 2004). De acordo com ela, a cognição é compreendida enquanto um processo não só individual, como também social, que ocorre a partir das conceptualizações socialmente localizadas que nós, enquanto sujeitos cognitivos, realizamos em nossa experiência comunicativa real. Tendo isso em mente, cabendo à linguagem a função de *dispositivo para a construção do conhecimento* (Fauconnier, 1999 *apud* Salomão, p. 75), a discussão deixa de centrar-se em como o mundo é representado, para focar em como damos sentido a ele.

Diante disso, pensando a hipótese sociocognitiva a partir do lugar da Linguística Textual, neste trabalho, adotamos a *abordagem sociocognitiva do texto* (Koch, 2002, 2005; Marcuschi, 2001a, 2002; Morato, 2017), por entender os textos como *formas de cognição social*, que permitem ao homem “organizar cognitivamente o mundo” (Koch, 2002, p. 157). Aliando, nessa abordagem, o sociocognitivismo ao interacionismo, a Linguística Textual, ao assumir a língua como “trabalho cognitivo e atividade social que supõe negociação” (Koch;

Marcuschi, 1998, p. 173), compreende que, na tarefa de organizar cognitivamente o mundo, os sujeitos fazem isso conjuntamente, isto é, enquanto interagem. Nesse ponto, salientamos que a interação aqui não é apenas vista como co-presença, mas, principalmente, como trocas sociocognitivas relacionadas aos conhecimentos socioculturais e intersubjetivos de que dispõe o sujeito, e que são colocados (ou não) em jogo por ele no processo de dar sentido ao mundo por meio dos textos.

Em suma, ao adotar a abordagem sociocognitiva, a Linguística Textual compreende que parte da explicação do que é o texto passa por noções como intencionalidade, interação, cognição e práticas socioculturais. Noções que estão imbricadas na complexa rede de processos de natureza social e cognitiva, que envolve, conforme Koch (1996), a ativação de diferentes sistemas de conhecimento durante o processamento textual, e a utilização de estratégias textuais-interativas pelos interlocutores envolvendo o uso desses conhecimentos durante a produção e processamento do texto.

Quanto aos sistemas de conhecimentos ativados durante o processamento textual, eles estão organizados na forma de *frames*, isto é, construtos mentais “por meio dos quais é possível conceber e organizar nossas ações simbólicas no mundo” (Morato, 2017, p. 417). Os *frames* se referem, portanto, a “conjuntos ou ‘blocos’ de conhecimentos inter-relacionáveis que, incorporados por meio de práticas sociais nas quais emergem e por meio das quais se reconstroem, atuam na organização de nossas experiências e são reciprocamente por elas organizados” (Morato, 2010, p. 98).

Tendo isso em vista, neste trabalho, a experiência do mundo sobre a qual nos debruçaremos é a *pandemia de covid-19*, como ficou conhecida a disseminação mundial da epidemia de covid-19, infecção causada pelo vírus Sars-CoV-2. A pandemia foi decretada pela OMS em 11 de março de 2020 e teve seu fim em 5 de maio de 2023<sup>1</sup>, deixando cerca de 15 milhões de vidas perdidas em todo o mundo em decorrência da infecção causada pelo coronavírus<sup>2</sup>, sendo mais de 700 mil apenas no Brasil<sup>3</sup>.

Esse período também ficou marcado pelos grandes desafios sociais e econômicas que vivenciamos. Tivemos que adotar novos hábitos pessoais e sociais para evitar a contaminação, que foram desde o uso de máscaras de proteção no nariz e boca, e de álcool para higienização das mãos e objetos, até o isolamento social. A adoção dessas medidas para conter a

---

<sup>1</sup>OMS declara fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional referente à COVID-19| OPAS/OMS.

<sup>2</sup>Número real de mortes por covid no mundo pode ter chegado a 15 milhões, diz OMS – Viva Bem, UOL

<sup>3</sup>Brasil chega à marca de 700 mil mortes por Covid-19 — Ministério da Saúde (www.gov.br)

disseminação do vírus e evitar mais mortes acarretou consequências das mais leves, como ter que alterar algumas normas de trato social, entre elas, passar a cumprimentar as pessoas de uma forma sem contato físico, fazer reuniões e assistir a shows e outras formas de entretenimento apenas virtualmente, *online*; até as medidas mais severas, como as geradas pelo isolamento social e o *lockdown*, em que o comércio e serviços não essenciais eram fechados para que as pessoas ficassem em casa, impedindo, assim, que a vida transcorresse normalmente. Medidas mais severas de circulação representaram um grande problema na vida de muitas pessoas, se pensarmos em uma sociedade inserida no modelo de produção capitalista, como é o caso do Brasil e de grande parte do mundo.

As tantas mudanças ocorridas na pandemia em relação à nossa percepção e ação no mundo em muito conversam com o que postulam Mondada e Dubois (2003), ao defenderem que as categorias (linguísticas e cognitivas) da nossa experiência não são fixas, mas provisórias, tendo a *instabilidade* como fator constitutivo. De acordo com as autoras, as categorias são passíveis de sofrerem novas conceptualizações, isto é, de serem dados a elas novos sentidos. Essa característica faz com que as categorias com as quais compreendemos e agimos no mundo se tornem alvo de disputas entre grupos sociais pela fixação normativa e histórica de um modelo sobre o mundo.

Não obstante, assim como em outras experiências, essa disputa por sentidos ocorre em relação às categorias em torno da experiência da pandemia de Covid-19. A disputa pelos sentidos da pandemia (definição, causas, impactos etc.), foi intensificada por se tratar de algo inédito na história recente, não havendo ainda normas fixadas sobre esse evento. A disputa se deu, no caso brasileiro, principalmente, por dois campos sociais<sup>4</sup>: o campo científico e seus apoiadores (sobretudo, parte da mídia, dos governadores e prefeitos, da classe artística e da população em geral) e o campo da extrema-direita, liderado pelo então Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, com o apoio de parte dos setores do comércio, indústria e agronegócio, e da população em geral. Enquanto o primeiro campo defendia uma visão científica e sanitária da pandemia, buscando medidas que impedissem a morte de mais pessoas; o segundo campo,

---

<sup>4</sup> A concepção de campo utilizada é a de Bourdieu (1996) quando, ao explicar o que é o espaço social, o conceptualiza como um *campo de forças* (Bourdieu, 1996, p. 50) em que os agentes ou grupos estão unidos pelo “conjunto de posições distintas e coexistentes [...] definidas umas em relação as outras por sua exterioridade mútua e por relações de proximidade, de vizinhança” (Bourdieu, 1996, p. 18). Todo campo é um campo de forças, segundo Bourdieu (1996, p. 50), pois “os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição da estrutura do campo de forças, contribuindo assim para a conservação ou transformação de sua estrutura”. Esse, portanto, seria o caso dos campos científico e bolsonarista, ao se enfrentarem na disputa pelo modo de perceber a pandemia.

adotando uma *estratégia negacionista*<sup>5</sup> (Cavalcante, 2021, p. 5), posicionava-se contrariamente às medidas propostas pelo primeiro grupo, com o fim de impedir que o modelo neoliberal de produção de capital fosse prejudicado.

As disputas por sentidos entre os dois campos ocorreram no exercício de suas práticas sociais, nas atividades em que esses sujeitos se engajavam. No caso do presidente da República, expoente do movimento de extrema-direita no Brasil que empresta seu nome – o Bolsonarismo –, a defesa por seu modelo de percepção da pandemia se deu em sua prática social como governante máximo do país e, portanto, constitucionalmente responsável pelo bem-estar da população. Durante o período pandêmico, Jair Bolsonaro aproveitava suas falas públicas como presidente para defender seu ponto de vista sobre a pandemia e atacar aqueles que dele discordassem. Uma das suas atividades públicas em que se engajava com outros membros do governo e com seus apoiadores eram precisamente as *lives de quinta-feira*.

*Lives de quinta-feira* é como são conhecidas as tradicionais transmissões ao vivo feitas pelo presidente em seus perfis pessoais nas redes sociais *Youtube* e *Facebook*, semanalmente, todas as quintas-feiras. Nessas *lives*, o presidente aparece sempre acompanhado de um intérprete de Libras e de convidados, geralmente, membros do governo, para falar sobre os assuntos mais importantes da semana, sendo, portanto, a pandemia de covid-19, desde quando decretada, um assunto recorrente.

Dito isso, este trabalho adota como objeto de análise as *lives de quinta-feira* entendendo-as, sob o prisma da Linguística Textual, em uma abordagem sociocognitiva do texto, como “um evento em que convergem ações de natureza linguística, social e cognitiva” (Beaugrande, 1997 *apud* Marcuschi, 2006, p. 8). A partir da perspectiva sociocognitiva de Koch (2002), para quem, “os textos não tornam o conhecimento apenas visível, mas, na realidade, sociocognitivamente existente” (Koch, 2002, p. 156), consideramos que os textos veiculados nas *lives de quinta-feira* contribuem para instaurar a percepção do presidente e da base aliada do governo sobre a pandemia, tornando-a um conhecimento sociocognitivamente existente, justificando, a partir disso, as políticas adotadas ou não.

Essa percepção sobre a pandemia e sobre os elementos que a constituem (o vírus, a gravidade da doença, o papel do governo, as medidas de isolamento social etc.), compreendem o que Bentes e Morato (2021) chamam de *modelamento sociocognitivo e discursivo da*

---

<sup>5</sup> Compartilhamos, nesta dissertação, a visão de Cavalcante (2021, p. 5) de que o negacionismo da extrema-direita, mais do que à “prevalência da ignorância, do obscurantismo ou de eventuais patologias psíquicas do presidente e de seus apoiadores”, refere-se a uma força política produzida “em paralelo à afirmação de um regime de verdade e de um tipo de vida que são declarados como mais autênticos e que não são estranhos à estrutura social que formou a sociedade brasileira” (Cavalcante, 2021, p. 5).

*pandemia*, nomenclatura que também iremos adotar neste trabalho. Segundo Morato (2017, p. 417), a noção de modelo remete à “forma pela qual criamos, reconhecemos e construímos representações textuais que permitem a categorização do mundo e criam novos modelos de situação, específicos”. Esses modelos fundamentam-se em bases sociocognitivas e são criados discursivamente, por meio de textos, o que explica a nomenclatura. Sendo assim, nas *lives* de quinta-feira, consideramos ser observada uma forma de representar a pandemia construída textualmente, no discurso de Jair Bolsonaro, ancorada em bases sociocognitivas organizadas na forma de *frames*.

As bases sociocognitivas em que se ancoram o modelo são essenciais para a sua legitimação enquanto tal, visto que, como pontua Marcuschi (2007b), para terem consistência e serem socialmente validados na comunidade, os modelos precisam ter coerência em relação às suas crenças. A partir disso, Marcuschi (2007b, p. 131) afirma que “a verdade é constituída pela correspondência coerente entre crenças, não pela correspondência de uma crença com algo externo e esta é a correspondência de que ela necessita”. Por isso, os modelos são o que são, e não necessariamente se confundem com a realidade.

Tendo isso em vista, de acordo com Bentes e Morato (2021), o modelamento sociocognitivo e discursivo observado nas falas públicas do presidente Jair Bolsonaro teria sido fundamental para legitimar as ações do governo na condução da pandemia. Ações que se alinham, fortemente, às políticas neoliberais, que estiveram em alta durante a pandemia, com alta inflação, grandes empréstimos a bancos mundiais e recorde no número de exportações, em detrimento da população assolada pela fome e pela miséria. Esses são indícios do que Klein (2007, p. 18) chama de *doutrina de choque*, isto é, característica do neoliberalismo de “aproveitar os momentos de trauma coletivo para implementar uma engenharia social e econômica radical”.

Diante disso, partimos, neste trabalho, de duas hipóteses que se complementam:

- a) As *lives* de quinta-feira, longe de serem uma experiência improvisada de prestar informações à nação, dizem respeito a uma estratégia de comunicação do governo altamente organizada, em termos textuais, para sustentar o apoio político-ideológico e manter mobilizada, sobretudo, a base que o elegeu.
- b) Enquanto estratégia de comunicação, durante o período pandêmico, ao apresentar, repetidamente, nas *lives* de quinta-feira, uma realidade perspectivada da pandemia de Covid-19, Jair Bolsonaro não só sustentou as estratégias de enfrentamento da pandemia adotadas pelo governo (Bentes; Morato, 2021), como também contribuiu para o estabelecimento e legitimação social de modos

negacionistas de pensar e de agir em relação à pandemia de Covid-19, estimulando a população a segui-los.

Focalizando no modelamento sociocognitivo e discursivo da pandemia de Covid-19 como a expressão principal de uma estratégia comunicativa bolsonarista que segue os preceitos de uma necropolítica<sup>6</sup>, através da “normalização da morte na condução da pandemia” (Cavalcante, 2021, p. 7), a fim de nos guiarmos em busca das respostas às hipóteses formuladas lançamos as seguintes perguntas de pesquisa:

- a) Como Jair Bolsonaro apresenta, em suas *lives*, cada um dos elementos que constituem o modelamento sociocognitivo e discursivo da pandemia perspectivado por ele?
- b) Quais as bases epistêmicas (*frames*) a que esses elementos são associados em sua conceptualização?
- c) Como essas associações são capazes de legitimar as ações neoliberais do governo na condução da pandemia de Covid-19?

Tendo isso em vista, o objetivo desta pesquisa é investigar as pistas textuais que organizam a conceptualização estratégica da pandemia de Covid-19 nas *lives* de quinta-feira, a partir de *frames* semântico-interativos, ou enquadres sociocognitivos, a fim de estabelecer um possível quadro relacional entre a forma de Jair Bolsonaro conceber a pandemia e a forma de agir frente a ela, em termos de políticas públicas.

Para chegar a esse objetivo principal, buscaremos cumprir os seguintes objetivos específicos:

- a) Investigar como as *lives* de quinta-feira podem ser compreendidas não como encontros semanais informais, mas como uma ferramenta estratégica de comunicação político-institucional do governo, altamente organizada;
- b) Identificar as bases epistêmicas, os *frames*, que fundamentam o Bolsonarismo enquanto movimento social e político de extrema-direita;

---

<sup>6</sup> Conceito cunhado por Mbembe (2016, 2018), a necropolítica refere-se à *política de morte* (Mbembe, 2016, p. 123). Partindo da concepção de biopoder de Foucault e do conceito de estado de exceção, Mbembe explica que “o poder (e não necessariamente o estatal) continuamente se refere e apela à exceção, à emergência e a uma noção ficcional de inimigo” (Mbembe, 2018, posição 116-121), para ditar “quem pode viver e quem deve morrer” (Mbembe, 2016, p. 123), exercendo controle sobre os indivíduos, instrumentalizando-os e destruindo seus corpos através de um *trabalho da morte* (Mbembe, 2016, p. 124) para manter sua soberania de poder. Dessa forma, para Mbembe (2018, posição 120), o estado de exceção e a criação de inimigos imaginários, constituem-se como a *base normativa do direito de matar*.

- c) Analisar como esses *frames* epistêmicos são associados ao evento pandemia de Covid-19, formando o modelamento sociocognitivo e discursivo sobre ela observado nas *lives* de quinta-feira;
- d) Indicar como o modelamento, realizado a partir dessas associações, pode ter contribuído para legitimar as ações do governo, na condução da pandemia, guiadas pelas políticas neoliberais baseadas na ideia de Estado Mínimo.

No âmbito linguístico, com vistas a alcançar o objetivo principal, iremos nos valer da noção de *cena referencial* de Tomasello (1999). As cenas referenciais ocorrem a partir de cenas de atenção conjunta, isto é, um tipo de interação social em que os indivíduos, juntos, direcionam sua atenção para uma terceira coisa (Tomasello, 1999). No caso das cenas referenciais, essa terceira coisa é a referência. A cena de atenção conjunta provê o “contexto intersubjetivo dentro do qual o processo de simbolização ocorre” (Tomasello, 1999, p. 98). Iremos, portanto, selecionar cenas referenciais nas *lives* de quinta-feira, em que o processo de conceptualização de elementos do modelamento sociocognitivo e discursivo da pandemia é observado sendo feito por Jair Bolsonaro e seus convidados, a partir das escolhas textuais realizadas levando em conta seu projeto de dizer.

Tendo as cenas sido selecionadas, iremos operacionalizar a análise linguística nos valendo das ferramentas do arcabouço teórico-metodológico da Linguística Textual, principalmente, no que diz respeito ao processo de referenciação. Entendida como atividade discursiva na qual os objetos do discurso são construídos (Mondada; Dubois, 2003), Marcuschi (2007a) explica que a referenciação consiste em um processo em que o objeto é construído discursivamente por inserções sociocognitivas de maneira progressiva, que permitem ao sujeito operar sobre a realidade e, assim, produzir determinadas formas de raciocinar. Essas inserções ocorrem por meio de pistas de acesso para a elaboração de sentidos construídas textualmente pelos interlocutores, ao longo da interação, e que permitem a atualização dos domínios cognitivos responsáveis por estabelecer correspondências com o mundo (Marcuschi, 2007a).

Tendo isso em vista, no processo de referenciação operado por Jair Bolsonaro em suas *lives*, iremos nos ater às pistas de acesso deixadas por ele, principalmente às estratégias de referenciação textual e às estratégias textual-discursivas de construção do sentido (Koch, 2002, 2018). Com isso, destrincharemos o que Marcuschi (2006, p. 11) chama de *operações de enquadre*, isto é, expressões que podem “evocar um conjunto de propriedades, relações ou associações (*frames*, cenários, esquemas etc.)”.

Com esses enquadres à mostra, poderemos identificar quais *frames* estão associados a cada elemento do modelamento sociocognitivo e discursivo da pandemia observado nas cenas referenciais, como eles fazem esses elementos serem percebidos, e como essas associações atuam na legitimação das ações neoliberais adotadas pelo governo na condução da pandemia. Com isso, responderemos nossas perguntas de pesquisa.

Entretanto, para que seja possível identificar os *frames* que estão na base do modelamento da pandemia observado nas *lives*, faz-se necessário não só o conhecimento de cunho linguístico, mas também de ordem social e política. Apenas com eles, é possível desvendar as relações de sentido imbricadas no texto e constituintes do modelamento investigado.

Tendo isso em vista, como há de se notar, embora este trabalho filie-se à abordagem sociocognitiva da Linguística Textual, são discutidos nele assuntos de natureza não só linguística e cognitiva, como também social, política e antropológica. De fato, nesta pesquisa fazemos interface, principalmente, com a Antropologia, a Sociologia e a Ciência Política. Fazendo isso, estamos cumprindo a necessidade já registrada por Morato (2019) de recorrer a outras disciplinas para dar conta da complexidade do nosso objeto de análise, o texto, enquanto forma de cognição social, que, embora situada, ancora-se em processos sociais e históricos. Afinal, conforme formula Marcuschi (2006, p. 45), “para uma boa teoria da cognição precisamos, além de uma teoria linguística, uma teoria social”.

Posto isso, quanto à organização desta dissertação, seguimos, no Capítulo 2, “Bolsonarismo: uma contextualização”, com a recuperação do contexto social, histórico e cultural que levaram Jair Bolsonaro à presidência do Brasil, e também será feito o estudo das bases epistêmicas que fundamentam o Bolsonarismo. É a partir disso que iremos definir quais os *frames* fundamentam sua retórica para termos condições de identificar, na análise dos dados, as bases em que se ancoram as conceptualizações relacionadas à pandemia de Covid-19 feitas textualmente nas *lives*.

No Capítulo 3, “A pandemia de Covid-19 no Brasil e a doutrina de choque neoliberal”, será feita uma breve retrospectiva do contexto histórico da pandemia de Covid-19 no Brasil, para abordarmos as disputas entre os campos científico e negacionista em torno dos sentidos da pandemia. Por fim, apresentaremos alguns pontos acerca da condução neoliberal da pandemia levada à cabo pelo governo federal.

No Capítulo 4, intitulado “As *lives* de quinta-feira: o que são e qual seu papel na pandemia de Covid-19”, as *lives* são discutidas a partir de sua inserção no contexto da desintermediação da comunicação pelas mídias sociais, a fim de serem investigados os fatores

que fazem delas uma estratégia de comunicação político-institucional do governo de Jair Bolsonaro, e a relevância que tiveram atuando como tal durante a pandemia.

No Capítulo 5, denominado “Modelos sociocognitivos: *frames* e a categorização da experiência humana organizada no texto”, será feita a discussão teórica que embasa a nossa análise linguística, realizando um percurso que perpassa as bases teóricas que formam a hipótese sociocognitiva da linguagem e do texto, perspectiva aqui adotada; a questão da referenciação, incluindo o posicionamento sobre a instabilidade das categorias e, por conseguinte, a adoção da ideia de construção de objetos do discurso; e, por fim, um estudo sobre *frames*, conhecimento e categorização.

No Capítulo 6, intitulado “Metodologia: constituição do *corpus* e ferramentas analíticas”, será realizado o detalhamento do caminho metodológico percorrido desde a seleção e preparação do *corpus* (período analisado, *lives* escolhidas, transcrição realizada) até as ferramentas linguísticas utilizadas na análise, determinadas conforme a natureza textual das *lives* de quinta-feira.

No Capítulo 7, “Análise: definindo o modelamento sociocognitivo e discursivo da pandemia nas *lives* de quinta-feira”, será feita a análise textual dos dados referentes às *lives* dos períodos de 2020 a 2021, de forma a identificar as associações com outros *frames* e seus possíveis efeitos de sentido.

No Capítulo 8, intitulado “A hipótese sociocognitiva do papel do modelamento sociocognitivo e discursivo da pandemia na política neoliberal do governo de Jair Bolsonaro”, será feita a reunião de todos os elementos do modelamento identificados, para, a partir disso, indicar as possíveis formas com que ele é capaz de atuar legitimando as ações neoliberais do governo na condução da pandemia, e promovendo formas de a população perceber e atuar sobre ela.

Por fim, são feitas as considerações finais, retomando os principais pontos do trabalho e apontando possíveis conclusões a que a pesquisa pode chegar a partir de seus resultados.

## 2 BOLSONARISMO: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO

Neste capítulo, apresentaremos uma contextualização sobre o Bolsonarismo, que será essencial para que possamos compreender o modelamento da pandemia de Covid-19 a ser analisado nas *lives* de quinta-feira de Jair Bolsonaro. Na primeira seção, realizaremos uma retrospectiva sobre os fatores que levaram o movimento político de extrema-direita a instalar-se no Brasil, de tal maneira, que conseguiu chegar à presidência do Brasil. Depois, na segunda seção, nos deteremos a investigar as bases ideológicas que sustentam o Bolsonarismo enquanto movimento, e guiam suas ações políticas e discursivas, entre elas, o modelamento sociocognitivo e discursivo da pandemia de Covid-19 que investigamos nesta pesquisa.

### 2.1 Bolsonaro presidente, como chegamos até aqui? Os processos e movimentos sociopolíticos que levaram à eleição de Jair Messias Bolsonaro em 2018

A eleição, em 2018, de Jair Messias Bolsonaro como presidente da República (2019-2022) deixou parte significativa da sociedade surpresa. Bolsonaro era candidato do PSL (Partido Social Liberal), um partido, até então, com pouca representatividade no cenário político nacional, com poucos recursos financeiros e com um tempo de propaganda eleitoral na TV menor ainda. O espanto veio, principalmente, de parte da elite cultural brasileira, isto é, intelectuais, artistas, empresários progressistas, analistas políticos de esquerda e especialistas em política institucional, que, segundo Feltran (2020<sup>1</sup>), viam Bolsonaro e seus apoiadores como uma “piada”.

Isso acontecia devido aos vídeos que circulavam na *internet*, principalmente, entre os grupos de *Whatsapp*, em que Bolsonaro realizava falas tidas como absurdas por esses grupos intelectualizados. Além de conter homofobia, racismo e misoginia de forma escancarada, as falas nos vídeos do então candidato à presidência também revisitavam o período ditatorial brasileiro, elegendo e enaltecendo os que, para ele, seriam heróis da ditadura militar<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> A citação direta está sem indicação de página, pois a fonte consultada não é paginada, situação que ocorre em outras fontes deste trabalho.

<sup>2</sup> A exemplo do Comandante Carlos Alberto Brilhante Ustra, coronel do Exército Brasileiro e ex-chefe do DOI/CODI de São Paulo, que foi reconhecido judicialmente como torturador em 2008, conforme mostra a Gazeta do Povo em reportagem sobre a condenação do Comandante Ustra. [Tribunal extingue condenação de Ustra por tortura \(gazetadopovo.com.br\)](http://tribunal.extinguecondenacao.de.ustrapor.tortura.gazetadopovo.com.br)

Apenas no segundo turno foi percebida a chance real de eleição de Jair Bolsonaro, quando a disputa eleitoral ficou entre ele e Fernando Haddad, candidato do PT que entrou no lugar do então ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ainda no primeiro turno, depois que este último, mesmo liderando as pesquisas de intenção de voto, teve sua candidatura caçada devido à Lei da Ficha Limpa<sup>3</sup>. Com essa chance real de eleição, esses grupos passaram a acreditar, segundo Feltran (2020), que as falas totalitárias de Bolsonaro eram apenas parte da campanha eleitoral polarizada entre conservadores e progressistas, e que ele ficaria mais moderado durante o governo; o que, como sabemos, não aconteceu.

Subestimado por grande parte dos grupos intelectualizados, de acordo com Neiburg e Thomas (2020), apenas alguns antropólogos, que estavam em meio às suas pesquisas de campo, sobretudo, nas periferias das cidades (Feltran, 2007, 2020; Pinheiro-Machado; Scalco, 2018), puderam ter visões mais realistas da política brasileira. Isso, a partir da observação de dinâmicas mais profundas que apontaram para um persistente autoritarismo brasileiro relacionado às esperanças e às frustrações das pessoas.

Esses sentimentos foram bem capturados por Jair Bolsonaro, em sua campanha, ao defender um projeto de governo que tinha como propósito quebrar o sistema político existente, ou, em outros termos, acabar com a chamada “velha política” (Feltran, 2020). Esse sistema político diz respeito às redes clientelísticas tradicionais e paternalistas que constituem a *máquina política* (Diniz, 1982), isto é, o modelo de funcionamento político baseado, sobretudo, na troca de favores por apoio, o que Bolsonaro chama de “toma lá dá cá”<sup>4</sup>.

Segundo o projeto de Bolsonaro, a velha política é a responsável por tornar o Estado corrupto e ineficiente, devido à burocracia, à divisão de poderes e ao funcionalismo público, que impedem que o mercado seja livre e o Estado eficiente. Nesse sentido, o mercado, na retórica de sua campanha e, posteriormente, de seu governo, passa a representar os interesses do povo contra um Estado corrupto, tornando, dessa forma, a política neoliberal popular (Maitino, 2020).

Aliada à pretensão de refundar o Estado, também havia por trás disso, segundo Feltran (2020), um movimento moral com ação ideológica em bases bem consolidadas. Esse movimento, que, de acordo com o autor, constitui-se como totalitário, mostrava-se no projeto de Jair Bolsonaro de refundar a nação, produzindo um novo Brasil em que a família e a

---

<sup>3</sup> G1 (globo.com)| Reportagem sobre a decisão de tornar Lula ilegível. [TSE decide por 6 votos a 1 rejeitar a candidatura de Lula a presidente | Eleições 2018 | G1 \(globo.com\)](#)

<sup>4</sup> Reportagem que recupera as críticas que Bolsonaro fazia à velha política antes de começar, em seu governo, a fazer parte dela. [Bolsonaro, agora adepto ao tomá lá dá cá, já foi um feroz crítico da 'velha política': relembre - 07/05/2020 - Poder - Folha \(uol.com.br\)](#)

sociedade se livrariam das ideias produzidas pelas ideologias de classe, de gênero e de raça que estariam as degenerando e dividindo a população. Sob o seu governo, as minorias, como ele mesmo declarou, teriam que se curvar à maioria<sup>5</sup>.

Esses dois projetos eram interligados na sua retórica, segundo Maitino (2020), pela justificativa de que retirar o PT da presidência seria uma mudança pontual insuficiente, já que foram muitos anos em que o chamado por ele de marxismo cultural atuou minando os valores da Nação e da família brasileira. Por isso, seria preciso, não só um governo diferente dos anteriores, mas também um movimento no plano cultural.

Diante disso, em sua retórica, é possível observar algumas oposições: a nova contra a velha política; o livre mercado contra um Estado burocrático e ineficiente; e o “povo puro” contra a elite cultural corrupta. Conforme aponta Maitino (2020), esse é um dos pontos de sua retórica que faz com que a ascensão de Bolsonaro seja caracterizada como um fenômeno populista.

Como define Mudde (2004), o populismo é uma ideologia que opõe o povo – aqui entendido enquanto categoria vaga (povo “puro”), não pertencendo, portanto, a uma classe – às elites, tendo o povo que se apropriar da política para ter sua vontade atendida. Nesse sentido populista, Bolsonaro seria o representante do povo puro, liderando uma cruzada, ao lado dos cidadãos de bem, para libertar o Brasil do mal, representado, não pelas elites econômicas, mas sim pelas elites culturais que, com suas políticas, tentam dividir o povo.

Essa retórica populista de extrema-direita alinha-se a outras replicadas ao redor do mundo, a exemplo de Donald Trump, nos EUA; Viktor Orbán, na Húngria; Recep Erdogan, na Turquia; Rodrigo Duterte’s, nas Filipinas e tantos outros. Não à toa, durante os anos de 2017 e 2018, segundo Feltran (2020), já em campanha, Bolsonaro não só rodou o país conversando com setores conservadores, mas também se aproximou de Steve Bannon – ideólogo de ultradireita e estrategista de Trump –, e da direita internacional, principalmente das redes norte-americanas de apoiadores de Donald Trump.

Os vínculos entre os partidos e os líderes de direita e de extrema-direita pelo mundo podem ser resumidos ao fato de que todos eles, segundo Pina-Cabral (2020), são uma espécie de resposta política conservadora reacionária. Isso, porque consiste em uma reação violenta contra o que eles enxergam como um *status quo* da sociedade, moralmente frouxo e propenso à desordem (Pina-Cabral, 2020). Seguindo, um binômio conservador/progressista, eles se

---

<sup>5</sup> Para ter acesso a essa e a outras falas do presidente, consultar a seguinte reportagem da Revista ISTOÉ, que traz um compilado delas: [Frases de Bolsonaro, o candidato que despreza as minorias - ISTOÉ Independente \(istoe.com.br\)](https://www.istoee.com.br/frases-de-bolsonaro-o-candidato-que-despreza-as-minorias)

autointitulam como conservadores e defendem, conforme Pina-Cabral (2020), os valores da moralidade coletiva consagrados na tradição, sendo contrários, portanto, ao progresso, o qual, por sua vez, é tido por eles como um movimento que vai do coletivismo religioso em direção ao individualismo secular. Dessa forma, pode ser observado, no Brasil e no cenário internacional, o que Neiburg e Thomas (2020) chamam de *onda reacionária e autoritária*, que é marcada por ações como agredir a imprensa e zombar das conquistas sociais das últimas décadas.

Diante disso, cabe nos questionarmos: seria o Bolsonarismo apenas o reflexo brasileiro de um movimento conservador em ascensão da direita internacional?

Sobre isso, Maitino (2020) salienta que, embora haja vínculos explícitos e conhecidos, também existem diferenças entre o movimento que ocorre no Brasil e os dos outros países. Um exemplo disso é a baixa crítica da extrema-direita brasileira à imigração, e a ausência delas ao neoliberalismo, ambas comuns na retórica dos partidos conservadores dos EUA e da Europa.

Tendo isso em vista, o Bolsonarismo, embora esteja vinculado à onda conservadora, reacionária e autoritária internacional, não pode ser resumido a isso, mas entendido como um fenômeno complexo. No Brasil, esse fenômeno ganha diferentes contornos para fazer sentido em meio à conjuntura política, histórica, social e econômica do país. Desse modo, por mais que a ideologia populista de extrema-direita se baseie na existência de uma unidade homogênea concebida como o povo “puro”, há uma diversidade na composição do movimento conservador brasileiro.

O fenômeno populista de direita no Brasil revelou-se ser não de classe, mas sim um fenômeno transclasse<sup>6</sup>, que atingiu vários setores da sociedade, tanto da elite econômica, quanto das classes populares. Alguns dos aspectos que tornaram possível chegar a pessoas de estratos sociais e com percepções de mundo tão diferentes foram a junção de fatores ligados à conjuntura social, política e econômica do país, e a capacidade discursiva da campanha eleitoral de Bolsonaro em ativar *predisposições ideológicas* (Singer, 2021) específicas para levar o leitor ao voto.

Acerca disso, Singer (2021) defende que o eleitorado brasileiro, mesmo depois do período ditatorial, continuou a se inclinar para a direita. Entretanto, o Lulismo, com uma prática despolutizante que também apagou a esquerda, conseguiu desativar a predisposição conservadora do eleitorado entre 2006 e 2014, e, assim, manter-se na presidência por 13 anos.

---

<sup>6</sup> Definição dada pelo Prof. Dr. Thomas Jacques Cortado, durante a aula do dia 27 de maio de 2021 da disciplina “Tópicos Avançados em Ciências Sociais I: antropologia da democracia e dos populismos”, ministrada por ele e oferecida pelo IFCH/UNICAMP.

As predisposições conservadoras só começaram a ser reativadas, segundo Singer (2021), com as manifestações de rua de junho de 2013 – as chamadas *Jornadas de Junho* –, que, para Almeida (2019) foram as responsáveis por desencadear a crise brasileira, entendida por ele em termos políticos, econômicos, jurídicos, societários e culturais. Acerca desses protestos, Cavalcante (2021, p. 7) pontua que, embora tenham sido iniciados por demandas progressistas, foram “confiscados por um segmento mais homogêneo de classe média e uma pauta moralista de *purificação da política* por meio do combate à corrupção”. Nasce, assim, o sentimento de um dever patriota de unir a nação brasileira, extirpando “o mal” da política, que seriam os políticos corruptos.

Segundo Almeida (2019), essa crise tornou-se polarizada nas eleições de 2014, com a disputa eleitoral entre Aécio Neves e a então presidente Dilma Rousseff, que foi reeleita com pouca diferença de votos, gerando bastante descontentamento em parte da população com o resultado. Em 2016, a crise foi aprofundada, com, dentre outros eventos, o impeachment de Dilma; e teve, como desdobramento, em 2018, a eleição de Jair Messias Bolsonaro como presidente.

Araújo (2021) discorre sobre essa crise como sendo a repercussão de uma fragilidade profunda existente na pirâmide social brasileira, a qual, de acordo com o que subscrevia o pacto constitucional realizado em 1988, devia ser achatada através do consenso e da negociação. Embora, como aponta Araújo (2021), isso tenha sido feito ao longo dos governos, sempre houve uma resistência, principalmente, entre os neoliberais conservadores. Foi só em 2013 que as aparências de um consenso tiveram um fim. Com toda assistência oferecida pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) às classes mais pobres, a classe média passou a ter a percepção de que estava arcando com os custos da prosperidade dos outros, sem receber os devidos benefícios. Essa insatisfação teria, de acordo com Araújo (2021), gerado a quebra do consenso com o PT, e, a partir disso, a busca por mudança.

Com o impeachment da Dilma Rousseff, Michel Temer, seu vice, tornou-se presidente, e logo rompeu com o compromisso social dos governos de Lula e Dilma, promovendo a retomada do neoliberalismo<sup>7</sup>. Temer ganha, com isso, apoio da elite econômica, institucional e da mídia. Entretanto, Temer não tinha o apoio popular, fundamental para se manter no poder, em uma democracia.

Diante disso, o surgimento de Bolsonaro no cenário das eleições presidenciais de 2018, com uma campanha que, embora tenha na superfície um eixo populista-conservador, tem como

---

<sup>7</sup> Carta Capital. Reportagem sobre a retomada do programa neoliberal, com Michel Temer como presidente: [A restauração neoliberal sob o \(des\)governo Temer - CartaCapital](#)

pilar ideológico constitutivo um eixo neoliberal (Cesarino, 2019), atendeu aos anseios da elite em retomar seu projeto de poder. Prova disso, segundo Araújo (2020), foi o júbilo com que os investidores da Bolsa de Valores de São Paulo receberam a notícia de que Bolsonaro tinha sido eleito.

Já sabido a conjuntura sociopolítica e econômica que levou Bolsonaro a ter apoio da classe média e da elite econômica, resta-nos pensar em como ele obteve também o grande apoio popular, que foi essencial à sua vitória nas urnas em 2018, e à sua permanência no poder, mesmo durante a condução problemática da pandemia.

A explicação para isso, de acordo com Feltran (2020), tem como ponto central a atuação, na periferia, da igreja e da polícia<sup>8</sup>, garantindo o suporte e a segurança que o Estado deveria oferecer através de políticas públicas para enfrentar a violência do conflito social nesses locais. Ao preencher essa lacuna deixada pelo Estado, esses grupos passaram a ocupar posições de poder e de controle da violência legítima, por meio de igrejas, grupos de *Whatsapp* de bairro, centros comunitários, delegacias e batalhões; e a construir, através da teologia pentecostal, novos significados para a vida urbana (Feltran, 2020).

Tratando um pouco sobre a racionalidade instaurada pelas igrejas neopentecostais, novas articuladoras da sociabilidade (Solano, 2018), ela tem como central a Teologia da Prosperidade, que valoriza o dinheiro e o sucesso material como consequência da ação de Deus pelos seus filhos e filhas, tidos como herdeiros (Gabatz, 2013). Essa teologia pressupõe a existência de uma Guerra Espiritual entre Deus e o Diabo, de forma que a pobreza e outras intercorrências da vida são resultantes da falta de fé do indivíduo ou fruto da ação do diabo (Gabatz, 2013). Assim, com a retórica neopentecostal, é instaurada uma visão dualista do cotidiano, separando-o entre “bem” e “mal”.

Utilizando essa racionalidade para a guerra original das periferias que separa os trabalhadores dos bandidos, foi instaurada, segundo Feltran (2020), uma visão de mundo avessa às diferenças. Segundo essa visão, os cidadãos de bem vivem em paz e os bandidos, representados pelos políticos corruptos e pelos esquerdistas que dividem e degeneram o Brasil, são identificados como do mal, devendo ser retirados do convívio social.

Não por acaso, durante o rito de impeachment de Dilma, ainda em 2016, Bolsonaro se converteu ao pentecostalismo, enquanto parte da elite intelectualizada não dava importância ao mundo evangélico, entendido, até então, como composto apenas por “gente que ficava falando

---

<sup>8</sup> De acordo com Feltran (2020), nas periferias, as polícias atuam realizando bicos de segurança privada para as residências, comércios, e para trabalhadores e estudantes que chegavam à noite em casa; ou ainda montavam suas próprias milícias, a depender do Estado.

do diabo o tempo todo” (Feltran, 2020). Bolsonaro não só viu a importância, como, segundo Almeida (2019), apropriou-se da pauta dos costumes para articular-se com a bancada parlamentar evangélica e também com o eleitor evangélico, sensível às questões relacionadas ao corpo e ao comportamento. Além das pautas evangélicas, Bolsonaro também utilizou do binarismo produzido pela retórica neopentecostal, como vimos, em seu projeto de governo com o qual convenceu a maioria da população a votar nele, tornando-se eleito presidente da República.

Tendo tudo isso em vista, Feltran (2020) aponta a existência de três matrizes discursivas comuns à retórica de Bolsonaro que garantiram a ele popularidade nas periferias. São elas: o militarismo das forças armadas e das polícias militares, responsáveis por instaurar uma ordem normativa baseada no poder armado; o anti-intelectualismo evangélico, que garante a mobilização moral em direção contrária à da racionalidade moderna dos argumentos, e a favor do totalitarismo; e o empreendedorismo monetarista de parcelas do mundo popular que consideram que “você é o que você tem”. Na tentativa de estipular uma data para a configuração dessa conjuntura, Feltran (2020) declara que, pelo menos, desde os protestos de junho de 2013, os setores dominantes nas periferias já se sentiam mais representados por esses movimentos totalitários desenhados pela igreja e pela polícia do que pelos antigos sindicatos, partidos e movimentos de esquerda, os quais, com raras exceções, desde 2003, eram figuras ausentes desses territórios.

Diante de todo esse contexto sociocultural e econômico, percebemos que são diferentes os fatores que levaram cada um dos estratos da sociedade a votar em Bolsonaro. Para a elite econômica, foi, principalmente, o seu projeto de poder, que era possível em uma proposta de governo neoliberal. Já para as classes populares, referiu-se, sumariamente, à pauta dos costumes, em defesa dos valores da família e do cidadão de bem, em detrimento dos bandidos corruptos.

Com isso, observa-se, no discurso político de Bolsonaro, a aproximação e articulação entre conservadorismo moral e neoliberalismo econômico. A existência dessa aproximação, segundo Cesarino (2019), mostra que a aparente separação entre um nível superestrutural “conservador nos costumes” e outro, infraestrutural, “liberal na economia” pode ser enganadora.

Retomando a questão da *onda conservadora* e trazendo-a para o contexto brasileiro, é possível defini-la como o faz Almeida (2019), quando afirma ser ela um processo social resultante de diferentes forças sociais e políticas da crise brasileira, que tenta arrastar o fluxo histórico em determinado sentido – daí a metáfora da onda. Esse movimento, segundo o autor,

não é fluido, ele encontra contraforças, de tal modo que a situação política tem sido marcada pela polarização, que se intensifica a cada eleição, tanto no sistema político quanto na própria sociedade.

Considerando que a eleição de Bolsonaro foi o resultado de situações conjunturais e de processos estruturais, Almeida (2019) propõe a existência de quatro linhas de forças sociais que atravessam a conjuntura brasileira, na qual conservadores e evangélicos estão implicados, e que encontraram na candidatura de Jair Bolsonaro a melhor representação. São elas as forças econômica, moral, securitária e societal.

A força econômica refere-se ao papel que o Estado deve desempenhar em relação à economia. Nos últimos anos dos governos do PT (Partido dos Trabalhadores), a atuação protecionista do Estado foi bastante criticada, principalmente pela classe média, pois concedia benefícios a apenas uma parte da população, que possui certos atributos de vulnerabilidade (como a cor da pele e as condições materiais), gerando, segundo a classe média, a acomodação das pessoas e a fidelização delas a um partido político (Almeida, 2019). Perpassa por essa crítica não só o descontentamento da classe média por não ser contemplada pelas políticas públicas, mas também ideias meritocráticas que valorizam o esforço individual.

Essas ideias, como salienta Almeida (2019), relacionam-se também à orientação da Teologia da Prosperidade dos neopentecostais, que, sendo projetada em outras esferas sociais, estimula o acúmulo material e a mobilidade social, através de uma postura empreendedora baseada no esforço próprio. Diante disso, um dos efeitos dessa projeção de valores neopentecostais é a compreensão de que, frente às adversidades, o sujeito deve ter fé e atitude, para, com o esforço próprio, superá-las. Dessa forma, retira-se o papel protecionista do Estado, e a responsabilidade torna-se, exclusivamente, do sujeito e da sua falta de fé e de esforço.

A força moral, também nomeada por Almeida (2019) de *força da moralidade e dos costumes*, diz respeito ao movimento reacionário para conter a secularização e os comportamentos e valores liberais, que, principalmente, após a redemocratização, têm avançado a partir de mudanças promovidas por pautas progressistas identitárias. Como resultado dessa força e contraforça, temos testemunhado, segundo Almeida (2019), uma disputa pela moralidade pública, sendo as religiões cristãs os principais agentes promotores da “sacralização da família e da reprodução da vida” (Duarte, 2017 *apud* Almeida, 2019, p. 208). Diante desse cenário, a religião, que parecia se restringir apenas à esfera privada, reconfigurou-se e passou a atuar sobre as normas, na forma de costumes e até de leis – esta última, com a

forte atuação de deputados<sup>9</sup> e mesmo de juristas<sup>10</sup> –, e, assim, sobre o público, em vias de instituir uma normatividade cristã num Estado laico.

Quanto à força de securidade, ela se refere a uma série de movimentações políticas, demandas coletivas e medidas governamentais que geram posturas e ações mais repressivas e punitivas dos aparelhos de segurança do Estado, como a redução da maioria penal, a revisão da lei do armamento, a lei antiterror e a política de encarceramento (Almeida, 2019). Esses movimentos ampliam a violência legítima do Estado sobre, principalmente, as populações mais vulneráveis.

Sobre essa linha, parece ser plausível apontar uma movimentação de defesa do trabalho policial nas camadas populares, o que Feltran (2018 *apud* Pinheiro-Machado, 2019, p. 106) chama de *militarismo desde baixo*. Essa adesão ao trabalho policial vem acompanhada de uma postura mais repressiva da sociedade em relação aos problemas sociais relacionados à securidade, produzindo racionalidades, como a apontada por Pinheiro-Machado (2019), de que “bandido bom é bandido morto”, em que o bandido é baseado na figura marginalizada do vagabundo como desviante e desestabilizador da ordem e, portanto, criminalizado e desumanizado.

Por fim, no que diz respeito à força societal, Almeida (2019) a define como referindo-se à qualidade e à intensidade das interações sociais em situações de forte antagonismo político, causando o tensionamento dos laços de amizade, de trabalho e de família. Sobre isso, é interessante recuperar o conceito de *tempo da política*, de Palmeira (2004), que diz respeito à intensificação das paixões eleitorais e à construção e desconstrução de relações que marcam o período de candidatura eleitoral.

Além desse conceito, uma observação realizada por Singer (2021) pode ajudar a esclarecer sobre a natureza dessa linha de força societal. De acordo com o autor, a polarização provocada pela direita resulta em um efeito politizador, expresso no aumento de eleitores que se posiciona, o que, por conseguinte, ocasiona reações à esquerda e, também, ao centro. A partir disso, pode-se concluir que, com a polarização instaurada pela reativação das predisposições à direita observada na campanha eleitoral de 2018, houve uma intensificação ainda maior das

---

<sup>9</sup> Um exemplo de atuação dos deputados da bancada evangélica em oposição à aprovação de leis pró-direitos reprodutivos da mulher. [G1 - Deputados evangélicos reagem à sanção de lei para vítimas de estupro - notícias em Política \(globo.com\)](#)

<sup>10</sup> Para saber mais, vide: [A Anajure quer transformar o Brasil num estado teocrático \(theintercept.com\)](#)

paixões eleitorais já próprias desse período, desencadeando tensões na sociedade e até a ruptura de laços.

Descritas todas as linhas de força, é relevante observar que elas não resultariam na eleição de Bolsonaro, se não tivesse havido, como observa Almeida (2019), um plano de ampla mobilização nas ruas e nas redes sociais digitais durante a sua campanha. A militância virtual, realizada, principalmente, através da plataforma digital *Whatsapp*, foi fundamental na convocação às ruas durante os protestos e, sobretudo, na formação de correntes de opinião alternativas às linhas editoriais da grande imprensa (Almeida, 2019).

O papel das redes digitais despertando o interesse, mobilizando, convocando as pessoas e as informando sobre temas políticos foi essencial na campanha. Durante a disputa eleitoral de 2018, tornou-se frequente ouvir dos eleitores de Jair Bolsonaro que eles não se interessavam por política até aquele momento. De acordo com Cesarino (2020), a politização de parte da sociedade foi um dos efeitos provocados pela estratégia e campanha digital de Bolsonaro, que, com carisma digital e simplicidade discursiva na memética e no discurso populista, encorajaram essas pessoas, antes desengajadas politicamente, a participar do debate eleitoral e da política em geral<sup>11</sup>.

Diante disso, o *WhatsApp* e outros tipos de mídias digitais não só agiram contribuindo para conformar uma percepção de emergência da situação (Feltran, 2020), gerada pelas crises de segurança pública, corrupção, sexualidade e costumes; mas também oferecendo uma gramática simples para a sua compreensão (Cesarino, 2020), pautada em um binarismo moral entre pessoas boas e más.

Essa gramática, foi responsável não só por angariar votos que culminaram em sua eleição, mas por manter o apoio e o engajamento de uma parte considerável da sociedade durante o seu governo, mesmo diante das crises políticas, econômicas e sociais que têm enfrentado e com as críticas crescentes da imprensa tradicional e de grande parte da população. Com isso, percebe-se a importância discursiva da retórica de Jair Bolsonaro, ao oferecer uma racionalidade que produz não só visões de mundo, mas ações sobre ele, uma delas, o apoio ao seu governo.

---

<sup>11</sup> Em sua campanha, Bolsonaro gravava vídeos, que, pela ampla circulação promovida pelo *Whatsapp*, chegavam até os celulares das pessoas de classes populares, convidando-os a participar ativamente da mudança do país. Feltran (2020) resume a mensagem de Bolsonaro que acompanhava esse convite como “o nosso mundo está se degenerando em corrupção e violência por causa da esquerda, mas nós, unidos, cidadãos de bem, podemos vencê-los”.

## 2.2 O Bolsonarismo e as bases ideológicas que o sustentam

Antropólogos, sociólogos e cientistas políticos, nos últimos anos, têm se dedicado a estudar a recente ascensão do movimento populista de extrema-direita no Brasil e no mundo, bem como a atuação de seus líderes frente aos governos. Como se trata de um fenômeno recente e ainda em curso, vários pesquisadores têm se detido a estudá-lo, havendo algumas visões, entre eles, mais recorrentes e que se aproximam na tentativa de compreendê-lo. Discorreremos sobre algumas delas na sequência.

Uma das formas como se tem concebido o Bolsonarismo é como um *movimento fascista*, por seu caráter reacionário, com raízes sociais e em defesa de uma ordem autoritária (Boito Junior, 2019; Feltran, 2020; Neiburg; Thomaz, 2020; Pina-Cabral, 2020). Neiburg e Thomaz (2020) definem o Bolsonarismo expoente no Brasil como um movimento não só conservador, mas também autoritário, com extensas raízes sociais e populares, que tem estado em ascensão pelo mundo. Alguns exemplos que podemos citar são países como a Hungria, com o primeiro-ministro Viktor Orban, os Estados Unidos, com Donald Trump, a Polônia, com o primeiro-ministro Mateusz Morawiecki, e a Itália, com Giorgia Meloni como primeira-ministra.

No Brasil, dentre os efeitos causados por essa onda autoritária, os autores supracitados destacam o grave cenário em que profissionais e ativistas de movimentos sociais, e, portanto, atores importantes para o processo de democratização e de expansão de direitos sociais, são ameaçados e assassinados, outros são perseguidos e alguns forçados a deixar o país por segurança pessoal (Pina-Cabral, 2019)<sup>12</sup>.

Boito Junior (2019) vai além nessa discussão e classifica o Bolsonarismo como um *movimento neofascista*, visão compartilhada também por Cavalcante (2021). Boito Junior (2019) explica que o neofascismo e o fascismo têm em comum o discurso superficialmente crítico e profundamente conservador acerca da economia capitalista e da democracia burguesa. Entretanto, enquanto o fascismo é submisso aos anseios da burguesia nacional, o neofascismo subordina-se ao capital internacional. Dessa forma, o neofascismo consiste em um movimento fascista que aplica, internamente, uma política econômica e social neoliberal e, externamente, uma política de subordinação passiva ao capital internacional.

---

<sup>12</sup> O autoritarismo dos movimentos de extrema-direita é reforçado também por Pina-Cabral (2020), quando discorre sobre a opressão étnica e de classe derivada do controle exercido pelas ideologias políticas de extrema-direita; e também da perseguição sofrida por antropólogos e pesquisadores de outras áreas que, por fazerem uso da etnografia, e, portanto, entrarem em contato com os grupos oprimidos socialmente, são considerados ameaças e qualificados como “inimigos de dentro”, tornando a execução de seus trabalhos perigosa.

Para Boito Junior (2019), é possível um movimento fascista chegar ao poder e não implantar uma ditadura, como seria o caso do governo brasileiro de Jair Bolsonaro, que, embora dominado por uma ideologia fascista, não atua sobre um regime político fascista, mas sim uma “democracia burguesa deteriorada e em crise” (Boito Junior, p. 3). Essa burguesia conservadora, de acordo com o mesmo autor, recorre ao fascismo como um movimento reacionário de massa contra qualquer forma de reforma progressista em curso, sendo necessário, para isso, a mobilização permanente dessas massas – algo que veremos, nos capítulos à frente, ser algo que as *lives* de quinta-feira intuem cumprir.

No anseio de elencar algumas características do movimento presentes no neofascismo brasileiro, reunimos as principais indicadas por Boito Junior (2019) e Cavalcante (2021): a defesa de uma ordem autoritária; a politização reacionária de demandas por reconhecimento; os ataques à forma liberal de democracia representativa; o anticientificismo; a designação da esquerda como inimigo a ser destruído, em uma espécie de criminalização da oposição; o culto à violência; e o nacionalismo autoritário e conservador, baseado em uma ideia de homogeneidade da sociedade nacional. Todas essas características, de acordo com Boito Junior (2019), trabalham para o objetivo principal do neofascismo brasileiro que é o de eliminar – e não simplesmente derrotar do processo político – a “esquerda”, que, nesse movimento, tem um significado genérico para referir-se aos movimentos e governos democráticos movidos pelo reformismo neodesenvolvimentista e que têm apoio popular.

Sobre a caracterização da natureza do Bolsonarismo como um movimento fascista, Lima e Lima (2020) optam por uma visão não homogeneizante do movimento, no sentido de que há nele o envolvimento de uma variedade de espectros de direitas e de conservadorismos, não sendo todos eles fascistas. Todavia, como salientam as autoras, não há como não considerar que há, de fato, espectros relevantes dessa coalizão que comungam com os ideais antidemocráticos e autoritários comuns ao fascismo, a saber, a direita alternativa e o neoconservadorismo.

Outra forma de se conceber o Bolsonarismo é como uma *fase autoritária do neoliberalismo* (Laval, 2018; Cesarino, 2021; Biroli, 2017). Para Laval (2018), devido à singularidade histórica que o termo fascismo carrega, o modo mais adequado de conceber o Bolsonarismo e outros movimentos de extrema-direita é como o resultado da adoção de um neoliberalismo hiperautoritário, nacionalista e racista, que viola abertamente os princípios da democracia liberal. Em síntese, Biroli (2017) caracteriza o momento atual como de um neoliberalismo que se torna antiliberal e confronta até mesmo agendas mínimas de direitos humanos e sociais.

Nessa mesma linha, Cesarino (2021) explica que as direitas radicais ao redor do mundo, incluindo o Bolsonarismo, alimentam e são alimentados por uma gramática iliberal<sup>13</sup> capaz de responder às contradições internas da própria formação neoliberal<sup>14</sup>, ao mesmo tempo que convergem para um viés não democrático e autoritário. Para Cesarino (2021), no Bolsonarismo, há uma inflexão iliberal e autoritária do neoliberalismo contemporâneo, caracterizada pela confluência da naturalização da desigualdade e da luta pela existência (gerada pela racionalidade neoliberal), e um antagonismo amigo-inimigo, em que se ancoram os populismos de extrema-direita, o punitivismo, o militarismo e outros movimentos que seguem gramáticas iliberais.

Citando Fraser (1991 *apud* Cesarino, 2021), a autora esclarece que o objetivo da coalizão bolsonarista é desfazer o pacto de 1988 em todo seu espectro do reconhecimento à redistribuição, através, aponta Cesarino (2021), de uma agenda econômica ultraliberal que estava sendo posta em prática pelo ministro da Economia, Paulo Guedes<sup>15</sup>. Esse desmonte da democracia liberal é realizado em meio à instauração de uma guerra cultural pautada na retórica do ódio (Rocha, 2017), que tem como centro um moralismo compensatório, capaz de canalizar politicamente frustrações e de desviar a atenção da dinâmica acelerada de retirada de direitos (Biroli, 2017).

Em uma tentativa de encontrar pontos de convergência entre as perspectivas aqui apresentadas acerca da natureza do Bolsonarismo, a maior parte delas parece compreendê-lo, como vimos anteriormente, na seção 2.1, como um movimento populista de extrema-direita que é, em parte, reflexo da onda conservadora, reacionária e autoritária internacional, em parte resultado de uma série de fatores da conjuntura social, econômica e política nacional. Tendo isso em vista, iremos, a seguir, minuciar cada um dos termos que caracterizam o Bolsonarismo.

---

<sup>13</sup>Conceito cunhado por Zakaria (1997), refere-se a democracias que ganham legitimidade por serem apenas razoavelmente democráticas, tendo votação livre; diferente da democracia liberal, que consiste em um “sistema político marcado não apenas por eleições livres e justas, mas também pelas regras do direito, separação de poderes e proteção de liberdades básicas de discurso, assembleia, religião e propriedade” (Zakaria, 1997, p. 22). Para Zakaria (1997, p. 42-43), democracias iliberais não são “apenas inadequadas, mas perigosas”, pois, uma vez instaladas, trazem consigo “a erosão da liberdade, o abuso de poder, divisões étnicas e até guerras”.

<sup>14</sup> Nesse ponto, Cesarino (2021) faz referência à formação pós-colonial brasileira descrita pelo crítico literário Roberto Schwarz como operada por uma disjunção contraditória entre os princípios igualitários e universalistas da democracia liberal, e uma realidade social desigual e personalista. A autora explica que, de acordo com essa perspectiva, a normatividade da democracia liberal está sempre em outro lugar, a saber, a Euro-América e o Norte global, em uma temporalidade linear do progresso que faz do Brasil o país de um futuro que nunca chega. Entretanto, defende a autora, diante do acirramento das contradições da globalização neoliberal, essa temporalidade vem se desestruturando, sendo uma das reverberações dessa reorganização espaço-temporal, a ascensão da direita populista, a partir de 2008.

<sup>15</sup> Paulo Roberto Nunes Guedes é um dos fundadores do Instituto Millenium, fundador do Banco Pactual e tem Phd pela Universidade de Chicago, na qual foi concebido o neoliberalismo como doutrina. Paulo Guedes foi, inclusive, professor do Departamento de Economia da Universidade do Chile, no início da década de 1980, durante o laboratório neoliberal que aconteceu no regime ditatorial de Pinochet (Lacerda, 2019).

O primeiro termo “movimento”, em termos sociológicos, pode ser compreendido no âmbito social e político. No primeiro, diz respeito a ações coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas dos indivíduos se organizarem e expressarem suas demandas, caracterizando-se pela formação de identidade, pela identificação de um opositor, por um conflito e por um projeto de vida e de sociedade (Gohn, 2020, p. 103). Já no âmbito político, embora muito se assemelhe ao social, organiza-se em uma estrutura menos fluída, tendo suas atividades orientadas a levar em consideração as relações políticas de força, funcionando como intermediário entre os setores da sociedade civil e o sistema político; além disso, tem na formação de identidades, um fundo ideológico (liberal, socialista, católico etc.) (Bobbio, 1998, p. 786-787).

O segundo termo com o qual o Bolsonarismo é definido refere-se ao populismo. Mudde (2004) define populismo como uma ideologia que considera a sociedade separada em dois grupos homogêneos e antagonistas, o povo puro *versus* a elite corrupta, sendo a política defendida como devendo ser a expressão da vontade do povo. A partir da visão dicotômica instaurada por essa ideologia, Mudde (2004) explica que os oponentes não são vistos apenas como pessoas com diferentes prioridades e valores, mas sim como maus, tornando o diálogo impossível, pois o contato com o inimigo implicaria a corrupção da pureza.

Parte das concepções de populismo costumam a enumerar, também, como elementos essenciais a essa ideologia, a existência de um líder carismático com quem o povo se identifica e enxerga uma espécie de herói, e de ferramentas de comunicação em massa pelas quais esse líder se comunica diretamente com o povo. Sobre esses elementos, Mudde (2004) salienta que, embora sejam comuns entre os populistas, devem ser compreendidos como ferramentas que facilitam e não que definem a ideologia populista.

Tendo isso em vista, Cesarino (2020) observa que o mecanismo populista é colocado em operação por uma liderança carismática que emerge em contextos de insatisfação generalizada. Esse herói, segundo a autora, surge alegando vir de fora do sistema e se colocando como “paladino da ruptura e da mudança” (Cesarino, 2020, p. 98) em prol da vontade do “povo”. No caso do Bolsonarismo, essa ferramenta populista centrada na construção da figura do herói é tão atuante que Jair Bolsonaro é referido por seus apoiadores como “Mito”. Dessa forma, o líder populista é entendido não apenas como um deus sobrenatural herói da história fantástica fundante de algum fenômeno da realidade, que é o que define o mito<sup>16</sup>, mas como ele próprio sendo a história fundante. Isto é, para seus apoiadores, ele se constitui, mais do que

---

<sup>16</sup> A definição de “mito”, pode ser conferida com mais detalhes no verbete do dicionário *online* Michaelis, através do endereço eletrônico [Mito | Michaelis Online \(uol.com.br\)](https://www.michaelis.com.br/)

como o objeto de promoção da mudança, mas como a própria história de mudança desejada pelo “povo” insatisfeito com a conjuntura política, social e econômica do país.

Além de populista, o Bolsonarismo é considerado um movimento de extrema-direita. Para compreender melhor o significado desse posicionamento, recorremos a Mattos (2020), quando explica que os direcionamentos políticos se encontram em um eixo em que as posições políticas variam em graus, indo da extrema-direita, passando pelo centro, até a extrema-esquerda, como pode ser observado, a seguir, na Figura 1.

Figura 1 – Eixo da esquerda-direita política



Fonte: Elaborada a partir de Mattos (2020).

Segundo Mattos (2020), as posições situadas nos extremos do eixo costumam ser ocupadas por ideologias baseadas em ideias radicais e, por isso, acabam sendo pouco populares entre os eleitores. Diferente das posições centristas, que, como explica o autor, por representarem uma espécie de mistura das ideias defendidas pela esquerda e pela direita, e, assim, serem mais moderados, costumam ser as posições cujos partidos e candidatos têm maior apelo eleitoral e, conseqüentemente, que formam maioria dos governos democráticos pelo mundo.

Para compreender melhor o que significa estar presente nessa posição, primeiro é necessário ter em mente que, conforme propõe Bobbio (1995), os termos “esquerda” e “direita”, embora opostos, não são absolutos, visto que não têm qualidades próprias, apenas indicam programas contrários, não só de ideias, mas também de interesses e valores, com relação a diversos problemas cuja solução pertence à ação política. Desse modo, “esquerda” e “direita” denotam perfis político-ideológicos distintos.

Scheffer (2014), ao realizar uma revisão bibliográfica acerca do debate sobre esses termos, expõe haver, atualmente, três modos de essa questão ser visualizada<sup>17</sup>. Entre elas,

<sup>17</sup> Em relação aos outros pontos de vista, conforme Scheffer (2014), o primeiro, representado por uma minoria de atores, acredita que os termos têm o mesmo sentido que tinham na Revolução Francesa, quando foram criados (igualitarismo entre as classes *versus* conservação dos privilégios da aristocracia). Já o segundo, refere-se aos estudiosos que partem da existência da bipolaridade capitalismo-socialismo para compreender a dicotomia esquerda-direita. Esse grupo acredita no fim ou declínio das ideologias políticas, cuja derrocada final teria acontecido no final do século XX, com a queda do muro de Berlim e o fim do referencial “real” do movimento comunista.

interessa-nos a terceira perspectiva, que propõe revisar as perspectivas político-ideológicas que representam os termos, que não seriam mais os mesmos de sua origem. Um dos maiores defensores dessa visão, segundo Screeffer (2014), é o filósofo Noberto Bobbio (1995). Centrando-se nos conceitos relativos de igualdade e liberdade, valores essenciais ao projeto democrático, Bobbio (1995) explica que o critério frequentemente adotado para distinguir a direita da esquerda é a postura diversa que as organizações sociais assumem sobre esses ideais pelos quais estão dispostos a lutar.

De acordo com Bobbio (1995), a esquerda, por partir do princípio de que a desigualdade é um fenômeno social, acredita que o caminho para a libertação está na defesa da igualdade:

Na derrubada de um regime despótico fundado na desigualdade entre quem está em cima e quem está embaixo na escala social, percebido como uma ordem injusta, e injusta principalmente porque igualitária, porque hierarquicamente constituída; e a luta contra uma sociedade na qual existem classes privilegiadas e, portanto, em defesa pela instauração de uma sociedade de iguais juridicamente, politicamente, socialmente, contra as mais comuns formas de discriminação (Bobbio, 1995, p. 19-20).

Já a direita, para Bobbio (1995), por compreender a desigualdade como característica natural à sociedade, acredita que ela não é passível de ser eliminada. Para isso, a liberdade teria que ser sufocada, o que é impensável, já que, segundo essa visão de mundo, ela deve ser priorizada. O autor ainda aponta que, não só “ineliminável”, para a direita, a desigualdade também é útil, pois é responsável por incentivar as pessoas a lutarem pelo melhoramento da sociedade.

Essas diferentes visões acerca do funcionamento da sociedade também geram diferentes atitudes quanto às políticas públicas realizadas por partidos e partidários identificados nessas duas posições do eixo. Mattos (2020) explica que a esquerda tende a encorajar políticas públicas dirigidas a tornar menos desfavorecidos aqueles que sofrem pela desigualdade social, no sentido de tornar mais iguais os que são desiguais, mas sem visar uma sociedade utópica em que todos os indivíduos são iguais em todos os aspectos. Já a direita, ainda segundo o autor, por compreender a desigualdade como natural, inclusive as geradas pelo livre mercado, tem suas políticas públicas priorizando outros valores que não a igualdade, como a ordem e a liberdade, as vistas de criar um ambiente onde as pessoas possam exercer suas virtudes. Apesar disso, Mattos (2020) destaca que a direita não deseja impor uma desigualdade baseada numa hierarquia social tão rígida que não possa haver mobilidade. A mobilidade pode existir, mas deve ser alcançada através do esforço próprio do sujeito, não de políticas públicas concedidas pelo Estado, que não é visto aqui como ferramenta de promoção da mudança social.

A partir de tudo o que foi explanado, a partir da visão de Bobbio sobre essa questão, podemos compreender esses termos como passíveis de atualização ao longo do tempo, de modo a serem capazes de abarcar novas tradições ideológicas que vão surgindo de acordo com as demandas sociais. Entre essas tradições recentes, Screeffer (2014) cita o feminismo, o ecologismo e o multiculturalismo, que tiveram muitas de suas pautas adotadas pela esquerda; e o fundamentalismo religioso, abarcado pela direita. Portanto, mesmo com a atualização de pautas, permanece com a esquerda o caráter reformista, e, com a direita, o caráter conservador da ordem social.

Tendo isso em vista, retornando ao Bolsonarismo, Solano (2018) enumera alguns dos nomes que são dados à extrema-direita atual e ao que a constitui. São eles: onda neoconservadora, *alt-right*, “nova direita”, crescimento da extrema-direita, trumpização da política, populismos de direita, crise das esquerdas (Solano, 2018). Todas essas nomenclaturas referem-se à recente ascensão, ou, concordando com Miguel (2018, posição 149<sup>18</sup>), “reemergência” – visto que nunca estiveram ausentes – de partidos e de ideologias de extrema-direita, que têm ganhado crescente visibilidade e relevância em todo o mundo ao assumir, sem rodeios, um discurso conservador, ou reacionário. Esse discurso reacionário pauta-se, principalmente, na *defesa dos valores da família tradicional patriarcal*, a *moral cristã*, a *autoridade* e a *ordem*, colocando-se contra, como aponta Pinheiro-Machado (2019), uma elite específica, a saber o *establishment* liberal e progressista, que é chamado, no caso da extrema-direita brasileira, de forma generalizante, de “comunista”.

Tendo definido o Bolsonarismo e seu alinhamento com outros movimentos de extrema-direita ao redor do mundo, resta-nos questionarmos: quais as bases ideológicas unem as extremas-direitas atuais?

Buscando definir pontos em comum entre as atuais extremas-direitas ao redor do mundo, Solano (2018) aponta duas matrizes ideológicas diferenciadas, mas que conversam entre si, o *neoliberalismo* e o *neoconservadorismo*.

Essas duas racionalidades políticas, uma de mercado e outra moral (Brown, 2006), a princípio, são antagônicas. Isso, porque, enquanto o neoliberalismo, de forma geral, se propõe a uma normatividade orientada para a satisfação do desejo individual, o neoconservadorismo constitui-se de uma racionalidade moral reacionária contra o caos gerado pela atuação do

---

<sup>18</sup> Indicamos a localização da citação dessa forma devido ao formato de *e-book* da referência.

mercado na cultura, ao levar à competição e ao individualismo desenfreado<sup>19</sup> (Brown, 2006; Harvey, 2005). Nesse sentido, por compreender que os efeitos do mercado na cultura podem levar à ruptura de todos os laços sociais de solidariedade e, assim, à anarquia social e ao niilismo<sup>20</sup>, a racionalidade neoconservadora atua na repressão e sublimação dos desejos, através da moralidade, aqui entendida como uma “cola social” necessária para manter a segurança política diante de perigos externos e internos (Harvey, 2005, p. 82, tradução nossa).

Apesar de ideologias antagônicas, o neoliberalismo e o neoconservadorismo têm muito em comum, inclusive o momento em que ascendem no cenário político. Ambas as ideologias, embora vindas de trajetórias diferentes, ganharam força na segunda metade da década de 1970, momento de crise e, por consequência, de reforma do capitalismo<sup>21</sup>.

O termo neoliberalismo foi cunhado em 1939, no Colóquio de Walter Lippmann, por um conjunto de acadêmicos que, quase uma década depois, em 1947, iriam fundar a Sociedade de Mont Pelerin, um grupo político-intelectual criado em torno das ideias do filósofo político austríaco Friedrich von Hayec, do qual participou Milton Friedman, professor e principal representante da Escola de Chicago. A princípio, detinha-se a uma teoria de práticas político-econômicas, sendo associado à esfera econômica, no que diz respeito a políticas de privatização da propriedade e dos serviços públicos, redução radical do Estado social, controle do trabalho, desregulamentação do capital e produção de um clima favorável a impostos e a tarifas para investidores estrangeiros diretos (Harvey, 2005; Brown, 2019).

Entretanto, foi no período da Guerra Fria, precisamente na década de 1970, que o neoliberalismo atravessou os muros da academia. Tratava-se do liberalismo clássico com uma roupagem pragmática, que colocava o livre mercado como solução para os problemas econômicos (Moll, 2015). Em nome de conter a ameaça comunista e recuperar a economia

---

<sup>19</sup> Como exemplos do individualismo desenfreado provocado pelo mercado na cultura e combatido pelo neoconservadorismo, Harvey (2005, p. 82, tradução nossa) cita “esperanças, desejos, ansiedades e medos individuais; escolhas de estilo de vida e de hábitos e orientação sexual; modos de autoexpressão e de comportamentos em relação aos outros”. Com efeito, sendo os neoliberais herdeiros do liberalismo, e, portanto, pautados na liberdade individual, no que diz respeito não só à economia, mas também aos costumes, sua ideologia admite o apoio de políticas progressistas de legalização das drogas, descriminalização da prática de aborto, a união civil homoafetiva, a liberdade religiosa e medidas relativas à preservação do meio ambiente (Moll, 2015). Todas as pautas contra as quais os neoconservadores atuam energicamente, por se identificarem como guardiões do passado.

<sup>20</sup> De acordo com o dicionário Aulete Digital, o niilismo é uma atitude intelectual que considera as verdades e valores tradicionais como sendo desprovidos de sentido e utilidade (ver mais em: <https://www.aulete.com.br/niilismo>).

<sup>21</sup> O momento de crise refere-se a meados dos anos 1970, quando o Keynesianismo, com sua política do Welfare State, responsável por garantir bastante crescimento aos Estados Unidos depois da crise de 1929, passou a causar insatisfação e gerar questionamentos tanto da esquerda quanto da direita. A esquerda alegava que o Welfare State poupava privilegiados e poderosos, e a direita, que as políticas keynesianas eram excessivamente custosas para o Estado e ameaçavam a liberdade e iniciativa individuais.

assolada pela inflação, a partir de 1973, as políticas neoliberais foram aplicadas pela primeira vez, na ditadura do General Augusto Pinochet, por um grupo de conselheiros formados na Escola de Chicago, os chamados “Chicago boys”, no que Milton Friedman chamava de “tratamento de choque”. Tratamento que foi espalhado em outras ditaduras pelo Sul Global (Brasil, Uruguai, Argentina e Guatemala) impostas pelo Fundo Monetário Internacional (Brown, 2019), mas executadas ou influenciadas pelos Estados Unidos, como parte de seu projeto de hegemonia global, sobre o qual a América Latina desempenhou um papel indispensável (Grandin, 2006). Klein (2007, p. 18) aponta três marcas registradas do neoliberalismo: “privatização, desregulamentação governamental e cortes profundos nos gastos sociais”; sendo o papel do Estado apenas o de proteger a liberdade do mercado.

Tendo sido testada a sua implantação nos países do Sul Global, no final da década de 1970, as políticas neoliberais passaram também a ser postas em prática em países do Norte Global, dessa vez, não pela imposição e em um contexto de ditadura militar. O movimento começou pelo Reino Unido e Estados Unidos, através das gestões de Margaret Thatcher (1979-1990) e Ronald Reagan (1981-1989), e rapidamente se espalhou por outros países, inclusive os do Leste Europeu, que, com a queda do Bloco Soviético, no final de 1980, transitaram do estado comunista para o capitalismo neoliberal (Brown, 2019).

No Brasil, a “onda neoliberal” (Singer, 2012) tem como marco a eleição, em 1989, de Fernando Collor de Mello e se aprofunda com o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), definido pela grande aplicação de políticas neoliberais (Singer, 2012). Apesar disso, não é possível dizer que o neoliberalismo tenha tão logo se consolidado, visto que, para isso, seria necessário alcançar uma hegemonia cultural. Tal feito foi alcançado ao longo do tempo, quando valores de mercado, de ascensão individual, de competição e os relacionados a uma intensa mercantilização dos espaços públicos passaram a se tornar corriqueiros, sobretudo, na chamada classe média tradicional e, depois, em setores mais amplos (Singer, 2012), com o auxílio, dentre outras instituições, das então recém-criadas igrejas neopentecostais e sua retórica centrada na Teologia da Prosperidade (Martins, 2011, 2015).

A concepção cultural de que trata Singer (2012, p. 3, grifo nosso), quando define o neoliberalismo como “não apenas um *conjunto de políticas governamentais*, mas uma *concepção de mundo* que ganhou corações e mentes”, insere-se em um quadro maior que diz respeito a um dos lados no debate sobre a compreensão desse termo. Discorrendo sobre isso, Brown (2019) traduz o debate em duas diferentes abordagens a partir das quais o neoliberalismo é enxergado: a neomarxista e a foucaultiana.

Brown (2019) explica que a abordagem neomarxista compreende o neoliberalismo como um *ataque capitalista contra o Estado de bem-estar* promovido pelo Keynesianismo, às democracias sociais e ao Estado socialista. Segundo essa abordagem, o neoliberalismo consiste em um projeto global de poder, possibilitado pela globalização, no qual a soberania econômica das nações-estado é descartada para dar lugar a regras e acordos instaurados por instituições internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (Brown, 2019). Diante dessa caracterização, a autora conclui que o foco das definições baseadas na concepção neomarxista do neoliberalismo está nas instituições, nas políticas empregadas e nas relações econômicas e em seus efeitos, sendo, portanto, negligenciada outra dimensão do neoliberalismo, que diz respeito à razão política e à produção de subjetividades com ele instauradas.

Já no tocante à abordagem foucaultiana, Brown (2019) explica que o neoliberalismo é compreendido como uma *racionalidade política*, o que significa dizer que seu alcance e efeitos vão além da esfera das políticas econômicas e do poder assumido pelo mercado. Tratar o neoliberalismo como racionalidade implica dizer que os princípios de mercado – produção em função do lucro (Harvey, 2008) – se tornam princípios básicos, aplicados pelo e para o Estado, mas também que circulam na sociedade através de instituições e entidades (Brown, 2019). Dito isso, a autora esclarece que, diferente da abordagem neomarxista, definições sustentadas por essa abordagem focam nos princípios orientadores que relacionam Estado, sociedade e sujeitos com suas subjetividades, instaurando novos registros de valores; todavia, por outro lado, essas definições deixam em segundo plano os novos poderes adquiridos pelo capital, a partir das políticas econômicas neoliberais aplicadas globalmente.

Buscando a articulação das duas vertentes, mas priorizando, nesta dissertação, o entendimento do neoliberalismo como racionalidade política – visto que estamos falando de modelamentos sobre o mundo –, convocamos a notável discussão realizada por Dardot e Laval (2016) nesses termos. Para tratar apropriadamente desse assunto, os autores comentam que, no início da trajetória do neoliberalismo, a partir do fim dos anos 1970 e início de 1980, ele era comumente interpretado como sendo, ao mesmo tempo, uma ideologia, centrada na ideia de que o mercado seria uma realidade natural<sup>22</sup>; e uma política econômica, que seria a aplicação dessa ideologia. Diante disso, os autores explicam que políticas econômicas neoliberais são direcionadas no sentido de não haver intervenção do governo na realidade do mercado, pois

---

<sup>22</sup> Dardot e Laval (2016) explicam que, de acordo com a ontologia naturalista dessa dimensão ideológica do neoliberalismo, a realidade do mercado se comportaria como um ser vivo, bastando deixá-la por sua própria conta para ela alcançar equilíbrio, estabilidade, crescimento e até a morte.

isso apenas desregularia e perturbaria o curso natural de reabilitação do *laissez-faire*. Assim, visando o acúmulo de capital, o que se tem é o desmanche de auxílios sociais, políticas que impedem a redistribuição de riquezas – mantendo-as nas mãos de poucos – e estímulos às atividades econômicas sem entraves, às custas da desregulamentação do sistema de saúde, do trabalho, do meio ambiente, entre outros (Brown, 2007 *apud* Dardot, Laval, 2016).

Embora admitam que essa ideologia tenha alimentado políticas econômicas ao redor do mundo, como nos governos de Reagan e Thatcher, Dardot e Laval (2016) salientam que há uma confusão realizada entre a ideologia e sua política econômica, e a normatividade que caracteriza o neoliberalismo na prática. Dardot e Laval (2016, posição 179) argumentam que o relativo descrédito que atinge hoje a ideologia do *laissez-faire* e suas políticas econômicas “não impede de forma alguma que o neoliberalismo predomine mais do que nunca enquanto sistema normativo dotado de certa eficiência”.

A partir disso, os autores realizam o seguinte questionamento que recupero neste ponto:

Como é que, apesar das consequências catastróficas a que nos conduziram as políticas neoliberais, essas políticas são cada vez mais ativas, a ponto de afundar os Estados e as sociedades em crises políticas e retrocessos sociais cada vez mais graves? Como é que, há mais de trinta anos, essas mesmas políticas vêm se desenvolvendo e se aprofundando, sem encontrar resistências suficientemente substanciais para colocá-las em xeque? (Dardot; Laval, 2016, posição 183).

Como resposta a essas perguntas, apoiando-se no conceito de *racionalidade política* cunhado por Foucault, Dardot e Laval (2016) propõem a existência de uma *racionalidade neoliberal*. Para compreendê-la, os autores esclarecem que o neoliberalismo não atua apenas no âmbito político, destruindo regras, instituições e direitos; mas também no âmbito normativo, ao produzir certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver e certas subjetividades, de modo a guiar a forma com que nos comportamos, e com que nos relacionamos com os outros e até mesmo com nós próprios.

De acordo com eles, essa racionalidade tem, como característica principal, “a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação” (Dardot; Laval, 2016, posição 209). Isso significa dizer que a racionalidade neoliberal produz um modo de ser do sujeito, em que ele próprio se conduza como uma empresa em competição com outras, tentando maximizar seus resultados – sendo hiperprodutivo –, expondo ele próprio a riscos e assumindo inteiramente a responsabilidade por seus próprios fracassos.

Pormenorizando os efeitos da racionalidade neoliberal nos sujeitos, Dardot e Laval (2016, posição 7813) acrescentam:

[...] ele deve cuidar constantemente para ser o mais eficaz possível, mostrar-se inteiramente envolvido no trabalho, aperfeiçoar-se por uma aprendizagem contínua, aceitar a grande flexibilidade exigida pelas mudanças incessantes impostas pelo mercado. Especialista em si mesmo, empregador de si mesmo, inventor de si mesmo, empreendedor de si mesmo: a racionalidade neoliberal impele o eu a agir sobre si mesmo para fortalecer-se e, assim, sobreviver na competição.

A produção de uma racionalidade que tem a empresa como um modelo geral a ser seguido e a autogestão como uma atitude socialmente valorizada não é em vão. Ela é necessária, segundo Harvey (2008), como um meio de disciplinar a força de trabalho, para, assim, manter coerente e funcionando o regime neoliberal de reprodução e de acumulação de capital. Essa disciplinarização ocorre, como explica Harvey (2008, p. 119), em meio a uma mistura de repressão, familiarização, cooptação e cooperação, que estão envolvidas na socialização do sujeito, que é impelido a ter certos sentimentos sociais (ética do trabalho, lealdade aos companheiros) e certas propensões psicológicas (busca de identidade através do trabalho, iniciativa individual, alta performance).

Com efeito, quando os valores neoliberais de mercado passam a circular na sociedade e guiar a socialização do sujeito, não só no trabalho, mas em toda a sua vida, esses valores tornam-se uma ética. Com isso, torna-se impossível distinguir as questões políticas das culturais (Gramsci *apud* Harvey, 2006), de modo que até valores como a dignidade humana e a liberdade individual, culturalmente valorizados, são atravessados pela política neoliberal, atuando como justificativa para a defesa do livre mercado em detrimento da intervenção do Estado (Harvey, 2006). Assim se forma o que Gramsci (*apud* Harvey, 2006, p. 39, tradução nossa) chama de *sensu comum*, que atua, por meio de práticas culturais enraizadas, “disfarçando os problemas reais” sofridos pelos sujeitos em decorrência do modo com que a racionalidade neoliberal produzida pelo mercado é imposta.

Dessa forma, percebemos que, não só para a disciplinarização da força de trabalho, a produção de uma racionalidade é indispensável para a construção do contrato social em torno desse regime desigual de acumulação, em que o trabalhador não tem acesso ao capital. A partir dessa racionalidade, além de formar um sujeito ideal para o mercado de trabalho, no sentido de contribuir para a alta produtividade de um sistema baseado na produção e acumulação de riquezas, também forma um sujeito que não questiona o modo como o sistema opera, isto é, o fato de ele participar da produção, mas não ter direito à acumulação de capital. Dessa forma, envolto nessa ética, os sujeitos enxergam o mundo através de lentes neoliberais que organizam sua forma de pensar e de viver, sendo difícil perceber as irregularidades e contradições do sistema.

Diante da discussão realizada sobre o neoliberalismo como racionalidade, podemos concluir, conforme faz Brown (2006, p. 693, tradução nossa), que a sua influência no governo e na sociedade “não é meramente o resultado de um vazamento da economia para outras esferas, mas em vez disso, a imposição explícita de uma forma particular de racionalidade de mercado a essas esferas”. O neoliberalismo consiste, assim, não só em um projeto político-econômico, mas antes, um projeto de poder, alcançado por meio da criação e estabelecimento de uma racionalidade de mercado que impõe aos sujeitos uma forma de pensar e de agir que contribui para a manutenção desse projeto.

Já o neoconservadorismo, embora divirja, em certos pontos, do neoliberalismo, alia-se a ele para o alcance do mesmo projeto de poder (Brown, 2006, 2019; Solano, 2018), que envolve o que Brown (2006, p. 691, tradução nossa) denomina de *canibalismo da democracia liberal*.

Antes de prosseguir com a discussão sobre o neoconservadorismo, é de bom tom defini-lo, inclusive a respeito do que o distancia do conservadorismo, a ponto de tornar-se “neo”. Citando Scruton (2014), um intelectual conservador, Lima e Lima (2020) definem o conservadorismo como uma disposição de manter uma ordem social, um sistema político e uma cultura como modos de vida naturalizados, sendo o neoconservadorismo, segundo as autoras, a radicalização desse fenômeno. Essa radicalização se dá por novas marcas que ganham o movimento, como a “visibilidade das forças reacionárias, a irrupção do fundamentalismo religioso, o apelo à ordem, o controle social, o contraponto às forças inovadoras, já que o passado é visto como um refúgio ideal (sólido, previsível) e o futuro é lido como uma ameaça (líquido, incerto)” (Lima; Lima, 2020, p. 175).

O neoconservadorismo, antes de uma racionalidade, surge como movimento ideológico e, depois, político. Como movimento ideológico, segundo Lacerda (2019), é fundado ainda em tempos de Segunda Guerra Mundial, na década de 1950, por acadêmicos defensores do liberalismo econômico e anticomunistas, como Leo Strauss e seu discípulo Irving Kristol, além de Allan Bloom e muitos outros – conhecidos como *os intelectuais de Nova York*. Como movimento político, seu marco é a coalização neoconservadora, formada pela direita cristã, os neoconservadores e neoliberais, que levou à eleição de Ronald Reagan para presidente dos EUA, em 1980.

O neoconservadorismo constitui-se como a mais nova doutrina conservadora (Huntington, 1999), que surge ao encontrar terreno fértil no período da Segunda Guerra Mundial, marcado pela militarização permanente gerada por um ambiente militar-industrial poderoso (Harvey, 2005). Esse terreno bélico se estende para o período da Guerra Fria, que foi

marcado pela tensão entre Estados Unidos e União Soviética, em disputa pela permanência do capitalismo ou implantação de um novo modelo político-econômico, o comunismo. É nesse contexto que o neoconservadorismo surge como oposição ao comunismo enquanto forma social e política (Brown, 2006).

Essa oposição ao comunismo pode ser compreendida quando pensamos que, por se considerarem os guardiões do passado e de um presente ameaçado (Brown, 2006), os conservadores combatem os que ameaçam essa ordem estabelecida ao proporem algo diferente para o futuro.

Nesse sentido, tendo em vista as diferentes manifestações do conservadorismo ao longo da história, Huntington (1957) argumenta que ele deve ser compreendido como uma ideologia posicional, que funciona em diferentes conjunturas histórico-sociais para diferentes grupos como resposta a situações sociais específicas. A partir disso, o autor chega ao que ele chama de uma *definição situacional do conservadorismo*, compreendendo-o como, em suas palavras, “um sistema de ideias empregado para justificar qualquer ordem social estabelecida, não importa onde ou quando exista, contra qualquer ameaça fundamental à sua natureza ou ser, não importa de que lado” (Huntington, 1957, p. 461, tradução nossa).

Dito isso, apresentamos uma ressalva à definição de Huntington. Salientamos que, embora o conservadorismo não seja representado por um grupo de pessoas específico da sociedade, todos os grupos que, ao longo da história, defenderam-no tinham em comum a detenção do poder de dominação sobre outros grupos que propunham mudanças. Nesse sentido, os grupos que atuam a favor dessa ordem, como guardiões do passado e de um presente ameaçado, não fariam isso se não fossem beneficiados pela posição que ocupam na estrutura societal e, por conseguinte, na ordem social estabelecida por ela.

Considerando a definição situacional do conservadorismo, na década de 1950, ele se manifesta, dessa vez com uma nova roupagem, por meio do neoconservadorismo. Essa manifestação, como vimos, se deu pela ameaça que o comunismo oferecia à ordem estabelecida pelo capitalismo, e, por conseguinte ao acúmulo de capital, ao se basear na distribuição de renda.

Além desse interesse anticomunista, Brown (2006) também aponta como motivo para o surgimento do neoconservadorismo a pretensão de combater a erosão da moralidade, ou, como formula Harvey (2005, p. 82, tradução nossa), o “caos” instalado na sociedade pelos valores individualistas próprios do capitalismo. Nessa vertente moral, o neoconservadorismo atua na defesa de valores centrados, como descreve Harvey (2005, p. 84, tradução nossa), “no

nacionalismo cultural, retidão moral, cristianismo (de um certo tipo evangélico<sup>23</sup>), valores familiares e questões de direito à vida, e no antagonismo aos novos movimentos sociais, como feminismo, direitos dos gays (*sic*), ação afirmativa e ambientalismo”. Diante disso, restaurar a ordem social através da restauração da ordem moral, no que diz respeito, principalmente, aos costumes, torna-se uma pauta do neoconservadorismo, principalmente, a partir dos anos 1970, quando passa a ser compreendido como um movimento político com ações efetivas na sociedade.

Essa efetividade mostra-se presente na própria história dos Estados Unidos. Petchesky (1981), ao discorrer sobre as novas características adquiridas pela direita, quando ascenderam ao poder entre o final dos anos 1970 e nos anos 1980, com a eleição de Ronald Reagan para presidente dos EUA, afirma que ela era marcada por políticas centradas na “família, sexualidade e reprodução – e mais diretamente, de aborto” (Petchesky, 1981, p. 207, tradução nossa). A autora ainda salienta o caráter excepcional das políticas dessa nova direita, ao explicar que as questões sexuais, reprodutivas e familiares no centro de seu programa político atuavam “não apenas como retórica manipuladora, mas como o núcleo substantivo de uma política voltada, em um nível que supera quaisquer movimentos anteriores de direita neste país, para mobilizar uma massa nacional de seguidores” (Petchesky, 1981, p. 207, tradução nossa). Dado que no artigo escrito em 1981 Petchesky não poderia prever as dimensões tomadas por esse tipo de agenda viriam a tomar atualmente, como vimos com o Trumpismo e com tantos outros movimentos de extrema-direita espalhados pelo mundo, entre eles, o Bolsonarismo.

Diante disso, podemos nos questionar: se o neoconservadorismo se propõe a combater a erosão moral causada pelo individualismo exacerbado do capitalismo, como ele cresceu enquanto movimento político, justamente na época de implantação e propagação do neoliberalismo, a forma mais brutal do capitalismo, nos EUA e no mundo?

Apesar de não convergir com os princípios individualistas do neoliberalismo, o neoconservadorismo converge com seu projeto de poder, sendo “a favor do poder corporativo, das empresas privadas e a restauração do poder de classe” (Harvey, 2005, p. 82, tradução nossa). Para operacionalizar esse projeto de restabelecimento de poder, o neoconservadorismo e o neoliberalismo se unem, por pressupor “que a solução para estabilização do sistema capitalista

---

<sup>23</sup> No Brasil, os evangélicos foram centrais na campanha de Jair Bolsonaro à presidência, em 2018. De acordo com uma pesquisa do Instituto Data Folha feita no dia 10 de outubro de 2018, 70% desse grupo vota em Bolsonaro, sendo 63% deles pentecostais e 55% neopentecostais, agremiações extremamente populares, principalmente, nas periferias do país, como vimos com Feltran (2020). A pesquisa mencionada pode ser conferida no seguinte endereço eletrônico: [Com 60%, Bolsonaro mais que dobra vantagem sobre Haddad entre evangélicos, diz Datafolha - 10/10/2018 - Poder - Folha \(uol.com.br\)](https://www.datafolha.com.br/com-60-bolsonaro-mais-que-dobra-vantagem-sobre-haddad-entre-evangelicos-diz-datafolha-10/10/2018-Poder-Folha-uol.com.br)

repousa sobre a ideia de Estado mínimo” (Moll, 2015, p. 1). Note que o Estado que pretende esse projeto de poder não é nulo, mas mínimo, pois essas duas ideologias políticas não podem “abrir mão do uso legítimo da força para garantir o direito à propriedade” (Moll, 2015, p. 01).

Aparelhos de repressão como a polícia, as forças armadas e os próprios poderes legislativo e judiciário (ao legislarem e aplicarem leis em favor dos grupos dominantes) devem ser mantidos, sendo essenciais para a manutenção da ordem social. Nesse sentido, recuperamos a citação de Harvey (2005, p. 82, tradução nossa) que elucida que “em sua preocupação com a ordem, o neoconservadorismo aparece como um mero desnudamento do véu do autoritarismo no qual o neoliberalismo procurou se envolver”. Posição de que compartilha Brown (2006), quando, ao salientar a importância da religião em facilitar a adesão de uma base popular ao neoconservadorismo, também fala da relevância dela em construir uma recepção para o autoritarismo próprio do projeto neoliberal – diga-se de passagem, visto em sua forma extrema na pandemia de Covid-19.

A coalizão entre neoliberais, neoconservadores<sup>24</sup> e a direita, construída na década de 1970, de acordo com Harvey (2005), contava com representantes do grande capital, buscando o restabelecimento de seu poder de classe, e a “maioria moral” formada, principalmente, pela classe trabalhadora, em busca de promover a agenda evangélica e moral proposta pelos Republicanos. A partir disso, foram formados os três elementos que Grandin (2006, posição 155, tradução nossa) aponta como responsáveis por sustentar a força moral do imperialismo atual: o idealismo punitivo, o absolutismo do livre-mercado e a mobilização da direita cristã.

Esses três pilares da coalizão, articulada em 1970 nos EUA, foram essenciais para os propósitos de restabelecimento do poder de classe, por fornecer justificativas para as medidas políticas tomadas a partir do governo de Reagan nos EUA, e que são tomadas até atualmente, tendo ela se espalhado pelo mundo. Sobre isso, Grandin (2006) explica que o idealismo punitivo é justificado pela necessidade da segurança nacional, e também para promover a “liberdade”; o livre mercado é tido como o núcleo moral da liberdade, fazendo dele uma instituição sagrada, que santificou os direitos de propriedade; e a mobilização da direita-cristã, que foi o que uniu esses ideais com o poder social, sendo o Partido Republicano, a direita estadunidense, o responsável por canalizar as paixões de sua base evangélica para a arena internacional.

Podemos sintetizar todo esse movimento, denominado por Lacerda (2019) de *coalizão neoconservadora*, como tendo como ator principal a direita cristã, e principais

---

<sup>24</sup> Especificamente em relação a esses dois grupos, Cooper (2020) aponta que a relação de colaboração entre eles começou, nos EUA, pela ideia de “responsabilidade familiar”, substituindo a responsabilidade do Estado, própria da política de bem-estar social a qual o neoliberalismo se contrapõe.

temas: *a defesa da família patriarcal, a religião cristã, o militarismo anticomunista, o idealismo punitivo e o neoliberalismo*. Não só na conjuntura política que levou Reagan às eleições, essa coalização pode ser observada também atualmente no Brasil, pela existência de grupos políticos articulados em prol de uma agenda neoconservadora nos moldes da existente nos EUA. Essa é a hipótese de Lacerda (2019), que, em seu período de análise, de 2015 a 2018, foi comprovada, a partir de, entre outros fatos, a articulação política realizada em torno de uma série de projetos (nem todos, de fato, aprovados), como a Escola Sem Partido, o Estatuto da Família, recuos do Executivo em relação às reivindicações feministas e LGBT, a redução da maioria penal, a revogação do Estatuto do desarmamento, a reforma trabalhista e a privatização da Petrobrás através do pré-sal.

De acordo com Lacerda (2019), a própria eleição de Jair Bolsonaro à presidência é resultado da articulação da coalização neoconservadora no Brasil. Embora seja importante salientar, como faz Lima e Lima (2020), que “o conservadorismo e a direita não são instrumentos instaurados com Bolsonaro”, sendo este último apenas o expoente máximo do movimento que o levou ao maior cargo político do país. O conservadorismo, como já vimos, é uma disposição defendida para se manter a estrutura social que privilegia um certo grupo. Como aponta Cunha (2015, p. 1) é “parte do caráter constitutivo do país”, sendo um modo de enxergar e agir no mundo, portanto, que “atravessa toda a história brasileira e, empiricamente, pode-se afirmar que se faz presente tanto na esquerda quanto na direita de modo mais residual ou afetivo, respectivamente” (Lima, Lima, 2020, p. 176).

Uma pesquisa do IBOPE, de 2016<sup>25</sup>, buscou verificar o Índice de Conservadorismo, categoria criada pelo Instituto, para acompanhar as opiniões dos brasileiros sobre temas polêmicos e que costuma separar liberais de conservadores, quais sejam: a legalização do aborto, o casamento entre pessoas do mesmo sexo, a pena de morte, a prisão perpétua e a redução da maioria penal. Nessa pesquisa, 54% da população alcançou o que o IBOPE definiu como alto grau de conservadorismo. Ainda de acordo com o documento, os grupos mais conservadores são os evangélicos, os homens e os menos escolarizados, diferente dos mais liberais, que pertencem, em sua maioria, aos grupos de pessoas que fizeram faculdade e daqueles que não se identificam nem como católicos e nem evangélicos. Diante disso, percebemos a questão da religião cristã, sobretudo evangélica, e do gênero atravessando o conservadorismo brasileiro.

---

<sup>25</sup> A pesquisa pode ser acessada com mais detalhes através da reportagem da revista Exame, disponível no seguinte endereço eletrônico: [Pesquisa Ibope comprova que brasileiros estão mais conservadores | Exame](#).

Acerca da força evangélica no Bolsonarismo, Almeida (2019) explica que, embora nem todos os evangélicos sejam conservadores, a tendência hegemônica é construída e constituinte da onda conservadora vivida pelo Brasil. Não à toa, “mobilizados por pautas de costumes, pelo “medo da ameaça comunista”, pelo apelo à honestidade das “pessoas de bem” e pela defesa da ordem e da segurança pública e privada (Almeida, 2019, p. 206), esse núcleo teve bastante influência na sua eleição e no seu governo.

Essa tradição conservadora, um dos pilares de fundação da nossa sociedade, ao longo de nossa história, permitiu e incentivou grandes horrores, em nome de manter a estrutura de dominância que os privilegia. Tratando sobre isso, Silva (2017) afirma que a ideologia conservadora legitima a desigualdade social, torna a justiça um instrumento de classe e permite atrocidades em nossa história, como o holocausto negro testemunhado no sistema de escravatura vivenciado no Brasil. No presente, esse holocausto aparece nos massacres realizados nas comunidades pela polícia, instituição repressiva do Estado.

Diante desse conservadorismo, que encontra raízes na nossa história, a novidade do conservadorismo atual do Brasil, segundo Cunha (2015, p. 2), está em sua “visibilidade e articulação”, fazendo com que ele seja “comprometido com causas morais e econômicas, integrado pelo ódio ao PT e marcado por forte carga emocional” (Cunha, 2015, p. 1) e, assim, largamente difundido na sociedade, ganhando as redes sociais, os bares, as praças e os lares brasileiros.

Sobre a difusão do neoconservadorismo no Brasil, Solano (2018, p. 9) explica que ela foi possível devido ao contexto de

[...] crises econômicas e políticas que se misturam e retroalimentam, possibilita a reorganização de um campo neoconservador, que utiliza a retórica do medo e do inimigo como instrumento mobilizador, retoma os valores da família tradicional: ordem, hierarquia, autoridade, moral, frente à suposta libertinagem do campo progressista.

Para além do contexto que permitiu o discurso da coalização neoconservadora ganhar adesão no país, é preciso compreender como ele foi difundido socialmente, até ser naturalizado como uma racionalidade neoconservadora e neoliberal, guiando os modos de pensar e de agir de grande parte da sociedade brasileira. Sobre isso, Rocha (2017), ao discorrer sobre a atuação dos *think tanks* liberais brasileiros, esclarece que

Além das formas de atuação, o perfil dos ativistas liberais também se modificou. Em vez de empresários e quadros de elite, os militantes passaram a ser, em sua maioria, jovens universitários e profissionais liberais de classe média. Ao contrário do que ocorria com os primeiros *think tanks* liberais, a militância passou a se organizar de modo mais horizontal e descentralizado, o que se reflete na própria atuação das novas

organizações e think tanks liberais que foram sendo fundados a partir da metade dos anos 2000, como o Movimento Brasil Livre (MBL), Estudantes pela Liberdade (EPL), o Ordem Livre, e o já renomado Instituto Mises Brasil, fundado e presidido por um dos frequentadores das comunidades liberais no Orkut, Hélio Beltrão, e que atualmente conta com quase 190 mil curtidas na rede social que substituiu o Orkut, o *Facebook*. (Rocha, 2017, p. 8).

Além da *internet*, nas classes populares, as racionalidades neoconservadora e neoliberal são implantadas, sobretudo, pelos valores difundidos pelas igrejas neopentecostais e pela polícia, como apontamos, anteriormente na seção 2.1, através dos trabalhos de Martins (2011, 2015) e de Feltran (2020).

Cunha (2015) destaca o próprio mercado editorial brasileiro na atuação da difusão do pensamento dessas racionalidades, através da publicação de uma literatura propagandista do movimento. Segundo ele, publicações de grandes intelectuais neoconservadores foram realizadas na última década, como Russel Kirk, que teve dois livros publicados no Brasil – *A política da Prudência*, em 2013, e *A era de T. S. Eliot*, em 2011, ambos pela editora *É Realizações* –, além de autores brasileiros como Luiz Felipe Pondé e Olavo de Carvalho, formando o cânone neoconservador nacional. Com isso, o que se tem é a formação de uma intelectualidade do movimento, necessária para o alto grau de organização e articulação que é próprio dele.

A reorganização da direita brasileira para os moldes conservadores que conhecemos hoje envolveu um processo longo com várias etapas. Rocha (2021, posição 461-476.) aponta quatro principais fatores que marcaram essa organização. O primeiro, a ação de Olavo de Carvalho, a partir da década de 1990, de criar e ampliar a bibliografia conservadora, com um sistema de crenças que fortaleceu a estrutura ideológica da direita e o conflito com a esquerda, favorecendo a guerra cultural, que mais tarde tomaria as proporções que conhecemos hoje. O segundo, uma “fissura geracional” entre conservadores e progressistas, ocasionada pelo *establishment* político no campo da esquerda que vinha sendo instaurado, ineditamente, no Brasil, após quatro eleições presidenciais vencidas pelo PT. O terceiro, o agravamento dessa fissura, tendo a difusão das tecnologias digitais e a apropriação delas por uma crescente juventude de direita um grande papel, inclusive na organização de manifestações a favor do impeachment da presidente Dilma Rousseff. E, por fim, o quarto fator, a direita vai às ruas, a partir de 2013 e de forma ostensiva em 2015, hábito historicamente, no Brasil, ligado à esquerda, que costumava estar à margem do poder.

Diante desse mapeamento histórico da organização e articulação dos grupos conservadores recuperado por Rocha (2021), percebemos que, embora o Brasil tenha uma tradição política conservadora e autoritária forte, vista desde o sistema escravocrata até o regime

militar, o que experienciamos com o conservadorismo atual é uma mudança de posição de poder. Se nos outros momentos da história, os grupos conservadores sejam eles a Igreja Católica ou os militares, estavam no poder, tendo apoio de gerações que compartilhavam, em sua maioria, da mesma forma conservadora de ver o mundo, após 14 anos de governos de esquerda, e de gerações crescidas em meio a esse *establishment* liberal e progressista instaurado, os conservadores, pela primeira vez, assumem a posição que costumava ser da esquerda, tornando-se oposição. Temos, então, um movimento conservador reacionário, que, oprimido pela hegemonia cultural de esquerda, precisa organizar-se para reagir e retomar o poder não apenas político, mas de apoio social, que foi perdido.

Esse “movimento subterrâneo”, tomando de empréstimo a forma como o nomeia Rocha (2021, posição 460), foi, aos poucos, sendo organizado, até revelar-se ao país como um movimento sólido através das manifestações massivas nas ruas a partir de 2013, a eleição do parlamento mais conservador da história em 2014, as próprias falas dos deputados na votação para o Impeachment da presidente Dilma Rousseff<sup>26</sup> e, mais tarde, no alcance da vitória de Jair Bolsonaro, como presidente. Isto é, a volta do conservadorismo à centralidade do poder político no Brasil.

O neoconservadorismo brasileiro recupera um passado autoritário do período da Guerra Fria: a Doutrina de Segurança Nacional, que, em sua busca pela eliminação do inimigo interno que ameaçava a nação, funcionou como justificativa para a necessidade da implantação do Regime Militar, no Brasil, que imporia ordem à nação sob ameaça de ideias comunistas. Tendo isso em vista, Wolf (2018 *apud* Rocha, 2021, posição 1952) afirma que a guerra cultural vivenciada no Brasil, atualmente, mistura o adversário real do bolsonarismo, isto é, os governos petistas e suas políticas progressistas, com a fantasia retórica do inimigo da nação que precisa ser “varrido do mapa”. Wolf ainda explica que esse tipo de retórica do inimigo interno comum depende da crença de que existe uma identidade profunda da nação que está sob ataque. Diante disso, é criado um “nós” contra “eles”, em que o “nós” são os conservadores que visam defender os valores essenciais da nação, e o “eles”, os progressistas que pretendem “deturpar” esses valores, criando outros.

Com a reemergência do conservadorismo ao comando do país, para a consolidação do projeto de poder planejado, restava pôr em prática políticas condizentes com os ideais

---

26 “Deus” e “família” foram as palavras mais citadas pelos deputados para justificar seu voto a favor do impeachment da presidente Dilma Rousseff, em 2016. Em reportagem, o G1 apurou as palavras mais faladas, com a frequência de cada uma delas, como pode ser verificado no endereço eletrônico a seguir: [G1 - Deus, filhos... Veja os termos mais citados na votação do impeachment - notícias em Processo de Impeachment de Dilma \(globo.com\)](#).

neoconservadores. Quanto a isso, o governo Bolsonaro mostra articular-se de forma hiperorganizada para a proposição e aprovação de medidas político-econômicas em favor de um Estado neoconservador e neoliberal altamente comprometido com a restauração do poder simbólico e financeiro da elite patriarcal brasileira, com o aumento do poder das grandes corporações e com o avanço do livre mercado. A defesa da família patriarcal, dos militares, da polícia e da ordem imposta pela moralidade, sobretudo, cristã, no governo Bolsonaro, parecem atuar como uma justificativa para implantação de políticas neoliberais, que, de outro modo, não seriam facilmente aceitas.

O discurso em defesa da família e do fortalecimento dos papéis tradicionais de gênero, como aponta Petchesky (1981), dissimula o interesse que têm o neoliberalismo em manter a família baseada na figura autoritária do pai, para não haver “problemas” que levem seus membros a precisarem de programas de bem-estar social promovidos pelo Estado. Essa é uma das maneiras de manter não só o Estado mínimo, mas também o autoritarismo – traço necessário ao neoliberalismo para a sua conformação – terceirizado a uma instituição privada, e, assim, isentando-se da responsabilidade e mantendo-se como liberal. A família, em suma, atua “para o neoliberalismo, como alternativa necessária ao Estado de bem-estar social e como lastro do livre mercado, enquanto para os neoconservadores, a família é o fundamento inquestionável da ordem social<sup>27</sup>” (Cooper, 2020).

A partir disso, observamos como a ideia de privatização, seja no sentido de garantir o total livre mercado, seja no sentido de manter intocado o poder patriarcal, que Lacerda (2019) coloca como eixo do neoconservadorismo, também se mostra central na definição do governo de Jair Bolsonaro.

Tendo em vista o discutido nesta seção, percebemos o quanto o Bolsonarismo está centrado, sumariamente, em duas bases epistêmicas, cujos valores e normas guiam suas ações e seus discursos: o neoliberalismo e o neoconservadorismo. Essa identificação será de extrema valia para a análise dos dados linguísticos, no que diz respeito à associação ou não dos conhecimentos ligados a essas duas racionalidades na conceptualização da pandemia observada nas *lives* de quinta-feira.

No próximo capítulo, será realizada uma breve contextualização da pandemia de Covid-19 no Brasil, com as principais medidas sanitárias e de saúde tomadas em relação à contenção

---

<sup>27</sup> Embora a defesa da família seja interessante para os dois grupos, há uma diferença entre como isso é feito. Cooper (2020) explica que “os neoliberais tendem a ser muito menos normativos no que se refere ao tipo de forma familiar que precisa ser reforçada (monogâmica ou não, “legitimada” pelo casamento ou não, heterossexual ou outra), enquanto os conservadores estão particularmente interessados num tipo específico de família”. Embora, como aponta Petchesky (1981), um modelo autoritário parece ser ainda mais eficaz para os propósitos neoliberais.

da disseminação do vírus e ao tratamento da infecção. Além disso, iremos discorrer acerca das disputas discursivas em torno da pandemia, marcadas por, de um lado, o discurso científico e, do outro, o discurso bolsonarista, mais um indício da guerra cultural.

### **3 A PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL E A DOUTRINA DE CHOQUE NEOLIBERAL**

Neste capítulo, iremos fazer uma breve contextualização acerca da pandemia de Covid-19 no Brasil, com uma retrospectiva do início da pandemia no país, os números em relação ao contágio e às mortes; e, além disso, as principais medidas tomadas para conter a disseminação do coronavírus no Brasil. Após isso, apresentaremos as disputas de duas visões sobre a pandemia, uma representada pelas instituições científicas e outra pelo governo federal de Jair Bolsonaro, investigando os sentidos que estavam em jogo nos dois campos. E, por fim, apontaremos algumas ações consideradas neoliberais desenvolvidas pelo Governo Federal na condução da pandemia.

#### **3.1 Breve contextualização da pandemia de coronavírus no Brasil**

Os primeiros casos da Covid-19, infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, surgiram ainda em dezembro de 2019 – o que explica seu nome –, na cidade chinesa de Wuhan. Preocupava os médicos o grande número de casos de pneumonia e de febre alta em pessoas que estavam ligadas direta ou indiretamente ao Huanan, mercado de frutos do mar, que também comercializava animais silvestres; até que, feitos os exames, foi detectado o SARS-CoV-2, conhecido como coronavírus.

O surto, então, foi notificado à OMS (Organização Mundial da Saúde), e logo o mercado foi fechado e medidas de restrição a viagens e à circulação de pessoas foram sendo adotadas, até ser estabelecido, em 23 de janeiro de 2020, o *lockdown* da região, com bloqueio total de entrada e saída de pessoas (Mcmullen, 2021). Entretanto, mesmo assim, o vírus ultrapassou as fronteiras da cidade e do país, com novos e numerosos casos surgindo rapidamente em outros países asiáticos, como Tailândia, Japão e Coreia do Sul, e, depois, seguindo para a Europa e para os demais continentes (Caponi, 2020), quadro que levou a OMS a decretar uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, em 30 de janeiro de 2020<sup>1</sup>, e uma pandemia, no dia 11 de março de 2020<sup>2</sup>. Nesta última data, já eram conhecidos 118 mil casos em 114 países e 4,2 mil mortes em todo o mundo<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> [OMS declara emergência de saúde pública internacional para novo coronavírus \(www.gov.br\)](http://www.gov.br)

<sup>2</sup> [OMS declara pandemia de coronavírus | Coronavírus | G1 \(globo.com\)](http://globo.com)

<sup>3</sup> [OMS afirma que COVID-19 é agora caracterizada como pandemia - OPAS/OMS | Organização Pan-Americana da Saúde \(paho.org\)](http://paho.org)

No Brasil, o primeiro caso foi registrado em 25 de fevereiro de 2020: um homem paulista de 61 anos, que havia retornado de uma viagem à Lombardia, na Itália<sup>4</sup>. Poucas semanas depois, apesar da subnotificação pela falta de testes, inúmeros casos e mortes foram registrados, até que, em 20 de março, foi declarada pelo Ministério da Saúde a presença de transmissão comunitária do vírus no país, e, com ela, a orientação aos gestores nacionais de que era preciso adotar medidas que promovessem o distanciamento social para evitar aglomerações.

Essa recomendação vai ao encontro das intervenções que vinham sendo adotadas em outros países para frear a evolução da pandemia. Entre elas:

o isolamento de casos, o incentivo à higienização das mãos, à adoção de etiqueta respiratória e ao uso de máscaras faciais caseiras; e medidas progressivas de distanciamento social, com o fechamento de escolas e universidades, a proibição de eventos de massa e de aglomerações, a restrição de viagens e transportes públicos, a conscientização da população para que permaneça em casa, até a completa proibição da circulação nas ruas, exceto para a compra de alimentos e medicamentos ou a busca de assistência à saúde (Aquino *et al.*, 2020, p. 2424).

Diante desse quadro, em 6 de fevereiro do mesmo ano, entra, no Brasil, em vigor a Lei nº 13.979/2020 (Brasil, 2020b), que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da Covid-19 no país, entre elas, como mostra o Art. 3º, o isolamento, a quarentena e o uso obrigatório de máscaras de proteção individual. Essa postura alinhada à OMS é vista de forma positiva, nesse início, pelo próprio, na época, presidente Jair Bolsonaro, que, em seus dois primeiros pronunciamentos exibidos em horário nobre na televisão – em 6 e 12 de março –, incentiva a adoção das medidas (Bentes, Morato, 2021). Entretanto, a partir do terceiro, em 24 de março, seu posicionamento é alterado, colocando-se contra as medidas de enfrentamento preconizadas, dando início ao negacionismo como estratégia de comunicação governamental (Maeda, 2020) e, assim, a uma “guerra institucional” (Cepedisa, 2021) contra a ciência, de que iremos tratar mais detalhadamente na próxima seção.

Acerca das medidas de enfrentamento mais eficazes preconizadas pela OMS e adotadas na maior parte do mundo, elas podem ser definidas da seguinte forma:

- (i) *isolamento*, como a separação das pessoas doentes daquelas não infectadas a fim de interromper a transmissão da doença (Wilder-Smith; Freedman, 2020, tradução nossa);
- (ii) *quarentena*, como a restrição de pessoas que se presume terem sido expostas a uma doença contagiosa, mas que não estão doentes, ou porque não foram infectadas, ou porque ainda estão no período de incubação (Wilder-Smith; Freedman, 2020, tradução nossa) ou mesmo “porque, na COVID-19,

---

<sup>4</sup> [Coronavírus: Brasil confirma primeiro caso da doença - Notícia - UNA-SUS \(unasus.gov.br\)](https://www.unasus.gov.br/noticias/2020/02/25/coronavirus-brasil-confirma-primeiro-caso-da-doenca)

permanecerão assintomáticas e não serão identificadas” (Aquino *et al.*, 2020, p. 2425);

(iii) *distanciamento ou isolamento social*, como medidas públicas utilizadas para reduzir as interações em uma comunidade, “que pode incluir pessoas infectadas, ainda não identificadas e, portanto, não isoladas” (Aquino *et al.*, 2020, p. 2425), visto que a Covid-19 é transmitida por gotículas respiratórias. O fechamento de escolas e de locais de trabalho são exemplos dessas medidas;

(iv) *lockdown* ou confinamento, caso extremo de medida de distanciamento social em que há uma “intervenção rigorosa aplicada a toda uma comunidade, cidade ou região através da proibição de que as pessoas saiam dos seus domicílios – exceto para a aquisição de suprimentos básicos ou a ida a serviços de urgência – com o objetivo de reduzir drasticamente o contato social” (Aquino *et al.*, 2020, p. 2426).

Mais de um mês após entrar em vigor a Lei nº 13.979/2020, citada anteriormente, que dispõe sobre essas medidas, em 20 de março, é assinado pelo presidente da República o Decreto nº 10.282 (Brasil, 2020a), com uma lista de serviços essenciais e que, portanto, não poderiam ser paralisados, por serem necessários à sobrevivência, à saúde, ao abastecimento e à segurança da população<sup>5</sup>. Entretanto, com as pessoas com medo de adoecer e, por isso, evitando sair de casa, mesmo as atividades dessa lista foram impactadas economicamente.

De acordo com pesquisa realizada pelo IBGE (2020) acerca do impacto econômico da pandemia nas empresas brasileiras, em relação à primeira quinzena de junho de 2020, foi verificado que o setor de Serviços foi o mais atingido, com 258,5 mil (49,5%) empresas tendo suas atividades encerradas temporária ou definitivamente, seguido do Comércio, com 192,0 mil (36,7%), da Construção, com 38,4 mil (7,4%), e da Indústria, com 33,7 mil (6,4%). Entretanto, apesar do tamanho impacto econômico, maior foi o impacto quanto à preservação de vidas. Estima-se que essas medidas, somadas às vacinas, evitaram cerca de 400 mil óbitos no Brasil, como revelado por especialistas chamados à “CPI da Covid-19”<sup>6</sup> (Agência Senado, 2021).

Essas medidas não farmacológicas foram preconizadas pela OMS e adotadas por grande parte dos países como solução momentânea para reduzir a expansão do vírus. Isso aconteceu em um contexto em que, como pontua Caponi (2020, p. 209), “o escasso conhecimento sobre

<sup>5</sup> Essa lista pode ser conferida em: [Serviços essenciais - COVID-19 — Portal da Legislação \(planalto.gov.br\)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2020/2020_03/Decreto/D10282.htm)

<sup>6</sup> Nome que foi dado à Comissão Parlamentar de Inquérito instalada em 27 de abril de 2021 para investigar as possíveis omissões e irregularidades nas ações do governo federal de Jair Messias Bolsonaro na condução da pandemia de Covid-19 no Brasil. Detalhes sobre a CPI podem ser conferidos na reportagem disponível no seguinte endereço eletrônico: [O caminho da CPI da Pandemia: da instalação ao relatório final — Senado Notícias](https://www.senado.gov.br/noticias/2021/04/27/cpi-da-pandemia-da-instalacao-ao-relatorio-final).

os modos de transmissão e o papel dos portadores assintomáticos na difusão do SARS-CoV-2, aliado à inexistência de vacinas e alternativas terapêuticas específicas, têm desafiado pesquisadores, gestores da saúde e governantes”.

Diante disso, essas medidas, junto ao aumento de leitos de UTI e respiradores nos hospitais, aumento de testes e de medidas de higiene e de saneamento constituem-se, segundo Caponi (2020), como a melhor maneira de enfrentar a pandemia. Isso, visto que conseguiram diminuir o ritmo de expansão da circulação do vírus, e, com isso, “evitar o esgotamento dos sistemas de saúde e permitir o tratamento oportuno de complicações graves, bem como evitar mortes” (Caponi, 2020, p. 209).

McGrail *et al.* (2020), em estudo feito para analisar a efetividade das medidas de distanciamento social, considerando 134 países, perceberam que, globalmente, essas medidas, ao reduzirem a mobilidade, resultaram em aproximadamente 65% de redução de novos casos, no período de duas semanas, isto é, 1,57 milhão de pessoas que deixaram de ser contaminadas. Entretanto, vale destacar, como afirma Caponi (2020), que a efetividade e a sustentabilidade dessas medidas dependem de políticas de proteção social às populações em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que garantam a sobrevivência dos indivíduos e das famílias enquanto perdurarem as medidas de restrição das atividades econômicas.

Apesar desse alerta, essa não foi uma preocupação prioritária do governo brasileiro. Do momento da mudança de postura relatado até o fim da pandemia, Jair Bolsonaro minimizou a sua importância, sendo um dos poucos dirigentes mundiais – ao lado de Donald Trump (EUA), Boris Johnson (Inglaterra), Daniel Ortega (Nicarágua) e outros líderes – que se recusaram a reconhecer a ameaça que ela representou à vida, preocupando-se apenas com a saúde do mercado – posicionamento, que, diferente de outros líderes, levou até o fim desse período.

Ao longo desse tempo, a partir do negacionismo adotado, o presidente, não só se pôs contrário às medidas preconizadas pela OMS e adotadas pelos prefeitos e governadores do país<sup>7</sup>, como incentivou as pessoas a descumprirem-nas, encorajando-as a continuar suas vidas normalmente, em vez de prover assistência social suficiente para que, principalmente aqueles mais vulneráveis, pudessem ficar em casa enquanto não era encontrada uma solução. E, mesmo ao chegar à solução na forma da vacina, capaz de imunizar a população, pôs em xeque sua segurança e mediu esforços para comprá-la e disponibilizá-la para a população, como veremos mais à frente.

---

<sup>7</sup> [Decisão do STF sobre isolamento de estados e municípios repercute no Senado — Senado Notícias](#)

Como resultado, no Brasil, 230.452 óbitos foram registrados apenas em 2020<sup>8</sup>, número que ainda conseguiu ser superado em 2021, com 412.880 mortes pela doença<sup>9</sup>, fazendo deste último o ano mais letal não só da pandemia, mas também da história, com o maior número de mortes já registrado no país<sup>10</sup>. Com a chegada das vacinas, a ampliação do programa de vacinação e a posterior adesão em massa da população<sup>11</sup>, esse número caiu até chegarmos ao fim da pandemia.

Entretanto, ela deixa o saldo de mais de 700 mil vidas perdidas no país<sup>12</sup> para a covid-19, e, junto a elas, famílias enlutadas, filhos órfãos e histórias interrompidas, que poderiam ter um rumo diferente.

### **3.2 Disputas discursivas sobre a pandemia de Covid-19: o discurso científico e o discurso bolsonarista**

O período pandêmico, no Brasil, como sabemos, ficou marcado pela postura negacionista adotada pelo governo do então presidente Jair Bolsonaro em relação à gravidade da pandemia, o que fez surgirem sucessivos embates contra as orientações de órgãos científicos, como a OMS, e os gestores de saúde e políticos que as transformassem em ação. Essas disputas ganharam ares de uma verdadeira guerra institucional – nesta dissertação chamada de guerra discursiva<sup>13</sup> –, como mostra Cepedisa (2021), ao reunir 3.049<sup>14</sup> normas relativas à Covid-19 resultantes do embate entre o governo federal e as tentativas de resistência dos demais Poderes, dos entes federativos, de instituições independentes e da sociedade. Em conclusão, Cepedisa

---

<sup>8</sup> Esse número é 18,2% maior do que o divulgado pelo sistema de informações do Ministério da Saúde (194.949 mortes), discrepância que, segundo estudo da Fiocruz, se deve à demora no registro de óbitos e à reclassificação das causas de morte. [Estudo analisa registro de óbitos por Covid-19 em 2020 \(fiocruz.br\)](#)

<sup>9</sup> [Brasil encerra 2021 com 412.880 mortes no ano por Covid-19 \(cnnbrasil.com.br\)](#)

<sup>10</sup> [Em 2021, número de óbitos bate recorde de 2020 e número de nascimentos é o menor da série | Agência de Notícias \(ibge.gov.br\)](#)

<sup>11</sup> Conforme dados do Consórcio de Veículos de Imprensa, mais de 80% da população completou a vacinação: [Mapa da vacinação contra Covid-19 no Brasil | Vacina | G1 \(globo.com\)](#).

<sup>12</sup> [Brasil chega à marca de 700 mil mortes por Covid-19 — Ministério da Saúde \(www.gov.br\)](#)

<sup>13</sup> Essa guerra institucional entre o Bolsonarismo e a ciência será aqui chamada de guerra discursiva devido ao nosso interesse em destacar a disputa entre dois modos de enxergar a pandemia, que se deu através de textos orais, escritos, verbais e não verbais que circulam em meio a esse evento sócio-histórico. Está em jogo, nessa disputa, não só a aceitação pública de uma versão sobre o que é a pandemia, mas também, a promoção de modos de agir conforme uma intencionalidade coletiva, seja ela a saúde das pessoas, seja a do mercado.

<sup>14</sup> Nessa pesquisa, Cepedisa (2021) analisa (i) atos normativos da União, incluindo a edição de normas por autoridades e órgãos federais e vetos presidenciais; (ii) atos de obstrução às respostas dos governos estaduais e municipais em relação à pandemia; e (iii) a propaganda conduzida pelo governo federal contra a saúde pública na forma de notícias falsas, desinformação e de discurso político que mobiliza argumentos econômicos, ideológicos e morais com o objetivo de enfraquecer a adesão popular às recomendações de saúde baseadas em evidências científicas.

(2021) afirma que, longe de uma incompetência ou negligência do governo, houve, na verdade, “uma *estratégia institucional de propagação do vírus* promovida pelo governo federal sob liderança do Presidente da República” (Cepedisa, p. 7, grifo nosso).

Diante de uma calamidade pública como foi a pandemia, a saúde coletiva da população depende da implementação de políticas públicas eficazes pelo Estado, o que só é possível com uma ação técnica e coordenada entre entes federados sob a liderança da União (Cepedisa, 2021). Em vez disso, o que vimos no Brasil, conforme o boletim produzido pelo Centro de Pesquisas e Estudos de Direito Sanitário (Cepedisa, 2021), foi a população sendo confundida por meio de ações e orientações desarticuladas e conflitantes entre os entes federativos e a União e de informações sem fundamento sobre medidas sanitárias que são um consenso entre especialistas, instaurando uma resistência à adoção delas, e, além disso. Nesse cenário, o Supremo Tribunal Federal (STF), como instância máxima do poder judiciário, passou a atuar para sanar as “controvérsias jurídico-sanitárias”<sup>15</sup> (Cepedisa, 2021, p. 45).

A condução desarticulada e conflitante observada tem impacto direto no aumento do número de casos e de mortes observado no país. Como mostram Fernandes *et al.* (2021), baseando-se no que eles chamaram de grau de entropia – isto é, de desordem do sistema –, a partir de análises estatísticas, foi concluído que países que foram mais proativos em implementar medidas como máscaras faciais, distanciamento social, quarentena, testes populacionais massivos e orientações sanitárias, tiveram menor grau de desordem e, conseqüentemente, menos mortes por Covid-19<sup>16</sup>. O Brasil, segundo o mesmo estudo, ocupa a 16ª posição da lista de países com maior grau de desordem e, portanto, de mortes ocasionadas pela falta de atuação coordenada em defesa das medidas de prevenção do coronavírus.

Em certo ponto, a tensão da disputa entre o governo federal bolsonarista e os outros entes federativos e o STF se intensificou tanto que a guerra discursiva ganhou ares mais literais, com ataques e ameaças sendo disparados por membros do governo. Exemplo nítido disso ocorreu em vídeo gravado da reunião ministerial de 22 de maio, em que o então ministro da educação, Abrahin Weintraub, sugeriu a prisão dos ministros do STF; a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damare Alves, defendeu prender governadores e prefeitos

---

<sup>15</sup> Entre as ações do STF, está a decisão em relação à autonomia dos estados e municípios sobre as medidas locais de enfrentamento à pandemia (STF, 2020b); como também à obrigatoriedade da União de apresentar um Plano Nacional de combate à Covid-19 (STF, 2021); e à vacinação compulsória, com consentimento do usuário, promovendo sanções para aqueles que não a aderirem, visando à saúde coletiva (STF, 2020a).

<sup>16</sup> Este foi o caso de países como Taiwan, Vietnã, Nova Zelândia, Cingapura, Islândia, Tailândia, Chipre, Estônia e Noruega, apontados pelo estudo feito com 42 países entre fevereiro de 2020 e janeiro de 2021.

após a pandemia; e o próprio presidente Jair Bolsonaro sugeriu armar a população contra os governadores (Rosário, 2020).

Mesmo com as ameaças e sem o apoio da União, as medidas de enfrentamento à covid-19 continuaram a ser implementadas em todo o país pelos governadores e prefeitos, e sendo incentivadas pela mídia – esta última, como veremos no Capítulo 4, seção 4.2, tendo um papel fundamental na divulgação de informações no combate à desinformação. De acordo com Campos (2021), dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), de 2020, apontam que, das 5.393 prefeituras do país, 76% delas adotaram alguma medida de distanciamento social devido à pandemia de Covid-19<sup>17</sup>, com apenas 74 prefeituras que não adotaram nenhuma. Desse modo, percebe-se como foi valiosa a atuação das administrações municipais para evitar ainda mais mortes no país.

Entretanto, mesmo com a adoção das medidas, como dito na seção anterior, em um país com tamanha desigualdade social como o Brasil, sem assistência social não há como as pessoas terem condições de permanecerem em casa. Por isso, depois de grande mobilização social e política da oposição<sup>18</sup>, algumas medidas de assistência social foram tomadas pelo governo federal, como o Auxílio Emergencial Temporário (AET), que, criado em 1º de abril de 2020, instituiu, pela Medida Provisória nº 936/20 (Brasil, 2020d), entre outras medidas, repasse financeiro no valor de R\$ 600,00 por pessoa<sup>19</sup>.

Quanto à assistência para a manutenção de empregos – ou, na verdade, das empresas –, ainda em março, depois da repercussão negativa, é revogada a MP 927/20<sup>20</sup> (Brasil, 2020c),

---

<sup>17</sup> Entre elas, a pesquisa cita o uso obrigatório de máscaras, a desinfecção dos locais públicos, e a compra e aplicação de testes para a covid-19.

<sup>18</sup> De acordo com Coletivo Reajuste (2020), “apesar da tentativa atual de Bolsonaro de adotá-lo como obra sua, o auxílio foi fruto de muita pressão política e social. Na verdade, a versão do presidente para o benefício só foi apresentada após uma enxurrada de críticas à sua omissão diante da pandemia e foi completamente insuficiente. Bolsonaro propôs o pagamento de apenas R\$ 200, limitado a trabalhadores informais, durante somente três meses. Em contraponto, a proposta da oposição ao governo no congresso - que acabou sendo aprovada - previu um auxílio de R\$ 600,00. Bolsonaro ainda barrou boa parte da ampliação do benefício prevista pelos parlamentares, como o pagamento do auxílio a motoristas de aplicativo de transporte, taxistas, caminhoneiros, agricultores familiares, ambulantes de praias e garçons”.

<sup>19</sup> O AET, segundo Pozzebom (2020), em reportagem da Agência Senado, oferecia, com o limite de 2 beneficiários na família, esse valor para pessoas que estivessem desempregadas, fossem autônomas, trabalhadores informais ou microempreendedores individuais, com duração de três meses, podendo o prazo ser estendido. No caso de família monoparental (mães-solo) foram concedidos R\$ 1.200,00. O AET teve sua última parcela paga em outubro de 2021, e., em dezembro, o Auxílio Brasil, substituto do Bolsa Família, mesmo com oposição do mercado financeiro contra os custos causados, devido à pressão social da população vulnerável que tinha seu destino incerto, daria prosseguimento com um valor de 400 reais até o final de 2022, o que garantiria apoio popular ao ex-presidente para disputar as eleições de 2022.

<sup>20</sup> Essa medida foi criada para flexibilizar regras trabalhistas, com o objetivo de conter o impacto da pandemia do novo coronavírus sobre a atividade econômica. Entre as medidas, além da suspensão de salários (que foi revogada), estão o teletrabalho, a prorrogação temporária de acordos coletivos e a antecipação de férias. Mais informações podem ser conferidas em: [Artigo que previa suspensão de salários é retirado de MP; veja como ficou a medida - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](#)

que autorizava a suspensão de salários por até 4 meses para os empregados que aderissem às medidas de isolamento social. Entretanto, mais tarde, através da MP 936/20 (Brasil, 2020d) já citada, o governo federal volta atrás e, atendendo aos interesses do empresariado e desencorajando o isolamento social, manteve a possibilidade da redução proporcional de jornada de trabalho e de salário, e da suspensão temporária do contrato de trabalho. Ainda nessa linha, depois, em 3 de abril de 2020, por meio da MP 944/2020 (Brasil, 2020e), o governo federal cria o Programa Emergencial de Suporte a Empregos, que oferece uma linha de crédito de R\$ 34 bilhões para as empresas, colocando como condição para adesão a obrigação do empresário não demitir funcionários por pelo menos 60 dias<sup>21</sup>.

Apesar de relevantes, essas políticas não foram suficientes para assistir as pessoas, o que fez ser apresentada, em 5 de maio de 2020 – quando mais de 7300 brasileiros já haviam perdido suas vidas –, à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA), uma denúncia contra o então presidente Jair Bolsonaro por violações aos direitos humanos na pandemia de Covid-19. A denúncia, realizada por lideranças de organizações brasileiras de direitos humanos, relatava, segundo Oliveira (2020), violações dirigidas às populações vulneráveis, visto que a doença se espalhava principalmente nas favelas, nos presídios, em comunidades terapêuticas, e entre a população de rua, trans e profissionais do sexo devido à falta de políticas e de orientação para essas pessoas. Além disso, ainda de acordo com Oliveira (2020), permeia o fato de os direitos indígenas serem violados em suas terras por omissão do governo diante do contágio trazido por garimpeiros e desmatadores; e de ter havido uma série de dificuldades para garantir o acesso à renda básica emergencial<sup>22</sup>; o descumprimento da lei federal de segurança alimentar que garante alimentação para as famílias de estudantes de escolas públicas; assim como a desproteção à agricultura familiar, aos catadores de lixo e à economia solidária por se negar a sancionar o Projeto de Lei 873/20 que lhes garantiria uma renda.

Essa realidade de desassistência é refletida no número de pessoas que conseguiu permanecer seguindo as medidas de isolamento social. Pesquisas do Datafolha mostram que, embora em março de 2020, 73% da população aprovasse as medidas de isolamento social

---

<sup>21</sup> [Governo libera R\\$ 34 bilhões para empresas pagarem salários na pandemia — Senado Notícias](#)

<sup>22</sup> Isso se deve ao fato de o cadastro ser feito por um aplicativo de celular, o que requer internet e letramento digital, elementos que, em um país extremamente desigual como o Brasil, não são tão comuns. Mesmo assim, quando conseguem, Lemos e Assis (2020) salientam que muitos não são aprovados pela Receita Federal, o que fez com que, em busca de informações e de sacar o auxílio, se aglomerassem em filas de banco. Portanto, “o Estado põe parte dessa população marginalizada no front do surto, à espera de um milagre, indo contra as recomendações das inúmeras agências sanitárias, nacionais e internacionais, quando “furam” o distanciamento social para garantir o básico à vida” (Lemos; Assis, 2020, p. 36).

(Gielow, 2020), em abril, apenas 18% as seguiam<sup>23</sup>. Número que sofre ainda mais queda com o passar dos meses, chegando à taxa de 8% em agosto do mesmo ano, como pode ser visto na Figura 2, a seguir.

Figura 2 – Queda da taxa de adesão ao isolamento social no Brasil em meio à pandemia em 2020

	1º a 3/04	17/04	27/04	25 e 26/04	23 e 24/06	11 e 12/08
<b>Vivendo normalmente, sem mudar nada na rotina</b>	4%	4%	3%	3%	3%	6%
<b>Tomando cuidado, mas saindo de casa para trabalhar e fazer outras atividades</b>	24%	26%	27%	35%	34%	44%
<b>Saindo de casa só quando é inevitável</b>	54%	50%	53%	50%	51%	43%
<b>Totalmente isolado, sem sair de casa de jeito nenhum</b>	18%	21%	16%	13%	12%	8%

Fonte: Instituto Datafolha (Gielow, 2020).

Os números de queda da taxa de adesão ao isolamento social no Brasil também podem ser observados como indicativos do sucesso da estratégia negacionista posta em prática pelo Governo Federal de Jair Bolsonaro contra o discurso científico. Pensando nisso, conforme postulam Diethelm e Mckee (2009, tradução nossa), os processos de negacionismo apresentam cinco características: (i) identificação de conspirações, quando acredita-se que um consenso científico acontece quando um grupo secreto de pesquisadores se reúne combinados em uma conspiração, e não que as pesquisas ocorrem independentemente e chegam a um mesmo resultado; (ii) o uso de falsos especialistas, quando usa-se indivíduos que se dizem especialistas em determinada área, mas cujas opiniões são totalmente inconsistentes com o conhecimento estabelecido; (iii) a seletividade, focalizando em artigos isolados que contrariam o consenso científico; (iv) a criação de expectativas impossíveis sobre o que uma pesquisa pode entregar; e (v) o uso de deturpações e de falácias lógicas. Todas essas características, segundo Camargo Junior e Coeli (2020), são passíveis de serem observadas nas discussões públicas sobre a pandemia no Brasil – e permeiam o modelamento sociocognitivo e discursivo da pandemia, como demonstraremos, à frente, no Capítulo 7.

Exemplos dessas características do negacionismo bolsonarista sobre a pandemia podem ser observados em várias falas do ex-presidente. Por exemplo, quando (i) contrariando a

<sup>23</sup> [Adesão ao isolamento social cai, diz Datafolha | G1 \(globo.com\)](#)

afirmação da OMS de que o Sars-CoV-2 provavelmente tem origem animal, insinuou que a China haveria criado o vírus em laboratório<sup>24</sup>; (ii) também, em um pronunciamento em rede nacional de rádio e televisão, em 8 de abril, citou o exemplo do médico Roberto Kalil Filho, então diretor-geral do Centro de Cardiologia do Hospital Sírio-Libanês, que tomou a cloroquina para defender o uso do medicamento<sup>25</sup>; (iii) quando apresentou, em uma *live* de quinta-feira (26 de fevereiro de 2021) um suposto estudo de “uma universidade alemã”, segundo o qual as máscaras de proteção facial são prejudiciais à saúde das crianças, quando tratava-se de uma enquete para um banco de dados<sup>26</sup>; (iv) quando comunicou, na *live* de 17 de fevereiro de 2021, que iria pedir para o seu governo que fosse feita uma pesquisa sobre a relação entre o uso de máscaras em carros, a concentração de CO<sub>2</sub>, o sono e o aumento de acidentes de trânsito<sup>27</sup>; (v) e quando deturpou os dados de uma pesquisa e associou, em 21 de outubro de 2021, a vacina contra a Covid-19 ao risco de contrair o vírus HIV e de desenvolver Aids<sup>28</sup>.

O discurso negacionista empreendido pelo ex-presidente e seu governo pôs-se contra o discurso científico não só contrariando as medidas sanitárias e a vacinação, como propondo alternativas a elas. Durante todo o período pandêmico, viu-se o então presidente defender abertamente o isolamento vertical, e o uso do kit Covid para o tratamento precoce da Covid-19, termos que podem ser definidos da seguinte forma:

- (i) *Isolamento vertical*: diferente da forma horizontal, em que todos ficam em casa, aqui apenas o grupo de risco precisa fazer isso, que, no caso da Covid-19, é formado por idosos e pessoas com doenças como diabetes, hipertensão (pressão alta), problemas cardíacos, obesidade e outras doenças que afetam os sistemas respiratório, imunológico ou neurológico. Assim, jovens e pessoas saudáveis poderiam circular normalmente. A Organização Mundial de Saúde foi contra essa forma de isolamento, uma vez que os jovens podem contrair e transmitir a doença para os mais vulneráveis e o número de contaminados pode aumentar rapidamente (Fiocruz, 2020);
- (ii) *Kit Covid*: um grupo de medicamentos que assume diferentes configurações, sendo composto, em geral, por cloroquina ou hidroxicloroquina e ivermectina, além de

<sup>24</sup> [Teorias conspiratórias mobilizam o bolsonarismo com explicações simplórias da realidade - Jornal O Globo](#)

<sup>25</sup> [Bolsonaro cita Kalil e defende cloroquina em pronunciamento - Estadão \(estadão.com.br\)](#)

<sup>26</sup> [Suposto estudo citado por Bolsonaro para criticar uso de máscaras é uma enquete on-line – Política – CartaCapital](#)

<sup>27</sup> Esse dado parte do *corpus* das lives de quinta-feira de 2021 analisadas nesta dissertação.

<sup>28</sup> [Entenda a confusão entre a ligação da vacina contra Covid-19 e HIV | Exame](#)

algumas outras opções como azitromicina, lopinavir/ritonavir e dexametasona, entre outros (Rodrigues; Santos; Carreon, 2021);

- (iii) *Tratamento precoce*: no senso comum, esse termo, apesar do nome, surgia como sinônimo de “tratamento preventivo” ou “tratamento profilático”, numa clara confusão entre os termos e seus significados nas diferentes áreas da medicina. Enquanto o tratamento precoce se aplica apenas quando detectada uma doença, como forma de atuar contra ela desde sua descoberta – quando os sintomas ainda estão leves –, o tratamento preventivo ou profilático se realiza como forma de prevenir uma enfermidade. No caso da covid-19, apesar de o tratamento precoce se referir a todas essas opções, nenhuma delas seria viável, uma vez que não existiam – e nem existem até hoje – protocolos de tratamento comprovadamente eficazes, nem formas de prevenir a doença baseadas em medicação (Rodrigues; Santos; Carreon, 2021).

A defesa do tratamento precoce se inicia com pesquisas relacionando a hidroxicloroquina à Covid-19. Fazendo uma breve retrospectiva, Caponi *et al.* (2021) descrevem que tudo começou quando, em 29 de janeiro de 2020, uma reportagem do *Hubei Daily*, jornal estatal chinês, divulgou que pesquisadores identificaram, por meio de testes *in vitro*, três substâncias antivirais que pareciam inibir o SARS-CoV-2, uma delas, a cloroquina. Mais tarde, ainda segundo os autores, no início de fevereiro de 2020, pesquisadores do Instituto de Virologia Wuhan e de outras instituições chinesas publicaram uma carta ao editor na revista *Cell Research* detalhando a ação desses dois medicamentos, entre eles, mais uma vez, a cloroquina. Sabendo-se que não é seguro afirmar a eficácia de um medicamento para uma doença nova com tanto pouco tempo de estudo, a OMS incluiu, no mesmo mês, o medicamento em uma lista de prioridade de ensaios clínicos. Entretanto, antes da finalização dessas pesquisas, a partir de julho de 2020, diversas outras foram publicadas mostrando a ineficácia desse e de outros medicamentos similares no combate ao novo coronavírus (Caponi *et al.*, 2021).

Durante o período – e mesmo depois, no caso de Jair Bolsonaro –, muitas foram as campanhas de supostos especialistas e gestores em todo o mundo<sup>29</sup> que incentivavam a

---

<sup>29</sup> Caponi *et al.* (2021) relembram que a Coreia do Sul incorporou, no início da pandemia, o tratamento off-label para a Covid-19 com a hidroxicloroquina. Também rememoram que James Todaro, médico e investidor estadunidense que utilizava suas redes sociais para reclamar do impacto da pandemia nos investimentos em *bitcoin*, em 12 de março, afirmou que a Coreia do Sul havia reduzido significativamente a letalidade do coronavírus prescrevendo um tratamento para COVID-19 combinando cloroquina com zinco. Postagens que geraram muitas curtidas e muitos compartilhamentos. Além dele, Gregory Rigano, advogado com experiência médica, ficou famoso na *internet* quando compartilhou um vídeo no *Youtube* no qual o médico francês Didier Raoul informava a cura em seis dias de tratamento de cloroquina ou hidroxicloroquina em todos os pacientes de COVID-19 tratados por ele em um hospital.

utilização desse medicamento e de seus similares. Entre eles, Donald Trump, em 18 de maio de 2020, revelou a jornalistas estar fazendo uso do medicamento, contrariando a recomendação do próprio governo, que havia advertido contra o uso da cloroquina depois de evidências de arritmia cardíaca em pacientes causada por seu uso (Idoeta, 2021).

No caso brasileiro, Jair Bolsonaro começou sua incansável defesa do medicamento em uma *live* de quinta-feira, em 19 de março de 2020, quando a citou e afirmou que os EUA haviam liberado “um remédio com potencial para tratar o coronavírus”<sup>30</sup>. Depois, tanto Luiz Henrique Mandetta, então ministro da Saúde, quanto seu substituto, Nelson Teich, foram contrários aos posicionamentos negacionistas do ex-presidente, dentre eles a liberação da cloroquina para casos leves de covid-19, por não haver evidências científicas, o que fez serem desvinculados do ministério, embora fossem ideologicamente ligados à direita brasileira (Caponi *et al.*, 2021).

O terceiro Ministro da Saúde durante a pandemia, o general Eduardo Pazuelo, militar sem formação na área da saúde, colocou em prática os desejos de Bolsonaro. Em 20 de maio de 2020, é publicado um manual com orientações para o manuseio de “medicamentosos precoce” (Brasil, 2020f), com a cloroquina fazendo parte do protocolo oficial de tratamento de casos leves de pessoas contaminadas com o novo coronavírus, recomendando que o acesso ao medicamento se dê por meio de prescrição médica.

Vale salientar que, no próprio documento, é demonstrada a falta de segurança do medicamento e a tentativa de eximir-se de responsabilidade do governo, visto que “o paciente deve assinar um ‘Termo de ciência e consentimento para uso de hidroxiclороquina/cloroquina’, em função dos riscos desses medicamentos, passando a responsabilidade de eventuais consequências para o próprio paciente” (Caponi *et al.*, 2021, p. 90). A partir disso, como salientam Caponi *et al.* (2021, p. 91), “muitos municípios e planos de saúde passaram a implantar tratamentos à base de cloroquina para pessoas com sintomas leves, sem sintomas ou até como prevenção de forma ampla”, os chamados tratamentos precoces com o kit Covid, sobre os quais comentamos anteriormente.

Nessa breve retrospectiva que fizemos até aqui, podemos perceber a verdadeira guerra instalada na condução do enfrentamento à pandemia. Nela, diferentes visões e posicionamentos ganharam cena, e diversos embates foram travados com a ciência tentando barrar o negacionismo propagado pelo governo brasileiro por meio de uma estratégia de comunicação poderosa e de alto alcance, haja vista que seu maior defensor era o próprio presidente da República.

---

<sup>30</sup> [A história de Bolsonaro com a hidroxiclороquina em 6 pontos: de tuítes de Trump à CPI da Covid - BBC News Brasil](#)

Nesse sentido, buscando refletir sobre as motivações para a adoção do posicionamento do governo federal de negar a gravidade da pandemia e defender medidas contrárias à ciência, cabe a nós nos perguntarmos, como o faz Caponi (2020, p. 2010): “por que a obstinada negação do poder Executivo para aceitar o único cominho possível hoje existente para enfrentar a epidemia? Por que motivo a contraposição às medidas de isolamento acabou adotando um caráter de verdadeira batalha ideológica?”. Tentaremos responder a essas inquietações na próxima seção.

### 3.3 Implicações da condução neoliberal da pandemia pelo governo Jair Bolsonaro

Na tentativa de responder às perguntas feitas no final da seção anterior, recorreremos ao que Klein (2021) chama de *capitalismo de desastre*, forma de capitalismo que tenta explorar um desastre para produzir lucro, que a autora defende ter sido experienciada por nós durante a pandemia de coronavírus. Isso se fez visto quando, no mesmo momento em que tivemos um empobrecimento profundo da população e muitos mortos, foi testemunhado também um “boom econômico”, seja de empresas extrativistas usando a pandemia para se recusar a cumprir regulamentações<sup>31</sup>, seja de grandes corporações de tecnologia aproveitando as necessidades de distanciamento para promover uma espécie de privatização do ensino público, que passa a depender das plataformas digitais para acontecer (Klein, 2021).

O capitalismo de desastre observado durante a pandemia não é algo novo. Segundo Klein, o neoliberalismo se constitui como uma *doutrina de choque* (Klein, 2008). Em suas palavras, “uma estratégia política que consiste em usar crises em larga escala para promover políticas que sistematicamente aprofundam a desigualdade, enriquecem as elites e minam os demais” (Klein, 2020<sup>32</sup>), o que acontece desde o período em que foram implantados regimes ditatoriais no Sul global, que funcionaram como verdadeiros laboratórios dessa doutrina pelos

---

<sup>31</sup> Com o intuito de “passar a boiada” enquanto todos se preocupavam apenas com a Covid-19, como foi dito pelo então ministro do Meio Ambiente da gestão de Jair Bolsonaro, Ricardo Salles, várias foram as ações empreendidas pelo governo federal para desregulamentar as leis ambientais, favorecendo a grilagem e o desmatamento. Entre elas, está a transferência da competência para realizar concessões de florestas públicas federais do Ministério do Meio ambiente para o Ministério da Agricultura; e a preparação para votação, depois de 15 anos de tramitação na Câmara, a PL 3729, de 2004, que pretendia relegar a cada município a definição, de forma independente, as regras de seus processos de licenciamento, promovendo, assim, um afrouxamento ainda maior das regras. Essas e outras medidas podem ser conferidas na reportagem do Brasil de Fato, disponível no seguinte endereço eletrônico: [O que passou na “boiada” de Ricardo Salles durante a pandemia? | Geral \(brasildefato.com.br\)](https://brasildefato.com.br/boiada-ricardo-salles-durante-pandemia/)

<sup>32</sup> A citação direta está sem indicação de localização devido ao arquivo não ser paginado.

*Chicago boys* (Klein, 2008). Desse modo, o modo oportunista e cruel como se deu a produção de capital durante a pandemia é algo não só não inédito, mas fundante ao neoliberalismo.

Ainda conforme Klein (2020), para as elites políticas e econômicas, os momentos de crise são a oportunidade perfeita para impulsionar políticas neoliberais impopulares, responsáveis por aumentar ainda mais sua riqueza. No caso do Brasil, como descreve Maeda (2020<sup>33</sup>), essa elite “tem um rosto: é um homem branco, adulto, heteronormativo e autoproclamado religioso, o que marca sua visão de mundo e seus interesses”. Por conseguinte, o que foge a essa normatividade é o “outro”, isto é, “não branco, não homem cis/hetero, não adulto, sem posses ou sem religião” (Maeda, 2020). Esse grupo é inferiorizado ao ponto de não serem corpos cuja vida tem importância; ao ponto de serem desconsiderados no momento de pensar e aplicar políticas públicas para o país.

Os desejos da elite brasileira, durante a pandemia de Covid-19, foram contemplados pelo governo federal não só, como vimos, pelos bilhões em liberação de crédito, mas principalmente, na defesa e aplicação de duas políticas públicas: o isolamento vertical e o tratamento precoce com o kit covid.

Em relação à primeira, Del Passo e Valle (2020) apontam que faz parte do grupo da elite associada ao bolsonarismo que a defendia a grande burguesia industrial e comercial, representada por grandes empresários como Luciano Hank, da Havan, e Flávio Rocha, das lojas Riachuelo, além de muitos outros como a rede de lojas Centauro e a de restaurantes Madero. Conforme os autores, “em comum, estas empresas e entidades buscam apelar ao impacto econômico da crise e seus efeitos deletérios para o emprego e a renda dos trabalhadores para defender o funcionamento do comércio e minimizar os riscos inerentes ao isolamento restrito aos grupos de risco” (Del Passo; Valle, 2020). Em conformidade com esse pensamento, o governo federal atendeu aos interesses desse grupo, aproveitando-se da crise para afrouxar direitos trabalhistas e para injetar dinheiro em seu capital, através das medidas provisórias 936/20 (Brasil, 2020d) e 944/2020 (Brasil, 2020e), como vimos na seção anterior, pondo em prática, dessa forma, políticas neoliberais impopulares, que, não fosse em um momento com tantas preocupações como aquele, enfrentariam grande repressão social.

Além da burguesia comercial, outro grupo apontado por Del Passo e Valle (2020) ao qual o bolsonarismo se alinhou no apoio ao isolamento vertical foi, em grande parte, o agronegócio. Grande parcela desse segmento defendia a exclusão dos produtores rurais às

---

<sup>33</sup> A citação direta está sem indicação de página, pois a fonte consultada não é paginada. O mesmo para a citação de Del Passo e Valle (2020).

medidas de isolamento social, alertando para o risco de desabastecimento das cidades e da manutenção de empregos ligados à produção para a exportação (Del Passo; Valle, 2020) – discurso que, como veremos, mostra-se recorrente no modelamento sobre a pandemia do ex-presidente aqui estudado. Vale salientar que esta última atividade teve recordes batidos<sup>34</sup>, enquanto a população do país, empobrecida, passava fome sem ter como comprar os produtos inflacionados no supermercado<sup>35</sup>.

Quanto aos outros grupos de poder, como a burguesia financeira, o capital bancário nacional, as telecomunicações, a indústria de alimentos e supermercados e os pequenos e médios produtores, em sua maioria, puseram-se a favor do discurso científico. Em grande parte, isso ocorreu devido a serem beneficiados, de alguma maneira, com as políticas de isolamento. Esse foi o caso das “medidas de socorro” concedidas pelo Banco Central aos bancos nacionais; além do aumento do consumo de alimentos e do fluxo de dados na *internet*, com a alteração na rotina das famílias e dos trabalhadores que passaram a atuar em *home office*, o que beneficiou, respectivamente, os ganhos das empresas de alimentos e de telecomunicações.

Buscando sintetizar os achados de Del Passo e Valle (2020) acerca do alinhamento ao discurso científico – em favor do isolamento horizontal – ou ao negacionismo bolsonarista – a favor do isolamento vertical – de setores de poder da sociedade e da adesão popular a eles, organizamos o seguinte quadro:

Quadro 1 – Posicionamento de grupos de poder no Brasil em relação às medidas de isolamento social

Discurso adotado	Grupo de poder	Pontos defendidos	Adesão popular de grupos sociais
<b>Discurso científico</b>	Burguesia financeira associada	Defesa da estabilidade política do governo.	Classes médias e frações trabalhadoras favoráveis ao isolamento social com proteção social (programas de assistência do governo).
	Capital bancário nacional	Defesa do isolamento social como o meio mais eficaz para a recuperação da economia.	
	Indústria automotiva		
	Telecomunicações	Defesa do isolamento social e cooperação com os órgãos oficiais para a transmissão de dados e aumento da oferta de internet.	
	Indústria de alimentos e supermercados	Defesa do isolamento social e da responsabilidade com a saúde e bem-estar dos brasileiros.	
	Pequenos e médios produtores		
<b>Discurso bolsonarista</b>	Burguesia comercial e de serviços	Defesa do isolamento vertical e contra as proteções sociais e trabalhistas. Contraposição entre riscos da Covid-19 <i>versus</i> perdas econômicas.	Pequeno e médio capital e trabalhadores

<sup>34</sup> [Exportações de commodities do Brasil em 2020 têm recordes que vão do petróleo ao café | Agronegócios | G1 \(globo.com\)](#)

<sup>35</sup> [Desemprego e inflação agravam fome e brasileiro faz fila para ossos e pelancas | Economia | iG](#)

	Burguesia industrial	Defesa do isolamento vertical. Evocação do interesse nacional, através da manutenção das atividades produtivas e dos empregos.	informais desorganizados.
	Agronegócio	Defesa do isolamento vertical. Evocação do interesse nacional, através do risco de desabastecimento das cidades e manutenção dos empregos.	

Fonte: Elaboração própria a partir de Del Passo e Valle (2020).

Contudo, se defender o isolamento vertical não fosse o suficiente para angariar apoio popular e fazer com que os grupos “saudáveis” saíssem para trabalhar, havia a segunda aposta do bolsonarismo junto às elites econômicas: a defesa de um tratamento precoce com medicamentos cuja eficácia não tinha comprovação científica.

Acerca dos interesses velados da insistência nesses medicamentos, Caponi *et al.* (2021, p. 85) afirmam que “investidores e líderes políticos pró-mercado apostaram na cloroquina como uma bala mágica capaz de curar a doença e evitar medidas que prejudicassem o mercado, como a necessidade de estabelecer distanciamento social, isolamentos e quarentenas”. Desse modo, vender a cloroquina como solução para a pandemia, algo que, até o final de 2020, com as vacinas, a ciência não tinha, seria uma forma de tornar as pessoas confiantes a saírem do isolamento social, voltando a viver suas vidas normalmente; afinal, em caso de contrair a Covid-19, já haveria um tratamento precoce para ela.

Além disso, a defesa da cloroquina<sup>36</sup> resguardava outro interesse. Gussen (2021) aponta que a única indústria farmacêutica estrangeira autorizada a vender a hidroxicloroquina no Brasil era o laboratório francês Sanofi Aventis, em que Donald Trump é um dos maiores investidores. Além desse laboratório, segundo reportagem do Correio Braziliense (2020), alguns outros nacionais possuem autorização da Anvisa para produzir e vender a cloroquina no Brasil, entre eles: o Aspen, do empresário Renato Spallicci, militante bolsonarista; e a Germed e a EMS, ambas de Carlos Sanchez, empresário que está na lista da Forbes como um dos homens mais ricos do Brasil e é conhecido como “bilionário dos genéricos”.

Tamanho engajamento em sua defesa fez com que entre março de 2020 e de 2021, mais de 52 milhões de comprimidos de sulfato de hidroxicloroquina, azitromicina, ivermectina e nitazoxanida, isto é, medicamentos que compunham o kit covid fossem vendidos, segundo estudo da Agência Pública (Muniz; Fonseca, 2021). Ainda segundo o mesmo estudo, a hidroxicloroquina e a azitromicina (dentre os quatro estudados, os mais vendidos

<sup>36</sup> Substância derivada da quinina, que é extraída de uma planta denominada Cinchona, com propriedades antimaláricas conhecidas desde o século XVII, mas que no século XIX começaram a apresentar relatos de falhas. Com isso, empreendeu-se uma busca entre as moléculas da quinina por uma substância mais eficaz para o tratamento da doença. Assim foram desenvolvidas várias substâncias, entre elas, a cloroquina e a hidroxicloroquina (Caponi *et al.*, 2021).

respectivamente) “tiveram o seu pico de vendas em março de 2021, mês com mais mortes por covid-19 desde o início da pandemia. Março foi também o mês com mais óbitos registrados na história do país, segundo cartórios de registro civil” (Muniz; Fonseca, 2021<sup>37</sup>).

Não só sem eficácia comprovada para o tratamento da Covid-19, esses medicamentos mostram-se danosos à saúde daqueles que os procuravam para tratar da infecção. Entre os efeitos mais comuns de seu uso estavam sintomas cardiovasculares, como distúrbios no ritmo dos batimentos cardíacos, além de dano hepático, diarreia e náuseas (Muniz; Fonseca, 2021). Além disso, há registros de pacientes que, devido ao uso da medicação, foram acometidos por hepatite medicamentosa e passaram a fazer parte da fila de transplante de fígado (Cambricoli, 2021). Dessa forma, esses fatos corroboram para a responsabilidade do governo federal em incentivar e institucionalizar o uso desses medicamentos.

Além do manual de orientação ao tratamento precoce e da recomendação do kit covid, como vimos na seção anterior, esse incentivo foi feito não apenas pelas menções incessantes, como veremos, nas *lives* de quinta-feira do presidente Jair Bolsonaro, mas também na forma de publicidade institucional, com campanhas de divulgação para diversos meios, como TV, rádio, internet, ônibus e terminais rodoviários, com orientações acerca do tratamento precoce. Documentos enviados pelo Ministério da Saúde à CPI da Covid-19 mostraram que foram gastos 23 milhões de reais com campanhas, sendo 52 mil desse valor com passagens aéreas e hospedagem de médicos que viajaram para Manaus para difundir a cloroquina no início de 2021<sup>38</sup>. Isso aconteceu na mesma época em que dezenas de pessoas morreram no estado do Amazonas por falta de oxigênio nos hospitais públicos e em que o país sofria com desabastecimento de vacinas, que não foram compradas em número suficiente pelo governo federal (Muniz; Fonseca, 2021).

O foco na defesa do tratamento precoce e do isolamento vertical para servir aos interesses do mercado fez com que o governo federal deixasse em segundo plano a aquisição das vacinas. Embora tenham começado a ser comercializadas pelo mundo ainda em 2020, só foram adquiridas pelo Brasil em janeiro de 2021, com a Coronavac, e, em seguida, a Pfizer, a Janssen e a Sputnik (Calgaro, 2021). O resultado é que, em um cenário com centenas de mortes por dia, enquanto a Inglaterra desde dezembro aplicava doses da vacina e outros países do mundo seguiam seus passos, mais de um mês depois, em 17 de janeiro, o Brasil começava a

---

<sup>37</sup> A citação direta está sem indicação de página, pois a fonte consultada não é paginada.

<sup>38</sup> [Governo gastou R\\$ 23 milhões para divulgar tratamento precoce, mostram documentos: medida é ineficaz contra Covid | Política | G1 \(globo.com\)](#)

vacinação, ainda bastante deficitária, com o governador João Dória – a contragosto do governo federal – aplicando a primeira vacina (Calgaro, 2021).

Sem o apoio do governo federal, a vacinação andou a passos curtos, com dificuldades de compra de doses e de abastecimento de vacinas nos postos de saúde, o que revela a grande falta de planejamento e de organização, em um país que costumava a ser exemplo mundial de vacinação. Não só isso, esses descompassos, mais tarde, também revelaram ofertas de vacina da Pfizer que ficaram meses sem resposta do governo federal; além de negociações entre o então ministro da saúde Pazuello e a Coronavac com uma empresa intermediária, para a compra de doses por um valor três vezes maior; e outras transações paralelas entre o Ministério da Saúde e a AstraZeneca, envolvendo o pedido de pagamento de propina.

Todas essas situações mostram não só a negligência com a vacinação e, portanto, com a vida das pessoas, mas também a prioridade dada pelo governo federal aos interesses próprios e mercadológicos. Como resultado da demora da aquisição e, depois, do lento ritmo de vacinação, estima-se que ocorreram 95,5 mil mortes, que poderiam ter sido evitadas, conforme depoimento do pesquisador e epidemiologista Pedro Hallal à CPI da pandemia (Agência Senado, 2021).

Após verificarmos o alinhamento ao mercado empreendido em toda a condução da pandemia e as milhares de mortes causadas por isso, não há como não associar o evento não só apenas a uma doutrina de choque, mas a uma doutrina que mata, ou, para usar as palavras de Mbembe (2016, 2018), a uma política de morte.

O conceito de necropolítica desenvolvido por Mbembe, com base na biopolítica de Foucault, diz respeito a “formas contemporâneas que subjagam a vida ao poder da morte” (Mbembe, 2016, p. 146). Para ele, a necropolítica é baseada no necropoder, isto é, na soberania existente na “capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é descartável e quem não é” (Mbembe, 2016, p. 135). Assim, é exercido o controle sobre a mortalidade e definida a vida como “a implantação e manifestação de poder” (Mbembe, 2016, p. 126).

Com efeito, durante a pandemia, esse controle sobre a mortalidade pôde ser observado pelo poder do mercado neoliberal exercido através do governo federal de Jair Bolsonaro por suas políticas e propagandas em prol de seus interesses, não importando-se com a vida daqueles descartáveis, isto é, de “corpos considerados inúteis ou inadaptáveis aos padrões da gestão

neoliberal” (Seixas, 2020, p. 8), como os idosos, pessoas com doenças crônicas e outros integrantes do chamado grupo de risco<sup>39</sup>, e até, em última instância, crianças<sup>40</sup>.

Para nos ajudar a pensar sobre a condução da pandemia empreendida pelo governo de Jair Bolsonaro a serviço do capital neoliberal, trazemos à luz, além do conceito de necropolítica de Mbembe (2016), também o de *necropolítica neoliberal*, postulado por Valverde (2015), para dar conta do funcionamento da necropolítica no neoliberalismo, que, segundo ela, atua com políticas de governo que, para manter a riqueza e o poder dos privilegiados (com corrupção, perdão de dívidas, não pagamento de impostos), mata os excluídos, sem acesso à comida ou à atenção sanitária, por exemplo. Em suma, conforme a autora,

As políticas neoliberais são políticas de morte. Não porque os governos nos matam com sua polícia, mas sim porque deixam morrer as pessoas com suas políticas de austeridade e de exclusão. Deixam morrer [...] os corpos que não são rentáveis para o capitalismo neoliberal, que não produzem nem consomem (Valverde, 2017<sup>41</sup>).

Durante a pandemia, a necropolítica neoliberal se revela em vários momentos, como observado ao longo do capítulo. Todavia, em retrospectiva, entre eles, chama a atenção o gasto exorbitante em propaganda para o tratamento precoce, quando a saúde no Amazonas colapsava; ou ainda a insistência em um isolamento vertical que beneficiava o mercado pela continuação da produção e em uma solução de mercado na forma de medicamentos sem eficácia e com diversos efeitos colaterais, quando já havia disponível no mercado uma solução cientificamente comprovada na forma da vacina, cuja compra foi postergada e a aplicação dificultada.

Essas e tantas outras ações que não caberiam neste capítulo deixaram morrer, como vimos, cerca de 400 mil pessoas, que, para o governo federal e para o mercado neoliberal a que servia, eram descartáveis. Descartáveis, do ponto de vista neoliberal, por não terem valor de mercado, por não serem rentáveis, isto é, gerarem muitos gastos, ou simplesmente por serem substituíveis, como é o caso de milhares de trabalhadores de classes socioeconomicamente vulneráveis, que, sem acesso ao auxílio emergencial pelas dificuldades impostas ou pela quantia ser insuficiente, tiveram que continuar a trabalhar e morreram por isso.

Entendemos que o modelamento sociocognitivo e discursivo da pandemia aqui estudado foi uma das ferramentas que auxiliou nessa empreitada, ao apresentar uma visão de mundo em que todas essas medidas faziam sentido, oferecendo à população um modo de enxergar a pandemia alinhado aos interesses do mercado neoliberal e, por conseguinte, de atuar frente a

---

<sup>39</sup>Quais são os grupos de risco para agravamento da COVID-19? – BVS Atenção Primária em Saúde

<sup>40</sup> [Unicef: Milhões de crianças ficaram sem vacina na pandemia - 20/04/2023 - Equilíbrio e Saúde - Folha \(uol.com.br\)](https://www.unicef.org/pt-br/brasil/comunicacao/comunicacao-unicaf-2023-04-20)

<sup>41</sup>A citação direta está sem indicação de página, pois a fonte consultada não é paginada.

ela que contribuíram para a execução desse projeto. O que estudamos aqui é esse modelamento, como ele se constitui e como se tornou tão poderoso. Parte dessa resposta passa por entendermos a potência das *lives* de quinta-feira, como veremos no capítulo seguinte.

## 4 AS LIVES DE QUINTA FEIRA: O QUE SÃO E QUAL SEU PAPEL NO MODELAMENTO DISCURSIVO E SOCIOCOGNITIVO DA PANDEMIA DE COVID-19

Neste capítulo, iremos nos ater a investigar o papel que desempenham as *lives* de quinta-feira no governo federal regido pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, considerando o cenário das mídias sociais na política atual e o processo de desintermediação, bem como os efeitos dele em relação à comunicação política. Após isso, tendo entendido o que representam essas *lives* para o governo, partiremos para a discussão da importância delas durante a pandemia, principalmente em relação à difusão de (des)informação e de uma forma específica de percebê-la.

### 4.1 As mídias sociais e as *lives* de quinta-feira: estratégias de desintermediação da comunicação político-institucional de Jair Bolsonaro

“*Lives* presidenciais”, “*lives* semanais”, “*lives* de quinta-feira” ou, mais popularmente, “*lives* de quinta” são as denominações dadas às transmissões ao vivo que o presidente Jair Messias Bolsonaro promove todas as quintas-feiras, por volta das 19h, em seus perfis nas mídias sociais *Facebook* e *Youtube*. As *lives* começaram em 7 março de 2019, quando anunciou, em sua primeira transmissão ao vivo desde a sua posse, essa nova forma de comunicação semanal do governo com o povo. A partir de então, Bolsonaro cumpriu, até 30 de dezembro de 2022, meados do final de seu governo, com o compromisso de atualizar semanalmente o povo sobre as ações do governo, sendo raras as vezes em que as *lives* não foram transmitidas.

Quando anunciadas, a escolha das mídias sociais como canal de comunicação política do presidente da República gerou certa estranheza, tendo em vista a tradição, até então seguida pelos presidentes anteriores, de dirigir-se ao povo de forma mediada pela grande mídia, por meio de jornais, telejornais e pronunciamentos oficiais na rádio e na televisão. Mediação que conferia um tom formal e de legitimidade, características que o cargo de presidente da República costuma carregar.

Entretanto, não havia como esperar que o governo de Jair Bolsonaro dialogasse com o povo de outra forma, levando em consideração que toda a sua campanha eleitoral em 2018 foi realizada por meio da comunicação digital, com utilização ampla das mídias sociais, sobretudo, o *WhatsApp*, o *Facebook*, o *Youtube*, o *Twitter* e o *Instagram*. Sem alianças e coligações, sem

uma carreira política que lhe conferisse destaque positivo na grande imprensa e com pouco tempo de propaganda eleitoral na televisão, Bolsonaro encontrou, nas redes digitais, uma forma de conseguir chegar ao eleitorado e transmitir livremente suas mensagens que, de outra forma, como aponta Aggio (2021), seriam bloqueadas pelos filtros da grande imprensa.

A migração da comunicação política da grande imprensa para o digital não aconteceu apenas com Jair Bolsonaro. Conforme explica Aggio (2021), a *desintermediação* ou *descentralização* da comunicação é um fenômeno que vem acontecendo há algum tempo em todo o mundo e que está no centro da ascensão dos radicalismos de extrema-direita.

No Brasil, a presença de candidatos políticos no meio virtual a partir de 2010 deu um salto (Murta *et al.*, 2017), de tal modo que, na eleição presidencial de 2014, marcada pela disputa acirrada entre Aécio Neves e Dilma Rousseff, a *internet* foi considerada “um campo de batalha crucial”, nas palavras da reportagem do The Economist (Winning..., 2014<sup>1</sup>). Já no cenário internacional, como grandes exemplos de comunicação política digital, é possível citar, nos Estados Unidos, a candidatura de Donald Trump à presidência, e, na Inglaterra, a campanha a favor do Brexit, ambas realizadas em 2016, com forte apelo nas mídias sociais e com resultados positivos.

É importante ressaltar que essas transformações se situam em um contexto mais amplo, que envolve, entre outros fatores, a revolução tecnológica, a difusão da *internet* e a popularização dos *smartphones*. Com isso, o digital passou a cada vez mais fazer parte do cotidiano das pessoas em todo o mundo. No caso específico do Brasil, esse cenário fica evidente com a pesquisa divulgada em maio de 2021 pela Fundação Getúlio Vargas<sup>2</sup>, que mostra existirem, no país, 440 milhões de computadores, *notebooks*, *tablets* e *smartphones*, o que equivale a dois desses dispositivos digitais por pessoa.

Outro estudo, uma pesquisa de opinião realizada pelo Instituto DataSenado (2019), apontou a influência crescente das redes sociais como meios de informação, já que 79% dos entrevistados responderam que utilizam o WhatsApp como fonte de informação, enquanto 50% fazem uso da televisão. Dessa forma, diante desse cenário de descentralização da informação que já vem se desenhando há alguns anos, a comunicação política avistou no meio digital uma forma de não apenas encontrar e se comunicar mais facilmente com os cidadãos, cada vez mais conectados, mas também de angariar possíveis eleitores que têm, nas mídias sociais, seu principal veículo de informação e de formação de opinião.

---

<sup>1</sup> A citação direta está sem indicação de página, pois a fonte consultada não é paginada.

<sup>2</sup> O artigo publicado no sítio da Fundação Getúlio Vargas pode ser conferido no seguinte endereço eletrônico: [Brasil tem dois dispositivos digitais por habitante, revela pesquisa da FGV | Portal FGV](#)

Se a descentralização da informação fez do meio digital um ambiente propício para campanhas políticas, em âmbito nacional, a redução do tempo de propaganda partidária gratuita no Horário Eleitoral imposta por uma das alterações na legislação eleitoral<sup>3</sup>, em 2015, intensificou as mudanças no modelo de propaganda política no Brasil. Segundo a nova legislação, o tempo de cada partido no Horário Eleitoral é distribuído de acordo com o número de cadeiras ocupadas no Congresso Nacional, prejudicando, assim, os partidos menores, como era o caso do PSL, então partido de Jair Bolsonaro, em 2018.

Como reflexo das alterações legislativas, o Horário Eleitoral na televisão e nas rádios que, até 2014, ainda era o meio hegemônico de propaganda, passou, em 2016, a ser híbrido, com ampla utilização das mídias sociais (Fernandes *et al.*, 2017). Como exemplo disso, tem-se João Dória (PSDB), nas eleições municipais de São Paulo em 2016. Um empresário que se considerava alguém de fora da política, mas que conseguiu, com a utilização massiva das mídias sociais, com destaque para o *Facebook*, ganhar visibilidade, construir a imagem de um bom gestor (Ferreira-Silva, 2020) e com ela eleger-se.

Com efeito, as mídias sociais promoveram mudanças na campanha política, concedendo o tempo e espaço que as emissoras de rádio e de TV já não dispunham, aproximando os candidatos de seus possíveis eleitores, que agora vivem conectados ao mundo digital; e, além disso, possibilitando a liberdade de expressão que a comunicação mediada pela grande imprensa não permitiria. Entretanto, concordando com Alves (2018), é preciso atentar para o que parece uma descentralização do poder do seletivo grupo tradicional de empresas que dominam o jornalismo brasileiro, chamado de “grande mídia”, mas que pode representar a centralização do poder da informação nas empresas transnacionais, como *Facebook* e o *Google* – empresa proprietária do *Youtube*. A partir das mídias sociais, essas empresas têm acesso a um grande volume de informações pessoais dos usuários, as quais tornam-se produtos que podem ser utilizados para estratégias de marketing, inclusive político.

O atrativo para a migração da propaganda eleitoral para as redes sociais se dá também pelo próprio modo de funcionamento dessas plataformas. Nas mídias sociais, os usuários são organizados em redes interligadas (Aggio; Reis, 2013), o que permite que conteúdos sejam rapidamente disseminados através, no caso do *Facebook*, de compartilhamentos, curtidas e comentários. Desse modo, isso permite que um usuário, mesmo sem estar diretamente ligado à rede do outro, tenha acesso à publicação dele, permitindo a viralização de um conteúdo.

---

<sup>3</sup>Essa e outras alterações realizadas na legislação eleitoral, em 2015, podem ser visualizadas neste endereço eletrônico: [Série Reforma Eleitoral 2015: regras para mudança de partido ficam mais rígidas — Tribunal Superior Eleitoral \(tse.jus.br\)](http://www.tse.jus.br)

Com isso, os conteúdos são disseminados para diferentes grupos sociais, com características geográficas, ideológicas e políticas diversas (Aggio; Reis, 2013), fazendo das mídias sociais uma ferramenta estratégica não apenas para comunicar-se com eleitores, mas, principalmente, para conquistar militantes que irão viralizar seus conteúdos e proporcionar a eles maior alcance. Os apoiadores, dessa forma, através das redes interligadas, são como pontes entre o candidato político e novos possíveis eleitores.

Além disso, o desenho da estrutura das mídias sociais permite a utilização da técnica chamada *microtargeting* comportamental, uma estratégia de perfilamento digital (Guedes, 2020). Com o auxílio dos algoritmos, é feito o rastreamento de dados pessoais de comportamento e personalidade dos usuários nas redes, permitindo às empresas terem acesso às preferências de indivíduos ou de grupos específicos e, assim, que tipo de conteúdo irá atraí-los.

Essa estratégia de marketing digital, que já figurava o cenário político em 2016, nas eleições presidenciais dos Estados Unidos e na campanha a favor do Brexit, na Inglaterra, passa a ganhar destaque nas campanhas políticas nacionais a partir de 2018, com a aprovação, pelo Congresso Nacional, em outubro de 2017, da reforma política, por meio da Lei 13.488/17 (Brasil, 2017). Entre as alterações relacionadas às campanhas eleitorais realizadas na *internet*, está a regulamentação das postagens pagas nas redes sociais. Com isso, o Tribunal Superior Eleitoral concede permissão para que os candidatos, partidos e coligações paguem as redes sociais para impulsionar seus conteúdos e atingir mais pessoas.

Como consequência das alterações nas diretrizes políticas do TSE, além das ações de *microtargeting* se tornam atrativas, a campanha eleitoral entra no mercado do marketing digital, no qual, como afirma Alves (2018), quem possui maior poder aquisitivo para patrocinar postagens tem mais chances de ampliar seu eleitorado. Dessa forma, as eleições se transformam em uma espécie de mercado do marketing digital com grande potencial<sup>4</sup>.

Tendo isso em vista, embora em 2018 as mídias sociais tenham sido ferramentas decisivas nas eleições, no caso do presidente Jair Bolsonaro, essa não foi a primeira vez. Já na disputa eleitoral de 2014, quando foi eleito, com o maior número de votos do estado (Serra, 2014) para o seu sétimo mandato como deputado federal do Rio de Janeiro, Bolsonaro, que já

---

<sup>4</sup> O impacto das alterações na legislação eleitoral que abriram brecha para a utilização da estratégia de *microtargeting* nas campanhas eleitorais de 2018 fica evidente, quando considerada a pesquisa realizada pelo Instituto DataSenado (2019). Segundo o resultado da pesquisa de opinião, 45% dos entrevistados responderam que decidiram o voto a partir das informações vistas em alguma rede social. Esse dado leva a crer que houve a elaboração de mensagens personalizadas, direcionadas a atingir públicos sociais específicos, com determinados interesses e predisposições políticas, para os quais a mensagem fez sentido.

era conhecido pela grande mídia como um parlamentar polêmico, agressivo e um militar estatizante, ganha grande público nas mídias sociais, com a construção de sua imagem como defensor dos valores da família e da sociedade (Cioccarri; Persichetti, 2019).

Em estudo realizado por Murta *et al.* (2017) para analisar o potencial participativo e de interação dos cidadãos com candidatos às eleições de 2014 no *Facebook*, notou-se que Jair Bolsonaro foi o candidato com maior número de interações nessa mídia social, o que inclui curtidas, comentários e compartilhamentos. No período verificado, foram 41 postagens com uma média de interações de 29.608.878, sendo o candidato mais próximo dele, Jean Willys, com 173 postagens, que geraram apenas 1.889.300 interações. Essa pesquisa ainda mostrou que os temas das postagens de Bolsonaro que mais possuíam interações eram os ligados à sua plataforma de campanha, isto é, conteúdos sobre as pretensões para o próximo mandato. Em vista disso, os dados evidenciam o engajamento que, já em 2014, Jair Bolsonaro possuía em suas mídias digitais a partir das suas postagens sobre o projeto político que tinha para o país. Dessa forma, conclui-se que Bolsonaro não viralizou apenas em 2018 nas redes sociais; esse é um caminho que já vinha sendo construído antes disso.

Em 2014, de acordo com o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Magela, 2018), o perfil dos deputados e senadores eleitos foi o mais conservador desde 1964. Todos esses candidatos elegeram-se com discursos voltados aos valores das frentes parlamentares do Agronegócio, Evangélica e da Segurança Pública (Cioccarri; Persichetti, 2019), que, por convergirem em algumas pautas de interesse, juntas formam uma coalizão conservadora chamada, popularmente, de Bancada BBB (bala, boi e bíblia), com grande influência política no Congresso<sup>5</sup>.

Percebendo esse ambiente, Jair Bolsonaro, que já atuava desde seu primeiro mandato como deputado, em defesa dos militares, incrementa seu discurso em 2014 para alinhar-se às pautas das outras duas frentes parlamentares – o efeito positivo, como vimos, aparece na viralização de suas postagens. Com isso, de acordo com o levantamento realizado por Cioccarri e Persichetti (2019) acerca das pautas do discurso político de Bolsonaro ao longo de sua carreira como parlamentar, a partir de 2014, ele passa a trabalhar com a pauta dos costumes para alinhar-se aos evangélicos – que elegeram, naquele ano, 14% a mais de parlamentares –, e a defender políticas econômicas neoliberais. Esta última postura representa uma grande mudança, visto o

---

<sup>5</sup> Um exemplo foi a participação fundamental que essa bancada teve na votação do processo de Impeachment da presidente Dilma Rousseff, em 2016. Depois de apoio ao impeachment, bancadas da bala, da Bíblia e do boi pressionam Temer ([gazetadopovo.com.br](http://gazetadopovo.com.br))

seu histórico de parlamentar nacionalista que atuava em defesa da soberania do Estado em proteger a economia nacional.

Ao realizar essas mudanças em seu discurso, Jair Bolsonaro demonstra entendimento do cenário político e social do país; e, ao passar a utilizar as mídias sociais, que ofereceriam o espaço e a liberdade para compartilhar seu projeto político conservador, também demonstra percepção da mudança de direcionamento da comunicação política.

Como verificam Cioccarelli e Persichetti (2019), a frequência com que Bolsonaro passou a subir na Tribuna da Câmara dos Deputados para realizar pronunciamentos polêmicos (só em 2013, foram 77 vezes no total) foi diminuindo e, aos poucos, dando lugar às redes sociais, até migrar quase totalmente, em 2018 (nesse ano, foram apenas 4 vezes que subiu à Tribuna), quando seus discursos nas redes já possuíam grande repercussão. Dessa forma, Bolsonaro substituiu, a partir de então, a comunicação política tradicional pela digital, algo que permanece em toda a sua campanha eleitoral para presidente e depois de eleito também.

Nesse ínterim, as transmissões *online* nas mídias sociais surgem na comunicação política de Bolsonaro ainda em 2018, sobretudo, após o atentado à faca que sofreu em 6 de setembro, quando estava em comício pelas ruas de Juiz de Fora (MG). Recuperando-se, Bolsonaro precisou ficar em casa, e, assim, ser retirado da rotina pública de comícios e entrevistas pelo Brasil. Nesse período, Cesarino (2019) explica que o corpo debilitado do candidato populista foi retirado da esfera pública e substituído por um corpo digital formado por seus apoiadores, que se autointitulavam “marqueteiros do Jair” e passaram a fazer campanha em seu lugar.

Jair passou a fazer pequenas aparições por vídeos curtos e em *lives* no *Facebook* e *Youtube* para entrar em contato com a militância, para agradecer pelas campanhas favoráveis à sua eleição que estavam realizando nas ruas do país. Em uma dessas *lives*, transmitida no dia 04 de outubro de 2018<sup>6</sup>, poucos dias antes do primeiro turno das eleições, Bolsonaro aparece sentado em uma mesa com vários papéis e ao lado de três convidados, são eles: Cláudio Eduardo, pastor evangélico, famoso por suas palestras e por seus vídeos em um canal no *Youtube* sobre os valores da família; Silas Malafaia, pastor neopentecostal e líder da igreja Assembleia de Deus Vitória em Cristo; e Flávio Bolsonaro (PSL), filho de Jair Bolsonaro e, na época, candidato ao Senado no Rio de Janeiro.

---

<sup>6</sup> Essa transmissão ao vivo realizada no perfil do *Facebook* de Jair Bolsonaro pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: [https://www.Facebook.com/watch/live/?ref=watch\\_permalink&v=240260886640651](https://www.Facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=240260886640651)

Bolsonaro introduz essa transmissão explicando que ela está acontecendo para discorrer acerca do quadro político brasileiro atual, de modo que todos os candidatos são convidados a falar, e trazem à tona o que eles consideram problemas no Brasil, quais sejam: a corrupção, a falta de segurança, a promoção da desunião do país pela esquerda, a desintegração da família e dos valores morais, a ideologia de gênero nas escolas e a pobreza do Nordeste. De modo geral, a transmissão *online* de 26 minutos sintetizou, com a discussão sobre esses problemas, todas as pautas de campanha de Jair Bolsonaro e as frentes parlamentares com as quais se associam. Fato que se torna evidente durante a própria *live*, quando Silas Malafaia diz que, eleito presidente, Jair Bolsonaro irá “governar não com os partidos, mas com as bancadas. Só a bancada ruralista, de segurança pública, evangélica e de segurança pública formam a maioria no congresso”<sup>7</sup>.

Essa é a primeira transmissão ao vivo realizada nas mídias sociais que mais se aproxima do que iria tornar-se, mais tarde, quando eleito, as *lives* semanais. O formato com convidados, todos sentados em uma mesa repleta de documentos que Bolsonaro utiliza ao longo das transmissões, além da posição central em que se aloca e o tom informal de conversa com o qual se dirige diretamente ao público de apoiadores que o assiste. Todos esses são elementos que aparecem nas *lives* de quinta-feira, e que, nesse momento, pareciam estar sendo ainda testados.

Apenas no dia 07 de março de 2019, uma quinta-feira, às 18h30, meses depois de sua última transmissão *online*, feita assim que foi eleito, no dia 28 de outubro de 2018, Bolsonaro retorna às *lives*. Dessa vez, seus convidados são o General Rego Barros, porta-voz do governo, e o General Augusto Heleno, chefe do Gabinete de Segurança Institucional. Essa transmissão, que tem pouco mais de 20 minutos<sup>8</sup>, foi realizada para o presidente anunciar a adesão à rotina de realizar transmissões *online* semanalmente, no mesmo dia e horário daquela. Em seu anúncio, Bolsonaro explica que a pretensão é tratar dos assuntos mais importantes da semana e entrar em contato com a população, que pode deixar comentários durante as transmissões, inclusive com apresentação de propostas, para serem tratados na *live* da semana seguinte, a fim de atender às demandas e buscar soluções. O presidente ainda explica que os convidados de cada semana serão escolhidos de acordo com o assunto das perguntas e comentários realizados pelos internautas.

Nessa transmissão *online*, depois do anúncio das *lives* semanais, o ex-presidente utiliza grande parte da *live* como espaço para se defender de acusações acerca de ele apoiar o regime

---

<sup>7</sup> Fala passível de ser conferida no endereço eletrônico disponibilizado na nota anterior.

<sup>8</sup> Essa transmissão *online* pode ser assistida completa na página do *Facebook* do presidente, através do seguinte que link de acesso: [https://www.Youtube.com/watch?v=cOWIW\\_3zcw4&t=543s](https://www.Youtube.com/watch?v=cOWIW_3zcw4&t=543s)

cívico-militar vivenciado na história do Brasil. Essas acusações foram sofridas depois de uma fala polêmica que realizou no corpo de fuzileiros navais do Rio de Janeiro, em que afirma que nós, brasileiros, devemos às forças armadas a nossa democracia e a nossa liberdade. Em meio às suas justificativas, de que apenas estava tratando do papel oficial das forças armadas, recorre ao chefe do Gabinete de Segurança Institucional para ajudá-lo a amenizar a polêmica. Outro assunto que também é tratado é sobre a necessidade da reforma da previdência social, para, segundo explica o presidente durante a *live*, “acabar com os privilégios” e “sobrar recursos para investir em empregos, saúde e educação”.

O destaque recebido para esses dois assuntos abordados na transmissão ao vivo tem relação com a própria decisão de criar as *lives* semanais, que, após sua primeira transmissão, teve seu sucesso comemorado por governistas e líderes partidários dispostos a compor a base aliada (Cavalcanti; Vinhal; Costa, 2019). Ocorre que a ideia de realizar semanalmente uma transmissão ao vivo nas mídias digitais já vinha sendo sugerida pelos aliados do governo Bolsonaro. De acordo com Cavalcanti, Vinhal e Costa (2019), os aliados argumentavam que essa estratégia de comunicação seria uma forma de mobilizar o apoio da população para a aprovação da reforma da previdência social, que, na época, estava em tramitação.

A pressão dos aliados pela criação de uma estratégia de comunicação para mobilizar apoio popular para a aprovação do projeto de reforma da previdência, somou-se à pressão dos governistas para que Bolsonaro gravasse um vídeo esclarecendo-se sobre as polêmicas dos dias 05 e 07 de março (Cavalcanti; Vinhal; Costa, 2019). A primeira, referente à publicação de um vídeo de carnaval pelo presidente em seu perfil do Twitter, com conteúdo pornográfico<sup>9</sup>; e a segunda, referente à fala sobre as forças armadas garantirem a liberdade<sup>10</sup>. Ambas as situações foram recebidas de forma negativa por opositores e, também, por apoiadores, estes últimos incomodaram-se, principalmente, com a postagem do vídeo pornográfico, por não ir de acordo com os valores da família tradicional defendidos.

Assim, as *lives* de quinta-feira surgem como ferramenta de comunicação política do presidente, para informar diretamente a população sobre as ações do governo, sem a mediação da grande mídia, com quem compete sobre o domínio dos regimes de verdade. Dessa forma, ao instaurar um canal direto com a população, Bolsonaro encontra uma forma de continuar seguindo o versículo da Bíblia que adotou como uma espécie de slogan de sua candidatura e

---

<sup>9</sup> [Após postar vídeo com pornografia, Bolsonaro pergunta o que é 'golden shower' | Política | G1 \(globo.com\)](#)

<sup>10</sup> [Democracia e liberdade só existem quando as Forças Armadas querem, diz Bolsonaro a militares no RJ | Rio de Janeiro | G1 \(globo.com\)](#)

que fundamentou sua retórica até a presidência: “E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará” (Bíblia, 1990)<sup>11</sup>.

Esse contato direto possibilitado pelas mídias digitais, leva a um efeito de proximidade que as redes produzem (Carreon; Baronas, 2020), ao permitirem, embora virtualmente, a co-presença e ainda a interação por meio de comentários. Somado a isso, a própria forma como Bolsonaro conduz as transmissões ao vivo, com um tom informal e descontraído, reforça o mesmo efeito de intimidade.

Essas características são essenciais para o sucesso das *lives* como uma ferramenta estratégica e exclusiva para fazer circular regimes de verdade (Cesarino, 2020; Carreon; Baronas, 2020). Isso, porque, ao isolar seu público de opiniões diferentes e contraditórias (Cesarino, 2020), geram um sentimento de cumplicidade entre seus apoiadores em oposição à mídia tradicional (Barbosa, 2019), e, assim, mantêm certa mobilização popular de que precisa um presidente para conseguir aprovar projetos políticos.

Sobre a comunicação política, Heclo (2000) faz a distinção entre a comunicação da campanha eleitoral e a comunicação governamental, que se convergem no que ele chama de *campanha permanente*. Heclo explica que a campanha é um momento cheio de entusiasmo, que tem, como clímax, o momento da votação; e, como desfecho, o resultado da eleição, que determina quem ganha e quem perde, sendo esse desfecho o único foco da campanha. Já a governança tem muitos pontos interconectados de resultados ao longo do tempo, de modo que funciona como um longo período de persistência, “sem ponto de decisão inicial ou final” (Heclo, 2000, p. 11).

Em suma, como sintetiza Fernandes *et al.* (2017) acerca dos conceitos de Heclo, a comunicação de campanha eleitoral tem como objetivo central conquistar o eleitorado para que o candidato consiga o objetivo principal, que é a vitória nas eleições; diferente da comunicação governamental, cujo objetivo é informar, dialogar e prestar contas da administração pública com os cidadãos. Dessa forma, mesmo diferenciando-se em seu foco, a comunicação de campanha eleitoral e a comunicação governamental convergem, como explica Heclo (2020, p. 15), “na sua busca contínua e voraz pela aprovação pública”. Por isso, a necessidade política de se estar em uma campanha permanente.

---

<sup>11</sup> Esse versículo de João 8:32 costuma ser repetido diversas vezes nas *lives* de Jair Bolsonaro como seu *slogan*, principalmente durante a campanha eleitoral. A exemplo disso, estão as *lives* do dia 4 e 28 de outubro de 2018, disponíveis nos respectivos *links* de acesso a seguir: [https://www.Facebook.com/watch/live/?ref=watch\\_permalink&v=2187270124862745](https://www.Facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=2187270124862745) [https://www.Facebook.com/watch/live/?ref=watch\\_permalink&v=945681038957259](https://www.Facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=945681038957259)

A partir disso, por ser um meio de manter o contato com os cidadãos, informando sobre as ações do governo e mantendo o diálogo com eles, é possível considerar as *lives* de quinta-feira um instrumento de comunicação governamental. Configurando-se, dessa forma, também, como um modo de campanha permanente, visto que projeta a manutenção da aprovação da base de apoiadores que o elegeu.

Todas as quintas-feiras, desde 07 de março de 2019, o presidente realiza as transmissões ao vivo com seus candidatos, por, em média, 30 minutos, podendo chegar até a 1h30 de duração. As transmissões ocorrem semanalmente no mesmo dia, sofrendo apenas variação no horário, que de 18h30 passou a ser, a partir da terceira *live*, às 19h, para atender às sugestões de seu público que o informou ainda estar realizando o deslocamento de casa para o trabalho no horário anterior e, por isso, não conseguiriam assistir, segundo informou Bolsonaro na *live* de quinta-feira do dia 14 de março de 2019<sup>12</sup>, uma semana após a estreia. Com isso, observa-se o empenho de, como anunciado, as transmissões serem uma forma de interagir e atender demandas da audiência.

A estratégia de comunicação governamental tem funcionado. Um levantamento realizado pelo estúdio de inteligência de dados Lagom Data para o Jornal El País (Soares, 2021) constatou que, entre a vitória eleitoral e o fim do primeiro semestre de 2021, já foram 110 *lives* semanais realizadas pelo presidente. Foram raras as ocasiões em que não houve transmissões. De acordo com análise realizada pelo Jornal Poder360 (Freire, 2021), entre o início das transmissões até dezembro de 2020, o presidente só não fez *lives* em duas quintas-feiras: em 30 de janeiro de 2020, quando estava em viagem na China; e em 24 de outubro de 2020, quando estava no Hospital das Forças Armadas, em Brasília, passando por exames.

Além dessas, outra quinta-feira que não houve transmissão *online* foi a do dia 28 de outubro de 2021. Isso ocorreu devido à penalidade que o presidente sofreu do *Youtube* por, em *live* anterior (21 de outubro de 2021), ter disseminado uma notícia falsa de que a Covid-19 poderia causar Aids. Como resultado, o *Youtube* além de remover o vídeo da *live*, também proibiu Bolsonaro de postar conteúdo em seu canal por sete dias<sup>13</sup>.

Em relação à audiência, as *lives* de quinta-feira reúnem um público considerável. Segundo monitoramento realizado pelo Jornal Globo, publicado por Dantas e Gullino (2021),

---

<sup>12</sup> A *live* de quinta-feira completa em que Jair Bolsonaro anuncia essa alteração está disponível em seu canal do *Facebook*, que pode ser acessado através deste endereço eletrônico: [https://www.Facebook.com/watch/live/?ref=watch\\_permalink&v=633553883732832](https://www.Facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=633553883732832)

<sup>13</sup> A notícia sobre a penalização que sofreu do *Youtube* o presidente Jair Bolsonaro por ter disseminado *fake news* em uma de suas *lives* de quinta-feira pode ser conferida no seguinte endereço eletrônico: [Bolsonaro ficará uma semana sem poder fazer live no Youtube | VEJA \(abril.com.br\)](#)

a média de visualizações no *Youtube* das *lives* semanais ficava acima de 250 mil. Números que, ao longo do tempo, Bolsonaro passou a anunciar ao final de cada transmissão.

Entretanto, vale ressaltar que esses números passaram a cair a partir de setembro de 2021, de modo que até a data em que foi publicado o levantamento, dezembro do mesmo ano, a audiência das *lives* semanais chegava, com dificuldade, às 170 mil visualizações. De acordo com Dantas e Gullino (2021), essa queda possui relação com a moderação do discurso adotada por Bolsonaro após o dia 7 de setembro daquele ano, data em que mobilizou seus apoiadores para irem às ruas e, juntando-se a eles na Avenida Paulista, em São Paulo, realizou um discurso com fortes ataques ao Supremo Tribunal Federal, ao que seus apoiadores inflamados pediam pelo fechamento do Congresso. Dessa forma, a queda da audiência indica descontentamento com a posição de recuo adotada pelo presidente<sup>14</sup>, desencadeando a perda de aceitação e de engajamento de parte de seus apoiadores mais radicais.

Em relação aos convidados das *lives* de quinta-feira, eles são figuras centrais desse canal de comunicação, pois atuam interagindo com o presidente e com o público, ao informar sobre as pautas do governo. Foram poucas as quintas-feiras em que Bolsonaro conduziu as *lives* sem ao menos um convidado, e, quando aconteceu, foram em contextos ligados à pandemia. Uma delas, no dia 25 de março de 2020, ocorreu no primeiro mês da pandemia de Covid-19 no país, quando o governo estava ainda articulando seu posicionamento frente à crise sanitária; e outra vez, no dia 9 de julho de 2020, transmissão que ocorreu no período em que teve seu diagnóstico de Covid-19 confirmado, estando em isolamento social.

A pesquisa supracitada realizada pelo Jornal Poder 360 (Freire, 2021) também se deteve a levantar dados sobre os convidados das *lives* semanais. Segundo o estudo, participaram das *lives* ministros, autoridades do governo, congressistas, especialistas, candidatos às eleições de 2020, além de representantes de outros setores sociais, como líderes evangélicos e indígenas. O Jornal Poder 360 constatou que, entre o período de 2019 e 2020, de uma lista extensa de convidados, os que mais acompanharam Bolsonaro em suas *lives* foram, em ordem, Jorge Seif (19 *lives*), secretário de Aquicultura e Pesca; Gilson Machado (16 *lives*), ministro do Turismo; e Pedro Guimarães (14 *lives*), presidente da Caixa. Seguidos de Tarcísio Gomes de Freitas (9 *lives*), ministro da Infraestrutura; Augusto Heleno (7 *lives*), chefe do Gabinete de Segurança Institucional; e André Mendonça (5 *lives*), ministro da Justiça e Segurança Pública.

---

<sup>14</sup> A posição de recuo do presidente Jair Bolsonaro após o ato de 7 de setembro de 2021 teve forte influência das consequências negativas que suas falas tiveram, não apenas no âmbito institucional, mas também no mercado, que reagiu com alta no dólar e queda na bolsa de valores, como pode ser conferido na seguinte reportagem: [Em 4 pontos, os recuos de Bolsonaro entre os dias 7 e 9 de setembro - BBC News Brasil](#)

A partir desses dados, nota-se que, além dos assuntos em alta da semana e das demandas apresentadas pelo público das *lives* nos comentários, outro critério para a escolha dos convidados parece ser o alinhamento com as principais pautas ideológicas do governo. Essa pode ser entendida como uma forma de manter vivas às pautas que o elegeram e, assim, a identificação e aprovação de quem o elegeu, bem como a articulação com as frentes parlamentares das quais têm apoio no Congresso.

Além do dia da semana, horário e da presença dos convidados, são vários os elementos que se repetem nas *lives* presidenciais. Quase sempre elas acontecem em uma sala do Palácio do Planalto, com a parede de fundo tomada por uma estante de livros e com uma mesa de madeira, onde ficam papéis com manchetes de revistas, dados e anotações que Bolsonaro recupera ao longo da *live*, e onde acomodam-se o presidente e seus convidados, sempre vestidos formalmente. Outra recorrência está na repetição quanto à locação dos assentos (Figura 3): o presidente ao centro, o convidado sentado à sua direita e o(a) intérprete de Libras<sup>15</sup> à sua esquerda. Quanto a este último, varia entre Elizângela Ramos de Souza Castelo Branco, Fabiano Guimarães da Rocha e Lucas Moura, os três intérpretes do presidente que se revezam semanalmente ao seu lado. Em caso de haver mais de um convidado, eles ficam em torno do presidente, mas sempre de modo que ele permaneça posicionado ao meio e o(a) intérprete à sua esquerda.

Figura 3 – Configuração do ambiente das lives de quinta-feira



(A)

<sup>15</sup> Como o próprio Bolsonaro revelou em transmissão ao vivo, no dia 28 de outubro de 2018, é uma exigência de sua esposa, Michele Bolsonaro, a presença de um intérprete de Libras em suas *lives*. Essa transmissão ao vivo encontra-se disponível em: [https://www.Facebook.com/watch/live/?ref=watch\\_permalink&v=945681038957259](https://www.Facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=945681038957259)



(B)

Fonte: Acervo da autora<sup>16</sup>.

Legenda: (A) Jair Bolsonaro em *live* de quinta-feira do dia 11 de fevereiro de 2021, ao lado de Jorge Seif, secretário de Aquicultura e Pesca, e da intérprete de Libras, Elizângela Ramos. (B) Jair Bolsonaro, em *live* de quinta-feira do dia 10 de dezembro de 2021, ao lado de Nabhan Garcia, secretário especial de assuntos fundiários, de Geraldo Melo, presidente do Inbra, e da intérprete de Libras, Elizângela Ramos.

De modo geral, o padrão de elementos escolhidos para compor as *lives* constrói um ambiente sóbrio, com a mesa de madeira, a estante ao fundo cheia de livros e os convidados, em regra, vestidos formalmente. Entretanto, a informalidade com que Bolsonaro conduz as *lives* – muitas vezes, realizando brincadeiras e piadas com os convidados e relembrando episódios da juventude – contrabalança a sobriedade do ambiente. Desse modo, como atentam Monari, Santos e Sacramento (2020), nas *lives* semanais, coabitam os códigos institucionais, a intimidade e a espontaneidade do presidente, e o peso do conhecimento que a estante de livros impõe. Peso necessário, pontuamos, para o serviço de produção e circulação de regimes de verdade a que se prestam as *lives*.

Além dessa estrutura, geralmente, toda *live* de quinta-feira é marcada com a mesma sequência de fala e de ações. O presidente inicia a transmissão *online* desejando “boa noite”, depois fala o dia da semana, a hora, onde está e apresenta os convidados pelo nome, seguido do cargo ou função que ocupa. Após isso, começa a engendrar-se pelos assuntos da semana, concedendo, em certos momentos, o turno de fala para o convidado discorrer sobre o assunto específico de sua alçada. Encaminhando-se para o final da *live*, são reproduzidos, por alguém que está nos bastidores, áudios enviados pelo aplicativo de mensagens *WhatsApp*, contendo

<sup>16</sup> As imagens das *lives* trazidas nesta dissertação, consistem em capturas de tela realizadas dos vídeos presentes no arquivo da autora, que podem ou não estar disponíveis nas redes sociais do ex-presidente, visto que alguns foram removidos pelas plataformas.

comentários e/ou perguntas vindas da rádio Jovem Pam e do Jornal Pingo nos Is, mídias aliadas ao governo que, toda quinta-feira, transmitem suas *lives* em seus canais do *Youtube*. Após interagir com esses áudios, o presidente apresenta os números da audiência que está tendo a *live*, em seus canais do *Youtube* e do *Facebook*, bem como nas mídias parceiras, e finaliza com um agradecimento ao público e com uma forma de despedida religiosa, como “fiquem com Deus” ou “até quinta-feira, se Deus quiser”.

Para compreender os efeitos dessa estrutura física e performática das *lives* de quinta-feira, alguns pontos da explanação do conceito de *ritual político*, de Abélès (1988), podem ser úteis. De acordo com o autor, as cerimônias políticas públicas possuem um caráter ritualístico. Isso, porque esses eventos são estruturados em sequências definidas de fala e de ação que se repetem, demonstrando alto grau de formalização. A formalização de um código do evento, criado pela repetição, segundo o autor, promove altos níveis de emoção nos participantes, ao contrastar com a generalidade do cotidiano. Além disso, de acordo com Abélès (1988), há, nos rituais políticos, uma relação com o sagrado, no que diz respeito à estrutura de hierarquia evidente no evento. Assim como em ritos religiosos, a atenção central da cerimônia é dedicada ao líder do ritual político, assemelhando-se à atenção e ao clamor que os fiéis têm em um ritual religioso.

Diante disso, segundo Abélès (1988), os rituais políticos têm como principal função, através do caráter ritualístico criado pelo sequenciamento das ações e pela repetição delas, instaurar um contexto de dramatização, em que é marcada a alta posição que o presidente ocupa na hierarquia política do país. E, além disso, é demonstrado o apoio do público, mobilizado por esse contexto formalizado próprio do ritual.

Deslocando esse conceito para as *lives* de quinta-feira do ex-presidente, percebe-se que, como descrito anteriormente, há uma sequência definida de falas e de ações, que se repetem junto com outros elementos do próprio ambiente onde é transmitida a *live* (mesa, papéis, estante de livros, vestimenta formal, entre outros). Além disso, a dimensão religiosa do líder que tem toda atenção voltada a ele, nas *lives*, pode ser percebida pelo posicionamento central que Bolsonaro ocupa, sentando-se sempre no assento que o deixa no centro da mesa, entre os convidados e a intérprete; e também pela distribuição dos turnos de fala, visto que o presidente é quem detém o maior tempo de turno de fala, e também quem detém a autoridade nas *lives*, de modo que os convidados só assumem o turno quando convidados ou permitidos por ele.

Dessa forma, a configuração ritualística das *lives* de quinta-feira, ao promover alto grau de formalização e de emoção no público, reafirma a alta posição que ocupa o presidente da

República e demonstra o apoio popular que possui. Também sendo uma forma de mobilizar seus apoiadores a manterem-se engajados.

O engajamento é proporcionado também pelo modo e pela perspectiva com que Jair Bolsonaro trata os assuntos das *lives*. Como observam Ciocari e Persichetti (2019), mesmo depois de eleito, Bolsonaro continua produzindo um discurso pautado por polêmicas, pelo conservadorismo, pela autopreservação de seu clã e pelo ataque aos que se opõem a suas políticas e a sua forma de pensar. Elementos que pautaram a sua campanha eleitoral, fundamentada em uma narrativa dicotômica de bem e mal, amigo e inimigo, e, finalmente, nós contra eles.

O levantamento da Lagom Data (Soares, 2021), feito em relação aos assuntos mais abordados nas *lives*, mostrou que, além dos assuntos em alta, como os relacionados à pandemia de Covid-19, um assunto que permanece na maioria das *lives* é a mídia. Essas várias menções à mídia relacionam-se às defesas que Bolsonaro realiza, em grande parte de suas *lives*, contra ao que ele chama de ataques da grande mídia a ele e ao seu governo, o que, inclusive, como vimos, motivou o surgimento das *lives* semanais.

Diante disso, considerando que não só efeitos sobre os apoiadores têm as *lives* semanais, pois, por suas falas polêmicas repercutirem na chamada mídia tradicional, elas chegam também àqueles que não apoiam as atitudes do ex-presidente, as *lives* de quinta-feira funcionam também como uma forma de alimentar a polarização política instaurada no país. Com isso, a narrativa adversarial, que é essencial à campanha eleitoral (Heclo, 2000), é mantida e, assim, também é perpetuado o *tempo da política* (Palmeira, 2004), isto é, o período de campanha eleitoral caracterizado pela intensificação das paixões e pela mobilização política popular.

A partir disso, as *lives* de quinta-feira, mais do que como uma ferramenta de campanha permanente, no sentido de que são utilizadas para a busca constante de aprovação popular, atuam como uma estratégia de instaurar regimes de verdade e, com eles, manter a intensificação das paixões próprias do tempo da política. Portanto, elas compreendem um instrumento estratégico do governo para não apenas realizar a manutenção da aprovação de sua base de apoio que o elegeu, mas também de mobilizá-la para um engajamento inflamado na defesa do governo contra os inimigos criados, em um antagonismo alimentado semanalmente.

## 4.2 O papel das *lives* de quinta-feira na disseminação de (des)informação do governo sobre a pandemia de Covid-19

Durante a pandemia, as *lives* de quinta-feira, considerando que as informações de saúde geralmente têm dificuldades de sair do campo científico, poderiam ter desempenhado um papel de interesse público como instrumento para a *comunicação em saúde*, isto é, a “produção e compartilhamento de informações de saúde para diferentes públicos, como o público em geral, profissionais da área e formuladores de políticas” (Schiavo *apud* Massarani; Leal, 2020, p. 2, tradução nossa).

A comunicação em saúde é essencial em momentos de epidemia, pois, em crises como essas, é comum que a comunicação seja dominada por desinformação. Isso acontece porque são cenários marcados, como explicam Massarani e Leal (2020, p. 3, tradução nossa), “não apenas por altos níveis de risco e incerteza, mas também por um alto nível de estresse da população”. É nesse sentido que estratégias de comunicação ampla, como são as *lives* de quinta-feira, poderiam facilitar a comunicação entre o campo científico e a população, divulgando informações confiáveis, e, assim, acalmando as pessoas e salvando vidas.

Entretanto, em vez disso, as *lives* presidenciais atuaram, durante a pandemia de Covid-19, como afirmam Aggio, Vaz e Castro (2022), divulgando desinformação. De acordo com Wardle e Derakhshan (2017), essa prática pode ocorrer por meio de um contexto falso<sup>17</sup>, ou mesmo, por meio de um conteúdo impostor, manipulado ou totalmente fabricado. Seja de qual forma, busca-se, com a desinformação, “induzir determinados públicos à confusão, ao desnorteio, à desorientação sobre em que acreditar e como agir diante de uma informação” (Benkler; Faris; Roberts, 2019 *apud* Aggio; Vaz; Castro, 2022, p. 11).

Aggio, Vaz e Castro (2022), em estudo sobre o papel das *lives* de quinta-feira no pico de casos de Covid-19 enfrentado no período de maio a julho de 2020, constatam que

[...] as *lives* de Jair Bolsonaro, transmitidas durante o primeiro pico da pandemia no Brasil, destinam-se a produzir uma fantasia politicamente conveniente de descolamento da realidade em que impera a desinformação e os potenciais perigos

---

<sup>17</sup> Cabe um adendo neste ponto. Bentes e Souza-Santos (2023), em seu estudo sobre a produção textual de *fake news*, refletem sobre essa definição do fenômeno da desinformação, que é feita considerando apenas dois parâmetros: a falsidade e o dano, este último referente ao fato “se há ou não, nos textos, intenção de se causar danos” (Bentes; Souza-Santos, 2023, p. 4). Concordamos com Bentes e Souza-Santos (2023) quando, ao problematizarem essa definição, apontarem que ela, devido aos objetivos de oferecer uma resposta rápida ao problema da *fake news*, desconsidera aspectos complexos, como as práticas sociais de dominação e de violência simbólica que envolvem a desinformação, inclusive a ideia de falsidade e o dano que se pretende com ela. Dito isso, entre essas práticas, apontamos a própria guerra discursiva e institucional que fundamenta esse fenômeno no contexto em questão, em relação à disputa pelos sentidos – para citar Mondada e Dubois (2003) – da pandemia de Covid-19.

derivados dela. Trata-se de convites à negação dos fatos, da ciência e das recomendações de autoridades epistêmicas em favor da inconsequência, da irresponsabilidade e, portanto, da morte (Aggio; Vaz; Castro, 2022, p. 22).

A partir disso, os autores supracitados afirmam que, durante a pandemia, as *lives* passam a atuar não mais apenas como um boletim de informações sobre a gestão do governo – propósito com o qual foi criada –, mas também como instrumento de campanha contra as medidas de contenção dos efeitos da pandemia (Aggio; Vaz; Castro, 2022); portanto, como parte da estratégia negacionista (Cavalcante, 2021) empreendida pelo governo federal.

Essa ampliação de propósito surte efeitos práticos, tendo em vista o estudo produzido por Ajzenman, Cavalcanti, Da Mata (2020). Os autores cruzaram dados de geolocalização de 60 milhões de dispositivos *online* anônimos de todo o Brasil com dados eleitorais municipais das eleições de 2018, e constataram que as cidades com o maior número de apoiadores de Jair Bolsonaro foram também as com maior desrespeito às políticas de isolamento social após as falas negacionistas do presidente, em relação a outras cidades onde ele não tinha tanto apoio.

Entretanto, vale salientar que essa tendência à desinformação nem sempre esteve presente nas *lives* de quinta-feira. Na *live* de 12 de março de 2020, um dia após a OMS declarar a existência de uma pandemia, Bolsonaro aparece de máscara, junto ao então ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, e à intérprete de Libras, Elizângela Ramos. Nela, o ex-presidente adota um tom de seriedade, pede que seus apoiadores cancelem, devido ao risco do coronavírus, uma manifestação a favor dele que estaria marcada para o próximo dia<sup>18</sup>, faz perguntas para o ministro sobre a Covid-19 e até demonstra como higienizar as mãos com álcool-gel (Figura 4) enquanto Mandetta dá as instruções para o público sobre isso.

---

<sup>18</sup> [Bolsonaro faz live de máscara e desestimula ida a protesto por causa de coronavírus - 12/03/2020 - Poder - Folha \(uol.com.br\)](https://www.uol.com.br/poder/imprensa/2020/03/12-bolsonaro-faz-live-de-mascara-e-desestimula-ida-a-protesto-por-causa-de-coronavirus-12/03/2020-poder-folha-uol.com.br)

Figura 4 – Jair Bolsonaro, de máscara, demonstrando como higienizar as mãos corretamente com álcool-gel, na *live* de quinta-feira de 12 de março de 2020



Fonte: Acervo da autora.

A próxima *live*, do dia 19 de março, tem um tom semelhante. Em certo momento, Jair Bolsonaro até chega a afirmar que a prioridade é achatar a curva de circulação do vírus, o que leva a crer a defesa de medidas de isolamento horizontal. Além disso, ele se desculpa pela *live* curta, mas explica que é um momento difícil e lamenta as sete mortes devido à Covid-19, que eram as existentes até aquele momento.

Entretanto, na *live* do dia 26 de março a situação se transforma. Nela, o ex-presidente aparece, não apenas sem máscara e sem o tom de seriedade, mas segurando duas caixas de Reuquinol (hidroxicloroquina) (Figura 5), recomendando seu uso, mesmo não havendo comprovação científica de sua eficácia e, ainda, manifestando-se contra as medidas de isolamento social, e, portanto, a favor do isolamento vertical – mudando seu discurso em relação à *live* anterior. Há, portanto, a partir desse momento, a adesão à estratégia negacionista.

Figura 5 – Jair Bolsonaro segurando uma caixa de Reuquinol (hidroxicloroquina) e outra de seu genérico na *live* de quinta-feira de 26 de março de 2020



Fonte: Acervo da autora.

Seu discurso nas *lives* passa a disputar com a ciência a legitimidade das informações sobre a pandemia. Se a ciência as baseia em evidências empíricas analisadas em vários estudos fundamentados metodologicamente, formando um consenso, nas *lives* de quinta-feira, o argumento de autoridade que Jair Bolsonaro utiliza para as (des)informações que apresenta são os *testemunhos de experiência*. Acerca disso, Sacramento e Paiva (2020 *apud* Monari; Santos; Sacramento, 2020) relatam que a experiência tem se tornando o centro da produção da verdade na cultura contemporânea. Esse fator foi bastante aproveitado nas *lives* presidenciais para a produção da pós-verdade sobre a pandemia, passando-se a utilizar do que Monari, Santos e Sacramento (2020, p. 5, tradução nossa) chamam de *autoridade da experiência*, em que, baseados na prerrogativa de “Eu vivi, eu sei”, enuncia-se:

[...] na primeira pessoa (sou eu quem viu, quem viveu, quem sentiu) a experiência e a narrativa de um dado acontecimento, estabelecendo-se como origem de uma verdade ou como documento atestando que a experiência narrada realmente aconteceu. (Monari; Santos; Sacramento, 2020, p. 5, tradução nossa).

A *live* de 9 de julho de 2020 é um exemplo da utilização desse tipo de argumento de autoridade, visto que, estando com a Covid-19, o ex-presidente dá seu próprio relato de quem está utilizando a hidroxicloroquina, atestando sua eficácia. Na mesma *live*, ele reforça esse ponto apresentando outros relatos, inclusive de médicos, como pode ser visto na seguinte passagem retirada da *live*: “nós temos relatos de centenas de médicos pelo Brasil e de centenas e centenas de pessoas que foram infectadas, foram tratadas com isso e deu certo”<sup>19</sup>.

<sup>19</sup> Não disponibilizamos o endereço eletrônico da *live* pelo fato de ela ter sido removida pelo *Youtube*, estando apenas presente em nosso acervo.



a Anvisa, as informações de seu Painel de Notificações de Farmacovigilância não são divulgadas).

Com tamanha desinformação propagada, de acordo com Cypreste (2021), até 31 de outubro de 2021, foram 33 vídeos relacionados à covid-19 do canal do ex-presidente Jair Bolsonaro removidos pelo *Youtube* por violar as políticas da empresa. Até abril de 2021, a empresa dispunha de políticas mais gerais em relação a informações falsas. Entretanto, diante de tamanha infodemia de desinformação durante a pandemia, foi preciso atualizar suas diretrizes, que se tornaram mais específicas.<sup>23</sup>

Diante de todo o exposto, em decorrência da falta de comunicação adequada da presidência durante a pandemia, a imprensa precisou ocupar o papel da comunicação em saúde, divulgando as informações e recomendações científicas sobre a pandemia. Esse papel ficou ainda mais evidente quando foi criado, em 2020, o consórcio de imprensa, iniciativa formada pelas empresas g1, O Globo, Extra, Estadão, Folha e UOL, com o fim de fazer a apuração diária dos dados relativos aos casos de contaminação e morte devido à infecção pelo coronavírus, após a decisão do governo federal de restringir o acesso a esses dados<sup>24</sup>.

Fazendo isso, a imprensa, conforme Weber (2021) assume a legitimidade da narrativa científica sobre a Covid-19, que, tradicionalmente, seria do Estado e, assim, cumpre seu papel na tradução do discurso científico para a população. Dessa forma, a imprensa recupera “seu papel de mediação do interesse público” (Weber, 2021, p. 36) que havia sido perdido, como vimos, na seção anterior, com o processo de desintermediação da mídia no país, intensificado pelos movimentos de extrema-direita.

Sendo assim, ao final deste capítulo, compreendemos as *lives* de quinta-feira como importante instrumento estratégico não só para a manutenção do tempo de política e, assim, da mobilização de sua base de apoio, mas também para um engajamento inflamado em defesa do governo e contra os inimigos internos criados em sua retórica. Na pandemia, o combate a esses inimigos aparece na forma do negacionismo dos valores e procedimentos da ciência e nos ataques às formas de ver o mundo dos adversários, usando, para isso, as *lives* como instrumento de desinformação de longo alcance. A compreensão dessas transmissões durante a pandemia enquanto instrumento de ataque a uma visão de mundo científica – e, em última instância,

---

<sup>23</sup> Desde então, o *Youtube* tem, em suas políticas, uma seção intitulada “Políticas contra a desinformação”. Nela, anuncia a seguinte regulamentação: “não permitimos certos tipos de conteúdo enganoso que pode causar danos graves. Isso inclui desinformação que possa provocar riscos reais (como a promoção de medicamentos ou tratamentos nocivos)”. A informação pode ser conferida no seguinte endereço eletrônico da empresa: [Políticas contra a desinformação - Ajuda do YouTube \(google.com\)](#)

<sup>24</sup> [Veículos de comunicação formam parceria para dar transparência a dados de Covid-19 | Política | G1 \(globo.com\)](#)

progressista – será de grande valia na análise da constituição do modelamento sociocognitivo e discursivo e seus efeitos, nos capítulos seguintes.

## 5 MODELOS SOCIOCÓGNITIVOS: *FRAMES* E A CATEGORIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA HUMANA ORGANIZADA NO TEXTO

Neste capítulo, iremos, primeiramente, apresentar um panorama sobre os estudos da cognição até chegarmos aos estudos sociocognitivos, aos quais nos alinhamos. Feito isso, também iremos discorrer sobre como esses estudos chegam à Linguística Textual, e como o objeto de estudo dessa área é impactado pela concepção sociocognitiva da linguagem. Por fim, focaremos em dois temas dos estudos do texto centrais à análise pretendida neste trabalho: a referenciação e os *frames*.

### 5.1 *Do cognitivismo ao sociocognitivismo: a opção pela hipótese sociocognitiva da linguagem na explicação de fenômenos textuais-interativos*

Antes de chegarmos à hipótese sociocognitiva da linguagem, abordagem teórica e metodológica adotada neste trabalho, é necessário compreendermos o caminho que a tornou possível. Esse caminho remonta às diversas mudanças de paradigma que ocorreram no campo da Linguística no decorrer do século XX, fazendo com que a língua fosse concebida em termos de estrutura, de sistema, de função, e, mais tarde, de uso.

Cada uma dessas concepções não foi realizada de forma autônoma, a Linguística, em cada uma delas, acompanhava os avanços de outras ciências, como a Psicologia Cognitiva, a Filosofia, a Antropologia Evolutiva, a Sociologia e tantas outras, que trouxeram inúmeras contribuições e ferramentas para se compreender melhor o vasto conjunto de características que definem a linguagem e sua razão de ser. Apenas para citar algumas delas, temos a linguagem entendida relacionada à prática, à ação, à atividade, à sociedade e à cognição, contribuições de estudos de outras áreas que revolucionaram a maneira de se ver a língua.

Com as várias mudanças, as pesquisas da Linguística do século XX podem ser enxergadas divididas em dois grandes paradigmas: o formalista e o funcionalista. O primeiro, centrado na ideia da língua como objeto autônomo, sendo priorizado o estudo da estrutura e do sistema linguístico, que funcionaria de forma independente das intenções de uso e da situação comunicativa; e o segundo, centrado na ideia de que a língua é definida por suas condições de uso, ou seja, que a forma é definida por sua função, não sendo possível compreender a língua

fora de seu contexto real de uso. Trata-se, portanto, nos termos de Salomão (1997), de um lado, do estudo da língua como estrutura e, de outro, de seu estudo como fenômeno.

Neste ponto, cabe certa parcimônia no olhar sobre os diferentes paradigmas apresentados. Salientamos que não pretendemos concordar com uma visão Kuhniana de revolução, que implica ruptura de paradigmas e substituição por um outro. Parte-se, em vez disso, de uma ideia de continuidade, mais próxima do que defende Aurox (1992), para quem uma disciplina não destrói seu passado, mas sim o reescreve, podendo haver maiores ou menores taxas de reinscrição nessa continuação. Com base nisso, observamos que o paradigma funcionalista, embora com altas taxas de reinscrição, é constituído também pelo seu paradigma anterior, afinal, mesmo que o foco seja a função e o uso, não há como conceber a língua como desprovida de estrutura.

Detendo-nos sobre o paradigma da língua como fenômeno, ele se dá quando o enfoque sobre a língua é tomado numa perspectiva não só funcional, mas, sobretudo, sociointeracionista (Wilson, 2017). Em se tratando do interacionismo, ele configurou-se, conforme Morato (2004), como uma reação das posições teóricas externalistas contra o psicologismo que imperava nas ciências da linguagem. São parte desse grupo, segundo a autora supracitada, áreas como a Sociolinguística, a Pragmática, a Psicolinguística, a Semântica da Enunciação, a Análise da Conversação, a Análise do Discurso e, enfim, a Linguística Textual. Apesar das diferenças que guardam, todas elas estavam unidas em torno de um ponto em comum: o interesse não apenas pelo sistema e pela estrutura que constituem a linguagem, mas também, nas palavras de Morato (2010, p. 312, grifo nosso), “pelo modo através do qual ela se relaciona com seus exteriores teóricos, com o mundo externo, com as *condições múltiplas e heterogêneas de sua constituição e funcionamento*”.

O comprometimento sociointeracionista e funcional de “estudar a sensibilidade da expressão linguística (e, particularmente, da gramática) às pressões do uso” (Salomão, 1997, p. 24) também chegou aos estudos cognitivistas, como é o caso da Linguística Cognitiva, em sua fase a partir da década de 1980, encabeçada por Lakoff (1987) e associados. Essa mudança chega em um momento do campo chamado cognitivismo clássico, em que, com influência dos estudos da Lógica, Matemática, e do desenvolvimento da Inteligência Artificial e da Linguística Gerativa, a cognição e a linguagem eram vistas apenas de maneira internalista e autônoma a outros processos biológicos e ambientais.

Motivados ainda pela tradição representacionista, a tarefa dos cognitivistas clássicos era especificar, através de modelos formais, como o conhecimento linguístico está representado em nossa mente e quais os símbolos e regras de manipulação lógica existentes, pois, somente assim,

seria possível compreender a cognição (Koch; Cunha-Lima, 2004). Segundo essa visão, portanto, a cognição se manifesta como uma espécie de computação simbólica com regras e combinações (Duque; Costa, 2012), que realiza representações internas da realidade externa. A formalização das regras dessa manipulação simbólica seria, pois, uma forma de compreender a cognição.

Com vistas a abalar, de fato, a concepção de mente do cognitivismo clássico, seria necessário, como assinalam Koch e Cunha-Lima (2004), negar a ele três de seus pontos fundamentais: o primeiro, que a computação é necessariamente simbólica; o segundo, que a mente e o corpo são duas entidades estanques; e, por fim, que as atividades cognitivas estão separadas das interações com o meio físico e com vida social. Esse é o caminho do Cognitivismo ao Sociocognitivismo que as autoras apresentam e que recuperamos aqui.

Quanto ao primeiro fundamento, a alternativa dada ao modelo de manipulação simbólica da mente foi a abordagem dinâmica da cognição, que permite compreender o sistema cognitivo como algo que acontece não só dentro da mente, mas amplia-se para fora dela, incluindo aspectos corporais e interacionais entre seus componentes básicos (Koch; Cunha-Lima, 2004). A abordagem dinâmica deixa de considerar a existência de um sistema conceptual autónomo e de um processamento serial, para pensá-lo conectado ao corpo, e, como apontam Koch e Cunha-Lima (2004), estruturado em termos de redes neurais (conexionismo), com nódulos interligados entre si de formas que variam de acordo com o tipo de rede que se está construindo.

Esse percurso, que já vinha sendo traçado na década de 1980, é alavancado no início da década de 1990, com os achados do neurocientista António Damásio, que comprovaram que a inteligência e a racionalidade decorrem da sensibilidade (Duque; Costa, 2012), pondo em questão a separação entre corpo e mente. A partir disso, essa visão caiu por terra e a Linguística Cognitiva incorporou a concepção de mente como um fenômeno essencialmente corporificado, no sentido de que as estruturas que organizam nossos sistemas conceptuais surgem da experiência corporal (percepção, movimento corporal e experiência física e social) e fazem sentido em termos dela (Lakoff, 1987)<sup>1</sup>. Desse modo, há a superação de uma ideia internalista

---

<sup>1</sup> Em meio a isso, surge a teoria da Metáfora, de Lakoff e Johnson (2002 [1980]), por meio da qual os autores defendem que “o sistema conceptual humano é metaforicamente estruturado e definido”. Desse modo, para eles, as expressões linguísticas metafóricas emergem na língua, não como recursos meramente estilísticos, mas por existirem metáforas conceptuais enriquecidas na nossa cognição que nos fazem assimilar uma experiência mais abstrata em termos de outra mais concreta – como é o caso da metáfora DISCUSSÃO É GUERRA. Essa teoria é utilizada, mais tarde, nos estudos sociocognitivos do texto, em trabalhos como o de Martins (2011) e Martins e Souza (2020, 2023), entre outros, como parte do conjunto de estratégias referenciais em jogo na textualização.

e autônoma da cognição, visto que nossos sistemas motores, perceptuais e cognitivos estariam todos inter-relacionados. Nossa cognição, portanto, longe de estar apenas na mente dos indivíduos, passa a ser tida como “o resultado de nossas ações e de nossas capacidades sensório-motoras” (Koch, 2005, p. 5).

A extensão da mente para o corpo e para as experiências do indivíduo no mundo representou um grande passo para os estudos linguísticos e cognitivos, sobretudo, no que diz respeito ao estudo da relação que desempenham língua, cognição e experiência social na significação. Entretanto, mesmo anunciando uma dimensão contextualizada do processo de significação, os estudos da Linguística Cognitiva acabam ainda, como aponta Miranda (2001, p. 59), “presos a um trato do usuário como um agente essencialmente cognitivo”, deixando o caráter social da cognição na periferia dos estudos. A separação, portanto, entre o que é externo e interno ainda se faz presente nas ciências cognitivas, agora não mais entre corpo e mente, mas entre fenômenos mentais e sociais.

Acerca disso, Koch e Cunha-Lima (2004, p. 278) explicam que, “para o cognitivismo interessa explicar como os conhecimentos que um indivíduo possui estão estruturados em sua mente e como eles são acionados para resolver problemas postos pelo ambiente”. Nessa abordagem, o ambiente, isto é, os aspectos culturais e sociais da vida humana desempenham, portanto, apenas o papel de fonte de informações para a mente individual (Koch; Cunha-Lima, 2004; Koch, 2005).

A mudança de foco que coloca o caráter social e cultural da cognição humana no centro do processo de significação – o último passo do percurso rumo ao sociocognitivismo –, só ocorre quando a cognição passa a ser enxergada não apenas como resultado da nossa percepção e atuação física no mundo, mas também como um fenômeno situado e social (Koch; Cunha-Lima, 2004). É o que faz a abordagem sociocognitivista – que seguimos neste trabalho –, ao considerar, nas palavras de Miranda (2001, p. 59), que “o coração da atividade interpretativa está no caráter social da cognição e, portanto, no sujeito interativo – um sujeito que constrói a identidade, o conhecimento, na dialogia, no partilhamento com o outro”.

A abordagem sociocognitiva, ao considerar a cognição como um processo também social, tem contribuído, segundo Koch e Cunha-Lima (2004), para a compreensão de processos cognitivos que acontecem na sociedade e não exclusivamente dentro da mente dos indivíduos – como é o caso do objeto de estudo deste trabalho. Desse modo, o olhar sobre o cognitivo dessa perspectiva tem ajudado a não haver a típica confusão que existia no cognitivismo, em que, ao serem analisados os fenômenos, atribuía-se a origem deles unicamente a capacidades

cognitivas, quando, devia-se respeito a propriedades da estrutura e do funcionamento das sociedades.

Inserido na abordagem sociocognitiva da linguagem e, precisamente, do texto, o trabalho de Martins (2015) acerca dos *frames* neoliberais na retórica das igrejas neopentecostais brasileiras ilustra muito bem essa mudança de perspectiva, ao concluir que a associação da lógica de investimento, própria do neoliberalismo, à Teologia da Prosperidade, explica, em grande medida, a adesão a práticas dizimistas pelos fiéis das igrejas. Com essa análise, é possível observar que a associação entre conceitos econômicos e religiosos, nesse ambiente, não diz respeito apenas a um processo cognitivo de esfera individual reservado ao sistema cognitivo dos fiéis das igrejas, mas também a um processo social, que remete, entre outros pontos, a um sujeito inserido em uma racionalidade neoliberal (Dardot; Laval, 2016). Sua inserção nessas práticas sociais neoliberais, e não em uma propriedade individual de sua mente, é o que o leva a pensar a si próprio como uma empresa e as ações de sua vida em termos de conceitos como investimento, lucro e prejuízo, por exemplo, fazendo com que essa associação faça sentido e surta efeitos práticos.

Tendo isso em vista, o sociocognitívismo, como vimos, tem como base a defesa de que, além das dimensões biológicas, atuam, igualmente, como elementos essenciais na formação da cognição humana, as dimensões sociais e culturais. Grandes contribuições têm sido fornecidas a essa hipótese sociocognitiva do conhecimento pelo campo da Antropologia Evolutiva, com os fortes argumentos e evidências apresentados pelos estudos de Tomasello (1999, 2016, 2019), que apontam em direção à existência de um processo de sociogênese na formação da cognição humana.

A hipótese de Tomasello (1999) toma forma diante da incongruência existente na teoria da evolução quanto ao desenvolvimento biológico da espécie humana em relação a outros primatas. Contrapondo-se ao gerativismo, segundo ele, não haveria tempo suficiente para ter ocorrido um processo normal de evolução biológica, envolvendo variação genética e seleção natural, em que fossem criadas cada uma das habilidades cognitivas de que dispõem os humanos modernos, e que tornam eles capazes de “inventar e manter complexas ferramentas usadas na indústria e tecnologias, complexas formas de comunicação simbólica e de representação, e complexas organizações sociais e instituições” (Tomasello, 1999, p. 2, tradução nossa).

Buscando unir as dimensões filogenéticas, ontogenéticas e históricas da evolução humana, como chave para resolver esse quebra-cabeça, Tomasello (1999) aponta a *transmissão cultural*, um processo evolutivo que explora o conhecimento e habilidades já existentes entre

os coespecíficos da espécie, permitindo à espécie humana, em sua evolução, economizar tempo do processo evolutivo ao transformar habilidades individuais em modelos culturais aprendidos e repassados. Em resumo, sua hipótese é que as singulares habilidades cognitivas e seus produtos são o resultado de um modo único e específico de transmissão cultural da espécie humana.

Isso só é possível, de acordo com Tomasello (1999), devido ao desenvolvimento, na espécie, de uma forma especial de *cognição social*. Esse termo diz respeito à habilidade que os indivíduos da espécie humana têm de “compreender seus coespecíficos como tendo vidas intencionais e mentais como eles mesmos” (Tomasello, 1999, p. 5, tradução nossa).

Explicando sua hipótese das origens culturais da cognição humana nos três âmbitos, a saber, filogenético, histórico e ontogenético, Tomasello postula que:

- a) essa habilidade de identificar o outro *como alguém dotado de intencionalidade como eu* teria sido adquirida, em termos filogenéticos, com a evolução da espécie humana;
- b) ela permitiu que, historicamente, estivéssemos aptos a novas formas de aprendizagem cultural e sociogênese, de modo a ser possível *aprender não apenas com o outro, mas através dele* e acumular esses conhecimentos ao longo do tempo histórico;
- c) para que, assim, em termos ontogenéticos, a criança se desenvolva em meio a esses artefatos e tradições socio-históricas, permitindo a ela “beneficiar-se dos conhecimentos e habilidades acumulados pelo seu grupo social, adquirir e usar representações cognitivas perspectivadas na forma de símbolos linguísticos e internalizar certos tipos de interações discursivas” (Tomasello, 1999, p. 10, tradução nossa).

Foi, portanto, a evolução de uma nova forma de cognição social da espécie humana que permitiu novas formas de aprendizagem social e de transmissão cultural e, por conseguinte, novos processos de sociogênese e evolução cultural. Isso tornou os seres humanos não apenas uma espécie de realizações sociais e cognitivas sem precedentes, mas também, ao mesmo tempo, uma espécie que exibe um novo tipo de diversidade socialmente criada em grupo (Tomasello, 2019). A produção cultural criada em grupo é acumulada na forma de sistemas de dimensão pública, isto é, de modelos culturais socialmente herdados, construídos e compartilhados.

Com os avanços científicos das últimas décadas, tem se mostrado que os grandes macacos têm habilidades cognitivas e sociais similares às dos humanos, incluindo algumas que

são relevantes ao processo de transmissão cultural. Isso fez com que o trabalho de Tomasello (1999), ao atribuir a cultura como resposta ao enigma de o que nos torna humanos, fosse bastante criticado. Tendo isso em vista, mais recentemente, Tomasello (2019, p. 3, tradução nossa) procura definir melhor a noção de cultura, como “a forma de organização social que surgiu na linhagem humana em resposta a desafios adaptativos específicos”, sendo sua maior característica distintiva em relação à cultura de outras espécies o alto nível e as novas formas de *cooperação* implicadas nela.

A dimensão coordenativa da cultura humana, segundo Tomasello (2019, p. 4, tradução nossa), faz com que membros de um grupo cultural “coordenem um com o outro em estruturas cooperativas, como convenções (incluindo as convenções linguísticas), normas e instituições, e eles relacionem-se uns aos outros baseando-se em motivações cooperativas, como confiança, compromisso e equidade”. Trata-se, portanto, não apenas de uma cooperação mútua, mas coordenada, no sentido de coordenar ações para certos objetivos e intenções coletivizadas.

Para investigar a singularidade da cultura na filogênese humana, Tomasello (2019) detém-se ao âmbito ontogenético da espécie, isto é, ao desenvolvimento dos humanos em seus primeiros anos de vida. Fundado em uma abordagem sociocognitiva, o autor investiga nosso desenvolvimento ontogenético, buscando compreender o que nos faz únicos quanto à nossa cognição, em aspetos como a cognição social, a comunicação, a aprendizagem cultural e o pensamento cooperativo; e, quanto à nossa sociabilidade, em aspectos como colaboração, prossociabilidade, normas sociais e moralidade.

Após a análise de vários experimentos, Tomasello (2019) descobre que, aos 6 ou 7 anos de idade, já há, em nosso processo ontogenético, um salto de desenvolvimento em relação aos grandes primatas, tornando-nos mais racionais (do ponto de vista cognitivo) e mais responsáveis (do ponto de vista social). Tomasello (2019) aponta que isso ocorre como resultado da maturação das capacidades sociocognitivas únicas da espécie e da experiência individual da criança inserida em interações colaborativas e comunicativas com os outros, interações essas estruturadas por artefatos culturais, como as convenções linguísticas e normas sociais. Desse modo, ainda com pouca idade, como aponta Tomasello (2019), há a internalização das normas culturais de racionalidade e moralidade, fazendo com que nos tornemos capazes e responsáveis por, de uma forma normativa, autorregular nossas próprias crenças e ações em comunidade – capacidades essenciais para a ação social por meio da linguagem.

Após essa digressão em torno da hipótese Tomaselliana da sociogênese da cognição humana, torna-se evidente o quanto ela não é apenas biológica, mas também social, cultural e

partilhada, e que seu desenvolvimento ocorre em meio à interação humana em atividades conjuntas e coordenadas, mediadas por diversos artefatos culturais, entre eles, a linguagem.

As reflexões proporcionadas pelos trabalhos de Tomasello trazem luz não só para a Antropologia Evolutiva, mas também para outras áreas, como a Linguística, principalmente, para os estudos sociocognitivos sobre a significação linguística. Com efeito, como bem formulam Morato e Koch (2003, p. 88, grifo nosso):

Se a cognição é uma forma de (ser) conhecimento, dependente dos processos de significação, linguagem é, por suas propriedades formais e discursivas, não apenas uma outra forma, mas *a própria possibilidade de conhecimento*, a ‘atividade significante e reflexiva por excelência’ [...] que dá forma ao processo de apreensão do real, *constituindo-o e sendo constituída por ele*.

No campo dos estudos linguísticos, a hipótese sociocognitiva da linguagem, valendo-se sumariamente das contribuições de Tomasello, mas também de outros trabalhos, como os de Clark (1996), tem suas bases epistemológicas, que podemos aqui resumir, a partir das discussões de Salomão (1997) e Miranda (2001) – cujos trabalhos são de extrema relevância para a defesa e desenvolvimento da hipótese no Brasil –, em três princípios:

- a) *Princípio da escassez da forma linguística;*
- b) *Princípio do partilhamento das ações de linguagem;*
- c) *Princípio do dinamismo da determinação contextual.*

Acerca do primeiro princípio, ele é centrado no que Salomão (1997) denomina de problema da subdeterminação do significante pelo significado. Trata-se da compreensão de que o significante, isto é, a forma linguística, não é capaz de capturar toda a significação. Essa ideia contrapõe-se, desse modo, a uma concepção objetivista do significado, decorrida, principalmente da tradição filosófica seguida pela Semântica Clássica, que defendia que o significado das proposições era passível de ser verificado como verdadeiro ou falso, já que as proposições representavam objetivamente a realidade. Haveria, segundo essa tradição, portanto, uma relação direta e determinada entre o significante e o significado, sendo a linguagem a ponte entre o raciocínio abstrato e as coisas do mundo.

No sentido contrário a essa visão, o princípio da escassez da forma linguística vai na direção em que o significante é tomado como “instrução, como pista suscitadora das tarefas semântico-cognitivo-sociais da linguagem” (Salomão, 1997, p. 61). Nesse sentido, cabe suscitar aqui a metáfora da ponta do *iceberg* proposta por Fauconnier (1994) com vistas a contrapor-se às visões tradicionais sobre o significado. Nas palavras dele: “nós percebemos apenas o topo

do iceberg – as palavras – e nós atribuímos todo o resto ao senso comum” (Fauconnier, 1994, p. 28, tradução nossa).

Diante disso, a linguagem não pode ser compreendida como um reflexo do pensamento que representa, de forma objetiva, o mundo. Longe disso, a forma linguística é só a ponta do *iceberg* que é o processo de significação, isto é, só as pistas linguísticas deixadas. A maior parte do processo de significação ocorre imerso à materialidade linguística, e tem mais a ver com os conhecimentos sociocognitivos compartilhados, operacionalizados e negociados na interação, do que com a forma linguística em si. Podemos dizer, portanto, que a linguagem atua, não na ficção de uma representação objetiva do mundo e do pensamento, mas sim, junto aos sujeitos em suas atividades sociocognitivas, na construção das representações de mundo operadas por eles.

Dito isso, a linguagem não codifica, mas evoca, guia o sentido, através de pistas linguísticas deixadas no curso da interação que desencadeiam operações cognitivas, como processos de inferenciação conceptual pragmática e figurativa, que gerarão as representações evocáveis, tornando a significação uma construção mental produzida pelos sujeitos (Salomão, 1997; Miranda, 2001). Tendo isso em vista, mesmo diante da escassez da forma linguística em apreender o significado, chegamos a ele na interação com o outro e, mais que isso, no partilhamento com ele das operações sociocognitivas envoltas no esforço que faz parte da atividade conjunta de construção do sentido.

É sobre esse partilhamento o próximo princípio que iremos detalhar aqui: o *princípio do partilhamento das ações de linguagem*. Há, nesse princípio, a concepção de linguagem como uma forma de ação. Embora essa elaboração disponha de uma referência à Teoria dos Atos de Fala, Miranda (2001) salienta seu distanciamento dela. Isso se justifica, segundo a autora, pois, mesmo trazendo luz à intencionalidade do sujeito que enuncia, a Teoria dos Atos de fala não reconhece a contraparte no outro. Assim, a teoria é tida como desconectada da cena interativa e do entorno social, sem reconhecer, portanto, a estrutura sociocognitiva que constitui intencionalidade humana, conforme vimos apontar Tomasello (1999, 2019).

Dito isso, a linguagem, para a Teoria dos Atos de Fala, embora seja entendida como forma de ação, consiste em uma ação autônoma, na medida que desconsidera o fato de o falante projetar a sua audiência para decidir sobre determinada formulação linguística. Isso significa que, antes de praticar a ação da linguagem, ele prevê e conta com conhecimentos prévios do ouvinte, com suas reações e habilidades (Koch; Cunha-Lima, 2004). Assim, a linguagem não consiste em uma ação autônoma, em que só são consideradas as intenções do locutor, mas

partilhada, na medida que o interlocutor, reconhecido como um agente intencional como ele (Tomasello, 1999), é projetado em seu projeto de dizer e, portanto, parte integrante dele.

A concepção sociocognitiva de linguagem como forma de ação aproxima-se mais do que propõe Clark (1996), ao definir que o uso da linguagem é uma espécie de *ação conjunta*. Para chegar a essa definição, o autor parte da pressuposição de que “a linguagem é fundamentalmente usada para fins sociais” (Clark, 1996, p. 23, tradução nossa), o que significa dizer, para ele, que não usamos a linguagem para fins individuais, como representar o nosso próprio pensamento, mas sim para realizarmos atividades sociais, como conhecer uns aos outros, debater política, focar, ensinar, aprender, e tantas outras, como gerir um país.

Nesse ponto, ao conceber a linguagem como instrumento utilizado para a realização das atividades sociais, sem as quais não existiriam as línguas, Clark (1996) converge com os estudos de Tomasello sobre as origens sociais e culturais da cognição e, por conseguinte, da linguagem. Ambos os autores compreendem sua gênese interligada a uma finalidade social, que as constitui e sem a qual não poderiam existir.

Nessa direção também caminha Gumperz (1982, p. 1, tradução nossa), para quem “a comunicação é uma atividade social que requer a coordenação de esforços de dois ou mais indivíduos”, opondo-se à perspectiva de que comunicar consiste apenas em produzir sentenças bem formadas passíveis de serem decodificadas. Não só isso, segundo o autor, é preciso também de outros conhecimentos e habilidades de ordem social e cognitiva, que vão além do gramatical, e que são responsáveis por manter o envolvimento conversacional.

Como ação conjunta, Clark (1996) considera atividades em que há coordenação e alinhamento entre os sujeitos participantes da ação para atingir finalidades comuns, como “jogar conversa fora”, entrar em acordo, ou até discutir. Para o autor, o uso da linguagem incorpora processos individuais e sociais, de tal modo que falantes e ouvintes, escritores e leitores devem realizar ações como indivíduos se quiserem ter sucesso no uso da linguagem, mas também devem trabalhar juntos como participantes das unidades sociais. Assim, como Clark (1996, p. 24, tradução nossa) esclarece: “ao usar a linguagem, os agentes fazem mais do que realizar ações autônomas, como um pianista tocando solo. Eles participam de ações conjuntas, como músicos de jazz improvisando em conjunto”.

Para Clark (1996), as pessoas que participam de ações conjuntas, como é uma situação comunicativa, não são apenas participantes, elas têm *papéis definidos* nessas interações. Com seus papéis definidos, cabe a elas *coordenarem suas ações de linguagem* para conseguirem comunicar, sendo necessário, para isso, aponta Clark (1996), que haja um *common ground*,

noção que define como “a soma de seus conhecimentos, crenças e suposições mútuos, comuns ou conjuntos” (Clark, 1996, p. 93, tradução nossa).

Noção semelhante é levantada por Tomasello (2019), a de que o *cultural common ground* consiste em um conhecimento partilhado pelos indivíduos do mesmo grupo cultural, sem que seja necessário ter tido alguma experiência diretamente compartilhada com eles. Os dois autores partilham da visão de que é esse conhecimento comum que fornece a base para que os participantes possam interagir uns com os outros, já que, com ele, são criadas expectativas que irão ajudá-los a decidir quais informações precisam ser explicitadas e quais não, quais as posturas é possível adotar e quais papéis serão executados na interação, por exemplo.

Dito isso, quando falamos da língua como forma de ação, estamos nos referindo, na hipótese sociocognitiva da linguagem, não a um conjunto de ações individuais e autônomas. Mais que isso, trata-se de ações partilhadas, na medida que são coordenados esforços (compartilhamento de atenção, operações mentais e discursivas, inferenciação, perspectivação, conhecimentos etc.) para comunicar, isto é, para tornar comum um projeto de dizer e um conhecimento sociocognitivamente existente.

Tendo isso em vista, discorreremos agora sobre o terceiro princípio: o *princípio do dinamismo da determinação contextual*. Aqui estão em jogo dois pressupostos, o primeiro deles diz respeito ao fato de que o processo de significação, para a hipótese sociocognitiva, não ocorre desconectado da situação interacional, nem dos aspectos sociais, históricos, culturais e cognitivos que a regem. Trata-se de compreender que *o contexto é determinado*, ou seja, é situado em um tempo histórico, em uma sociedade e em uma cultura específicos, com uma configuração de interação também específica (papéis, trocas, estruturação, hierarquia, grau de formalidade/informalidade etc.), com sujeitos específicos que, por conseguinte, irão impactar de diferentes formas a produção e compreensão da significação.

A concepção de contexto como determinado surge contrapondo-se à indeterminação com que normalmente o contexto é tratado, servindo, muitas vezes, de guarda-chuva para quando não são encontradas explicações para os fenômenos sociais e cognitivos. Sobre essa vagueza ou amplidão conceitual do contexto, Morato e Koch (2003, p. 89) pontuam que “não raras vezes, o contexto parece operar lá onde a linguagem não está presente, lá onde o social está mitigado em meio à tipologia de contextos, lá onde a representação (mental) não é evidente”.

Já acerca do segundo pressuposto imbricado no princípio de dinamismo da determinação contextual, ele consiste na afirmação de que *o contexto é dinâmico*. Conforme essa visão, o contexto se apresenta, por um lado, como *parcialmente estruturado* pelas

contingências próprias de uma situação interativa, do universo interpretativo, da ação simbólica humana; e, por outro lado, como *estruturante*, na medida que cria e dá forma aos processos de significação em curso (Morato; Koch, 2003; Koch, 2005).

Essa dupla articulação que compõe o contexto e que lhe confere dinamismo fundamenta teorias do contexto, como a de Hanks (2008, p. 67), para quem o contexto é “um estado de coisas que, em parte está organizado a priori; e em parte, está associado a uma significação que emerge de sua própria organização”. Devido a isso, Hanks (2008) propõe duas dimensões inseparáveis para compreendê-lo e analisá-lo: a emergência, associada ao tempo real da produção do enunciado e da interação; e a incorporação, associada ao tempo conjuntural, isto é, a um contexto mais amplo a que o contexto emergente é conectado (Hanks, 2008).

Posto isso, Hanks (2008) separa o contexto em níveis de organização que emergem no curso da interação, a partir de outros traços contextuais a eles incorporados, a saber: a *situação*, que considera apenas a presença mútua dos interlocutores; o *cenário*, nível organizado enquanto evento comunicativo, envolvendo atos socio-historicamente situados, expectativas, compreensão entre os interlocutores e a instauração por eles de um sistema de relevância que conecta o contexto a uma história não-local; e, por fim, o *campo semiótico*, nível ainda mais estruturado, composto por um campo demonstrativo, referente ao aqui-agora-eu, e um campo simbólico, referente aos itens lexicais que emergem na interação. Essa concepção torna os conceitos de *emergência* e *incorporação* chaves para se compreender e analisar o contexto<sup>2</sup>.

Além do aporte teórico de Hanks, outra teoria do contexto importante e, neste caso, de base sociocognitiva, é a de Van Dijk (1997, 2012). Van Dijk lança o olhar sobre o contexto sob a perspectiva de modelos cognitivos de representação da experiência. Segundo Van Dijk (1997), durante os eventos comunicativos que participamos, nossas representações episódicas sobre esses eventos vão sendo continuamente atualizadas em um tipo especial de modelo por nós conceptualizado: os *modelos de contexto*. Van Dijk (1997, 2012) define os modelos de contexto como constituídos por vários elementos, entre eles, a configuração (local, tempo), as circunstâncias sociais, objetivos, participantes e os papéis que desempenham em sociedade e na interação, relações entre os participantes, entre outros. Diante disso, aliando o cognitivo e o discursivo, a teoria de Van Dijk (2012) postula o contexto como um modelo mental da experiência capaz de controlar como nosso discurso é estruturado e adaptado estrategicamente.

Tendo detalhado os pressupostos a partir dos quais o contexto é determinado e dinâmico, é possível compreender que o *princípio de dinamismo da determinação contextual* recai sobre

---

<sup>2</sup> A exemplo do trabalho de Martins e Souza (2020), que aplicam a teoria de Hanks ao estudo sociocognitivo das metáforas no ambiente retórico dos cultos neopentecostais.

o entendimento de que os domínios que enquadram os eventos são construções sociocognitivas realizadas a partir de estruturas estáveis (mas não estáticas) de conhecimento organizadas sob as formas de interação (Miranda, 2001). Nesse sentido, o dinamismo contextual ocorre na própria interação, já que ela pode ser enquadrada de uma forma e, em dado momento, ser rearranjada, o que é sinalizado pelas *pistas contextuais* (Gumperz, 1982, p. 82, tradução nossa) deixadas pelos sujeitos no decorrer dela, como o uso de determinado registro, de determinadas formas lexicais, a mudança de ritmo conversacional etc. Além disso, o próprio conhecimento partilhado, *common ground* (Clark, 1996) ou ainda *cultural common ground* (Tomasello, 2019), que é a base comum entre duas ou mais pessoas em uma interação, está sempre em movimento dinâmico, incluindo cada experiência compartilhada e cada troca linguística como novo conhecimento partilhado (Koch; Cunha-Lima, 2004).

Tendo isso em vista, tanto a teoria de Hanks quanto a de Van Dijk são bons exemplos do princípio do dinamismo da determinação contextual, ao englobar, ao mesmo tempo, a situação comunicativa imediata e a situação comunicativa mediata, de cunho sociocultural, enquanto entorno cognitivo sociopolítico e cultural (Koch; Morato; Bentes, 2011). O contexto é, portanto, ao mesmo tempo, estruturado e estruturante, imediato e mediato, determinado e dinâmico; ele se constrói e é construído ao mesmo tempo na interação.

Em suma, quanto aos três princípios basilares da hipótese sociocognitiva da linguagem apresentados aqui, salientamos que, embora separados para efeitos de melhor pormenorização de cada ponto, complementam-se na formação da hipótese. Considerar que há uma subdeterminação do significado pelo significante, significa que não há uma representação direta do mundo, sendo ela, portanto, construída. Essa construção envolve uma ação conjunta e coordenada entre sujeitos alinhados sociocognitivamente na tarefa que é comunicar algo, no sentido de tornar conhecimentos comuns. Toda essa ação partilhada que envolve a construção sociocognitiva de conhecimentos não ocorre de forma desconectada do mundo, ela é enquadrada em um contexto, ao mesmo tempo, imediato, da situação interativa, e mediato, socio-histórico e culturalmente, que não só serve de entorno, mas constitui e é constituído pela significação.

Tendo isso em vista, Miranda (2001) conclui que a hipótese sociocognitiva, partindo do pressuposto de que não se pode antecipar o sentido, incube-se da tarefa de buscar “ferramentas capazes de desvelar as intrincadas relações entre cognição, linguagem e realidade social na produção da significação” (Miranda, 2001, p. 79). Missão que se justifica, ainda segundo Miranda (2001, p. 79), pela seguinte premissa:

Se o caráter social da cognição imprime a singularidade de nossa espécie e se a linguagem é um modo da cognição, não há outro caminho para se chegar à forma e à significação linguísticas a não ser enfrentando o complexo entrelaçamento entre os processamentos social e cognitivo das ações conjuntas de linguagem.

É no desafio de estudar esse complexo entrelaçamento entre os processamentos social e cognitivo das ações conjuntas de linguagem que a abordagem sociocognitiva tem se pautado, realizando diversos estudos em várias áreas da Linguística. Entre elas, destacamos a Linguística Textual brasileira, que, a partir, principalmente do essencial papel de Ingedore Koch e Luiz Antonio Marcuschi, constrói um arsenal teórico que insere a noção de texto no quadro da hipótese sociocognitiva, fundando um campo de estudos centrados na hipótese sociocognitiva do texto, que será detalhado na sequência.

## **5.2 A hipótese sociocognitiva no campo da Linguística Textual Koch-Marcuschiana: o texto como forma de cognição social**

A Linguística Textual, do seu surgimento, na década de 1960, até a metade de 1970, detinha-se a estudos centrados na forma linguística, debruçando-se sobre a análise transfrástica, a construção de uma gramática do texto e sobre o estudo da coerência e da coesão, tidas, àquela época, como propriedades textuais. Esse percurso viria a ser alterado na segunda metade da década de 1970, quando seu horizonte de estudo é ampliado, com a adoção da perspectiva pragmático-discursiva<sup>3</sup> e, mais tarde, na década de 1980, com o interesse pelo processamento cognitivo.

No caso específico deste último ganho aos estudos do texto, a chamada *virada cognitiva*, Koch (2005, p. 1) explica que o interesse pelo cognitivo e conseqüente mudança de rota da área foi causada “pela tomada de consciência de que todo fazer (ação) é necessariamente acompanhado de processos de ordem cognitiva”, isto é, de que “quem age precisa dispor de modelos mentais de operações e tipos de operações” (Koch, 2005, p. 1). A partir de então, toma lugar uma abordagem procedural em que o texto passa a ser entendido como resultado de processos mentais. Assim, se com a virada pragmática os parceiros da comunicação passam a

---

<sup>3</sup> Esse momento ficou conhecido como *virada pragmática* e atingiu vários campos de estudos da Linguística. Tendo como objetivo ultrapassar as fronteiras sintático-semânticas, base dos estudos dominantes na época, a perspectiva pragmático-discursiva desenvolveu um modelo que enxergava a noção de língua em uso, como uma “forma específica de comunicação social, da atividade verbal humana, interconectada com outras atividades (não linguísticas)” (Koch, 2018, p. 28). Na Linguística Textual, a partir da metade da década de 1970, o texto, segundo Koch (2018), passa a ser entendido como o *resultado de ações verbais*, e, como tal, implica agentes com papéis ativos na interlocução, não cabendo ao ouvinte apenas decodificar o texto, mas sim “reconstruir os propósitos comunicativos que tinha o falante ao estruturá-lo” (Koch, 2018, p. 29).

ser vistos como agentes ativos da ação interlocutiva, com a virada cognitiva, além disso, passam a ser enxergados, segundo Koch (2018, p. 34), como possuindo “saberes acumulados quanto aos tipos de atividades da vida social e conhecimentos representados na memória, que são ativados para que sua atividade seja coroada com sucesso”.

Nesse cenário, Koch (2018) aponta como tarefa incumbida à Linguística Textual a de desenvolver modelos procedurais de descrição textual capazes de dar conta de processos cognitivos que permitem a integração dos diversos sistemas de conhecimentos envolvidos nas estratégias de produção e compreensão dos textos pelos sujeitos. É nesse momento que surgem teorias de processamento textual, como a de Heinemann e Viehweger (1991 *apud* Koch, 2018), que propunha a existência de quatro sistemas de conhecimento atuantes no processamento do texto, a saber: o linguístico, o enciclopédico, o interacional e os modelos textuais globais.

Admitindo a existência de modelos cognitivos que organizam a experiência do sujeito no mundo e que são mobilizados nos textos, a Linguística Textual, para dar conta da tarefa de desenvolver modelos procedurais de descrição textual, vale-se das contribuições de outras áreas de estudo que se detêm ao fenômeno da cognição, como a Inteligência Artificial e a Psicologia Cognitiva. Entre as contribuições estão as noções de *frames* (Minsky, 1975), *Scripts* (Schank; Abelson, 1977), *Schemas* (Bartlett, 1995 [1932]) e modelos episódicos ou de situação (Van Dijk, 1989), que são, em geral, “estruturas complexas de conhecimentos que representam as experiências que vivenciamos em sociedade e que servem de base aos processos conceituais” (Koch, 2005, p. 02).

Acerca do uso desses modelos cognitivos, concordando com Van Dijk e Kintsch (1983 *apud* Koch, 2005), para os quais o processamento cognitivo de um texto é estratégico, Koch (2005) explica que, no processamento *online* do texto, são utilizadas estratégias de uso do conhecimento que dependem de vários fatores, como os objetivos do usuário, a quantidade de conhecimento disponível a partir do texto e do contexto, suas crenças, opiniões e atitudes. É isso que permite, segundo a autora, que, no momento da compreensão, haja a possibilidade de o leitor “reconstruir não somente o sentido intencionado pelo produtor do texto, mas também outros sentidos, não previstos ou, por vezes, nem mesmo desejados pelo produtor” (Koch, 2005, p. 3).

Tendo isso em mente, a utilização estratégica dos vários modelos cognitivos mobilizados *online* no processamento textual, de acordo com Koch (2018, p. 35), leva em conta que eles “são frequentemente representados na forma de redes, nas quais as unidades conceituais são concebidas como variáveis ou *slots*, que denotam características estereotípicas e que, durante os processos de compreensão, são preenchidas com valores concretos”. Diante

disso, Koch (2005) explica – partindo da compreensão da língua como apenas a ponta do *iceberg* – que as unidades linguísticas não explícitas no texto devem ser inferidas a partir dos modelos cognitivos que cada uma delas acessa, de modo que, “na falta de informação explícita, utiliza-se sempre como preenchedor (*‘filler’*) a informação estereotípica” (Koch, 2005, p. 03).

A inferenciação é, portanto, indispensável ao processamento do texto, visto que se constitui como uma estratégia cognitiva prevista pelo produtor – possibilitando a ele, ao projetar um *common ground* com o outro participante, deixar informações implícitas –, que ocorre, como afirmam Beaugrande e Dressler (1981 *apud* Koch, 2005, p. 3), “cada vez que são mobilizados conhecimentos próprios para construir um mundo textual”.

Depois de certo tempo de chegada da cognição nos estudos do texto, a superação que, como vimos anteriormente, na seção 5.1, ocorreu nos estudos da cognição quanto à separação da mente e do social, teve reflexos nesse campo. Retomando a noção de continuidade de Aurox (1992), na Linguística Textual, o cognitivo, a partir de certo ponto, por volta do final da década de 1990, passa a aparecer alinhado à abordagem pragmática-interacionista da língua e do texto. A primeira passando a ser considerada, na Linguística Textual, como um “trabalho cognitivo e atividade social que supõe negociação” (Koch; Marcuschi, 1998, p. 173); e a segunda, como o resultado de uma complexa rede de processos, operações e estratégias sociocognitivos realizados na mente durante a interação para a produção de sentido (Koch, 1996).

Nessa nova fase, o que há é um olhar sociocognitivo e interacionista sobre o texto, isto é, trata-se da proposição de uma *hipótese sociocognitiva do texto*. Os avanços da Linguística Textual na direção do sociocognitivo aliado ao interacional se deram, sobretudo, devido ao pioneirismo de dois grandes pesquisadores brasileiros, Ingedore Koch e Luiz Antônio Marcuschi em estudar o texto sob essa ótica no país (Morato, 2017).

A Linguística Textual organizada por Koch e Marcuschi, como bem salienta Salomão (2017), ao dialogar com o cognitivismo marcado pela virada pragmática e pela cooperação interdisciplinar com diversas áreas, como a Antropologia, a Psicologia e a Sociologia Interacional, distingue-se da Linguística Textual europeia, por promover, nas palavras de Salomão (2017, p. 5), “um horizonte teórico mais rico”. Por isso, é possível afirmar que, graças ao campo teórico organizado e desenvolvido por Koch e Marcuschi, junto aos seus colaboradores e seguidores, temos o que Salomão (2017) denomina de *Linguística Textual Koch-Marcuschiana*.

A grande contribuição dos dois autores para os estudos do texto foi, segundo Morato (2017), a de destacar a solidariedade entre processos linguísticos e cognitivos na construção – e não mais apenas no processamento – textual, como podemos observar na enumeração de

alguns fenômenos estudados por Koch e Marcuschi, que foi realizada por Morato (2017, p. 398):

Construção textual-interativa da referência, progressão tópica, coerência discursiva, fatores interatuantes na textualização, papel de enquadres conceptuais (como *frames*) na construção do sentido textual e na dinâmica interacional, a interrelação de conhecimentos na produção e na interpretação do texto, os processos de ordem meta (metaformulação, metaenunciação, metadiscorso etc.), o papel de articuladores textuais e marcadores discursivos na argumentação e na atividade referencial.

Neste ponto, valer salientar que, embora partam da mesma perspectiva sociocognitiva-interacionista do texto, os trabalhos de Koch e Marcuschi não devem ser vistos de forma a parecer um bloco monolítico. Conforme aponta Morato (2017), enquanto as pesquisas de Koch centram-se mais na *concepção socioconstrutivista da cognição*, estudando noções como “estratégia, atividade, modelos de memória, contexto e agência” (Morato, 2017, p. 399); as pesquisas de Marcuschi focam na *concepção sociointeracional da cognição*, estudando, principalmente, noções como interação, conversação, inferência, multimodalidade e conhecimento.

Entretanto, mesmo com as diferenças de foco, tanto uma concepção como a outra partem da ideia da sociogênese da cognição e, segundo Morato (2017), da ideia de que texto e cognição se inscrevem numa lógica sociocultural, experiencial, contextual e comunicativa. Dito isso, Morato (2017) afirma que, para ambos os autores, o texto é concebido como, ao mesmo tempo, um *fenômeno da ordem sociopragmática*, no sentido de estruturar-se em normas sociais, que envolvem, portanto, reconhecimento de regimes simbólicos e de cooperação intersubjetiva; e um *fenômeno de ordem interacional*, no sentido que é construído de forma conjunta e cooperativa, e estrutura-se por meio de inferências guiadas por *pistas de contextualização*, para citar Gumperz (1982), que emolduram a interação de acordo com modelos construídos a partir da rotinização de experiências vividas em sociedade, tendo o texto também influência na constituição deles.

A compreensão da relevância dada ao papel do texto na construção do conhecimento é notada na formulação feita por Koch (2002), que guiaria parte dos estudos do texto seguintes, de que o texto é uma *forma de cognição social* (Koch, 2002, p. 157). Focando na concepção socioconstrutivista da cognição, Koch (2002, p. 157) explica que “os textos, como formas de cognição social, permitem ao homem organizar cognitivamente o mundo. É em razão desta capacidade que são excelentes meios de intercomunicação, bem como de produção, preservação e transmissão do saber”.

O destaque para o texto como forma de cognição social está presente também nos trabalhos de Antos e Wieser (2005) e Antos (2015), que discorrem sobre o papel dos textos na

constituição e evolução cultural do conhecimento. Para Antos e Wieser (2005), o texto, longe de ser apenas um meio de representar e armazenar o conhecimento, é também uma forma de constituir individual e socialmente. Além disso, a ênfase no texto como forma de cognição social realizada por Antos e Wieser (2005) é reforçada quando defendem serem os textos modelos do conhecimento, por selecionarem e estruturarem fatos do mundo de acordo com determinado ponto de vista.

O papel do texto na construção do conhecimento fica evidente se notarmos, como aponta Koch (2002), que determinados aspectos da nossa realidade social só são criados porque são representados e adquirem validade e relevância social. Dessa forma, é possível afirmar que “os textos não tornam o conhecimento apenas visível, mas, na realidade, sociocognitivamente existente” (Koch, 2002, p. 156).

Tendo isso em vista, no estudo de como atividades sociais, interativas e cognitivas em que estão engajados e inseridos os sujeitos atuam no texto no sentido de produzir representações sociocognitivas do mundo, a Linguística Textual adota os princípios da hipótese sociocognitiva da linguagem<sup>4</sup>. Isso faz com que o texto, como *lugar de interação* (Koch, 2018), seja analisado como uma atividade situada, tendo mais foco nas atividades de construção do conhecimento e menos nas de processamento (Marcuschi, 2002).

São vários os temas da agenda científica estudados sob esse olhar sociocognitivo e interacionista. Da enumeração realizada por Morato (2017), destaco alguns sobre os quais toca este trabalho. São eles: a contextualização e os modelos de contexto que emolduram e são emoldurados pela significação linguística; a construção referencial (explícita ou implícita do sentido); as formas de representação textual do conhecimento, como os enquadres cognitivo-interacionais; e a orientação textual e cognitiva da argumentação (Morato, 2017, p. 422).

Diante de tamanha complexidade e relevância do objeto da Linguística Textual em sua abordagem sociocognitiva, a interface com outras áreas do conhecimento não só é bem-vinda, como necessária para dar conta das descrições, análises e da compreensão do texto. Considerando a amplitude conceitual do texto, que, como postula Beaugrande (1997 *apud* Marcuschi, 2006, p. 8), é “um evento em que convergem ações de natureza linguística, social e cognitiva”, torna-se imprescindível – reformulando a elaboração de Marcuschi (2006, p. 45) de que “para uma boa teoria da cognição precisamos, além de uma teoria linguística, uma teoria social” – para uma boa teoria do texto, além de uma teoria cognitiva, é necessária uma teoria social – pensando no caminho do cognitivo ao sociocognitivo.

---

<sup>4</sup> Para lembrar, os princípios da escassez da forma linguística, do partilhamento das ações de linguagem e do dinamismo da determinação contextual.

Como vimos, a hipótese sociocognitiva recebeu contribuições de várias áreas, desde a Antropologia Evolutiva até a Psicologia Cognitiva. Os próprios trabalhos que vêm sendo desenvolvidos na Linguística Textual Koch-Marcusiana mostram-se alinhados à abordagem ao fazerem interface com outras áreas do conhecimento. Interfaces com a Antropologia, as Ciências Sociais e Políticas, e a Neurobiologia têm sido feitas para darem conta do caráter social e cognitivo em que se situam os textos escolhidos como objetos de estudo.

Nesse âmbito, destacamos os trabalhos realizados pelo grupo de pesquisa Cogites (Cognição, Interação e Significação), coordenado pela Profa. Dra. Edwiges Maria Morato (Unicamp), que se dedicam ao estudo de fenômenos textuais e cognitivos (*frames*, modelamento discursivo e sociocognitivo, organização do tópico discursivo, recategorização metafórica, modelos de contexto, referenciação etc.) aliados a temas e grupos socialmente relevantes, como neopentecostalismo brasileiro e neoliberalismo (Martins, 2011, 2015, 2021; Martins; Souza, 2020, 2023), racismo e violência verbal (Parintins, 2019; Parintins; Morato, 2021), envelhecimento, afasias e Doença de Alzheimer (Morato; Bentes, 2013; Freitas, 2019), discurso político nas redes sociais (Ferreira-Silva, 2020) e pandemia de Covid-19 (Bentes; Morato, 2021).

É nesse quadro que este trabalho se insere ao se propor a analisar o modelamento discursivo e sociocognitivo da pandemia de Covid-19 propagado pelo ex-presidente da república, Jair Messias Bolsonaro, em suas *lives* de quinta-feira no *Facebook* e *Youtube*. A concepção de modelamento que seguimos parte de dois pontos da hipótese sociocognitiva que se complementam.

O primeiro, de que a língua não é responsável por discriminar e descrever uma realidade extra-mente, isto é, “a língua não é um burocrático cartório do mundo” (Marcuschi, 2006, p. 14), e, por isso, a noção de referência é substituída pela de referenciação (Mondada; Dubois, 2003), por considerar a referência como o resultado da operação que o sujeito realiza sobre o material linguístico, ao fazer escolhas para representar estados de coisas, a fim de concretizar seu projeto de dizer (Koch, 2002, 2014). Destarte, a referenciação constitui-se como uma atividade discursiva e as entidades a partir dela designadas, *objetos do discurso* (Koch, 2002, 2014).

O segundo ponto, apontando por Marcuschi (2002, p. 45), é de que “a organização do conhecimento acontece na forma de enquadres e recorrências e não de fatos ou dados”, de modo que, na atividade de construção de significados, vale mais, segundo ele, “ter crenças comuns sobre o mundo do que ter dados dos sentidos comuns” (Marcuschi, 2002, p. 52). Trata-se, portanto, da necessidade que a natureza social da nossa cognição impõe aos nossos processos

de conceptualização e construção da realidade, pressupondo os objetos como fenômenos socioculturalmente construídos, como *âncoras materiais* (Salomão, 2003). São elas que tornam possível produzirmos e interpretarmos os textos, livrando-nos da *deriva simbólica*, para citar novamente Salomão (2003, p. 83).

Dito isso, é possível afirmar que *frames*, modelos, esquemas, enquadres e outros termos similares encontrados na literatura funcionam como âncoras, à medida que, como vimos anteriormente com Koch (2005), servem de base aos nossos processos conceituais. Entendidos, de forma geral, como “conjuntos de conhecimentos socioculturalmente determinados e vivencialmente adquiridos, que contêm tanto conhecimentos sobre cenas, situações e eventos, como conhecimentos sobre como agir em situações particulares e realizar atividades específicas” (Koch, 2005, p. 2). Esses esquemas de conhecimento são evocados e modificados durante a interação, no processo de significação.

Tendo descrito cada um dos pontos, apontamos sua complementariedade concordando com Morato e Bentes (2013), quando sugerem que, durante a construção referencial do objeto, diferentes *frames* são ativados e reorganizados, atuando na maneira pela qual o objeto do discurso é construído e categorizado na interação. Dito isso, neste trabalho, buscamos observar quais *frames* são ativados na construção do objeto pandemia de Covid-19 e como eles atuam na maneira como esse objeto do discurso é conceptualizado durante a interação do presidente Jair Messias Bolsonaro, com seus convidados e sua audiência – ou mesmo a projeção que faz dela.

Nas próximas seções, iremos detalhar os preceitos teóricos que estão na base desses dois pontos da hipótese sociocognitiva sobre os quais se fundamentam esse trabalho: a referenciação e os *frames*.

### **5.3 Referenciação: instabilidade das categorias, construção de objetos de discurso e processos de estabilização do sentido**

“A língua não é um burocrático cartório do mundo”. Muito mais que uma definição do que é a língua, essa formulação de Marcuschi (2006, p. 14) nega uma afirmação posta em uma perspectiva fortemente estruturalista e cognitivista: a de que a língua é um cartório do mundo, no sentido de ser responsável por dar nome a todas as coisas. Este é um dos posicionamentos sobre a questão da referência, em relação ao qual, como podemos perceber, Marcuschi se coloca como contrário.

Ao pensar sobre a referência, somos apresentados a várias visões, que podem ser agrupadas, em geral, em duas linhas argumentativas: as que pressupõem um mundo autônomo, que existe independentemente de qualquer sujeito, e cujo papel das representações simbólicas é descrever adequadamente os estados de coisas desse mundo, sendo passíveis de verificação; e as que pressupõem, em vez de um mundo estável *a priori*, um mundo cujas categorias, entendidas não como dispostas, mas sim construídas socioculturalmente em processos cognitivos e linguísticos de estabilização, têm a *instabilidade* como constitutiva delas (Mondada; Dubois, 2003).

A primeira posição encontra respaldo no correspondentismo de Frege, segundo o qual há uma conexão definida e regular entre o símbolo, o seu sentido e a sua referência, de tal modo que “o símbolo corresponde a um sentido determinado, que por sua vez corresponde a uma referência determinada” (Frege, 2011, p. 23). Dito isso, há, nos trabalhos de Frege, o pressuposto de que os sentidos seriam intrinsecamente pareados com seus signos (Salomão, 2003), sendo necessário, segundo ele, para a apreensão dos sentidos e, assim, de parte da referência<sup>5</sup>, apenas conhecer suficientemente a linguagem ou o conjunto das designações ao qual o signo pertence<sup>6</sup>.

A posição proposta por Mondada e Dubois (2003) e seguida pela perspectiva sociocognitiva (Salomão, 1997, 2003; Marcuschi, 2001a, 2001b, 2006; Koch; Marcuschi, 1998; Koch, 1998, 2002, 2014) desloca a atenção do problema das entidades da língua, do mundo ou da cognição, ao deixar de questionar-se sobre como os estados do mundo são representados de modo adequado. Em vez disso, foca-se em *analisar os processos que constituem as atividades em que essas entidades estão envolvidas* e que são responsáveis por dar sentido ao mundo (Mondada; Dubois, 2003).

Ao fazerem isso, Mondada e Dubois (2003) aderem à concepção dialógica da língua, em que os sujeitos são vistos como atores sociais. Com isso, nos estudos da referência, é dada centralidade à figura do sujeito, que, se antes restava o papel apenas de etiquetar o mundo já

---

<sup>5</sup> Segundo Frege (2011, p. 22-23), a referência sempre será focada apenas parcialmente, pois “o conhecimento completo da referência exigiria que pudéssemos dizer imediatamente se um dado sentido a ela pertence. Jamais chegamos a esse ponto”.

<sup>6</sup> Mondada e Dubois (2003) apontam diversos estudos que reforçam a existência de uma relação biunívoca e de correspondência entre linguagem e mundo, entre eles, os estudos cognitivos centrados na motivação icônica entre estruturas linguísticas e cognitivas. Acerca desses trabalhos, destacamos o experimento sobre iconicidade sonora de Köhler (1929), conhecido como Takete-Maluma, em que foi constatado que os sujeitos, em sua maioria, relacionavam a palavra Takete a formas angulosas e Maluma, a formas arredondadas. Experimentos como esse, que buscam explicar a motivação para a associação entre o som e a forma de figuras, vêm sendo replicados até hoje, em várias línguas, pela Psicolinguística, inclusive no Português Brasileiro, como é o caso do trabalho de Godoy (2018).

posto, agora é responsável por “construir, através de práticas discursivas e cognitivas social e culturalmente situadas, versões públicas do mundo” (Mondada; Dubois, 2003, p. 17).

Sendo assim, as categorias deixam de ser entendidas como existentes *a priori* e passam a ser vistas, conforme postulam Mondada e Dubois (2003), como o resultado de operações cognitivas realizadas pelos sujeitos e ancoradas em suas práticas, nas atividades verbais e não verbais e nas negociações dentro da interação, o que lhes confere instabilidade. É essa mudança de foco, do resultado para o processo, que faz com que a questão deixe de ser sobre a referência e seja muito mais sobre a *referenciação*.

A referenciação, grande tema, como vimos na seção anterior, dos estudos do texto, explicam Mondada e Dubois (2003, p. 20), diz respeito à “construção de objetos cognitivos e discursivos na intersubjetividade das negociações, das modificações, das ratificações de concepções individuais e públicas do mundo”. Posto isso, além de uma *construção colaborativa* (Mondada; Dubois, 2003; Marcuschi, 2001b), a referenciação constitui-se como uma *atividade discursiva* (Koch, 2002, 2014), à medida que os sujeito, na interação verbal, opera estrategicamente sobre o material linguístico que tem à sua disposição, procedendo escolhas significativas para representar estados de coisas, com vistas a concretizar sua proposta de sentido. Por isso, se a referenciação se constitui como uma atividade discursiva, as entidades a partir dela designadas não podem ser entendidas como objetos do mundo, isto é, realidades independentes, mas, em vez disso, *objetos do discurso* (Koch; Marcuschi, 1998; Koch, 2002, 2014).

Discorrendo sobre o processo de referenciação, Marcuschi (2007a) explica que ele é construído discursivamente por inserções sociocognitivas realizadas no texto de maneira progressiva, que permitem ao sujeito operar sobre a realidade e, assim, produzir determinadas formas de raciocinar. Essas inserções ocorrem por meio de *pistas de acesso* para elaboração de sentidos construídas textualmente pelos interlocutores, ao longo da interação, que permitem a atualização dos domínios cognitivos responsáveis por estabelecer correspondências com o mundo (Marcuschi, 2007a).

Assim, trata-se de uma atividade discursiva em que atuam estrategicamente (Koch, 2005) sujeitos dotados de intencionalidade (Tomasello, 1999), visando construir versões públicas e sociocognitivamente aceitas da realidade. Com isso é possível concordar com Koch e Marcuschi (1998, p. 173), quando afirmam que “a discretização do mundo empírico não é um dado apriorístico e sim uma elaboração cognitiva”.

Diante disso, sob o olhar da perspectiva linguística interacionista e discursiva, Mondada e Dubois (2003) caracterizam as categorias como constituídas de *instabilidade*. Segundo as autoras,

As categorias utilizadas para descrever o mundo mudam, por sua vez, sincrônica e diacronicamente: quer seja em discursos comuns ou em discursos científicos, elas são múltiplas e inconstantes; são controversas antes de serem fixadas normativa ou historicamente (Mondada; Dubois, 2003, p. 22).

A instabilidade, portanto, seria uma característica não só das categorias que estão em jogo durante uma interação comum em que os sujeitos negociam ou disputam sentidos sobre determinado objeto em determinadas condições, por exemplo, um médico e uma mãe discutindo sobre o que é “bem estar” para uma criança com paralisia cerebral que tem suas capacidades motoras comprometidas<sup>7</sup>; mas também em discursos mais fixados socio-historicamente, como o científico, a exemplo da discussão sobre as propriedades nutricionais do ovo fazerem dele primeiro um vilão e atualmente um mocinho; e o jurídico, a exemplo do aborto que, nos EUA, era tido como uma prática legal desde os anos 1960, e recentemente passou a ser tido como ilegal em alguns estados.

Diante disso, é preciso assinalar que essas modificações das categorias, mesmo as mais fixadas, decorrem das condições históricas, sociais e culturais que impactam diretamente na produção de sentido. No primeiro exemplo apresentado, uma mãe que vê seu filho sem conseguir se locomover e o compara com outras crianças que conhece, em uma consulta de acompanhamento, irá discordar da opinião do médico que, de acordo com os parâmetros biológicos, o considera saudável. Nos demais exemplos, o avanço dos estudos científicos permitiu identificar novas propriedades nutricionais do ovo, que modificaram a percepção que se havia dele; do mesmo modo, o conservadorismo nos EUA, com, sobretudo, a eleição do presidente Trump, em 2016, fez com que fosse revisitada a questão do aborto, discutida e recategorizada com esses novos (ou antigos) olhos.

Além de instáveis sincrônica e diacronicamente, as categorias são múltiplas, havendo, nas práticas discursivas, concorrência entre elas pela sua fixação histórica e normativa. Esse é o caso da Covid-19. No Brasil, pudemos presenciar as disputas pela categorização desse objeto, que, no discurso negacionista propagado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e por parte de seu governo, era categorizado como uma “gripezinha”<sup>8</sup>, isto é, uma doença comum, sem muitas consequências danosas à saúde da população; e, no discurso científico, capitaneado por órgãos

<sup>7</sup> Exemplo analisado por Tannen e Wallat (1987), que será discutido na próxima seção deste trabalho.

<sup>8</sup> Dois dos momentos em que o presidente Jair Messias Bolsonaro denomina a Covid-19 como “gripezinha” podem ser vistos na seguinte reportagem da BBC News: [2 momentos em que Bolsonaro chamou covid-19 de 'gripezinha', o que agora nega - BBC News Brasil](#)

nacionais e mundiais como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e a Organização Mundial de Saúde (OMS), como uma doença infecciosa grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global<sup>9</sup>.

Tendo discorrido sobre a instabilidade das categorias, podemos prosseguir para os processos de estabilização, pressupondo que a língua, como assinala Marcuschi (2001b), é dinâmica por natureza e, por isso, é estável, mas não estática. Dito isso, estudar os processos de estabilização, como fazem Mondada e Dubois (2003), é encontrar caminhos para responder à seguinte pergunta: “Como as categorias conseguem ser fixadas socio-historicamente?”.

Discorrendo sobre esses processos, Mondada e Dubois (2003) apontam os processos de estabilização nos âmbitos psicológico e discursivo. Em relação ao âmbito psicológico, as autoras retomam a discussão de protótipos, lexicalização e estereótipos de Rosch – com algumas ressalvas<sup>10</sup> –, afirmando que a nomeação do protótipo, enquanto uma construção psicológica individual, contribui para a sua estabilização como construção intersubjetiva, na medida que:

[...] torna possível seu compartilhamento entre muitos indivíduos através da comunicação linguística, tornando-se um objeto socialmente distribuído e estabilizado no seio da sociedade. Tal protótipo compartilhado evolui para uma representação coletiva chamada de estereótipo (Mondada; Dubois, 2003, p. 42).

Sobre esse processo de estabilização psicológica descrito por Mondada e Dubois (2003), evocamos aqui o que Langacker (2007, p. 425, tradução nossa) chama de *entrincheiramento psicológico de uma estrutura da língua*, que acontece, de modo progressivo, através da frequência com que uma estrutura é compartilhada em eventos de uso, tornando-a cada vez mais convencional e, assim, mais entrincheirada psicologicamente em nosso sistema conceptual.

Ainda sobre os processos de estabilização, em se tratando do processo discursivo, Mondada e Dubois (2003, p. 43) destacam o papel dos textos, que, de acordo com elas, “podem ter igualmente um efeito estabilizador ou desestabilizador, propor e corrigir, especificar e convencionalizar os usos das categoriais”. Como exemplo das operações discursivas (e sociocognitivas) que contribuem para esse processo no texto, as autoras citam a anáfora, já que elas revelam um modo de focalizar uma denominação, excluindo, para isso, outras possíveis.

<sup>9</sup> Definição disponibilizada pelo Ministério da Saúde do Brasil, disponível no seguinte endereço eletrônico: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>

<sup>10</sup> Mondada e Dubois (2003), apesar de recuperar o trabalho de Rosch (1978 *apud* Mondada; Dubois, 2003), tem ressalvas a ele quanto a redução do conceito de língua à função de nomear as coisas do mundo, mesmo quando essas entidades se tornam mentais por meio dos protótipos; e quanto à intersubjetividade envolvida nos processos que levam um protótipo a tornar-se um estereótipo.

Nesse ponto, recuperamos a citação de Koch (2003, p. 3), quando explica que “determinados aspectos de nossa realidade social só são criados por meio da representação dessa realidade e só assim adquirem validade e relevância social”. Assim, tem-se no texto uma forma de construir, compartilhar e validar socialmente objetos discursivos, que podem ter seu sentido convencionalizado e, por conseguinte, entrincheirado em nosso sistema conceptual, tornando-se parte do nosso *common ground* (Clark, 1996; Tomasello, 2019), que compartilhamos em nossas interações e que é essencial a elas (Marcuschi, 2001b).

No texto, a referenciação ocorre, de acordo com Marcuschi (2001a), por meio da construção, indução ou ativação de referentes no processo textual-discursivo, o que, segundo ele, envolve atenção cognitiva conjunta dos interlocutores. A atenção conjunta, segundo Tomasello (1999), é essencial aos processos referenciais. As *cenias de atenção conjunta*, como ele denomina, são construídas pelos indivíduos por meio da atenção conjunta sobre determinados objetos e contribuem, na comunicação, para tornar comum o conhecimento acerca do referente no mundo que se quer focalizar. Dessa forma, durante a interação, os interlocutores, ao compartilhar conhecimentos e atenção em uma ação conjunta focada em determinados objetos ou atividades, entram em uma espécie de cena, que pode ser complementada pela formulação de Langacker (2007, p. 425), para quem, na interação, forma-se “um espaço subjetivo dentro do qual uma conceituação se manifesta”.

Tomasello (1999) ainda indica a natureza dual da referência construída nas cenas de atenção conjunta, que, segundo ele, constitui-se como uma particularidade humana. Para o autor, as representações simbólicas que as crianças aprendem em suas interações sociais com outras pessoas são, ao mesmo tempo, *intersubjetivas*, no sentido de que um símbolo é socialmente compartilhado com outras pessoas; e *perspectivadas*, no sentido de que cada símbolo escolhido para descrever um fenômeno revela uma maneira particular de enxergá-lo. Esta última característica da referência, segundo Tomasello (1999) deriva da habilidade humana de tomar diferentes perspectivas sobre um mesmo objeto para diferentes fins comunicativos.

Tendo isso em vista, a referenciação não se faz apenas com itens lexicais, na superfície do texto. Uma palavra escolhida não apenas refere-se a um objeto no mundo, mas também carrega com ela um conjunto de propriedades, de valores, de sentidos e de relações com outros objetos. Por isso, concordamos com Morato (2017) quando afirma que, além das operações discursivas envolvendo as escolhas de palavras, há outros processos mais implícitos envolvidos na referenciação, que organizam, em termos conceptuais, a conversação e os sentidos nela veiculados. Entre esses processos, estão, segundo Morato (2017, p. 411), “os esquemas

sociocognitivos que emolduram a significação, como *frames*, modelos de contexto, modelos cognitivos idealizados, *scripts* etc.”. São esses esquemas que organizam o mundo, sociocognitivamente de uma certa maneira, e que são evocados a cada escolha textual que emerge na interação, trazendo consigo um conjunto de relações de sentido que funcionam como âncoras (Marcuschi, 2001a) da significação.

Na próxima seção, iremos nos ater a discutir as várias perspectivas existentes sobre os esquemas conceptuais, como são enxergados sob a ótica da hipótese sociocognitiva da linguagem e, por conseguinte, do texto, e como atuam na referência dos objetos discursivos e nos processos de estabilização.

#### **5.4 *Frames*, conhecimento e categorização: a cognição em interação**

Como nós damos sentido à nossa experiência? Como conseguimos reconhecer o que está acontecendo em determinada situação? O que é o sistema conceptual e como ele está organizado? Todos nós temos o mesmo sistema conceptual ou ele varia? Se varia, o que os sistemas têm de fixo e o que têm de flexível? Quais fatores fazem com que tenhamos diferentes pontos de vista sobre o mesmo evento? Essas são algumas das perguntas que vêm sendo foco de pesquisa nas ciências cognitivas, campo construído a partir dos esforços de muitas disciplinas, desde a Psicologia, a Linguística e a Antropologia até a Ciência da Computação.

As perguntas enumeradas anteriormente têm sido, em parte, respondidas pelo desenvolvimento da noção de *frame*, também chamado, na literatura, de enquadre, esquema, *script*, moldura comunicativa, cenário e modelo cognitivo. Esses são alguns dos nomes dados para os construtos teóricos propostos por diferentes áreas para dar conta teórica e empiricamente, segundo Morato (2010, p. 94), “da forma pela qual os indivíduos constroem (compartilham, modificam, organizam, regulam, representam, justificam, reconhecem) a experiência de conhecimento de mundo”. De modo geral, esses construtos seriam, ainda segundo a autora, conjuntos de conhecimentos inter-relacionados incorporados por meio das práticas sociais e nelas também reconstruídos, que organizam nossas experiências e são por elas organizados.

O termo *frame*, em inglês, traduz-se como a moldura de uma fotografia<sup>11</sup>. Esse significado em tudo tem a ver com a noção teórica. Como explica Bartlett (1995[1932]), um

---

<sup>11</sup> A tradução pode ser conferida no Dicionário Cambridge *online* no seguinte endereço eletrônico: [frame | tradução de inglês para português - Cambridge Dictionary](#)

nome é como uma moldura, pois, assim que é atribuído a algo, molda imediatamente o que é visto, inserindo-o em um esquema ou cenário pré-formado. Destrinchando essa metáfora que envolve o termo *frame*, Ensink e Sauer (2003, p. 2, tradução nossa) esclarecem que ela é utilizada porque o *frame* “invoca um conceito espacial”, na medida que separa o objeto do ambiente e dá a ele um lugar determinado no espaço mental, assim como faz uma moldura ao enquadrar uma pintura e fixá-la na parede, por exemplo. O *frame*, portanto, “fornece estrutura para o objeto em si e para o modo como ele é percebido”, concluem Ensink e Sauer (2003, p. 2, tradução nossa).

Ensink e Sauer (2003) ainda apontam que o termo *frame* é usado com diferentes significados dentro de diferentes campos de pesquisa e, por outro lado, dentro do mesmo campo, diferentes termos são usados para se referir ao mesmo conceito ou significado. Pensando nisso, iremos recuperar aqui algumas perspectivas sobre *frames* e algumas outras nomenclaturas utilizadas segundo diferentes campos do conhecimento científico, com vistas a montar um panorama geral que irá auxiliar-nos na definição a que chega a Linguística Textual em sua abordagem sociocognitiva.

Com base na prospecção teórica realizada e, principalmente, no estado da arte realizado por Tannen (1979), apresentamos, a seguir, um quadro geral com algumas das várias formas com que são denominados os constructos mentais teóricos, comumente, chamados de *frames*. Acompanhados dos termos (*frames*, *scripts*, esquemas, MCIs, modelos mentais etc.), estão seus respectivos campos científicos, suas subáreas (quando identificadas) e pesquisadores que se detêm a estudá-los.

Quadro 2 – Quadro-resumo sobre termos com escopos semelhantes relacionados a ideia de *frame* nas diferentes áreas do conhecimento

CIÊNCIA	ÁREA	PESQUISADORES	TERMO UTILIZADO
Psicologia	Psicologia Social	Bartlett (1995 [1932])	<i>schema</i>
		Abelson (1975)	<i>script</i>
	Psicologia Cognitiva	Rumelhart (1975)	<i>schema</i>
		Johson-Laird (1980)	<i>modelos mentais</i>
Inteligência Artificial <sup>12</sup>	————	Schank e Abelson (1977)	<i>script</i>
		Minsky (1975)	<i>frame</i>
Linguística	————	Chafe (1977)	<i>schema</i>
	Sociolinguística Interacional	Tannen (1979, 1985); Tannen e Wallat (1987)	<i>frame</i>
	Linguística Textual	Van Dijk (1989)	<i>Modelos experienciais, episódicos ou de situação</i>
	Linguística Cognitiva	Fillmore (1975, 1982)	<i>frame</i>
		Lakoff (1987)	Modelos Cognitivos Idealizados (MCIs)
Antropologia	————	Bateson (1976 [1955])	<i>frame</i>
	Antropologia Cognitiva	Frake (1977)	<i>frame</i>
	Etnografia da Comunicação	Hymes (1974)	<i>frame</i>
Sociologia	Sociologia da Linguagem	Goffman (1974, 1981)	<i>frame</i>

Fonte: Elaborado pela autora.

Nesse quadro, confirmando o apontamento de Ensink e Sauer (2003) apresentado anteriormente, chama atenção que o mesmo termo “*frame*” é utilizado por áreas distintas. Isso implica que, apesar de ser a mesma nomenclatura, não são os mesmos conceitos, pois diferentes sentidos são atribuídos de acordo com o ponto de vista adotado – a instabilidade das categorias apresentando-se. Por outro lado, na mesma área, a exemplo da Linguística, podemos observar termos distintos sendo utilizados.

O ingresso da noção de *frame* na Linguística tem forte influência do estudo dela nas outras diversas áreas que se detiveram a estudá-la, como pudemos observar no quadro. Tanto as perspectivas cognitivistas quanto as etnográficas e antropológicas realizaram contribuições,

<sup>12</sup> Embora Inteligência Artificial não seja uma ciência, encontra-se nesta coluna do quadro devido à chamada *era da Inteligência Artificial* (Koch; Cunha-Lima, 2004), momento em que uma série de estudos interdisciplinares foram realizados com vistas a recriar o comportamento inteligente humano usando processadores seriais paralelos, tendo como pressuposto básico o de que para reproduzir um comportamento é necessário entendê-lo. Assim, seria preciso, antes de especificar para a máquina a tarefa a ser executada, estabelecer quais os conhecimentos, na inteligência humana, são necessários e como estão representados no sistema, além de especificar as etapas e sequências envolvidas no processo (Koch; Cunha-Lima, 2004). Com efeito, até mesmo pesquisadores com outros interesses embarcaram nessa empreitada, a exemplo de Abelson, pesquisador da Psicologia Social que migrou para os trabalhos sobre Inteligência Artificial, em colaborações com Schank (Schank; Abelson, 1975), como é possível observar no quadro-resumo apresentado.

como aponta Morato (2010), para os estudos de *frames* na Linguística e, especificamente, na Linguística Textual. Tendo isso em vista, iremos comentar sobre algumas noções de *frames* elencadas no Quadro 2 e conceitos a elas associados, com vistas a mostrar o caminho que levou a adoção da perspectiva de *frame* seguida neste trabalho, a saber, a concepção desse fenômeno como *frames semântico-interacionais*.

Fillmore (1975) aponta a origem do termo *frame* no conceito de *schema*, proposto, na Psicologia Social, por Bartlett (1995 [1932]), sofrendo, depois, contribuições dos trabalhos em Inteligência Artificial. Bartlett (1995 [1932]), estudando a percepção, a imaginação e a lembrança, percebeu que as condições para o funcionamento delas superavam os fatores individuais, fazendo-o adotar uma visão funcionalista. Contrapondo-se à ideia da memória como uma espécie de depósito onde se acumulam lembranças fixas e sem vida (Bartlett, 1995 [1932], p. 311, tradução nossa), o autor propõe que o mecanismo da memória humana exige uma organização em esquemas, em que os materiais adquiridos em experiências passadas estão não só juntos, mas conectados.

Bartlett (1995 [1932]) explica que as condições em que são constituídos esses esquemas têm algo de individual, pois dependem da interação entre os interesses e ideias subjetivos, que fazem, por exemplo, com que certos eventos ou detalhes sejam mais marcantes que outros; e algo de social, visto que são pautados também em convenções sociais. São essas condições que fazem com que “o passado seja continuamente refeito e reconstruído em função dos interesses do presente” (Bartlett, 1995[1932], p. 309, tradução nossa).

Essa mudança de perspectiva sobre a memória, instaurada pelo trabalho de Bartlett, é relevante para os estudos da cognição. Isso acontece pois torna possível concebermos sua organização, como faz Bartlett (1995 [1932]), em esquemas plásticos, não fixos e passíveis de atualização a cada nova experiência individual que temos em sociedade.

Ainda no campo da Psicologia, Johnson-Laird (1980) adota, para descrever *frames*, a noção de *modelos mentais*. Os modelos mentais, segundo o autor, são, por um lado, “uma construção, realizada através de informações verbais e perceptuais, e, por outro lado, a base que fundamenta a percepção dos objetos, fornecendo uma informação prototípica sobre eles” (Johnson-Laird, 1980, p. 100, tradução nossa). A retroalimentação presente nessa noção de modelos mentais, depois, na Linguística Textual de abordagem sociocognitiva, pode ser enxergada na própria compreensão de *texto como forma de cognição social* (Koch, 2002), na medida que o texto, ao mesmo tempo que se constitui de conhecimentos prévios sobre os objetos, também produz conhecimentos que servirão de base para produzir sentido sobre os objetos do mundo.

Já nos estudos sobre Inteligência Artificial, Minsky (1975), partindo de uma visão conexionista do funcionamento da mente, e não de faculdades mentais independentes que funcionam em série, é influenciado pelo trabalho de Bartlett por compreender *frame* como uma estrutura de dados representacionais de situações estereotipadas na memória, selecionada para servir de base ao processamento de novas situações, e adaptada para adequar-se às condições da realidade do presente. Discorrendo mais sobre o conceito de *frame*, Minsky (1975, p. 1, tradução nossa) explica que eles são:

[...] uma estrutura de dados para representar uma situação estereotipada, como estar em um determinado tipo de sala ou ir a uma festa de aniversário de criança. Anexados a cada *frame*, estão vários tipos de informações. Algumas dessas informações são sobre como usar o *frame*. Algumas são sobre o que se pode esperar que aconteça a seguir. Algumas são sobre o que fazer se essas expectativas não forem confirmadas.

A definição de *frames* de Minsky relaciona-se aos conhecimentos procedurais que, conforme Heinemann & Viehweger (1991 *apud* Koch, 2018, são aqueles conhecimentos relacionados a “como fazer”. Dito de outro modo, esse conhecimento seria o necessário para colocar em funcionamento os conhecimentos dos demais sistemas (linguístico, enciclopédico, sociointeracional<sup>13</sup>) envolvidos no processamento textual (Morato, 2017). Essa divisão de *frames* em sistemas de conhecimento já aparece também em Minsky (1975), ao indicar a existência do que chama de *sistemas de frames*, que ocorrem quando “*frames* relacionados estão juntos e conectados” (Minsky, 1975, p. 2, tradução nossa).

Outra contribuição de Minsky (1975) para os estudos de *frames* na Linguística Textual sociocognitiva se dá em relação à forma relacionada e flexível como se estruturam os *frames*. Segundo ele, os *frames* podem ser pensados como *uma rede de nós e de relações*. Minsky (1975, p. 2, tradução nossa) explica que os “níveis superiores” dessa rede “são fixos e representam coisas que são sempre verdadeiras sobre a suposta situação”; diferente dos “níveis inferiores”, que possuem muitos espaços vazios, chamados por ele de *slots*, que devem ser “preenchidos por dados específicos da situação”. Com isso, Minsky, seguindo Bartlett, contrapõe-se a uma visão estática da mente, propondo que a estrutura em rede dos *frames* é, em parte fixa, em parte flexível, permitindo atualizações de dados empíricos da situação comunicativa.

Em direção similar, Van Dijk (1989), um dos percursores da Linguística Textual, com grandes contribuições para os estudos dos *frames* na perspectiva sociocognitiva, apresenta o

---

<sup>13</sup> Heinemann & Viehweger (1991), segundo Koch (2018), postulam que, para o processamento textual, concorrem quatro grandes sistemas de conhecimento: o linguístico (gramatical e lexical), o enciclopédico (semântico ou conhecimento de mundo), o sociointeracional (ilocucional, comunicativo, superestrutural) e o referente a modelos textuais globais (reconhecimento de gêneros textuais).

que ele chama de *modelos episódicos ou de situação*. Segundo Van Dijk (1989), durante a situação comunicativa, os usuários da língua constroem (ou recuperam) um modelo da situação na memória, a partir do qual serão capazes de compreender o discurso, já que é esse modelo que fornece bases para que o discurso se torne coerente. Assim, considerando o processamento como *online* e estratégico, os usuários da língua, durante o processamento das informações, podem fazer também o movimento contrário ao apontado por Minsky (1975) e, na falta de informação explícita na situação, utilizarem, como preenchedor (*filler*), a própria informação estereotipada (*standart*) (Koch, 2018).

Schank e Abelson (1977), também no campo da Inteligência Artificial, tentam conciliar os formalismos próprios dos estudos nessa área com a Psicologia Social, campo original de atuação de Abelson (1975), adotando uma visão pragmática sobre a representação do conhecimento. Schank e Abelson (1977) defendem que a representação não deve ser separada do conteúdo. Desse modo, segundo eles “quando o conteúdo muda drasticamente, a forma também deve mudar” (Schank; Abelson, 1977, p. 3, tradução nossa)

Pensando nisso, ao estudar os sistemas de conhecimento, os autores focam nos eventos psicológicos e físicos que ocupam a vida mental dos indivíduos comuns e que teriam incorporados a eles suposições de senso comum dos próprios indivíduos. A esses sistemas conceptuais Schank e Abelson (1977) dão o nome de *scripts*. De acordo com os autores, no depósito de memórias da nossa mente – renegando a visão de mente de Bartlett –, os episódios são guardados, de maneira econômica, na forma de roteiros padrões, ou uma sequência familiar, e conectada a eventos e objetos orientados para cumprir certo objetivo. Assim, em vez de uma lista de detalhes do que acontece em um restaurante – para usar o conhecido exemplo que dão os autores – a memória lista apenas um roteiro padrão, de acordo com o senso comum, de itens que englobam a experiência de ir a um restaurante (entrar no restaurante, pedir uma refeição ao garçom, depois pedir a conta, pagá-la e ir embora), e armazena nesse *script* padrão de restaurante itens particulares novos que surgem no episódio. Assim, os roteiros podem ser compreendidos como estruturas pré-formadas que são complementadas na experiência.

Embora a estruturação do conhecimento na forma de *scripts*, segundo Schank e Abelson (1977), torne a memória pobre de detalhes, ela possibilita às pessoas lembrarem um pouco de tudo e, com isso, não tratarem todos os episódios da experiência como novos, tendo que

aprender sempre todos eles<sup>14</sup>. A organização em *scripts* permitiria, portanto, um processamento rápido e eficaz das informações.

Além dos trabalhos sobre Inteligência Artificial, outra área responsável por grandes contribuições para os estudos de *frames* foi, dentro da Linguística, um programa de pesquisa em semântica empírica lançado por Fillmore (1982), com influências da Psicologia Cognitiva e da IA: a Semântica de *Frames*. Fillmore (1975) define *frames* como esquemas ou enquadres de conceitos conectados formando um sistema que impõe uma estrutura e coerência a alguns aspectos da experiência humana.

Nesse sistema, segundo Fillmore (1982), os conceitos encontram-se relacionados de tal maneira que, para entender qualquer um deles, é preciso entender a estrutura toda na qual ele se insere. Isso significa, na prática da língua, que “quando qualquer um dos conceitos pertencentes à estrutura é introduzido em um texto, ou em uma conversação, todos os outros automaticamente tornam-se disponíveis” (Fillmore, 1982, p. 111, tradução nossa).

Além disso, segundo a teoria de Fillmore (1975), nos *frames*, não só os conceitos, como também os próprios *frames* se encontram relacionados uns aos outros. Essa conexão acontece porque um elemento, ou conceito, do *frame* pode fazer parte, simultaneamente, de mais de um *frame* – é o que acontece com os *frames* de vender e comprar, como exemplifica Fillmore (1982). Neste ponto, é interessante apontar a influência do conceito de protótipo de Rosch na teoria de Fillmore, que, contrapondo-se às teorias da semântica formal – que ele denomina como “teorias de checklist de significado” –, postula não existir, assim como nos conceitos, elementos essenciais e verdadeiros de um *frame*, mas sim elementos protótipos. A partir da associação dessas duas noções, *frames* e protótipos, é promovida uma das ideias centrais do trabalho de Fillmore (1975), a de que uma experiência prototípica é invocada em nossa mente por um *frame* linguístico evocado no material linguístico.

O efeito prototípico age sobre o significado de uma palavra, à medida que o *frame* no qual ela está inscrita sofre influência da cultura circundante<sup>15</sup>. Por isso, o efeito protótipo que faz com que, segundo a teoria de *frames* semânticos, todas as condições que definem o protótipo

---

<sup>14</sup> A compreensão desses aspectos do funcionamento da memória e da mente humana tem reflexos nos estudos de Inteligência Artificial, quando Schank e Abelson (1977, p. 19) concluem que a memória baseada em *scripts* básicos possibilita aos computadores, assim como ocorre com os seres humanos, “compreenderem algo sem ter memórias tão cheias a ponto de o tempo de busca por elas ser terrivelmente longo”.

<sup>15</sup> Como exemplo, Fillmore (1982) cita a categoria ORFÃO, a qual é motivada pelo *frame* de pano de fundo formado, de um lado, por crianças que dependem de seus pais para cuidar delas e criá-las, e, de outro, pais que aceitam a responsabilidade de dar a elas carinho e orientação. Diante desse pano de fundo culturalmente motivado, em uma situação prototípica, o órfão é visto como alguém que merece pena e preocupação, embora haja outras situações no mundo (menos prototípicas) em que pode haver a categorização de alguém como órfão, como no caso de uma criança que matou os pais (Fillmore, 1982).

não precisem estar presentes para que falantes nativos usem a palavra apropriadamente (Petruck, 1996).

Associada à noção de *frame*, Fillmore (1982) propõe a noção de *scene* (ou, em português, cena). A cena se refere à situação que é evocada pelas palavras, sobretudo, os verbos, foco inicial de Fillmore (1982), e que é essencial para compreendê-las. Dito isso, Fillmore exemplifica que o verbo “vender” evoca uma cena de um evento comercial, que tem alguns papéis semânticos e elementos centrais (vendedor, o comprador, o dinheiro, os bens e o saldo) e um foco (as ações do vendedor). Com essa exemplificação, Fillmore (1982) evidencia o que ninguém que não conheça os detalhes do tipo de cena – que provê o pano de fundo e a motivação para as categorias que essas palavras representam – pode dizer que conhece os significados do verbo vender. Saber o significado dos verbos envolvidos nesse *frame* de transação comercial (comprar, vender, pagar, gastar, custar etc.) exemplificado por Fillmore requer saber o papel deles na cena e o significado de não só um, mas de todos eles, visto que se trata de um sistema de conceitos relacionados (Petruck, 1996).

A cena, portanto, ao prover uma estrutura baseada no conhecimento e na experiência do indivíduo, possibilita a ele chegar à significação das palavras, entendidas como representações da categorização da nossa experiência. No âmbito da cena, o *frame*, na teoria de Fillmore, é a noção utilizada para referir-se ao “modo estruturado com o qual a cena é apresentada ou lembrada, o que faz com que passemos a afirmar que o *frame* estrutura os significados das palavras, e que a palavra evoca o *frame*” (Fillmore, 1982, p. 117, tradução nossa).

A teoria de Fillmore proporciona avanços no campo ao mudar o foco dos estudos sobre categorização. Petruck (1996) aponta que, a Semântica de *frames* entende o significado da palavra como proveniente não da sua relação com seus pares, mas sim da sua relação com seu *frame* de pano de fundo, ou melhor, de esquematizações baseadas na experiência do falante no mundo. Assim, em vez de uma representação verdadeira e direta da experiência no mundo, seriam os *frames*, de acordo com a avaliação de Petruck (1996), que imporiam ordem aos protótipos.

A Semântica de *Frames*, com sua abordagem empírica que se afasta da vertente realística, teve bastante influência, mais tarde, na Linguística Cognitiva corporificada e experiencialista de Lakoff (1987), para o desenvolvimento do que este autor chamou de Modelos Cognitivos Individuais (MCIs). De acordo com Lakoff (1987), nós organizamos nosso conhecimento por meio de “estruturas de categoria e efeitos de protótipo subprodutos dessa organização” (Lakoff, 1987, p. 68, tradução nossa). Sobre esses modelos, Cienki (2007, p. 176, tradução nossa) afirma que eles são idealizados, na medida em que “envolvem uma abstração,

por meio de processos perceptivos e conceituais, das complexidades do mundo físico”. Os IMCs dizem respeito, portanto, à organização cognitiva realizada pelos indivíduos em sua experiência no mundo, com base em processos imaginativos de sua mente corporificada.

Lakoff (1987) também introduz a noção de *cluster*, que, quanto à organização, assemelha-se à noção de sistemas de *frames* de Minsky (1975), que vimos anteriormente. Trata-se de situações em que, para a compreensão de um conceito, um número de modelos cognitivos se combina para formar um bloco complexo, que é, segundo o autor, psicologicamente mais básico do que os modelos tomados separadamente. Como exemplo, Lakoff (1987) cita o conceito de mãe, que é baseado em um *cluster* com vários modelos diferentes combinados, como o modelo de nascimento, o genético, o de criação, o religioso (madrinha) e muitos outros. Assim, a noção de *cluster* de Lakoff, contrapõe-se à ideia de uma memória em que os conceitos são armazenados de forma estanque, compartilhando, em vez disso, da mesma posição que a Linguística Textual Sociocognitiva, de que eles são relacionados um ao outro formando “blocos (*clusters*) agrupados como unidades de memória e recuperáveis como tal” (Koch, 2003, p. 44).

Um trabalho que influenciou a concepção de Lakoff sobre os Modelos Cognitivos Idealizados foi a teoria dos espaços mentais, de Fauconnier. Os *espaços mentais*, outra noção associada à de *frame*, segundo Fauconnier (1994 [1985], p. 16, tradução nossa), são construtos mentais estruturados construídos “em qualquer discurso de acordo com as diretrizes fornecidas pelas expressões linguísticas”. Os espaços mentais podem ser entendidos como pequenos pacotes conceptuais que dizem respeito a uma parte significativa do que está acontecendo no pano de fundo cognitivo do falar e raciocinar do nosso dia a dia (Fauconnier, 1994[1985]).

Os espaços mentais emergem no discurso, através das expressões linguísticas, chamadas por Fauconnier (1994[1985]), de *space-builder* (ou, em tradução literal para o português, “construtores de espaço”), que, no decorrer de uma ação discursiva, estabelecem novos espaços com elementos dentro deles e relações existentes entre esses elementos. Por isso, os espaços mentais são considerados conjuntos estruturados incrementáveis, na medida em que, no decorrer de uma situação de linguagem, “novos elementos podem ser adicionados a eles e novas relações estabelecidas entre seus elementos” (Fauconnier, 1994[1985], p. 17, tradução nossa).

As pistas linguísticas, explica Fauconnier (1994[1985], p. 18, tradução nossa), uma vez que “são combinadas com configurações já existentes, princípios cognitivos disponíveis e com o *frame* de pano de fundo, podem tomar forma de uma construção apropriada, e o resultado excede qualquer outra informação explícita”. Assim, o autor defende que as expressões linguísticas não constroem, elas mesmas, os construtos mentais, mas sim nos dão o mínimo de

pistas para encontrar os domínios e princípios apropriados para construir certa situação, que nenhuma palavra seria capaz o suficiente de recuperar inteiramente.

A teoria de espaços mentais é atravessada pela noção de *frame*, entendendo-os como sistemas abstratos responsáveis por dirigir o mapeamento realizado pelos espaços mentais do discurso – não modelos conceptuais do mundo, salienta Fauconnier (1994[1985]). Pensando nisso, Lakoff (1987), associando os MCIs à teoria de espaços mentais, exemplifica que, ao ouvir expressões linguísticas que introduzem uma história, pode ser invocado o MCI ou o modelo mental do discurso – e não do mundo, esclarece – de “contar histórias” (Fauconnier, 1994 [1985], p. 182, tradução nossa). A ativação desse modelo, expõe Lakoff (1987), ajuda o interlocutor a, no curso de seu processamento cognitivo, construir espaços mentais relevantes mais facilmente para entender a história. Desse modo, os espaços mentais são entendidos como “meios para a conceptualização e o pensamento” (Lakoff, 1987, p. 181, tradução nossa).

A ênfase no processamento e preenchimento *online* de modelos mentais na situação comunicativa dada pela teoria de espaços mentais influenciou, em alguma medida, os trabalhos na Linguística Textual. A exemplo, Marcuschi (2006), discorrendo acerca da referenciação, estabelece um paralelo entre as duas teorias afirmando que, enquanto espaços mentais, os objetos do discurso “não são dados exclusivamente discursivos, pois eles emergem de uma inspiração do mundo sob um fundo existente (espaços de base) e inserem-se num mundo pensável” (Marcuschi, 2006, p. 62). A colocação de Marcuschi em muito conversa com a posição de Fauconnier (1994 [1985]) de que a significação está, em parte, nas operações linguísticas, em parte no senso comum.

A separação dos modelos mentais em modelos discursivos e “do mundo”, sutilmente apontada por Fauconnier (1994[1985]), já havia sido notada por Fillmore (1982) sob outra nomenclatura: *frames cognitivos* e *frames interacionais*. Mesmo não se detendo a estudar estes últimos, Fillmore reconhece sua existência<sup>16</sup> e define-os como relacionados a como nós conceptualizamos o que está acontecendo entre o locutor e o interlocutor ou entre o autor e o leitor.

Tannen e Wallat (1987) apontam a distinção existente na literatura entre o que elas chamam de *frames* interativos e *frames* interpretativos, e que cada um deles é foco de pesquisa de um conjunto de áreas. Os primeiros, segundo as autoras, em geral, são foco dos estudos de antropólogos (Frake, 1977), sociólogos (Goffman, 1974) e Antropologia Linguística (Gumperz, 1982; Hymes, 1974). Já os segundos, são, conforme apontam as autoras, alvo de estudos de

---

<sup>16</sup> Isso acontece devido à influência que o autor recebeu em meados de 1970 de trabalhos sobre os Atos de Fala, performatividade e da Pragmática em geral.

trabalhos relacionados à Inteligência Artificial (Minsky, 1975; Schank; Abelson, 1977), à Psicologia Cognitiva (Rumelhart, 1975) e à Linguística Semântica (Fillmore, 1975; Chafe, 1977), alguns deles detalhados anteriormente. Tannen e Wallat (1987) definem cada uma das abordagens de *frames* da seguinte forma:

- a) *frames interativos*: noção que se refere a uma definição do que está acontecendo na interação, sem a qual nenhum enunciado (ou movimento ou gesto) poderia ser interpretado, visto que o mesmo elemento pode ter diferentes sentidos dependendo do enquadramento, podendo ser parte de uma brincadeira ou de uma discussão, por exemplo;
- b) *frames interpretativos*: noção que se refere a estruturas de conhecimento relacionadas às expectativas que têm os participantes de uma interação sobre pessoas, eventos, objetos e configurações de mundo.

Nesse ponto, cabe trazer à tona a distinção, apontada por Morato (2010), entre as abordagens de *frames* e conceitos associados a eles em *internalistas* e *externalistas*. As primeiras – e até então discutidas nesta seção – veem nos *frames* esquemas cognitivos de conhecimento que são ativados e reconhecidos pelos interlocutores para tornar compreensíveis seus atos de significação; já as segundas abordagens estariam associadas ao agenciamento de *frames* que ocorre no decurso de uma dada interação.

Na abordagem externalista, um grande nome no estudo dos *frames* é Goffman (1974), que, em sua teoria de *frames*, parte da tese de que, quando os indivíduos estão em alguma situação, eles encaram a seguinte questão: “*o que está acontecendo aqui?*”. Tendo isso como ponto de partida, a noção de *frame* proposta por Goffman (1974, p. 10-11, tradução nossa) refere-se às “definições de uma situação interacional que são construídas em consonância com princípios de organização que governam os eventos – pelo menos os sociais – e nosso envolvimento subjetivo nele”. Dessa forma, para Goffman (1974), analisar *frames* é examinar os elementos básicos implícitos da organização da experiência, em termos do que um ator individual pode recuperar em sua mente em cada situação de sua vida social.

Centrado no enquadramento das situações comunicativas, Goffman (1981) propõe uma noção associada à *frame*, a de *footing*. Esse conceito se refere ao alinhamento entre os participantes de uma interação, no que diz respeito às suas posturas e à projeção de um conjunto de comportamentos que superam o alcance das informações verbais explícitas. Dito de outro modo, mudar o *footing* é mudar a estrutura, ou *frame*, de um evento (Goffman, 1981).

Desse modo, na teoria de Goffman, *frame* é o evento, e *footing*, o alinhamento entre os participantes desse evento (Ensink; Sauer, 2003). Sem o alinhamento das posturas e dos papéis

de cada participante do evento, não é possível dar prosseguimento a ele. Se, em uma conversa informal de bar, por exemplo, um dos participantes assume o papel de advogado e projeta no outro participante o papel de “réu”, alinhando-se ao *frame* “audiência jurídica”, não é possível prosseguir com o *frame* que estrutura o evento “conversa de bar”. Assim, estando os participantes de uma situação comunicativa desalinhados sobre “o que está acontecendo aqui?”, não é possível que a situação, de fato, aconteça entre os participantes.

Ensink e Sauer (2003), partindo do campo da Análise do Discurso, em uma visão parecida com a de Goffman (1974, 1981), explicam que *frame* diz respeito ao fato de os participantes do discurso precisarem de um senso compartilhado do modo como o discurso é enquadrado, isto é, um senso geral de como funciona o discurso em uma situação social. Desse modo, compartilhar conhecimento do mesmo *frame* que enquadra a situação comunicativa seria necessário para os participantes do discurso se orientarem nela.

Tannen (1979, p. 144, tradução nossa) defende que os indivíduos têm suas experiências primárias armazenadas como “massas organizadas e veem os eventos e objetos do mundo cada um relacionado com o outro e relacionado com a sua própria experiência primária”. Essa experiência primária ou conhecimento organizado assume, então, segundo a autora, a forma de “expectativas sobre o mundo e, na maioria dos casos, o mundo sendo um lugar sistemático, confirma essas expectativas, salvando o indivíduo do problema de descobrir as coisas a todo tempo” (Tannen, 1979, p. 144, tradução nossa). Tendo isso em vista, Tannen (1979) define noções como *frame*, *script* e *schema* como *estruturas de expectativas* baseadas nas experiências passadas do indivíduo aprendidas conforme sua vivência em determinada cultura.

Embora reforce a distinção feita na literatura entre *frames* interativos e *frames* de interpretação, Tannen (1985) defende que o que vários estudiosos tratam como duas noções separadas, na verdade, atuam juntas no mesmo processo de tornar a comunicação possível. Segundo a autora, “o processo dinâmico de formar, revisar e aplicar expectativas sobre a sinalização dos *frames* de interpretação, assim como os esquemas de estruturas de conhecimento sobre pessoas, objetos e situações, cooperam em interação ao tornar a comunicação possível” (Tannen, 1985, p. 329, tradução nossa).

Nesse ponto, é possível observar o alinhamento da autora a estudos mais sociointeracionistas, como o de Gumperz (1982), para quem a comunicação é entendida como uma atividade social que requer a coordenação de esforços de dois ou mais indivíduos. Nessa coordenação, portanto, estariam atuando juntos os *frames* interativos e de interpretação.

A atuação conjunta desses dois tipos de *frames* é demonstrada, mais tarde, por Tannen e Wallat (1987), ao analisarem uma consulta médica gravada para alunos residentes com uma

médica consultando uma criança com paralisia cerebral acompanhada de sua mãe. O resumo da análise realizada vale a pena ser mencionado para melhor elucidação da tentativa realizada por elas de uma análise que considerasse os *frames* interativos e interpretativos.

Acerca dos *frames* interacionais, elas apontam a existência de três deles sendo agenciados durante a interação no consultório: o *frame* de *encontro social*, que requer que a médica entretenha a criança e estabeleça um relacionamento com a mãe, esquecendo-se do vídeo de gravação da aula para os residentes; o *frame* de *exame da criança*, que requer que a médica ignore a mãe, tenha certeza que a câmera está gravando, examine a criança e relate tudo para o vídeo (e, assim, para os residentes); o *frame* de *consulta*, que requer que ele fale com a mãe e ignore o resto; e um *frame externo* relacionado à sua filmagem.

Em relação aos *frames* interpretativos, Tannen e Wallat (1987, p. 213, tradução nossa) analisam que, durante os vários enquadramentos interacionais, emergem “múltiplos esquemas de conhecimento sobre as questões em discussão, os participantes, o cenário e assim por diante”. Esses esquemas, salientam as autoras, podem ser diferentes de uma pessoa para a outra, podendo resultar em “confusão e conversas com propósitos opostos e, frequentemente, desvios dos quadros interativos” (Tannen; Wallat, 1987, p. 213, tradução nossa). Um exemplo disso, no caso analisado, é que, em certo momento da consulta, a mãe interrompe a médica por discordar do diagnóstico dado de que seu filho, mesmo estando com problemas motores, estava bem de saúde. Tannen e Wallat (1987), sobre isso, sugerem que o esquema de conhecimento que tem a mãe, com pouca experiência com outras crianças com paralisia cerebral, sobre o conceito de saúde é abrangente, incluindo o bem-estar completo da criança; diferente do que tem a médica, um esquema de saúde específico para crianças com paralisia cerebral, para o qual ter dificuldades motoras é considerado normal.

A discordância entre a médica e a mãe sobre o *frame saúde* pode ser encarada, embora isso não seja apontado por Tannen e Wallat (1987), como um problema de diferentes perspectivas sobre a mesma categoria. Ensink e Sauer (2003) já apontam que, na análise do discurso, junto ao *frame*, o conceito de perspectiva é um conceito central. Isso se dá, conforme Ensink e Sauer (2003), porque o conteúdo do discurso é necessariamente exibido de um ponto de vista, não havendo como os participantes contribuírem para o discurso sem ao mesmo tempo mostrar sua visão sobre o assunto principal sobre o qual versa ele. Tendo isso em mente, os conceitos de *frame* e de perspectiva, embora não sejam idênticos, são relacionados na medida que o *frame* seria uma estrutura da percepção, e a perspectiva, uma direção da percepção (Ensink; Sauer, 2003).

Deslocando essa discussão para a abordagem sociocognitiva da linguagem, opção teórica feita por este trabalho, recuperamos os estudos de Tomasello (2019) que indicam a habilidade que nós temos de criar o que ele denomina de *representações cognitivas perspectivadas*, isto é, a habilidade de enxergarmos a mesma entidade a partir de diferentes perspectivas ao mesmo tempo. De acordo com Tomasello (2019), o poder e a flexibilidade conceptual humana são tão grandes que, através da nossa intencionalidade coletiva e do *cultural common ground* que compartilhamos, somos capazes de criar o que ele chama de *perspectiva objetiva das coisas*, a qual é independente da perspectiva individual e nos faz enxergar as coisas segundo a identidade moral da comunidade, responsável por dividi-las entre certo e errado.

Nesse sentido, é possível, sob a ótica sociocognitiva, avaliar que, no caso analisado por Tannen e Wallat (1987), o conceito de saúde reivindicado pela mãe para seu filho no consultório com a médica é resultado de uma intencionalidade coletiva e conhecimento compartilhado pela comunidade cultural da qual a mãe faz parte, formada por crianças sem nenhum comprometimento cerebral. Essa perspectiva sobre saúde é validada dentro da comunidade moral da qual ela participa, o que a faz encarar a sua visão como correta e a da médica como errada – posicionamento também válido para a médica com sua perspectiva sobre saúde.

Aproximando a discussão para este trabalho, o evento pandemia de Covid-19, no debate público brasileiro, foi enquadrado cognitivamente sob, majoritariamente, duas perspectivas: uma científica e outra negacionista. Ambas as representações se baseiam em uma intencionalidade coletiva e em conhecimentos que, em geral, são compartilhados em uma certa comunidade cultural – uma na comunidade acadêmico-científica e outra em uma comunidade conservadora –, e são validadas pela comunidade por se identificarem com seus valores e crenças, sendo tidas como corretas, em detrimento de outras. Trata-se, portanto, recuperando Ensink e Sauer (2003), de uma mesma estrutura percebida, o *frame* *pandemia de Covid-19*, mas em direções de percepção distintas, nesse caso, opostas, pois se negam – o que explica a perspectiva bolsonarista ser denominada pelo campo científico como negacionista.

Diante de todo o arrazoado, pode-se perceber que os estudos em torno da noção de *frame* têm, como pano de fundo, o esforço de definir o conhecimento e sob quais condições ele é produzido e organizado, estando a linguagem, a cognição e o cérebro relacionados às respostas para esses questionamentos (Morato, 2010). Tendo isso como base, Morato (2010) propõe uma leitura do panorama teórico existente sobre a noção de *frame* enquanto conhecimento, dividindo-o em duas posições fundamentais:

- a) *frame* como *conhecimento social dos objetos*; e
- b) *frame* como *conhecimento de objetos sociais*.

Para a primeira posição, explica Morato (2010, p. 99), os *frames* são entendidos como esquemas linguístico-conceptuais de conhecimento, isto é, “esquemas cognitivos ou conhecimentos pressupostos, aprendidos via interiorização das experiências sociais, compartilhados (ou não) pelos indivíduos em interação”. Os *frames*, portanto, seriam o conhecimento internalizado, de forma estruturada, de uma exterioridade, sendo com esse conhecimento social que olhamos os objetos do mundo.

Já a segunda posição, de acordo com Morato (2010, p. 100), baseando-se na concepção de *frames interativos*, focaliza “a organização ou a relação social em que os sujeitos estão mergulhados ao produzirem significações, ao ‘revelarem’ pelo *habitus*<sup>17</sup> a apropriação sociocognitiva da linguagem, suas condições de produção e seus efeitos sociodiscursivos”. Assim, os *frames* são tidos, nessa posição, como um conhecimento organizado que nos permite conhecer e reconhecer os objetos e eventos sociais com os quais lidamos em nossas práticas cotidianas.

Diferente da separação entre, em linhas gerais, *frames* semânticos e interacionais, fundamentada nessas duas posições apontadas por Morato (2010) e seguida nos trabalhos que compõem o panorama teórico explorado sobre *frames*<sup>18</sup>, a perspectiva sociocognitiva, adotada nesta pesquisa, defende que essas esferas do conhecimento, longe de separadas, inter-relacionam-se em um *continuum* dialético (Morato, 2010). A posição sociocognitiva sobre a noção de *frame*, portanto, entende, conforme Morato (2010, p. 100, grifo nosso), que:

As ações nas quais se engajam os sujeitos em interação são *parte integrante da constituição e da ressignificação dos frames semântico-conceptuais* (cf. Cienki, 2007). Do mesmo modo, estes são *parte integrante da orientação dos atos de significação* no decurso das interações.

A partir disso, falar em *frames* não é falar apenas sobre uma estrutura cognitiva acionada durante nossas interações sociais para sabermos como agir diante delas; nem apenas sobre estruturas de conhecimento social internalizadas e utilizadas na produção e interpretação da linguagem. Em vez disso, trata-se de “conjuntos de conhecimentos socioculturalmente determinados e vivencialmente adquiridos, que contêm tanto conhecimentos declarativos, sobre

---

<sup>17</sup> A noção de *habitus* é cunhada pelo sociólogo Pierre Bourdieu, que a define como esquemas classificatórios, princípios de classificação, de visão e de divisão, e gostos diferentes que funcionam como princípios geradores de práticas distintas entre os sujeitos (Bourdieu, 1996). O *habitus* refere, portanto, segundo Bourdieu (1996), às disposições responsáveis por distinguir os sujeitos uns dos outros, e são influenciados pelas diferentes posições que ocupam na sociedade.

<sup>18</sup> Tannen e Wallat (1987), mesmo incluindo as duas concepções na análise, ainda as concebem de modo separado, tanto o é que fazem essa separação no próprio momento da análise, primeiro detendo-se aos *frames* interacionais e, posteriormente, aos semânticos, ou interpretativos, como denominam as autoras.

cenar situações e eventos, como conhecimentos procedurais sobre como agir em situações particulares” (Koch, 2003, p. 46). Mostrando-se, portanto, como uma alternativa que procura conciliar fatores biológicos e culturais na constituição da linguagem e da cognição (Morato; Bentes, 2013), para a perspectiva sociocognitiva, de base interacionista, os *frames* são, a um só tempo, interacionais e semânticos, fazendo com que sejam mais bem denominados como *frames semântico-interacionais*.

A abordagem sociocognitiva, buscando superar dicotomias unindo as abordagens externalista e internalista, define a noção de *frame* como “conjuntos ou ‘blocos’ de conhecimentos inter-relacionáveis que, incorporados por meio de práticas sociais nas quais emergem e por meio das quais se reconstróem, atuam na organização de nossas experiências e são reciprocamente por elas organizados” (Morato, 2010, p. 98). Dito isso, essa noção, sob essa ótica, é compreendida, assim como a noção de contexto de Hanks (2008) já discutida anteriormente, como “um estado de coisas que em parte está organizado *a priori*, e em parte está associado a uma significação que emerge de sua própria organização” (Morato, 2010, p. 101).

Essa visão é corroborada por Koch (2003), para quem a abordagem sociocognitiva permite enxergar os modelos de mundo, como os *frames*, não como estáticos, mas sim como estruturas de conhecimento que:

(re)constróem-se tanto sincrônica como diacronicamente, dentro das diversas cenas enunciativas, de modo que, no momento em que se passa da língua ao discurso, torna-se necessário invocar conhecimentos – socialmente compartilhados e discursivamente (re)construídos –, situar-se dentro das contingências históricas, para que se possa proceder aos encadeamentos discursivos (Koch, 2003, p. 44).

A escolha feita por este trabalho pela abordagem sociocognitiva de *frames* se dá por ela melhor conversar com a natureza do nosso objeto de estudo, considerando as *lives* de quinta-feira como eventos comunicativos de natureza oral e interativa. Embora a interação não seja face-a-face com seu auditório principal – os internautas – ela ocorre, sumariamente, entre o locutor, o presidente Jair Bolsonaro, e a projeção que ele faz de seu interlocutor. Desse modo, entende-se que, nas *lives* de quinta-feira, são mobilizados no texto, de maneira *online*, conhecimentos construídos, reconstruídos e negociados pelo locutor a partir da projeção que ele realiza dos sujeitos que compõem o seu auditório e dos valores e crenças que compartilham.

Com vistas a atrelar essa abordagem de *frames* à discussão realizada na seção anterior sobre a instabilidade das categorias, recuperamos a consideração que faz Marcuschi (2007b) sobre o problema da construção das categorias. O autor afirma que a ordem dos nossos conhecimentos e das instituições que os suportam – suas âncoras sociocognitivas – não consiste

em uma ordem natural, mas sim “essencialmente cognitiva e interativamente semiotizada: uma ordem histórica e sociocognitiva” (Marcuschi, 2007b, p. 125).

Diante disso, partilhamos, neste trabalho, da tese de Marcuschi (2007b), alinhada ao posicionamento de Mondada e Dubois (2003), de que saber sobre o mundo é uma fabricação socialmente elaborada e linguisticamente comunicada, o que faz das categorias, em sua constituição, muito mais do que apenas modelos mentais, *modelos socioculturais* construídos por uma comunidade de *mentes sociais e históricas*.

Os modelos socioculturais sobre algo, explica Marcuschi (2007b) apoiando-se nos trabalhos de Davidson (1974, 1995, 2001 *apud* Marcuschi, 2007b), para terem consistência e serem socialmente validados na comunidade, precisam ter coerência em relação às crenças da comunidade. A partir disso, Marcuschi (2007b, p.131) formula que “a verdade é constituída pela correspondência coerente entre crenças, não pela correspondência de uma crença com algo externo, e esta é a correspondência de que ela necessita”.

Tendo isso em vista, neste trabalho, partimos dessa tese para formular a hipótese de que o modelamento sociocognitivo e discursivo da pandemia de Covid-19 adquire coerência na comunidade social daqueles que apoiam o presidente Jair Bolsonaro, por se relacionar com crenças e valores centrais a essas comunidades neoconservadoras e neoliberais, como os valores da família tradicional, da propriedade privada e da liberdade. Assim, ganhando o *status* de verdade com a coerência adquirida pela correspondência com essas crenças lhe conferem, esse modelo passa a ser defendido, seguido e reproduzido pelos membros da comunidade como moralmente correto, como já vimos apontar Tomasello (2019).

Tendo isso em vista, no próximo capítulo, iremos descrever quais serão os caminhos metodológicos percorridos, tanto em relação à constituição do *corpus* de análise quanto em relação às ferramentas de análise linguística às quais iremos nos valer para pormenorizar o processo de referenciação envolvendo a pandemia, bem como a constituição do modelo sociocognitivo e discursivo sobre ela.

## 6 METODOLOGIA: CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS* E FERRAMENTAS ANALÍTICAS

Neste capítulo, inicialmente, iremos descrever as especificidades textual-interativas das *lives* de quinta-feira, suas especificidades enquanto prática discursiva e gênero textual predominantemente oral e, a partir daí, apontar algumas estratégias utilizadas pelo locutor próprias a essa modalidade. Após isso, iremos apresentar o *corpus* de análise, a partir de um quadro em que estão organizadas as *lives* que iremos analisar e algumas de suas especificações. Por último, discorreremos sobre as ferramentas analíticas a serem utilizadas, principalmente, as estratégias de referenciação textual e as estratégias textual-discursivas de construção do sentido, estas últimas próprias da oralidade e já descritas no primeiro momento.

### 6.1 Caracterização das *lives* de quinta-feira: especificidades textual-interativas

A noção de gênero nasce com Aristóteles para designar o texto poético como épico, lírico ou dramático, estendendo-se, mais tarde, para toda produção de texto, o que leva a surgir a categoria “gênero textual”. Grande contribuição para os estudos dos gêneros textuais foram as reflexões tecidas por Bakhtin (1997), ao considerá-los como enunciados de natureza histórica, sociointeracional, ideológica e linguística *relativamente estável*. Com “relativamente”, Bakhtin chama atenção para a instabilidade da forma dos gêneros, que, longe de ser rígida e imutável, é regida pela socio-historicidade que constitui a língua. Assim como os campos da atividade humana são diversos, o uso da linguagem é multiforme (Bakhtin, 1997).

Como aponta Bazerman (2004), regularmente precisamos caracterizar o tipo de texto com o qual estamos trabalhando. Fazemos isso, de acordo com o autor, em diversas situações e por inúmeros motivos: seja para identificar os tipos de atividades mentais que precisamos evocar para lidar com o texto que temos a frente; seja para organizar material didático para um curso, no caso de professores; seja para decidir que estilo de escrita é mais apropriado para determinada produção textual que precisamos nos dedicar. Em todas as situações, identificar o gênero textual é imprescindível para conseguirmos trabalhar com a produção e recepção do texto.

Entretanto, tendo em vista a natureza relativamente estável dos gêneros textuais, torna-se impossível pensar em taxonomias estáveis para eles, sem que elas caiam em reduções

formalistas (Bazerman, 2004). Sendo, assim, dada a sua natureza, não é possível fazer descrições uniformes genéricas e classificações duradouras para os gêneros textuais, a não ser que sejam apenas abstrações teóricas reducionistas, em vez de serem, de fato, descrições de como eles funcionam na realidade empírica.

Assim como os sujeitos transformam e são transformados pela realidade sociocultural ao longo do tempo, assim são os gêneros textuais, visto que se constituem como mais uma das *formas de ação* (Miller, 1984) dos sujeitos sociais no mundo. Por isso, a tendência dos estudos atuais sobre os gêneros textuais é observá-los, como aponta Marcuschi (2005, p. 18), pelo seu aspecto “dinâmico, processual, social, interativo, cognitivo, evitando a classificação e a postura estrutural”.

Não estamos, com isso, adotando uma posição de impossibilidade de determinação e reconhecimento de gêneros textuais. Concordando com Marcuschi (2005), os gêneros textuais são entidades que têm cada uma sua identidade, de tal modo que condicionam as escolhas textuais que fará o produtor do texto. O que defendemos, alinhando-nos a Marcuschi (2005, p. 18), é que não é possível conceber os gêneros textuais como “modelos estanques, nem como estruturas rígidas”, mas, em vez disso, “como formas culturais e cognitivas de ação social”.

Essa postura implica olhar, como bem explica o autor, para os gêneros não apenas como uma forma de produção textual, mas pensando-os a partir da sua relação com as práticas sociais, com os aspectos cognitivos, com os objetivos do produtor em seu projeto de dizer, com as relações de poder, com as tecnologias e com as atividades discursivas no interior de uma cultura e situadas em um contexto socio-histórico. Com isso, é possível enxergá-los como “formações interativas, multimodalizadas e flexíveis de organização social e de produção de sentidos” (Marcuschi, 2005, p. 19), em suma, como um modo de atuação sociodiscursiva numa cultura.

Tendo isso em vista, afinal, o que constitui um gênero textual? De acordo com Miller (1984), eles têm sido definidos por um conjunto de similaridades ligadas às estratégias formais, à audiência, aos modos de pensar e às situações em que são empregados. Entretanto, com a diversidade dos gêneros, torna-se difícil eleger teoricamente similaridades essenciais que o identificam. Como postula Bakhtin (1997, p. 282), os gêneros “nos são dados quase da mesma forma que nos é dada a língua materna, a qual dominamos livremente até começarmos o estudo teórico da gramática”.

Nesse sentido, para Miller (1984), a nossa prática social cria o conhecimento que temos sobre os gêneros, de modo que eles devem ser visualizados como os tipos de texto que nós nomeamos ao utilizarmos em nossas ações cotidianas mediadas pela linguagem. A definição de gênero, segundo Miller (1994, p. 20, tradução nossa), “deve ser centrada não na substância ou

na forma do discurso, mas na ação usada para acompanhá-lo”. Além disso, considerando que as ações humanas são simbólicas, os gêneros, assim como elas, são motivados e inseridos em um contexto situacional, de modo que é apenas levando em conta esses aspectos que eles podem ser interpretados (Miller, 1994).

Entendendo as *lives* de quinta-feira como um gênero textual de comunicação política institucional, partimos dessa perspectiva para descrevê-las. O que poderia, até tempos atrás, ser uma espécie de entrevista coletiva ou pronunciamento, com a popularização do digital e, principalmente, das mídias sociais, ganha novos contornos, estilo e conteúdo. As *lives* constituem-se como um gênero próprio, produto não só da tecnologia digital, mas do momento atual de popularização das tecnologias (*smartphones*, principalmente) e do acesso à *internet*, conjuntura que possibilita tanto ao produtor gravá-las com facilidade (sem precisar de grandes aparelhos e de uma grande produção), quanto ao interlocutor da *live* ter facilmente acesso a ela, apenas com “um clique” em qualquer lugar que esteja.

Em geral, as *lives* são transmissões *online* filmadas ao vivo por um produtor ou grupo de produtores, podendo ser mais ou menos planejadas e estruturadas (com equipamentos, como câmera e microfones, e cenário profissionais ou não), e têm conteúdo diverso, podendo transmitir desde um show de música até uma espécie de entrevista ou bate-papo. As *lives* de quinta-feira têm natureza multimodal (verbal e visual) e digital, sendo hospedadas em plataformas (*Youtube*, *Facebook*) de modo a possibilitar aos usuários assistirem-nas no momento em que acontecem, ou posteriormente, uma vez que podem ficar “salvas”, se assim o produtor desejar.

Como vimos, embora tenham uma identidade que permite serem reconhecidos, os gêneros textuais são flexíveis, sofrendo alterações de acordo com o contexto socio-histórico em que estão inseridos e assumindo características individuais de cada produtor. Tendo isso em vista, em relação às *lives* de quinta-feira, produzidas pelo presidente Jair Messias Bolsonaro, como mencionado anteriormente nos capítulos 2 e 4, o contexto sócio-histórico atual de reemergência da extrema-direita, por meio do populismo digital, fazem das *lives* de quinta-feira não só possíveis, mas adequadas para promover a proximidade entre líder e povo, necessária ao populismo.

Conforme foi apontado no capítulo 4, as *lives* de quinta-feira constituem-se como um instrumento estratégico do governo federal, que tem como objetivo realizar, semanalmente, a manutenção da aprovação da base de apoio que o elegeu, mas também mobilizá-la, a partir da circulação de um regime de verdade, para um engajamento inflamado na defesa do governo contra os inimigos criados. Com isso, as *lives* do presidente Jair Bolsonaro fazem jus à

perspectiva de Miller (1984) sobre os gêneros, quando os considera uma ação recorrente que incorpora aspectos da racionalidade cultural, indexando padrões culturais e servindo como ferramenta para atingir determinados objetivos do locutor em sua participação nas ações da comunidade. As *lives*, nesse âmbito, conforme formulou Bhatia (1993 *apud* Marcuschi, 2005, p. 19), funcionam como formas de *ação tática*, na medida que selecionam taticamente ferramentas adequadas para determinado objetivo.

Como aponta Marcuschi (2005, p. 21), as dimensões geralmente adotadas para a identificação e análise dos gêneros são sociocomunicativas e referem-se aos seguintes aspectos dos gêneros:

- a) função e organização;
- b) conteúdo e meio de circulação;
- c) atores sociais envolvidos e atividades discursivas implicadas; e
- d) enquadre sócio-histórico e atos retóricos praticados.

Acerca da função e organização, as *lives* de quinta-feira surgem com a função de informar a população sobre as ações do governo e “trazer a verdade” dos fatos, o que, segundo o discurso bolsonarista, a mídia tradicional não faz. Quanto à organização, elas ocorrem, tradicionalmente, todas as quintas-feiras, às 19h, em uma sala do Palácio do Planalto, em que ficam em uma mesa retangular: o ex-presidente Jair Bolsonaro (no centro), o (a) intérprete de Libras (à sua esquerda) e o (os) convidado (os) (à sua direita), este último podendo falar apenas quando lhe é cedido o turno de fala por Jair Bolsonaro, que exerce o papel de “condutor” da *live*.

Acerca do conteúdo, nas *lives*, são tratados os temas que estiveram em alta na semana, trazendo convidados que tenham alguma ligação com esse conteúdo para falar sobre ele. No caso do nosso recorte de análise, as *lives* têm como conteúdo a pandemia de Covid-19, de modo que, mesmo tratando sobre temas como economia, saúde e emprego, isso é feito, nas *lives* escolhidas, relacionando-os à pandemia.

Em se tratando dos atores sociais envolvidos e das atividades discursivas implicadas, temos Jair Messias Bolsonaro, então presidente do Brasil, um intérprete de Libras e convidados variados, mas que, geralmente, são membros do governo, tem relação com o tema a ser abordado na semana e concordam ideologicamente com Bolsonaro.

Focando no presidente Jair Bolsonaro, principal ator social, no recorte das *lives* estudadas, ele adota uma postura negacionista em relação à pandemia de Covid-19, posicionando-se contra as recomendações sanitárias de instituições da saúde e de pesquisa nacionais e internacionais e contra todos os que elas seguem, como é o caso de uma parte da

mídia tradicional, de alguns grupos sociais, como a classe artística, e da maioria dos governadores e prefeitos dos estados e municípios do país.

Sobre os meios de circulação, as *lives* de quinta-feira são veiculadas na *internet*, tradicionalmente, nos canais do *Youtube* e do *Facebook* do presidente Jair Bolsonaro, ficando salvas nesses locais. Eventualmente, também são transmitidas no *Instagram* e no *Twitter*. Além disso, o canal Pingos nos Is, pertencente à empresa de comunicação Jovem Pan, também, tradicionalmente, transmite partes da transmissão, com jornalistas fazendo comentários sobre ela.

Em relação ao enquadre socio-histórico observado nas *lives* de quinta-feira selecionadas no escopo desta pesquisa, ele diz respeito ao momento da pandemia de Covid-19 em que vivia o Brasil e o mundo, um quadro de extrema relevância, inédito na história recente e que provocou milhares de mortes e grandes impactos sociais e econômicos por todo o mundo. Esse enquadre é incorporado nas falas de Jair Bolsonaro, em grande parte, visando disputar a fixação normativa de sua visão sobre a pandemia em detrimento da pregada por instituições científicas, como apresentado no Capítulo 3, promovendo uma verdadeira “guerra discursiva”.

Além das dimensões sociocomunicativas com que são identificadas e analisadas as *lives* de quinta-feira, outra dimensão importante é a recorrência, visto que, como detalhado no Capítulo 4, elas ocorrem, quase sem falta, todas as quintas-feiras no mesmo horário. Quanto a isso, Marcuschi (2005, p. 18) define os gêneros como “rotinas sociais do nosso dia a dia”, ajudando a estruturar a ação de uma comunidade, fazendo a intermediação das práticas sociais. Dessa forma, a recorrência das *lives* de quinta-feira ajuda a consolidá-las socialmente como um gênero textual e, assim, como uma *forma de ação*, para citar Miller (1984), sobre o mundo, que, no recorte de análise utilizado nesta pesquisa, tem a ver com a divulgação de uma forma de enxergar a realidade pandêmica do Brasil.

Não só formas de ação, os gêneros são, como aponta Marcuschi (2005), fenômenos linguísticos que se realizam na forma de textos. Os gêneros, segundo defende Marcuschi (2008, p. 84) operam como “a ponte entre o discurso como uma atividade mais universal e o texto enquanto a peça empírica particularizada e configurada numa determinada composição observável”, fazendo deles, ainda conforme o autor, ao mesmo tempo, uma *prática social* e uma *prática textual-discursiva*.

Tendo isso em vista, tratando acerca da composição observável do texto que configura as *lives* de quinta-feira selecionadas, há algumas especificidades para observar sobre esse gênero enquanto prática textual-interativa.

A primeira delas diz respeito à modalidade de uso da língua presente nas *lives* de quinta-feira, isto é, ao modo que é feita a produção textual-discursiva, se pela fala ou escrita. As *lives* constituem-se, predominantemente, como um gênero oral. É importante notar o uso do “predominantemente”, que remete ao posicionamento teórico aqui adotado de compreender, assim como o faz Marcuschi (1997, p. 136), que as relações entre fala e escrita ocorrem “dentro de um contínuo, seja tipológico ou da realidade social”, contrapondo-se, portanto, a análises dicotômicas estanques como as que preveem oposições entre fala e escrita, como as observadas na Figura 6, a seguir.

Figura 6 – Dicotomia entre fala e escrita

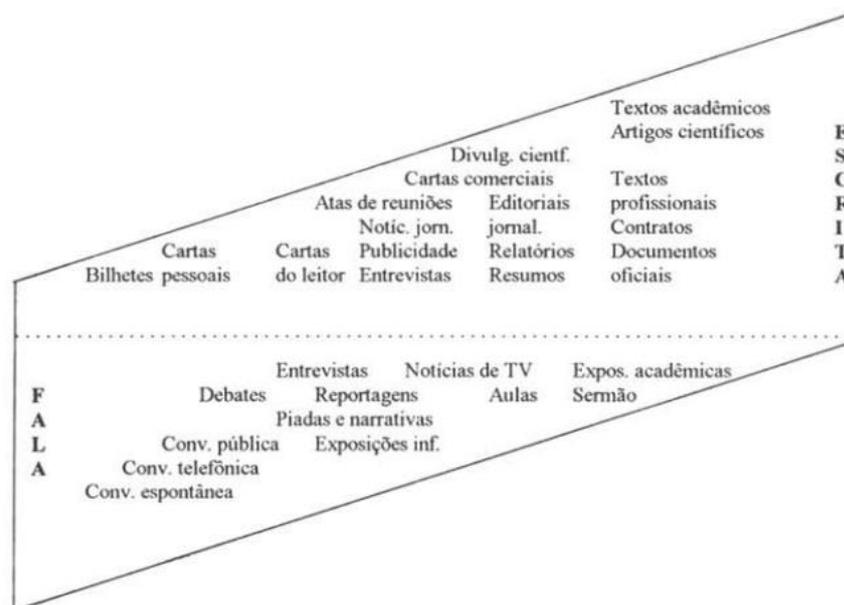
fala	escrita
contextualizada	descontextualizada
implícita	explícita
redundante	condensada
não-planejada	planejada
imprecisa	precisa
não-normatizada	normatizada

Fonte: Marcuschi (1997).

O problema da visão extremamente formal oferecida por posicionamentos dicotômicos como esse é que, além de restringir a língua à forma, tratam a fala como uma modalidade menos complexa e, assim, menor que a escrita (Marcuschi, 1997). Assim, há a supervalorização da escrita, que não é natural e universal, de acesso apenas aos que tiveram condições de serem alfabetizados ou de sociedades gráficas, excluindo-se as agrafas e colocando-as como menos desenvolvidas, o que revela um posicionamento também eurocêntrico. Essa não é a postura a ser adotada neste trabalho, que prioriza um olhar analítico sobre a língua e suas várias formas de existir.

Adotar a perspectiva da existência de um contínuo para explicar a relação entre fala e escrita significa admitir a dinamicidade que existe em ambas as práticas, não havendo dois polos opostos, mas sim um conjunto de variações, com a presença de fala na escrita e vice-versa (Marcuschi, 1997). Para melhor evidenciar isso, Marcuschi (1997) preparou um esquema que mostra a distribuição dos gêneros textuais nesse contínuo, distinguindo e correlacionando os textos de cada modalidade quanto às estratégias de formulação textual que determinam o contínuo, sendo os gêneros das pontas os mais prototípicos de cada modalidade. Esse esquema pode ser visto a seguir, na Figura 7.

Figura 7 – Distribuição dos gêneros textuais no contínuo de fala e escrita



Fonte: Marcuschi (1997).

Tendo isso em vista, as *lives* de quinta-feira, embora se constituam como um gênero predominantemente oral, também registram a presença de práticas escritas. O que pode ser mais perceptível é a presença, na maioria das *lives*, de folhas de papel que o locutor principal, Bolsonaro, acessa e oraliza. Essas folhas trazem anotações com dados, reportagens, notícias e, por vezes, até mesmo artigos científicos, e são utilizadas para iniciar ou embasar os argumentos da discussão realizada por ele durante sua fala nas *lives*. Na Figura 8, a seguir, pode ser visto o presidente acessando-as.

Figura 8 – Jair Bolsonaro acessando gêneros textuais escritos em uma das *lives* de quinta-feira (11/02/2021)

Fonte: Acervo da autora.

A existência desses papéis previamente preparados, assim como a presença de convidados especialistas nos assuntos abordados indica grande nível de planejamento estratégico nas *lives*, o que contraria o clima de conversa espontânea aparente. Observa-se que existe uma espécie de roteiro preparado previamente quanto aos temas, de modo que, mesmo que se fuja um pouco deles, sempre volta-se à sequência de assuntos pretendida acerca desse tema. Isso acontece, geralmente, após o então presidente acessar uma das várias folhas de papel de sua mesa, talvez com o roteiro, fazendo-o lembrar o que precisa falar.

Outro ponto a se destacar acerca do nível de organização é que as *lives*, diferentemente de uma conversa espontânea, mostram-se ser altamente organizadas, havendo uma forma de iniciá-las (saudação, informação sobre data e hora, local e apresentação dos convidados), de finalizá-las (agradecimento, sinalização do próximo encontro, menção ao deus cristão), e, além disso, papéis bem definidos, de modo que o convidado, em posição hierárquica menor que a do presidente, só pode falar durante a *live* quando autorizado.

No Quadro 3, a seguir, são apresentados trechos da transcrição de quatro *lives* de quinta-feira como exemplos da recorrência da organização quanto ao modo de Jair Bolsonaro iniciá-las e finalizá-las.

Quadro 3 – Organização das *lives* de quinta-feira quanto ao modo de o locutor iniciá-las e finalizá-las

<i>Live</i>	<b>Início</b>	<b>Fim</b>
<b>26/03/2020</b>	Boa noite, Brasília, 26 de março, 19 horas... Aqui, à minha esquerda, Elisângela, nossa intérprete de Libras, e à direita, aqui, o Pedro Guimarães, o presidente da nossa Caixa Econômica Federal (Bolsonaro, 26/03/2020).	Pessoal, muito obrigado, até quinta-feira, se Deus quiser... Brasil acima de tudo, Deus acima de todos... valeu (Bolsonaro, 26/03/2020).
<b>10/12/2020</b>	Boa noite a todos, quinta-feira... 10 de dezembro, 19 horas, Brasília... Aqui, à minha esquerda, Elisângela, nossa intérprete de Libras, Geraldo Melo... é o presidente do INCRA, Naban Garcia aqui que é o secretário de assuntos fundiários (Bolsonaro, 10/12/2020).	Um abraço a todos, até quinta-feira que vem, se Deus quiser (Bolsonaro, 10/12/2020).
<b>11/02/2021</b>	Boa noite... quinta-feira... 19 horas... dia... 11 de fevereiro... A Elisângela, nossa intérprete de Libras e o Jorge Seif, secretário da Pesca, que vai falar como esse setor cresceu ano passado, mesmo com a pandemia (Bolsonaro, 11/02/2021).	Pessoal, muito obrigado... até a semana que vem, se Deus quiser (Bolsonaro, 11/02/2021).
<b>11/03/2021</b>	Boa noite... quinta-feira, 19 horas e 1 minuto... aqui ao meu lado, aqui a Elisângela... nossa intérprete de Libras, à direita o deputado federal de Santa Catarina, o Daniel Freitas, relator da PEC 186 (Bolsonaro, 11/03/2021).	Um forte abraço a todos, fiquem com Deus (Bolsonaro, 11/03/2021).

Fonte: Elaborado pela autora.

Continuando a descrever as especificidades textual-interativas das *lives* de quinta-feira sobre a pandemia, é marcante a presença do que Koch (2018) chama de *estratégias textual-discursivas de construção do sentido*, que nada mais são do que “escolhas operadas pelos produtores do texto sobre o material linguístico que têm à disposição, objetivando orientar o interlocutor na construção do sentido” (Koch, 2018, p. 103). Dessa forma, essas estratégias são essenciais para o objetivo das *lives* analisadas, que é apresentar aos interlocutores um modo de enxergar à pandemia de Covid-19 e convencê-los a agir segundo esse ponto de vista.

Koch (2018) divide essas estratégias em dois conjuntos, a saber: as formulativas e as metadiscursivas. Quanto às estratégias formulativas ou textual-interativas, segundo Koch (2018), elas são características do texto falado, visto que, diferentemente do texto escrito, cuja elaboração envolve maior tempo de planejamento, no texto falado, o planejamento e a verbalização ocorrem simultaneamente, emergindo no próprio momento da interação. Entre as estratégias formulativas, Koch (2018) destaca as inserções, as repetições e os parafraseamentos retóricos.

As inserções têm a função cognitivo-interativa de facilitar a compreensão dos parceiros e se caracteriza pela suspensão temporária, realizada pelo interlocutor, do fio do discurso para inserir algum tipo de material linguístico, como:

- a) explicações ou justificativas;
- b) alusão a algum conhecimento prévio;
- c) formulação de questões retóricas;
- d) ilustrações ou exemplificações (como no exemplo ao lado);
- e) comentários jocosos.

Já as repetições e parafraseamentos retóricos têm como principal função o reforço da argumentação. Além disso, também cumprem a função cognitivo-interativa de facilitar a compreensão pelo desaceleramento do ritmo da fala, dando aos parceiros maior tempo para processar o que será dito.

No Quadro 4, a seguir, são apresentadas as estratégias formulativas ou textual-interativas, com exemplos retirados do *corpus* de análise, demonstrando sua presença nas *lives* de quinta-feira selecionadas.

Quadro 4 – Estratégias formulativas ou textual-interativas nas lives de quinta-feira

Estratégia formulativa/textual-interativa	Exemplos no corpus de análise
---	-------------------------------

<p><b>Inserções</b></p>	<p>Inserção de explicações ou justificativas:</p> <p>(...) tomei um comprimido da cloroquina (<i>porque</i>)... <b>É UM DIREITO</b> meu devidamente orientado pelo médico, eu recomendo que você faça a mesma coisa (Bolsonaro, 09/07/2020).</p> <p>Inserção de ilustrações ou exemplificações:</p> <p>Então o desemprego é uma coisa terrível. <b>Todos nós quando temos um parente, um amigo que perdeu o emprego, a gente fica chateado e tenta ajudar, não é isso?! Imagina quando você perde!</b> O governo também para evitar desemprego, no passado, criou vários programas, como o Bem, como o Pronampe, que foi iniciativa do Jorginho Melo senador de Santa Catarina, evitamos que dezenas de milhões de empregos fossem destruídos (Bolsonaro, 11/03/2021).</p> <p>Comentários jocosos:</p> <p>(...) Não vou minimizar a gripe, se bem que dizem ai os infectologistas... pra NOVENTA por cento da população essa gripe não é quase nada... ((em tom jocososo:)) <b>não vou falar gripezinha se não vão me criticar néh, falar gripezinha não pode</b> (Bolsonaro, 26/03/2020).</p>
<p><b>Repetições e parafraseamentos retóricos</b></p>	<p>Repetições:</p> <p>Essa neurose de fechar tudo néh, não tá dando certo... tá... mesma coisa... você sabia que eu posso... se alguém tiver um câncer, eu posso curar teu câncer... MOLE... <b>eu mato TODAS</b> as células cancerosas tua, <b>eu mato todas</b>... dá o equipamento de...de... quimioterapia... <b>eu QUEIMO TUDO</b>, tá, se ela é boa se é ruim, <b>eu queimo tudo</b>... o que que acontece? Fica pior... tá... é o que tão fazendo... pra combater o vírus (Bolsonaro, 26/03/2020).</p> <p>Parafraseamentos:</p> <p>(...) vamos supor que o Tarcísio toma a vacina agora, por quanto tempo você ficaria imunizado Tarcísio, você tem ideia disso? NINGUÉM SABE DISSO... ninguém sabe... tudo é um grande mistério ainda é uma IR-RES-PON-SA-BI-LI-DA-DE tratar uma questão que trata de vidas <b>pra salvar... ou... pra ter efeito colateral</b> tratar com afobamento, com correria, com irresponsabilidade (Bolsonaro, 27/12/2020)</p>

Fonte: Elaborado pela autora.

As estratégias metadiscursivas, conforme Koch (2018), são aquelas que tomam por objeto o próprio ato de dizer. Dito isso, ao colocar em prática tais estratégias, o locutor “avalia, corrige, ajusta, comenta a forma do dizer; ou, então, reflete sobre sua própria enunciação, expressando sua posição, o grau de adesão, de conhecimento, atenuações e juízos de valor etc., tanto em relação àquilo que está a dizer, como em relação a outros ditos” (Koch, 2018, 119).

Essas estratégias são divididas por Koch (2018) em *metaformativas*, *modalizadoras* ou *metapragmáticas* e *metaenunciativas*. Estas últimas, por não terem uso produtivo verificado no *corpus* não serão aqui consideradas.

Quanto às *estratégias metaformativas*, Koch (2018) explica que elas tomam como objeto o próprio texto, dizendo respeito à forma como o locutor opera sobre os enunciados que produz, refletindo sobre a adequação e função dos termos escolhidos por ele enquanto está formulando seu dizer. Algumas formas de fazer isso, segundo Koch (2018), são:

- a) *correções*, que decorrem de o locutor solucionar imediatamente um problema detectado em sua fala por ele mesmo ou por algum parceiro de interação; e
- b) *paráfrases e repetições saneadoras*, que geralmente são heterocondicionadas, o que significa que “ocorrem quando o interlocutor pede esclarecimentos e/ou mostra que não entendeu bem o que foi dito” (Koch, 2018, p. 122).

Já as *estratégias modalizadoras ou metapragmáticas*, conforme Koch (2018, p. 123), são aquelas que têm como objetivo “preservar a face do locutor, por meio da introdução, no texto, de atenuações, ressalvas, bem como marcar o grau de comprometimento, de engajamento do locutor com o seu dizer, o grau de certeza em relação ao dito”. Estratégias como essa mostram o locutor não só refletindo sobre o seu dizer, mas, para isso, projetando seu auditório, suas expectativas e possíveis reações.

A partir disso, o Quadro 5, a seguir, apresenta alguns trechos retirados das *lives* de quinta-feira que compõem o *corpus* de análise, como forma de exemplificar a presença das estratégias metadiscursivas utilizadas pelo locutor, Jair Bolsonaro, em seu dizer.

Quadro 5 – Estratégias metadiscursivas nas lives de quinta-feira

Estratégias metadiscursivas	Exemplos no corpus de análise
<b>Metaformativas</b>	<p>Correção:</p> <p>(...) Aqui quando aparece alguns, você mesmo Marcos Pontes, eu não sei o nome que... não tenho a cultura que você tem. Nitazo...  M.M: Nitazoxanida  N.I: Anita  JB: Anita, esse negócio aí... você fez publicar esse estudo em que revista? (<i>Live</i> de quinta-feira, 11/03/2021).</p> <p>Paráfrases e repetições saneadoras:</p> <p>(...) <b>os travamentos indiscriminados</b> que estamos tendo na questão da pandemia que são <b>essas quarentenas, lockdowns</b> (...) (Bolsonaro, 14/05/2020).</p>
<b>Modalizadora ou metapragmática</b>	<p>Pessoal, tenho parente e minha mãe tá com 93 anos já tenho um médico certo, se minha mãe sentir qualquer sintoma ela <b>VAI TOMAR HIDROXICLOROQUINA... por recomendação médica</b> (Bolsonaro, 10/12/2020).</p>

Fonte: Elaborado pela autora.

Legenda: “M.M” refere-se a um dos convidados da *live* de 11 de março de 2021, Marcelo Morales, médico, pesquisador e professor da UFRJ e, na época, Secretário de Pesquisa e Formação Científica; “N.I” refere-se a

uma pessoa não identificada, pois estava nos bastidores, e, portanto, por trás das câmeras que gravavam a *live*; e “JB” refere-se ao então presidente Jair Bolsonaro.

Acerca, especificamente, das estratégias metaformativas, nas *lives* de quinta-feira, elas aparecem de forma peculiar. Devido à natureza das *lives*, em que a interação entre locutor e convidados é regulada, a interação, por vezes, ocorre entre o locutor (Jair Bolsonaro) e a projeção que ele faz de sua audiência, tanto de apoiadores quanto da oposição (jornalistas, cientistas etc.). Por isso, é mais comum, nas *lives*, as estratégias serem heterocondicionadas não pelo interlocutor presente, mas sim pelo interlocutor projetado pelo locutor.

## 6.2 Definição do *corpus* de análise

As *lives* de quinta-feira que serão analisadas foram selecionadas a partir do canal do *Youtube* e página do *Facebook* oficiais do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, em que as transmissões ficam salvas<sup>1</sup>. Tendo acesso a essas plataformas, foram assistidas diversas *lives*, a partir de fevereiro de 2020, quando o primeiro caso de Covid-19 foi confirmado no Brasil, até o final de outubro de 2022<sup>2</sup>, quando Jair Bolsonaro parou de fazer as transmissões, pouco antes de perder as eleições presidenciais que disputava com o atual presidente, Luís Inácio Lula da Silva.

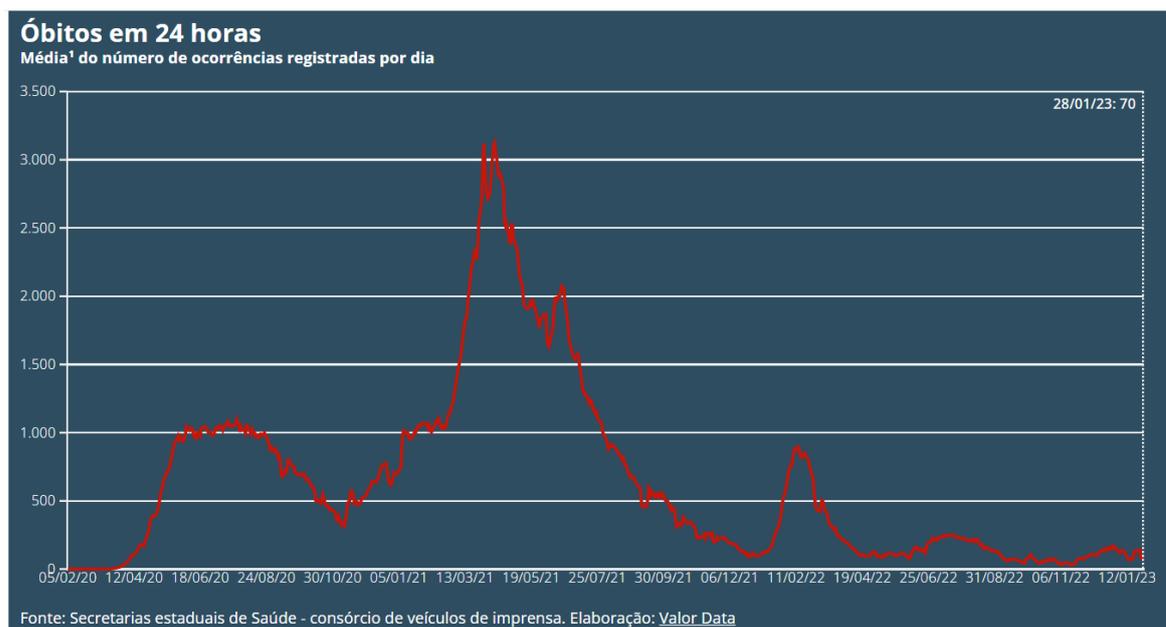
Tendo assistido dezenas de *lives* desse período (2020-2022), decidimos fazer um recorte temporal de dois anos, restringindo nossa análise às *lives* de 2020 e 2021, quando os números de circulação do coronavírus e morte pela Covid-19 eram mais expressivos, e, portanto, a pandemia de Covid-19 ainda era pauta constante na sociedade e, conseqüentemente, nas *lives* de quinta-feira. Cabe salientar que, no decorrer de 2022, os números relacionados a infectados e mortos pela Covid-19 foram reduzidos (Figura 9) devido aos altos índices de vacinação atingidos no Brasil e no mundo, de forma geral.

---

<sup>1</sup> Por serem dados de acesso público, esta pesquisa não precisou de autorização específica do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Unicamp.

<sup>2</sup> Marca do governo, *live* do Bolsonaro às quintas está abandonada há 3 semanas - Política - Estado de Minas

Figura 9 – Número de óbitos por Covid-19 no Brasil (2020-2023)



Fonte: Valor Data (2023)<sup>3</sup>.

Focando as *lives* de 2020 e 2021, entre as 147 que, ao todo, foram transmitidas entre esses anos<sup>4</sup>, passamos a procurar as *lives* sobre a pandemia de Covid-19, tema abordado pelo então presidente, que sobre ele discorria no período por bastante tempo, versando sobre *lockdown*, uso de máscaras e vacinação, dentre outros aspectos.

Devido ao grande volume de *lives* gravadas, tornando impossível a análise qualitativa de todas elas nesta Dissertação, e ao fato de termos percebido algumas recorrências quanto aos argumentos utilizados por Jair Bolsonaro, bem como às estratégias textuais por ele empregadas, optamos pelo seguinte recorte para a constituição do *corpus*: cinco *lives* de 2020 e cinco de 2021, totalizando um *corpus* de 10 *lives* de quinta-feira a serem analisadas.

Cada uma das *lives* foi escolhida levando em conta os seguintes critérios:

- a) ter a pandemia como o assunto principal durante a transmissão;
- b) apresentar cenas referenciais sobre os diversos elementos relacionados à pandemia;
- c) demonstrar produtividade e alto grau de elaboração e de intencionalidade (várias cenas sobre diferentes elementos na mesma *live* e cenas que se destacam pelas estratégias textuais utilizadas);

<sup>3</sup> Conferir em: [Pandemia em gráficos \(globo.com\)](#)

<sup>4</sup> Conforme levantamento feito por Poder 360 (Freire, 2022).

- d) ter ocorrido em algum momento de relevância dentro do contexto socio-histórico da pandemia (ex.: a crise dos equipamentos de oxigênio em Manaus);
- e) conter exemplares de cenas referenciais percebidas como recorrentes.

Em relação a este último critério, foi percebido ao longo do período de seleção, no universo das quase 177 lives assistidas, que algumas cenas referenciais e estratégias textuais e sociocognitivas utilizadas em sua construção se repetiam intensamente. Por isso, a seleção de *lives* que tivessem o maior número de exemplares dessas cenas tornou-se um critério.

Dito isso, organizamos o Quadro 6, apresentado a seguir, com as *lives* de quinta-feira selecionadas, suas datas e durações de transmissão, os convidados, os temas em torno da pandemia sobre os quais estão centradas e os endereços eletrônicos das plataformas onde estão disponíveis.

Quadro 6 – *Corpus* de análise: *lives* selecionadas, suas datas, convidados, temas e endereço eletrônico para acesso

Período	Data e duração	Convidados	Temas	Endereço eletrônico para acesso
2020	26/03/2020 36 min 42 s	Pedro Guimarães (Presidente da Caixa Econômica Federal)	-Coronavírus e baixa chance de óbito; -Tratamento precoce; - <i>Lockdown</i> e o aumento da violência.	Vídeo removido pelo <i>Youtube</i> e <i>Facebook</i> de suas plataformas.
	14/05/2020 32 min 24 s	Pedro Guimarães (Presidente da Caixa Econômica Federal)	- <i>Lockdown</i> , aumento da mortalidade infantil e perda de poder aquisitivo; -Tratamento precoce.	<i>Youtube</i> : <a href="https://www.Youtube.com/watch?v=S28DvOuB6cM">https://www.Youtube.com/watch?v=S28DvOuB6cM</a> <i>Facebook</i> : <a href="https://www.Facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&amp;v=29890400113403">https://www.Facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&amp;v=29890400113403</a>
	09/07/2020 32 min	—	-Tratamento precoce; - <i>Lockdown</i> e desemprego; -Auxílio emergencial e endividamento.	Vídeo removido do <i>Youtube</i> e <i>Facebook</i>
	10/12/2020 55 min 11 s	-Geraldo Melo (presidente do INCRA) -Naban Garcia (Secretário de Assuntos Fundiários)	-Isolamento social e desabastecimento; -Desempenho do governo na resposta à pandemia; -Auxílio emergencial e endividamento; -Tratamento precoce.	<i>Youtube</i> : Vídeo removido pela plataforma. <i>Facebook</i> : <a href="https://www.Facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&amp;v=300241887989133">https://www.Facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&amp;v=300241887989133</a>
	17/12/2020 01 h 02 min 45 s	-Tarcísio de Freitas (Ministro da Infraestrutura) -Marcos Pontes (Ministro da Ciência,	-Isolamento social e aumento dos preços dos alimentos; -Vacina e efeitos colaterais.	<i>Youtube</i> : <a href="https://www.Youtube.com/watch?v=zNVRld3flao">https://www.Youtube.com/watch?v=zNVRld3flao</a> <i>Facebook</i> : Vídeo não postado.

Período	Data e duração	Convidados	Temas	Endereço eletrônico para acesso
		Tecnologia e Inovação)		
2021	14/01/2021 1 h 6 min 31 s	Eduardo Pazuello Ministro da Saúde (apenas o intérprete de Libras, Fabiano Guimarães)	-Tratamento precoce; -Colapso na saúde em Manaus; -Defesa da não obrigatoriedade da vacina pela falta de comprovação científica.	<i>Youtube:</i> Vídeo removido pela plataforma.  <i>Facebook:</i> <a href="https://www.Facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&amp;v=1590679807791705">https://www.Facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&amp;v=1590679807791705</a>
	11/03/2021 01 h 12 min 30 s	-Daniel Freitas (Deputado Federal de Santa Catarina) -Marcelo Morales (Secretário de Pesquisa e Formação Científica)	- <i>Lockdown</i> e desemprego; -Disputas entre governos Federal, Estadual e Municipal e a falta de liberdade; -Tratamento precoce.	<i>Youtube:</i> <a href="https://www.Youtube.com/watch?v=CcFfO5rM EI">https://www.Youtube.com/watch?v=CcFfO5rM EI</a>  <i>Facebook:</i> <a href="https://www.Facebook.com/jairmessias.bolsonaro/posts/769823110596949/">https://www.Facebook.com/jairmessias.bolsonaro/posts/769823110596949/</a>
	15/04/2021 40 min 33 s	Pedro Guimarães (Presidente da Caixa Econômica Federal)	-Tratamento precoce; -Baixo valor do auxílio emergencial e responsabilidade dos prefeitos e governadores; - <i>Lockdown</i> , aumento dos preços e fome no Brasil; -Compra de vacinas.	<i>Youtube:</i> Vídeo removido pela plataforma.  <i>Facebook:</i> <a href="https://www.Facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&amp;v=281512676786345">https://www.Facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&amp;v=281512676786345</a>
	17/06/2021 56 min 19 s	Major Vitor Hugo (Deputado Federal de Goiás)	-Uso obrigatório de máscara em carros pode levar a acidentes; -Não obrigatoriedade de vacinação para quem já contraiu o vírus.	<i>Youtube:</i> Vídeo não postado.  <i>Facebook:</i> <a href="https://www.Facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&amp;v=881267432463555">https://www.Facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&amp;v=881267432463555</a>
	21/10/2021 1 h 12 min 41 s	—————  (apenas com a intérprete de Libras, Elisângela)	-Tratamento precoce; -Uso <i>off table</i> de medicamentos e falta de liberdade aos médicos; -Covid-19 e Aids; -Uso de máscaras; -A grande mídia, amedrontamento da população e mortes; -Vacina e liberdade.	Vídeo removido pelo <i>Youtube</i> e <i>Facebook</i> de suas plataformas.

Fonte: Elaborado pela autora.

Devido à violação das políticas das plataformas, ao longo do período analisado, várias *lives* de quinta-feira foram retiradas do ar<sup>5</sup>, inclusive, algumas que compõem nosso *corpus*, como é o caso das transmitidas em 26 de março e 09 de julho de 2020, e em 21 de outubro de

<sup>5</sup> Relação feita pelo Metrôpoles das *lives* presidenciais removidas pelas plataformas: [Desde 2021, Youtube removeu ao menos 37 vídeos do canal de Bolsonaro | Metrôpoles \(metropoles.com\)](#)

2021. No caso das duas primeiras, elas foram removidas das plataformas devido ao ex-presidente aparecer com caixas de medicamentos sem eficácia comprovada cientificamente, recomendando seu uso para combater a Covid-19 em seus estágios iniciais. Já no caso da última, ela foi removida porque o presidente divulgou, durante a *live*, a notícia falsa de que haveria relação entre a vacina contra a Covid-19 e a Aids.

Para evitar que ficássemos sem acesso à *live*, assim que achávamos uma interessante para análise, fazíamos seu download em formato *mp4*. Contudo, em relação à *live* de 09 de julho de 2020, como ela foi uma das primeiras a ser retirada do ar pelas plataformas, não esperávamos que isso seria possível, e, por isso, não temos o seu arquivo completo, ficando apenas com sua transcrição e uma parte do vídeo, que foi repostado no *Facebook* do presidente, porém sem a primeira parte, que violava as políticas da plataforma – hoje, no entanto, nem mais essa parte do vídeo se encontra disponível.

Selecionadas e feito o *download* das *lives*, o próximo passo foi a sua transcrição. Como as *lives* de quinta-feira têm o propósito de tratar acerca dos vários temas da semana, não só a pandemia de Covid-19 se constituía como tema delas, aparecendo nas *lives* sempre uma grande variedade de temas. Devido a isso, optamos por transcrever apenas os momentos em que a pandemia era pauta, isto é, as cenas referenciais atinentes a esse tópico.

A transcrição foi feita com o auxílio do aplicativo *oTranscribe*<sup>6</sup>, disponível gratuitamente na *internet*. Esse aplicativo, próprio para transcrição de áudios e vídeos, permite, por meio de comandos do teclado do computador, pausar, voltar, adiantar, acelerar ou desacelerar o vídeo e, ainda, inserir a minutagem do trecho que estamos transcrevendo.

Feita a transcrição, os vídeos selecionados foram assistidos novamente para adequação do texto à normatização criada pelo Projeto Nurc (Norma Urbana Culta), que atua desde 1980 realizando pesquisas a respeito da oralidade e de temas correlatos. Como as normas do Projeto Nurc (em anexo) têm como foco analisar as marcas da língua falada, há sinalizações que não são interessantes para o nosso propósito, sendo elas apenas feitas quando notamos alguma produção de sentido relevante para a análise pretendida. No mais, a única alteração que fizemos foi utilizar a vírgula (‘,’) para pausas curtas e as reticências (‘...’) para pausas longas, em vez das reticências para qualquer pausa.

Feitas as transcrições dos trechos em que são observadas cenas referenciais sobre a pandemia, o próximo passo foi a análise linguística, cujas ferramentas analíticas são descritas na próxima seção.

---

<sup>6</sup> [oTranscribe](#)

### 6.3 Definição das ferramentas linguísticas operacionalizadas na análise

Nossa análise linguística se debruçará sobre o processo de progressão referencial. Koch (2003) explica que, para a constituição de uma representação na memória compartilhada, atuam os seguintes princípios de referenciação:

- a) *construção/ativação*, pela qual um “objeto” textual é introduzido e passa a preencher um nóculo, ou endereço cognitivo, na rede conceptual, de modo a ser colocado em foco na memória de trabalho;
- b) *reconstrução/reativação*, quando o nóculo é reintroduzido na memória operacional por meio de uma forma referencial, ficando o objeto de discurso<sup>7</sup> ainda em foco;
- c) *desfocagem/de-ativação*, que ocorre quando um novo objeto do discurso é introduzido, passando a ocupar a posição focal, enquanto o outro fica em estado de ativação parcial, podendo ser ativado novamente pelos sujeitos do discurso.

Dito isso, nas *lives* de quinta-feira, em vários momentos, é observada a construção e reconstrução referencial acerca do objeto “pandemia de Covid-19” e aspectos a ela relacionados, a partir das estratégias de referenciação textual, suas funções cognitivo-discursivas e estratégias textual-discursivas de construção do sentido (Koch, 2018). Esses momentos identificados nas *lives* e recortados para análise serão aqui denominados de *cenar referenciais* (Tomassello, 1999).

As *cenar referenciais* ocorrem em *cenar de atenção conjunta*, isto é, um tipo de interação social em que os indivíduos, juntos, direcionam sua atenção para uma terceira coisa (Tomassello, 1999). No caso das *cenar referenciais*, essa terceira coisa é a referência, ou, textualmente falando, o objeto que está sendo construído no discurso durante e a partir da interação. As *cenar de atenção conjunta*, portanto, promovem o “contexto intersubjetivo dentro do qual o processo de simbolização ocorre” (Tomassello, 1999, p. 98).

Tomassello (1999, p. 154, tradução nossa) explica que “os falantes fundamentam seu dizer na *cena de atenção conjunta* atual, adaptando sua fala acerca da *cena referencial* de acordo com o conhecimento do ouvinte, suas expectativas e foco de atenção do momento particular da interação”. Na *cena referencial*, portanto, o locutor, realiza seu projeto de dizer baseando-se nas projeções que faz acerca do interlocutor, entre elas, das bases que organizam seu conhecimento acerca de determinado referente, isto é, dos *frames*. Diante disso, o uso das *cenar referenciais* como recorte de análise dos trechos selecionados justifica-se porque, concordando com Martins

---

<sup>7</sup> Para rever a definição do termo, retomar o Capítulo 5, na seção “Referenciação: instabilidade das categorias, construção de objetos de discurso e processos de estabilização do sentido”.

(2015, p. 144), “ancoradas em *frames*, estas cenas nos ajudam a compor a relação entre macro e microestruturas contextuais atuantes na produção linguística”.

Nas cenas referenciais, do ponto de vista textual-interativo, procuraremos identificar estratégias de construção de sentido que apontem para a associação da construção do objeto do discurso “pandemia de Covid-19” aos *frames* neoliberais e neoconservadores, identificados a partir da pesquisa que resultou na discussão teórica realizada no Capítulo 2, como as bases que fundamentam o Bolsonarismo e suas práticas. Apoiando-se na metodologia utilizada por Martins (2015), iremos destacar em negrito essas construções linguísticas nas cenas.

De modo geral, na construção da referência, nos deteremos a analisar o que Marcuschi (2006, p. 11) chama de *operações de enquadre*, isto é, expressões que podem “evocar um conjunto de propriedades, relações ou associações (*frames*, cenários, esquemas etc.)”. Focaremos, mais especificamente, nas pistas textuais que apontam para a relação entre os elementos do modelamento da pandemia e os *frames neoliberais e neoconservadores*.

Por serem de conceitos epistêmicos, tais *frames* não aparecem descritos em bancos de dados semânticos como o *Framenet* e *Framenet Brasil*. Por isso, com base na discussão teórica realizada no Capítulo 2, elencamos aqui os seguintes elementos associados à cada um dos *frames* potencialmente presentes no *corpus*:

- a) *frames neoliberais*: liberdade, individualismo, autossuficiência, autonomia, desempenho, produtividade, autogerenciamento, disciplina, sucesso, competição, investimento, Estado mínimo, austeridade, livre mercado etc.
- b) *frames neoconservadores*: família patriarcal, militarismo anticomunista<sup>8</sup>, punitivismo, valores cristãos, liberdade econômica, anticorrupção, coragem, intervenção estatal na moralidade etc.

Salientamos que os elementos-frame elencados em cada *frame* não se esgotam, podendo ser encontrados outros durante a análise. Veremos que, nas *lives* de quinta-feira, o agenciamento desses *frames* se expressa na interação entre as dimensões simbólicas referentes à pandemia e às dimensões simbólicas socioeconômicas, religiosas e comportamentais que são incorporadas às primeiras, por meio de referências feitas pelo locutor a experiências do cotidiano e a crenças

---

<sup>8</sup> Esse termo é uma categoria utilizada por Lacerda (2019) que incorporamos aqui para descrever o *frame*, a qual diz respeito ao belicismo neoconservador, como elemento de projeção de poder e de luta contra os inimigos não apenas externos (isto é, países que adotam um sistema próximo ao comunismo), como também os internos. No contexto brasileiro, esses inimigos internos, como vimos, aparecem na forma das ideias progressistas (a favor do Estado de bem-estar social e de movimentos antirracistas, feministas, LGBT etc.), sendo aqueles que as defendem rotulados de maneira genérica como “comunistas”, devendo assim, serem eles e sua visão de mundo atacados e combatidos.

religiosas e do senso comum, as quais, no caso de um país envolto em uma racionalidade neoliberal e neoconservadora, como vimos no Capítulo 2, ancoram-se nesses *frames*.

Ao olhar para as cenas referenciais, iremos nos pautar sobre a seguinte pergunta analítica proposta por Miranda e Bernardo (2013, p. 86): *quais cenas conceptuais (ou frame) compõem a experiência social?*

Para responder essa pergunta, afastamo-nos da semântica de *frames* em um sentido mais estrito, por concordarmos com Miranda e Bernardo (2013), que procedem à sua análise da linguagem em uso a partir das ponderações de Fillmore (1982, p. 37), quando afirma que “as palavras que evocam *frames* em um texto revelam a multiplicidade de maneiras com que o falante ou o autor esquematizam a situação e induzem o ouvinte a construir uma tal visualização do mundo textual”. Compreendermos, como o faz Martins (2015, p. 112), que o léxico é importante “para assegurar algum conhecimento partilhado entre os interlocutores”, mas que “não é determinante, no sentido que é construído por relações referenciais no decurso das práticas discursivas”.

Dito isso, para a perspectiva textual-interativa aqui seguida, não só as palavras evocam os *frames*, mas as escolhas, em geral, que o sujeito faz sobre o material linguístico, que revelam estratégias de uso do conhecimento (Koch, 2002, 2005), e, portanto, de agenciamento de *frames*, utilizadas pelo sujeito para alcançar seus objetivos.

Tendo isso em vista, como metodologia específica para descrição e análise dos *frames*, iremos nos valer de, baseando-nos em Koch (2003, 2018), além das *estratégias textual-discursivas de construção do sentido* próprias dos textos orais, descritas na seção anterior, também das *estratégias de referência textual*, a saber:

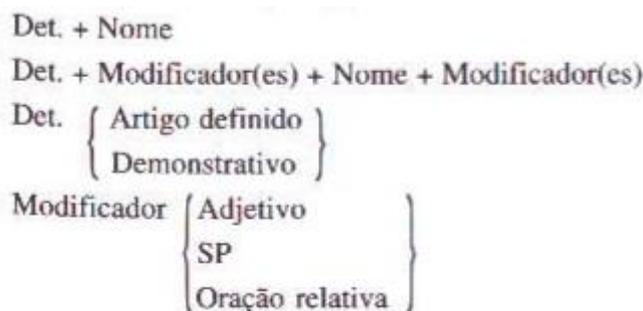
- a) uso de pronomes;
- b) uso de expressões nominais definidas;
- c) uso de expressões nominais indefinidas;
- d) nominalizações; e
- e) anáforas indiretas.

Entre essas estratégias, as expressões nominais, principalmente as definidas, têm foco na análise que se pretende, devido a serem, como define Koch (2003, p. 87), responsáveis pela “ativação, dentre os conhecimentos supostamente partilhados com o(s) interlocutor(es) (isto é, a partir de um *background* tido por comum), de características ou traços do referente que o locutor procura ressaltar ou enfatizar”. Dessa forma, as expressões nominais evidenciam as escolhas, sociocognitivamente motivadas feitas pelo locutor sobre o material linguístico, realizando predicções sobre o objeto que está construindo discursivamente. Assim, conforme

Koch (2003, p. 88), a escolha de determinada descrição para o referente pode trazer ao interlocutor “informações importantes sobre as opiniões, crenças e atitudes de produtor do texto, auxiliando-o na construção do sentido”.

Na Figura 10, são apresentadas as configurações que podem assumir as expressões referenciais definidas em português, segundo Koch (2003).

Figura 10 – Configurações das expressões nominais definidas no Português



Fonte: Koch (2003, p. 87).

Quanto à estratégia de nominalização, ela é a expressão anafórica responsável por atribuir o estatuto de objeto de discurso para um conjunto de informações anteriormente citadas no texto, condensando-as (Koch, 2003). É importante salientar que a retomada textual por meio de nominalizações pode ocorrer com a ausência de determinantes (Koch, 2003).

E, por fim, as anáforas indiretas “formas nominais que se encontram em dependência interpretativa de determinadas expressões da estrutura textual em desenvolvimento” (Koch, 2003, p. 107). Em outras palavras, elas retomam um elemento relacionado ou uma estrutura complexa pelo processo de associação indireta, por uma associação que não está totalmente explícita na materialidade do texto, ocorrendo por meio de processos inferenciais.

Dando prosseguimento, a análise com essas estratégias como ferramenta será feita considerando as funções cognitivo-discursivas que elas apresentam na construção textual do sentido. Entre elas, a focalização na memória ativa (operacional) e o encapsulamento ou rotulação, que, ao rotularem informações-suporte, “têm, ao mesmo tempo, função predicativa” (Koch, 2018, p. 75). De acordo com Koch (2018), o encapsulamento ou rotulação diz respeito à função cognitiva desempenhada pela nominalização, na medida em que “sumarizam as informações-suporte contidas em segmentos precedentes do texto, encapsulando-as sob a forma de uma expressão nominal e transformando-as em objeto do discurso” (Koch, 2018, p. 75-76). Esse tipo de expressão anafórica, portanto, desempenha duas funções: “rotulam uma parte do

contexto que as precede (x é um acontecimento, uma desgraça, uma hipótese etc.) e estabelecem um novo referente que, por sua vez, poderá constituir um tema específico para os enunciados subsequentes” (Koch, 2018, p. 76).

Outra estratégia agenciada pelo locutor em meio aos processos de referenciação são as metáforas conceptuais (Lakoff, Johnson, 2002 [1980]). Entretanto, devido à modalidade oral a qual pertence o gênero com que estamos lidando, cujo caráter é menos planejado e mais dinâmico, o processo metafórico ocorre sobremaneira de forma explícita, fenômeno chamado de *metáforas situadas*. Essas metáforas, explica Vereza (2013), diferente das primeiras, não estão naturalizadas em nosso sistema conceitual, visto que o mapeamento delas, com propósitos retóricos, é construído *online* na interação entre os interlocutores, sendo, portanto, “metáforas elaboradas discursivamente por mapeamentos cognitivo-textuais” (Vereza, 2013, p. 10). Por isso, são metáforas mais explícitas, contendo as marcações linguísticas de analogia, como “igual a” e “como”, que convidam o leitor a, conscientemente, ativar um mapeamento conceitual *online* entre domínios concretos e abstratos da experiência – o que, na metáfora conceitual, acontece de forma implícita, por já estar entrincheirado em nosso sistema conceitual.

Tendo isso em mente, iremos realizar a análise associando, quando possível, a essas estratégias textual-interativas e referenciais o banco de dados lexicais *Framenet* e *Framenet Brasil*, como forma de melhor identificar os *frames* agenciados pelo locutor na interação, e a associação entre seus elementos.

Sobre os bancos de dados, cumpre lembrar que o *Framenet*<sup>9</sup> é um projeto do Instituto de Berkeley, Califórnia, fundado por Charles Fillmore, que tem reunido um banco de dados lexical do inglês que pode ser lido tanto por humanos quanto por máquinas, com base em exemplos de anotações de como as palavras são usadas em textos reais. Para acessar o banco de dados, foi preciso fazer um cadastro e justificar o pedido discorrendo um pouco sobre a pesquisa que se busca desenvolver. Com o aceite, tivemos completo acesso ao banco de dados, composto por inúmeros léxicos, havendo a definição do *frame* que eles evocam, com seus *EFs* (elementos *frame*), *Frame-frame Relations* e *Lexical Units*.

Já o *Framenet Brasil*, consiste em um núcleo de desenvolvimento de soluções em Linguística Computacional da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com acesso livre

---

<sup>9</sup> Este projeto pode ser acessado por meio do seguinte endereço eletrônico: [Welcome to FrameNet! | fndrupal \(berkeley.edu\)](http://www.fndrupal.berkeley.edu)

ao banco de dados<sup>10</sup>, o que permite que possamos conferir os *frames* evocados por cada léxico. Na base de dados, há a definição do *frame*, seus elementos-*frame* nucleares e não nucleares, as relações e unidades lexicais.

Tendo descrito nossas ferramentas teórico-metodológicas, no próximo capítulo, elas serão operacionalizadas na análise das cenas referenciais selecionadas, em que é possível observar a organização textual-interativa do modelamento sociocognitivo e discursivo da pandemia, foco de investigação desta dissertação.

---

<sup>10</sup> O *Framenet* Brasil pode ser acessado por meio do seguinte endereço eletrônico: <https://www2.ufjf.br/framenetbr/projetos/>

## 7 ANÁLISE DE DADOS: DEFININDO O MODELAMENTO SOCIOCOGNITIVO E DISCURSIVO DA PANDEMIA NAS *LIVES* DE QUINTA-FEIRA

Neste capítulo, iremos analisar, inicialmente, as cenas referenciais acerca da pandemia observadas nas *lives* de quinta-feira que compõem o *corpus*. Cada cena referencial será recuperada na forma de uma citação direta e iremos analisá-la, e procuraremos definir cada elemento do modelamento sociocognitivo e discursivo observado e como ele se associa à base ideológica do Bolsonarismo, que, como vimos no Capítulo 2, consiste no neoliberalismo e no neoconservadorismo, conjunto de conhecimentos que trataremos como *frames*.

### 7.1 *Lives* de quinta-feira: dados de 2020

Nesta seção, serão apresentadas as cenas referências selecionadas de cinco *lives* de quinta-feira que ocorreram no ano de 2020, nas seguintes datas: 26 de março, 14 de maio, 9 de julho, 10 e 17 de dezembro.

#### 7.1.1 *Live* de 26 de março de 2020

A primeira *live* a ser analisada conta com, além da intérprete de Libras, Elisângela, também com o convidado Pedro Guimarães, então presidente da Caixa Econômica Federal. Nessa *live*, são discutidos os seguintes temas relacionados à pandemia de Covid-19: infecção por coronavírus e baixa chance de óbito, tratamento precoce, o *lockdown* e o aumento da violência.

É interessante notar que a própria ambientação da *live* (Figura 11) nos revela um pouco do que se espera dela, visto que todos, menos o presidente, estão de máscara. Além disso, temos, de um lado, próximo ao presidente, as caixas de Reuquinol, simbolizando a defesa de um tratamento precoce não comprovado cientificamente como eficaz, e, assim, uma postura negacionista do governante; e, do outro, o uso de máscaras e o frasco de álcool gel, que apontam para uma postura cautelosa e atenta às recomendações sanitárias feitas por órgãos científicos de todo o mundo e, não à toa, estão mais próximos aos outros participantes da *live*. Há, dessa forma, nesses elementos não verbais uma representação simbólica da guerra cultural.

Figura 11 – Jair Bolsonaro acompanhado de Pedro Guimarães e Elisângela em ambiente com máscaras de proteção, frasco de álcool gel e caixas de Reuquinol (*Live* de 26/03/2020)



Fonte: Acervo da autora.

A primeira cena referencial tem como objeto de discurso o *lockdown*, referente que é ativado na cena por anáforas indiretas, são elas, “o povo [que] quer trabalhar” e “esse vírus [que] é igual a uma chuva”, esta última, recategorização figurativa do referente “vírus” introduzido anteriormente, como podemos ver a seguir:

- (I) **O povo tá ficando desesperado, quer trabalhar...** todos nós estamos preocupados com a vida, sem problema nenhum, tá certo, queremos que não haja MORTE nenhuma no Brasil por causa desse vírus, **MAS esse vírus é igual a uma chuva... fechou o tempo... trovoada... você vai se molhar e vamos tocar o barco** (Bolsonaro, 26/03/2020).

O referente “povo”, ativado durante a fala do locutor, é predicado com a expressão “desesperado” e, logo adiante, há a inserção de uma explicação para o desespero do povo, com “quer trabalhar”. Dessa forma, ao evocar a ideia de que o povo, sem poder trabalhar, está desesperado, o objeto *lockdown* é ativado por associação indireta, sendo caracterizado, na cena, como um evento que (i) impede as pessoas de trabalharem, (ii) deixa o povo desesperado e, em última instância, (iii) é algo ao que o povo é contrário.

Diante disso, o *lockdown* é categorizado até esse ponto como algo negativo, avesso aos interesses e desejos do povo, sendo colocado como justificativa moral para isso um elemento do discurso populista, que, como vimos no Capítulo 2, diz respeito à política ser compreendida como a expressão da vontade do povo, sendo dever do líder populista, atendê-la (Mudde, 2004). Dessa forma, por ser um evento que faz mal ao povo, o *lockdown* seria indesejável.

Logo após isso, o locutor expressa sua preocupação com a vida, ao dizer que não quer que haja nenhuma morte no país decorrente do vírus. Esse movimento referencial, que não

deixa de reconhecer a potencial letalidade do vírus, demonstra a interação com a projeção que faz de seu interlocutor, bem como com um outro caminho inferencial que o argumento contrário ao *lockdown* poderia tomar em sua interpretação. Contudo, elementos atenuantes marcam a dimensão da gravidade e da duração da pandemia na perspectiva do presidente, que fala em “tocar o barco”<sup>1</sup> após a “chuva” passageira.

A anáfora indireta ao *lockdown* é realizada após a introdução da metáfora situada (Vereza, 2013) produzida pela analogia (“igual a”) entre “esse vírus” e “uma chuva”. Em uma operação de enquadre, o locutor faz alusão a um conhecimento prévio, selecionando alguns elementos do que a audiência conhece a respeito do referente chuva para construir a mapeamento metafórico *online* apropriadamente, isto é, de acordo com os objetivos do seu projeto de dizer. Nesse sentido, emergem no discurso os seguintes elementos: “fechou o tempo”, “trovoada”, “se molhar”, “tocar o barco” (expressão popular para o ato de “seguir em frente”, mesmo diante de adversidades – “se molhar”).

Desvendando as correspondências entre os elementos selecionados estrategicamente pelo locutor, temos que, assim como o a chuva “fecha o tempo”, no sentido de deixar o dia nublado, sem luz, e, por conseguinte, triste, e gera “trovoadas”, algo que, no *common ground*, é algo que assusta; o coronavírus também nos deixa tristes e assustados, neste caso, com o risco de morte mencionado anteriormente pelo locutor. Assim como nos molhamos com a chuva, isto é, somos afetados por ela, também seremos afetados pelo coronavírus, contraindo-o. Porém, é preciso, segundo o locutor, “tocar o barco”, seguir na chuva, mesmo se molhando, e, assim, conviver com a disseminação do vírus e com a ocorrência de mortes, seguindo com a vida<sup>2</sup>. Além disso, é interessante pontuar também outro aspecto da operação de enquadre que diz respeito à própria recategorização do vírus como a chuva, visto que uma propriedade da chuva é ela ser passageira, sendo assim, o vírus também o seria.

A associação do coronavírus a fenômenos da natureza já havia sido apontada por Rocha e Curti-Contessoto (2021). No caso específico da associação à chuva feita pelo locutor no trecho analisado, podemos apontar, conforme Rocha e Curti-Contessoto (2021, p. 137) o fez para outras metáforas encontradas, a intenção de “minimizar os efeitos ruins da pandemia [...] não causar desespero na população brasileira – à exceção, talvez, de uma pequena parte da população idosa”.

---

<sup>1</sup> A propósito, Bolsonaro dirá, em seus pronunciamentos sobre a pandemia, em um discurso conformista, que morrer faz parte da vida.

Associando os dois momentos retratados no texto, podemos compreender que a expressão idiomática “tocar o barco”<sup>3</sup> – clichê que compartilha da intenção de outro semelhante, “todos nós vamos morrer um dia”, apontado por Bentes e Morato (2021), no contexto em que emerge, pode ser compreendida como seguir com a vida trabalhando normalmente, mesmo com a disseminação e mortes momentâneas causadas pelo coronavírus. Dessa forma, ao trazer para a cena a vontade do povo contrária ao *lockdown* e o fato de que o vírus é algo inevitável, mas passageiro, Bolsonaro descredibiliza a medida de isolamento, argumentando em favor da não adoção dela.

Na próxima cena referencial recuperada, o objeto de discurso em foco na cena é o vírus da Covid-19. Nela, as informações-suporte da construção referencial de minimização dos efeitos do vírus são retomadas nesta cena, sendo encapsuladas na forma da nominalização “a gripe”, posteriormente recategorizada como “gripezinha”.

- (II) Não vou minimizar **a gripe**, se bem que dizem aí os infectologistas... pra NOVENTA por cento da população **essa gripe não é quase nada...** ((em tom jocoso:)) não vou falar **gripezinha** se não vão me criticar néh, falar **gripezinha** não pode -- cem mil pessoas assistindo aí, valeu pessoal-- mas é **quase nada...** tá... a gente vê os estudos aí, quem tem menos de quarenta anos uma vez infectado, **a chance de óbito é... próxima à ZERO...** se eu não me engano é uma pra cada quinhentas pessoas... certo... (Bolsonaro, 26/03/2020).

A nominalização operacionalizada pelo locutor da covid-19 com a expressão nominal “gripe” e, mais ainda depois, com a recategorização com seu diminutivo “gripezinha” tem como efeito de sentido a atenuação da letalidade da doença. Ao enquadrá-la como uma gripe, o locutor a qualifica como uma doença compreendida como comum, inconsequente e passageira, que não causa grandes danos à saúde das pessoas (“não é quase nada...”). Essa construção de sentido produzida pelo locutor fica ainda mais evidente pela estratégia textual-interativa de repetição retórica utilizada ao repetir não só as expressões nominais “gripe” e sua recategorização “gripezinha”, como também a predicação “é quase nada” e a anáfora indireta “a chance de óbito [é] próxima à zero”, o que revela o reforço dado à argumentação pretendida.

Em seguida, mais uma vez projetando a audiência e inferindo um outro caminho interpretativo que poderia ser tomado, é instaurada outra cena referencial, dessa vez, tendo como objeto de discurso “a responsabilidade de cuidado com o grupo de risco”, ativado pela expressão nominal “a preocupação”.

- (III) então **a:: preocupação** tem que existir? TEM, tá...e:: **a primeira pessoa a se preocupar com o grupo de risco é VOCÊ** ((aponta para a câmera)), que tem seu, que tem um pai, avô ou bisavô dentro de casa, essa é a preocupação,

<sup>3</sup> A propósito, Bolsonaro dirá, em seus pronunciamentos sobre a pandemia, em um discurso conformista, que morrer faz parte da vida.

**não é esperar que o governo faça alguma coisa...** certo... o governo tá fazendo muita coisa, mas não pode fazer TUDO que alguns acham que o Estado pode fazer... um governo onde o Estado faz tudo SÃO AS DITADURAS, néh, então () na **Venezuela**, em **Cuba**, **Coreia do Norte**... lá ninguém é/ninguém reclama de nada... morreu alguém em **Cuba**? ((aponta para Pedro Guimarães)) tá sabendo? ((ri)) não tá sabendo, tá certo? Agora... ((retoma o tom sério)) MORTES vão existir (Bolsonaro, 26/03/2020).

Na cena, a responsabilidade de cuidado com o grupo de risco é direcionada ao indivíduo, referido por associação indireta pela invocação ao interlocutor, que é referido de forma multimodal, com o emprego de entonação enfática (VOCÊ) e do recurso gestual de apontar para a câmera. Com isso, o locutor direciona-se diretamente ao interlocutor e reforça a dimensão individual da atribuição dada a ele ao cuidado do grupo de risco, que, pelos hipônimos utilizados (“pai, avô ou bisavô”) para referenciá-lo, é entendido como formado por idosos.

Posteriormente, o locutor, projetando o posicionamento das instituições e agentes sociais contrários a ele (grande mídia, parte da classe artística, órgãos sanitários e instituições científicas), referidos como “alguns”, enuncia que acham que o Estado pode fazer tudo, referindo-se, por associação indireta, às políticas assistencialistas. Entretanto, por meio da inserção de uma justificativa, o locutor contra-argumenta esse argumento projetado, associando o referente principal, “o governo”, através da expressão nominal indefinida “um governo onde o Estado faz tudo são as ditaduras”, a um elemento do *frame* governos totalitários, que é a excessiva intervenção estatal na sociedade e na economia. Essa associação é reforçada pelas referências indiretas evocadas de estereótipos de países ditatoriais (“Venezuela”, “Cuba”, “Coreia do Norte”).

Diante disso, a construção textual produzida pelas escolhas textuais empreendidas pelo locutor, nos trechos (II) e (III), apontam para o sentido de que a Covid-19, como uma doença comum e passageira, não deve gerar tanta preocupação. A pouca preocupação que deve ser tomada é responsabilidade do indivíduo, e não do Estado, transferindo um problema de âmbito público para a esfera privada.

A justificativa para isso é dada pelo locutor através de uma cadeia inferencial que se instaura a partir da incorporação da ideia de ameaça comunista à emergência de sua fala. Nesse sentido, segundo a construção de sentido pretendida, o Estado não deve interferir em assuntos de esfera privada, visto que essa é uma atitude própria de regimes totalitários, o que feriria, portanto, o princípio da liberdade, seguido pela Constituição brasileira, enquanto uma democracia liberal. Dessa forma, a intervenção do Estado na liberdade individual nos aproximaria de regimes totalitários comunistas.

Nesse ponto, pelas operações de enquadre realizadas durante a argumentação observada nos trechos, é possível identificar elementos tanto do *frame* neoliberal quanto do neoconservador. Quanto ao primeiro, ele se mostra não só pela referência à liberdade, como pela transformação de um problema coletivo em um problema individual (Brown, 2006), ao atribuir a responsabilidade pelas pessoas doentes com a infecção da Covid-19 ao indivíduo e não ao Estado. A ideia por trás disso é a de que o Estado não precisa arcar com os custos gerados por políticas assistencialistas necessárias para que as pessoas fiquem em casa e, assim, não precisem trabalhar; segue, assim, a política de austeridade, usada pelo neoliberalismo para aumentar a injustiça no uso dos recursos e a concentração da renda nacional.

No tocante a isso, é interessante aqui notar que o hiperônimo “grupo de risco”, com o qual o indivíduo e não o Estado deve se preocupar, abrange a referência a “pai, avô ou bisavô dentro de caso”, isto é, pessoas que, provavelmente, são aposentadas. Considerando o enquadre neoliberal, esse grupo, em vez de produção de capital, representa despesas para o governo, não sendo interessante, portanto, preocupar-se com eles – assim como os que têm comorbidades e mesmo as crianças. Com efeito, nesse momento, fica evidente também não só o enquadre neoliberal, como também a necropolítico realizado no modelamento da pandemia, ao escolher quem são as pessoas cuja saúde merece preocupação do Estado e quais não.

Quanto ao elemento do *frame* neoconservador associado, ele diz respeito ao anticomunismo, que aparece a partir da invocação dos referentes Venezuela, Cuba e Coreia do Norte, enquadrados pelo *frame* ditadura comunista, e da associação dessa rede referencial à intervenção estatal feita pelas políticas assistencialistas durante a Covid-19. A justificativa empregada para a defesa da não intervenção do Estado para o cuidado com os adoecidos pela Covid-19, como sendo essa atitude uma aproximação ao regime desses países, aponta para um combate aos princípios anticapitalistas, entre eles, a liberdade individual. Esse princípio, que é fundador do liberalismo, está na base da ideologia neoliberal e do nosso *cultural common ground*. Dito isso, considerando a racionalidade neoliberal como um sistema normativo que guia nossas vidas produzindo subjetividades (Dardot, Laval, 2016), seus valores, como o é a liberdade, estão na base de nossa identidade moral (Tomasello, 2017), e, portanto, do nosso julgamento de certo e errado, o que faz com que qualquer ameaça a ela seja considerada imoral.

Seguindo essa mesma lógica, a responsabilização do indivíduo e não do Estado pelas pessoas doentes também se apresenta como uma justificativa, baseando-se nos valores instaurados pela racionalidade neoliberal. Ao se entender como uma empresa (Dardot, Laval, 2016), o sujeito passa a adotar atitudes como se fosse empresário de si, sendo a habilidade de lidar com seus problemas buscando soluções eficientes, de forma independente, uma delas.

Assim, entrelaçam-se na justificativa para a concepção oferecida pelo locutor acerca do papel do Estado na pandemia de Covid-19 elementos do *frame* neoliberal (transformação de um problema coletivo em individual, austeridade do Estado) e do *frame* neoconservador (anticomunismo). Além disso, também é observada a associação de liberdade, elemento do *frame* neoliberal, também utilizado para justificar como correto o papel de não intervenção do Estado.

Na próxima cena referencial, apresentada no trecho (IV), o objeto que está em foco no discurso é a comprovação científica dos medicamentos para o tratamento precoce.

- (IV) Eu fui questionado pela imprensa ali fora, essa imprensa... que você sabe que eu sou apaixonado por ela do fundo do coração se não podia ESPERAR a comprovação FINAL... daí eu perguntei pros cara "quanto tempo mais ou menos?"... ninguém quis responder néh... daqui a SEIS MESES? **Você elemento (...) tá lá homem, mulher, idoso chega num estado bastante complicado né, faz o teste, tem o coronavirus... APLICA LOGO pô... a gente lamenta... aplica logo... outra coisa, esse remédio aqui sabe quando começou a ser usado no Brasil? Quando eu nasci... 1955... então ele... medicado néh, a pessoa medicada cor-retamente, não tem efeito colateral... medicada corretamente, tá certo? Não tem efeito colateral.** (Bolsonaro, 26/03/2020).

Para defender a falta de necessidade de comprovação, após se referir com ironia à imprensa com a inserção de um comentário jocoso (“eu sou apaixonado por ela do fundo do coração”), marcando a oposição a ela, o locutor opera sobre o material linguístico realizando a inserção de ilustração ou exemplificação. Nessa inserção, é invocado um contexto dentro do texto marcado pela urgência e pelo desespero do diagnóstico de Covid-19, a fim de que o interlocutor se imagine nele.

Diante disso, nota-se que o locutor invoca esse contexto de forma estratégica para justificar seu posicionamento em defesa da adoção do tratamento precoce, mesmo sem comprovação científica, ao convidar o interlocutor a assumir uma outra perspectiva e, a partir disso, criar uma *representação cognitiva perspectivada* (Tomasello, 2019), de acordo com a ilustração apresentada pelo locutor. Com isso, o interlocutor acaba por adotar uma *perspectiva objetiva* (Tomasello, 2019) sobre o tratamento precoce, que é independente de sua perspectiva individual, através de uma cena intersubjetiva na qual valores como compaixão e empatia por alguém que está passando por uma situação difícil são apresentados. Dessa forma, o locutor leva o interlocutor a enxergar o tratamento segundo a identidade moral da comunidade, a saber, como algo necessário, em uma situação emergencial, para salvar vidas.

Esse argumento é reforçado quando nominaliza o referente com “esse remédio aí”, trazendo, com isso, todo o campo semântico de cura ou alívio de sintomas (e, portanto, de

eficácia) ligado à palavra<sup>4</sup>. Logo em seguida, a partir da informação da data em que ele começou a ser utilizado, concebe a esse referente outro traço, o de antigo, com vistas a atestar a sua segurança – embora seja omitido que ele é utilizado há décadas de forma segura para o tratamento de outras doenças, não essa, que é justamente o que está em questão.

Feita a argumentação em prol da falta de necessidade de comprovação científica, em seguida, refletindo sobre seu projeto de dizer e, possivelmente, percebendo a responsabilidade que estava atraindo para si, o locutor recorre a uma estratégia modalizadora, para preservar sua face. Ele se utiliza da estratégia metaformulativa de repetição saneadora das expressões “a pessoa medicada corretamente” e “não tem efeito colateral”, havendo até, em certo ponto, ênfase no “corretamente” pelo recurso de silabação. Com isso, o ex-presidente consegue adequar seu projeto de dizer, defendendo o tratamento com medicamento sem comprovação científica apenas se a pessoa for medicada corretamente, eximindo-se, dessa forma, da responsabilidade por efeitos colaterais.

Em seguida, a defesa do tratamento precoce torna-se objeto da cena referencial (V), dessa vez através da associação dele com o campo religioso, a partir do referente “Deus”, que, posteriormente, é associado ao referente Reuquinol (hidroxicloroquina), recategorizado como “o remédio” que curaria a Covid-19 e, por conseguinte, também o *lockdown*, outro referente ativado na cena por meio da expressão nominal definida “essa histeria [...] plantada no Brasil”. A associação entre esses três referentes na construção do objeto pode ser vista a seguir:

- (V) ((segurando os medicamentos)) eu acredito em Deus ((vira-se para Pedro)) qual sua religião? {Pedro: católica} é católica... ((vira-se para Elisângela)) evangélica? {Elisângela: sim} evangélica, **eu sou católico, minha esposa é evangélica, nós que acreditamos em Deus...** mas também néh, Deus nos capacita, tá certo, tem até uma passagem bíblica... "**ele não escolhe os capacitados, capacita os escolhidos**", néh, e nós acreditamos nos nossos médicos, nossos enfermeiros, nossos pesquisadores do Brasil e do mundo que no passado conseguiram isso aqui néh ((mostra os medicamentos para a câmera)) o reu-reuquinol, **se deus quiser**, e esse aí vai ser confirmado brevemente como **o REMÉDIO pra curar todos aqueles portadores do coronavirus ou covid, covid-19, covid-19...** tá certo... covid-19 e daí com o remédio **essa HISTERIA que foi plantada aqui no brasil**, não foi a imprensa não, foi eu acho que o papai noel néh o saci pererê néh plantou no Brasil é:: faça que o povo tenha paz tenha tranquilidade como sempre tenho pregado, DESDE o começo não mudei agora não, **desde o começo que eu falo em emprego** tá, tenho falado que, **já tinha falado desse aqui** [em relação ao medicamento] (Bolsonaro, 26/03/2020).

Após identificar a si próprio e a sua esposa como cristãos, marcando, assim, a posição de sua família como integrante de uma comunidade moral (Tomasello, 2017, 2019), o locutor

---

<sup>4</sup> Segundo definição informada no *site* da Fiocruz, a palavra remédio refere-se a “todo e qualquer tipo de cuidado utilizado para curar doenças ou aliviar sintomas, desconforto e mal-estar”. A definição completa pode ser vista em: [Remédios e Medicamentos \(fiocruz.br\)](http://www.fiocruz.br/remedios).

recorre à intertextualidade, citando uma passagem bíblica, repertório sociocultural legitimado pela comunidade moral de que faz parte. Feito isso, o locutor traz à cena os referentes “médicos”, “enfermeiros” e “pesquisadores”, que, com base na citação, constituem-se como hipônimos do hiperônimo “capacitados”, visto que são profissionais da saúde. Os “escolhidos” que serão capacitados por Deus podem ser compreendidos como o próprio Reuquinol, referente que é ativado e, logo em seguida, recategorizado pela expressão nominal definida “o remédio pra curar todos aqueles portadores do coronavírus”; e, mais tarde, como o próprio Jair Bolsonaro, que, ao final da cena, pontua que desde o começo havia apontado o Reuquinol como remédio para a Covid-19.

Se a hidroxicloroquina é a cura para a covid-19, também é a solução para as medidas de isolamento, como o *lockdown*, haja vista que, sem o risco de contrair o vírus e morrer em decorrência de sua infecção, as pessoas não precisariam mais ficar em casa e deixar de trabalhar. Essa construção referencial é realizada pelo locutor ao ativar o referente *lockdown* através da expressão nominal definida “essa histeria que foi plantada aqui no Brasil (pela imprensa)”, sendo o agente da passiva identificado pela inserção de um comentário jocoso, a saber, “não foi a imprensa não, foi eu acho que o papai noel néh o saci pererê néh plantou no Brasil é”, revelando desdém e certo antagonismo.

“Plantar uma informação” é uma expressão idiomática que se refere a um ato de fabricar um conhecimento ou informação de forma ilícita. Tendo isso em vista, Bolsonaro nega a gravidade da pandemia ao construir a predicação dela como uma realidade exagerada (“histeria”) que teria sido fabricada pela imprensa e, portanto, não seria verdadeira a tamanha letalidade que é divulgada.

Por fim, na cena referencial em questão (trecho (V)), a intertextualidade realizada pela inserção da passagem bíblica pelo locutor é retomada quando ele chama para si a autoria de ter sido o primeiro a se preocupar com a destruição de empregos causada pelo *lockdown* e a defender o tratamento precoce com o medicamento referenciado como a cura para a Covid-19 e, assim, “para o *lockdown*” e o desemprego ou a crise econômica. Dessa forma, seguindo a construção discursiva do objeto realizada na rede referencial, o locutor se coloca como a pessoa escolhida por Deus (o Messias, aliás, o nome do meio de Jair Bolsonaro, fato por vezes aludido pelo ex-presidente) para capacitar, e foi, desse modo, que ele descobriu o medicamento que cura a Covid-19.

Desse modo, temos elementos da religião cristã sendo incorporados ao processo de referenciação do tratamento precoce e do papel do próprio ex-presidente na condução da pandemia. Enquanto a hidroxicloroquina é concebida associada à dimensão do milagre da cura,

o ex-presidente, ao pontuar que desde o começo havia apontado o remédio, permite a construção de inferências que o aproximam da figura do “salvador”, do “messias”, que, escolhido pela entidade divina, trouxe o milagre para curar a população. Vê-se, assim, a partir do enquadre religioso, elementos do *frame* neoconservador sendo incorporados na construção de sentido.

Na próxima cena referencial (trecho VI), o objeto de discurso que está em foco na interação é “o povo brasileiro” no contexto da pandemia. Para a construção desse objeto, alguns referentes são ativados por meio de expressões nominais definidas ao longo da cena – “o espírito do povo brasileiro”, “o brasileiro” e o “corpo blindado” – associadas uma a outra em uma relação meronímica. A associação desses referentes, junto à inserção de uma ilustração, constitui essa cena, como pode ser visto a seguir:

- (VI) Esse é **o espírito do povo brasileiro** que... eu disse lá fora agora fiz uma brincadeira néh que **o brasileiro** tem que ser estudado... **a gente vê às vezes certas comunidades, dá uma chuva o cara fica pulando no rio ali junto com...** ((Pedro Guimarães e o presidente riem)) {alguém diz: leptospirose} **junto com, junto com** o esgoto e o cara **não pega nada** cara ((em tom jocoso)), nem leptospirose ele pega, **não pega nada**, tá certo... mas tudo bem... parece que **o brasileiro** também tem um, tem **o corpo aí blindado** nessa questão aí (Bolsonaro, 26/03/2020).

Para melhor compreender a natureza do que ele chama de “espírito do povo brasileiro” – categorização já apontada por Bentes e Morato (2021) –, Jair Bolsonaro recorre a uma ilustração que, pelo uso da expressão “a gente vê”, parece fazer pressupor um conhecimento compartilhado de ver pessoas de comunidades vulneráveis socioeconomicamente “pulando” no esgoto e não contraírem nenhuma doença. Ele dá ênfase a esse fato ao utilizar a estratégia de repetição retórica para a expressão “não pega nada”. O argumento do locutor finaliza com a conclusão de que o brasileiro “tem o corpo blindado” e, portanto, imune, o que, de acordo com a rede referencial construída, ocorreria em decorrência de seu espírito singular – o que invoca uma construção mental comum que temos de nós mesmos enquanto brasileiros.

Na cena referencial apresentada, o povo brasileiro, sendo um povo especial, segundo o locutor, teria um espírito que torna seu corpo blindado, isto é, protegido de contrair doenças, o que é “comprovado” por ele por uma ilustração advinda de uma experiência prévia compartilhada com os interlocutores e, portanto, sociocognitivamente ancorada – estratégia de legitimação parecida com a que vimos no trecho IV, pela invocação de um contexto comum à cena. Dessa forma, essa construção referencial do brasileiro como forte e imune (Bentes, Morato, 2021) é realizada pelo locutor para contribuir com o argumento defendido por ele de que a pandemia de Covid-19 não deve ser motivo de grandes preocupações, sendo aqueles que

se preocupam “histéricos” e “neuróticos” – conforme ele categoriza nos trechos (V) e (VII), respectivamente – como é o caso da imprensa tradicional brasileira.

Dessa forma, os brasileiros, especialmente os em condição de vulnerabilidade social (moradores de comunidades) e, assim, os que mais precisam de ações assistencialistas do governo, segundo a conceptualização realizada, não precisam se preocupar com a pandemia. E, com isso, podem continuar a viver normalmente, sem necessidade de isolamento social e, por conseguinte, sem políticas públicas do governo.

Com isso, mais uma vez vemos a associação estratégica de elementos do *frame* neoliberal ao modelamento da pandemia de Covid-19. A população do país que corre o risco de ser infectada é conceptualizada como imune ao coronavírus, de modo a, com isso, isentar o governo de arcar com alguma responsabilidade com medidas de prevenção, incentivo a medidas de isolamento social e, principalmente, medidas assistencialistas, como distribuição gratuita de máscaras e repasse de verba para população mais vulnerável socioeconomicamente. Vê-se, portanto, como elemento do neoliberalismo, a defesa da política de austeridade fiscal do Estado e do livre-mercado, visto que, com o “corpo blindado”, as pessoas podem continuar a produzir.

Na cena referencial apresentada no trecho (VII), a seguir, o objeto de discurso é o “*lockdown*”, reativado na fala do locutor por meio da expressão referencial definida “essa neurose de fechar tudo”, recategorizando, dessa forma, a medida como uma reação anormal e exagerada. Após isso, o locutor mais uma vez desqualifica o *lockdown*, enquadrando-o como uma medida sem sucesso devido aos seus efeitos nocivos, como podemos ver a seguir:

- (VII) **Essa neurose de fechar tudo** néh, não tá dando certo... tá... mesma coisa... você sabia que eu posso... se alguém tiver **um câncer, eu posso curar teu câncer?**... MOLE... **eu mato TODAS as células cancerosas tua, eu mato todas... dá o equipamento de...de... quimioterapia... eu QUEIMO TUDO**, tá, se ela é boa se é ruim, **eu queimo tudo...** o que que acontece? Fica pior... tá... é o que tão fazendo... **pra combater o vírus, tão matando o paciente...** ai o pessoal fala "ah, o cara é economia, o cara tá preocupado mais com a economia do que com a vida"... Meu AMIGO sem grana tu morre de fome, cara, morre de depressão, suicídio, vem violência atrás disso... há uma relação direta entre o percentual de pessoas desempregadas e violência, **quanto mais desemprego, maior a violência...** então você pode ver... períodos onde tinha empregos no brasil, 70, 75... 65 a 75 mais ou menos era quase pleno emprego no Brasil, não tinha violência, quase inexistia, quase zero... tive um recado da Damares agora há pouco, nossa ministra da Mulher né, a Damares, que, em alguns locais aí do Brasil aumentou em CINQUENTA PORCENTO a violência contra a mulher... **qual a origem disso?** A origem disso nós sabe qual que é... é **esse tal do confinamento, fica todo mundo em casa, tem problema, é DINHEIRO...** "em casa onde falta pão todos brigam e ninguém tem razão" (Bolsonaro, 26/03/2020).

No começo da cena, para justificar seu posicionamento acerca do *lockdown*, há a inserção de uma questão retórica, a saber, “você sabia que se alguém tiver um câncer eu posso

curar teu câncer?”, recurso que, como aponta Koch (2018), é muito comum no discurso de cunho persuasivo para fazer o interlocutor refletir sobre um assunto. O locutor, a partir dessa questão, insere a explicação de que, com o equipamento de quimioterapia, mataria todas as células da pessoa, cancerígenas ou não, tendo como resultado, a piora do quadro, incorporando, nesse momento, referentes ligados ao contexto de câncer à cena.

Em seguida, após a reativação do referente *lockdown* pela expressão “para combater o vírus estão matando o paciente”, fica evidente a associação de dois domínios do conhecimento feita pelo locutor na cena: o do câncer e o do coronavírus. É possível, a partir de projeções permitidas de serem inferenciadas pela cena, realizar um mapeamento metafórico entre um domínio-fonte, o câncer – doença de conhecimento comum, cuja conceptualização já está enraizada em nosso sistema cognitivo – e um domínio-alvo, a Covid-19 – doença nova, cuja conceptualização não se encontra ainda estabilizada. A partir da estratégia textual-cognitiva de aproximar os dois campos são feitas correspondências ontológicas entre os domínios por meio das seguintes projeções metafóricas e metonímicas:

- a) *lockdown* é a quimioterapia, isto é, um tratamento invasivo, nocivo e abrangente, que age não só sobre as células cancerígenas, mas também sobre as saudáveis;
- b) pessoas saudáveis (fora do grupo de risco e, portanto, que podem trabalhar) são as células saudáveis, que não precisam do tratamento quimioterápico, mas que acabam sendo afetadas por ele;
- c) pessoas do grupo de risco são as células cancerígenas, isto é, aquelas que realmente precisam receber o tratamento quimioterápico;
- d) os efeitos do *lockdown* são os efeitos fatais da quimioterapia, isto é, que afetam não só as células cancerígenas, como também as saudáveis, podendo matar, portanto, o paciente;
- e) o paciente seria a economia, que, sem suas células saudáveis, não pode sobreviver.

Em suma, é incorporado à cena o contexto do tratamento quimioterápico de câncer, destacando os efeitos dele, que já são conhecidos no senso comum por serem extremamente agressivos e a causa de muito sofrimento e até da morte de pacientes. E, não só isso, a partir do recurso referencial da metáfora para aproximar essas duas realidades como semelhantes, o locutor perspectiviza a realidade dos efeitos das medidas de restrição de circulação apontando apenas os negativos, fazendo com que as pessoas passem a enxergá-las, como a quimioterapia, como algo que causa dor e sofrimento e que, por isso, devem ser evitadas.

Vale ressaltar que, ao reativar o referente *lockdown* através da expressão “para combater o vírus, tão matando o paciente”, o texto em questão incorpora o processo de referenciação a

uma metáfora conceptual que veicula o sentido de que tratar uma doença é tido como uma guerra (“combater”). A Covid-19, sobretudo, as medidas de restrição de circulação, é aqui conceptualizada como uma arma que mais mata do que salva pessoas.

Ainda na mesma cena (VII), os efeitos nocivos do *lockdown* passam a ser focalizados por meio do recurso de discurso direto, em que o locutor reproduz o que ele projeta, de forma metaenunciativa, ser a opinião pública de seus opositores sobre seu posicionamento acerca do *lockdown*, que diz respeito à priorização da economia em detrimento da vida das pessoas. Em relação a isso Bolsonaro contra-argumenta através da inserção de uma justificativa por meio da qual é ativada uma série de referentes, que, associados, constituem-se como consequências decorridas da falta de recursos financeiros gerada pelo desemprego advindo do *lockdown*.

Focalizando a origem de uma dessas consequências, o aumento da violência contra a mulher na pandemia, o locutor reativa o referente *lockdown*, dessa vez com a expressão nominal definida “(d)o confinamento”, e toda a cadeia de inferências causais construída em relação às consequências dele (“fica todo mundo em casa, tem problema, é DINHEIRO”). Após apontar essa sequência lógica de acontecimentos causados pelo *lockdown*, o locutor insere uma alusão a um conhecimento prévio através de um enunciado proverbial, “em casa onde falta pão, todos brigam e ninguém tem razão”. Diante disso, é atribuída uma falta de recursos financeiros ao *lockdown*, além de aumento da violência doméstica contra a mulher e de conflitos familiares. Desse modo, assim como na referência à quimioterapia, Bolsonaro reforça a conotação negativa do isolamento social e, assim, mais uma vez, na cena referencial, contribui para a desqualificação da medida preconizada pelas autoridades sanitárias.

Para justificar a conceptualização do desemprego como morte, Bolsonaro enquadra suas consequências negativas no âmbito privado da família, produzindo uma cadeia de causa e efeito que vai da perda de emprego, passa pela depressão e suicídio, até a violência doméstica. Diante disso, o objeto de discurso *lockdown* é construído discursivamente como uma ameaça à integridade da família tradicional, de forma associada a um dos elementos do *frame* neoconservador.

Nessa cena, vemos dois recursos sendo utilizados pelo ex-presidente e que integram o repertório de expedientes linguístico-discursivos de modelamento da pandemia de Covid-19: a falácia, pelo raciocínio falso gerado pelas inferências causais produzidas por referentes trazidos à cena de forma associada ao *lockdown*; e a alusão ao conhecimento prévio de senso comum, que apela para valores morais compartilhados pela audiência, como a empatia, o cuidado, a vulnerabilidade e a integridade da família.

Enquadrando a cena tendo em mente não apenas a materialidade do texto, mas o seu projeto de dizer, vê-se um reforço ao combate ao discurso científico, conceptualizando as ações propostas por ele como as que são realmente danosas à população, sendo aqueles que as tomam e as defendem, na guerra instaurada, os inimigos internos do país (englobados na supercategoria “comunistas”) que devem ser combatidos. Assim, vê-se, em última instância, o elemento-*frame* militarismo anticomunista e, portanto, o *frame* neoconservador, ser incorporado a essa cena referencial.

Na cena referencial seguinte, encaminhando-se para o final da *live*, o objeto de discurso volta a ser os efeitos nocivos do *lockdown*, enquadrado, mais uma vez, no *frame* família, como pode ser visto no trecho a seguir:

(VIII) Mas esse vírus aí, essa onda chegou... VAI PASSAR, agora o que não pode chegar é **uma onda de desemprego em cima de você**, que essa **demora pra passar**, não é só o Brasil que vai para o buraco não, vai **as nossas FAMÍLIAS**, nós precisamos de empregos no Brasil, manutenção... (Bolsonaro, 26/03/2020).

A reativação é feita por meio da expressão nominal definida “esse vírus aí” e, posteriormente, o locutor faz uma recategorização, com a introdução de uma outra expressão nominal definida, “essa onda ((que)) chegou”, referindo-se ao pico de contaminação pelo coronavírus. Ao fazer a recategorização metafórica do vírus referindo-o em termos de “onda”, o locutor conceptualiza-o como um fenômeno passageiro, o que fica evidente, posteriormente, com a predicação utilizada de modo enfático “vai passar”.

Em paralelo, Jair Bolsonaro reativa uma das consequências do *lockdown*, o desemprego, focalizando-o através da expressão nominal indefinida “uma onda de desemprego em cima de você”, que é o que deve ser evitado, porque, como ele predica, essa, diferente da anterior, demora a passar. Assim, é construída uma cena referencial em que há duas ondas, uma passageira (a covid-19) e outra que gera maiores danos (o desemprego), e, por isso, deve ser evitada. Diante disso, mais uma vez é reforçada, a partir da utilização dessas metáforas, a argumentação do ex-presidente em torno da minimização da letalidade da covid-19 e a focalização da gravidade de seus efeitos na economia, com o objetivo de retomar o livre-mercado (elemento do *frame* neoliberal).

Em seguida, é inserida, como justificativa para que se evite uma onda de desemprego, a consequência de que isso levaria não só o Brasil – aqui, em termos econômicos, devido ao endividamento –, como também a família, à qual ele se refere utilizando uma expressão nominal definida, “as nossas FAMÍLIAS”. Com isso, fica evidente a associação do *lockdown*, elemento do modelamento sociocognitivo e discursivo da pandemia, ao *frame* neoconservador, por meio

da referência desse elemento como uma ameaça ao indivíduo (“Você”) e à família tradicional pressuposta pela inclusão do próprio Bolsonaro, conhecido defensor dessa concepção de constelação familiar, nesse conjunto (“nossas famílias”).

Assim, o interlocutor preferencial, para quem se dirige Bolsonaro, pela projeção retórica feita por ele revelada nas escolhas linguísticas, mostra-se aqui, mais uma vez: mulheres e homens adultos, em idade produtiva, com características socioculturais conservadoras.

### 7.1.2 *Live* de 14 de maio de 2020

A *live* de quinta-feira transmitida no dia 14 de maio de 2020 tem como participantes, além da intérprete de Libras Elisângela, o presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães, que podem ser vistos na Figura 12, a seguir. Nela são discutidos vários temas, sendo as cenas referentes aos objetos do discurso consequências do *lockdown* e tratamento precoce destacadas nos trechos a serem analisados.

Figura 12 – Jair Bolsonaro, a intérprete de Libras e Pedro Guimarães na *live* de 14 de maio de 2020



Fonte: Acervo da autora.

Na primeira cena selecionada, o objeto construído discursivamente a ser ressaltado diz respeito às consequências do *lockdown*. A cena tem início quando o locutor apresenta uma notícia, e, a partir dela, ativa os referentes “crianças sem ir para a escola”, “*lockdown*” e “mortalidade infantil”, aproximando esses contextos que, a princípio, são distantes para, assim, construir o objeto de discurso pretendido, como pode ser visto no trecho (I):

- (I) Algumas notícias aqui... essa questão do vírus... a Unicef acabou de divulgar que temos hoje em dia **780 milhões de crianças fora da sala de aula** e os

**travamentos indiscriminados** que estamos tendo na questão da pandemia que são **essas quarentenas, lockdowns...** podem contribuir para que se aumente 45% **a mortalidade infantil** no mundo (Bolsonaro, 14/05/2020).

Logo após trazer à cena a ideia de que as crianças não estão indo à escola, por meio da expressão nominal definida, “780 milhões de crianças fora da sala de aula”, o *lockdown* também é ativado pela expressão “os travamentos indiscriminados”, recategorizando esse referente sob dois enquadramentos. Primeiro, de que ele representa um travamento, o que, de acordo com o dicionário Aulete digital, significa “dificultar ou impedir movimento, funcionamento de; obstruir”<sup>5</sup>. E o segundo, pelo adjetivo “indiscriminados”, que, com função de modificador, atua adicionando uma característica ao travamento, no caso, a de “que não faz ou em que não há distinção, diferenciação (entre elementos de um grupo, conjunto, série etc.)”<sup>6</sup>.

A partir do enquadramento realizado na cena, o locutor conceptualiza o objeto *lockdown* como uma medida tomada (pelos governadores e prefeitos) sem fazer distinção entre os diferentes quadros de contaminação e mortes locais. Como efeito dessa medida, aparece na cena, por associação indireta, o fato apresentado pela notícia de que as crianças estão fora da escola. Com isso, vê-se não só o *frame* família sendo novamente invocado, como também um conhecimento do senso comum acerca do direito da criança de ir para a escola, o que estaria sendo infringido pelo *lockdown* e, em última instância, por aqueles que têm o poder de tomar essa medida (como os governadores e os prefeitos, contra os quais se coloca Bolsonaro).

Ao fim da cena (trecho (I)), o locutor reativa o referente acionado anteriormente relacionado às crianças que estão sem ir para a escola, por meio de uma anáfora indireta que se refere ao aumento da mortalidade infantil. Segundo a correlação feita pelas inferências causais produzidas pela associação indireta feita aos referentes, o *lockdown*, ao travar o funcionamento da vida e ser feito de forma indiscriminada, produziu as seguintes consequências: fechou as escolas, fazendo com que milhões de crianças estejam fora das instituições educacionais, o que teria aumentado a mortalidade infantil (e aqui Bolsonaro não explica a relação de causa-efeito entre esses dois últimos fatores). Dessa forma, a rede referencial é construída tendo por base, mais uma vez, um argumento falacioso, de modo que o objeto de discurso “*lockdown*” é conceptualizado como a causa do aumento da mortalidade infantil, e assim, como uma ameaça à família (*frame* neoconservador).

Em última instância, dentro do modelamento sociocognitivo e discursivo da pandemia, de acordo com essa cadeia referencial, a intenção parece ser desqualificar a medida, a partir da

<sup>5</sup> [Dicionário Online - Dicionário Caldas Aulete - Significado de travar](#)

<sup>6</sup> [Dicionário Online - Dicionário Caldas Aulete - Significado de indiscriminado](#)

rede referencial construída acerca das consequências nefastas e indesejáveis do *lockdown*, caracterizado como uma medida irresponsável e danosa à família. Desse modo, pode-se observar que, há, nessa cena, a incorporação do *frame* neoconservador pelo militarismo anticomunista, na medida em que a defesa do isolamento vertical é realizada pelo combate ao isolamento horizontal.

As consequências negativas do *lockdown* continuam sendo objetos do discurso de Bolsonaro na live, dessa vez, relacionadas à contração de doenças, como visto na cena referencial, apresentada no trecho a seguir.

- (II) Alguns falam ainda "ah, o cara está pensando em economia e não na vida"... não, **economia e emprego é vida**... você ganhando mal ou não ganhando, você tem **um problema**. Vai faltar **comida na sua casa**, você vai ter um **organismo mais enfraquecido, mais propenso a contrair outras doenças**... então é tratar com **responsabilidade a questão da vida** e a **questão do desemprego** também (Bolsonaro, 14/05/2020).

Mostrando-se um recurso recorrente do modelamento sociocognitivo e discursivo da pandemia empreendido por Bolsonaro, mais uma vez é utilizada a intertextualidade, marcada metaenunciativamente pelo discurso direto, para construir a referência do que ele projeta ser a opinião pública da oposição acerca de seu posicionamento contrário ao *lockdown*. Logo em seguida, apresenta um contra-argumento, predicando os referentes “economia” e “emprego” como “vida”, isto é, que a vida das pessoas se resume a emprego e economia – pondo em evidência o que, de fato, representa o sujeito para o neoliberalismo. Essa afirmação, em seguida, é explicada pelo locutor por meio da inserção da justificativa de que “você ganhando mal ou não ganhando, você tem um problema”. Desse modo, há aqui a redução da existência do sujeito ao quanto ele produz, e, assim, ao *frame* neoliberal pelo elemento-*frame* produtividade.

A expressão nominal indefinida “um problema” é ativada de forma associada a uma consequência de ganhar pouco ou não ganhar, e, adiante, é definida pelo locutor, pela associação dela a uma rede referencial com relações de causa e efeito. Assim, o pouco ou a falta de dinheiro gera falta de comida, subnutrição ou desnutrição e, como resultado, tem-se “um problema” que, na cena referencial, é construído como a propensão a contrair outras doenças, subentendendo-se a baixa imunidade.

Diante disso, em um argumento falacioso – recurso comum a esse modelamento –, o *lockdown* é conceptualizado, nessa cena, como causa do desemprego e da baixa imunidade das pessoas e propensão a contrair outras doenças. Mais uma vez, tem-se um problema coletivo sendo colocado na esfera individual do sujeito (*frame* neoliberal). Assim, de acordo com essa construção discursiva e sociocognitiva, as consequências negativas do *lockdown* seriam

maiores do que a prevenção da Covid-19, focalizando a infecção por outras doenças como problema mais urgente.

Na cena referencial apresentada no trecho (III), a seguir, o locutor utiliza a estratégia de inserção de ilustrações recorrendo a um contexto familiar de cuidado, para defender o tratamento sem comprovação científica com hidroxicloroquina, objeto de discurso em jogo.

- (III) Eu quero deixar **um testemunho** aqui... minha mãe está com 93 anos... **se um irmão meu, uma irmã, falar "olha, deu positivo para ela"**, se bem... eu... meus irmãos já me acompanham sabe o que que eu penso... **nós vamos partir para cloroquina**... achar um médico lá -- que **tem muito médico favorável** -- para receitar e **entrar na cloroquina imediatamente**... não tem que esperar... logicamente, minha mãe está **bastante idosa**, espero que ela viva ainda mais uns 50, mais uns cinquentinha está bom demais. (Bolsonaro, 14/05/2020).

Como vemos no trecho, essa ilustração é introduzida pelo locutor através do uso da expressão nominal indefinida “um testemunho”, isto é, um depoimento ou uma declaração fundamentada, que carrega consigo uma simbologia referente ao discurso religioso cristão, acerca da dimensão do milagre. Dessa forma, o uso dessa expressão é responsável por ativar um *common ground* referente ao campo religioso, um dos elementos do *frame* neoconservador.

Tendo dito isso, analisando o contexto sociocognitivo (Van Dijk, 2012) invocado pela ilustração, nele há como participantes Bolsonaro, os irmãos e a mãe idosa que estaria doente com a Covid-19. Tendo os primeiros o papel de cuidadores, e a mãe de dependente. Em nome de sua família (“nós”), utilizando o recurso retórico de repetição “vamos partir para cloroquina” e “entrar na cloroquina imediatamente”, o ex-presidente deixa claro que há um consenso em sua família, entre ele e seus irmãos (demonstrando uma família unida e, portanto, estruturada segundo os padrões tradicionais), de que se a mãe deles (predicada como “bastante idosa”, intensificando sua inserção no grupo de risco) contrair a covid-19, eles irão tratá-la com a hidroxicloroquina.

Ao construir a referência do tratamento precoce associada a algo da ordem do cuidado familiar que se deve ter com os membros mais vulneráveis da família (*frame* neoconservador), o ex-presidente incorpora uma atitude que é valorada positivamente pela comunidade moral conservadora, de modo à adesão ao tratamento precoce ser aceita por esse motivo. Além disso, a construção de sentido também tem incorporada a ela valores enraizados socialmente pela racionalidade neoliberal, relacionados ao fato de que o sujeito, entendido como uma empresa, deve ser autossuficiente e solucionar seus próprios problemas de modo eficaz (*frame* neoliberal). Fazendo isso, a solução de um problema de saúde pública é transferida para a esfera privada da família, o que serve aos princípios neoliberais de Estado mínimo.

Vale salientar também que, em meio à argumentação, o ex-presidente alude a uma informação segundo a qual existem muitos médicos favoráveis ao controverso remédio que anuncia como eficaz (hidroxicloroquina). Dessa maneira, é apontado que não há um consenso no campo médico ou farmacêutico a respeito dele, o que pode gerar falta de confiança no discurso científico de combate à pandemia.

### 7.1.3 *Live* de 9 de julho de 2020

Na *live* de quinta-feira transmitida no dia 09 de julho de 2020, o presidente aparece, excepcionalmente, sozinho (Figura 13), porque dois dias antes, segundo sua informação, recebeu o resultado positivo para a Covid-19<sup>7</sup>. Assim, por estar infectado pelo coronavírus, não pôde contar com as tradicionais presenças de seus convidados e de sua intérprete de Libras.

Figura 13 – Jair Bolsonaro sozinho na *live* de 09 de julho de 2020



Fonte: Acervo da autora.

Na *live*, são discutidos vários temas, sendo as cenas referenciais, nos trechos a serem analisados, relacionadas aos seguintes objetos de discurso: tratamento precoce, *lockdown* e desemprego, auxílio emergencial e endividamento do governo. Em relação ao primeiro, o tratamento precoce, vale salientar que ele é tratado com certa peculiaridade na *live* em questão, pois a discussão é pautada na experiência própria do locutor, o presidente Jair Bolsonaro, que está fazendo uso da hidroxicloroquina (cuja embalagem pode ser vista sobre sua mesa, na Figura 13).

---

<sup>7</sup> [Bolsonaro anuncia resultado positivo de teste de Covid-19 e diz que está 'perfeitamente bem' | Política | G1 \(globo.com\)](https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/07/09/bolsonaro-anuncia-resultado-positivo-de-teste-de-covid-19-e-diz-que-esta-perfeitamente-bem.ghtml)

A cena referencial apresentada no trecho (I), a seguir, tem como foco a referenciação do objeto tratamento precoce, que é feita a partir do compartilhamento pelo locutor de sua experiência com ele.

- (I) (...) Dor muscular, dor no fundo dos olhos e, por volta das 17 horas, tomei um comprimido da cloroquina, [porque] é **um direito meu** devidamente **orientado pelo médico**, eu recomendo que você faça a mesma coisa **caso** queira, **caso** tenha, [caso] sinta sintomas né? **Sempre orientado pelo médico** (Bolsonaro, 09/07/2020).

Observamos, na cena, que o ato de tomar o medicamento descrito pelo relato do locutor é nominalizado pela expressão nominal indefinida “um direito meu”, que, na construção textual, emerge incorporada à estratégia de inserção de justificativa. Esse ato, após ser recomendado pelo presidente, é modalizado pela estratégia de repetição saneadora “orientado pelo médico” e “caso”, repetindo condições para que seus interlocutores tomem o medicamento, eximindo-se, assim, da responsabilidade pela recomendação.

A opção por tomar a hidroxicloroquina é conceptualizada, portanto, nessa cena referencial, como um direito (individual). Ao optar por essa perspectiva sobre a adesão ao tratamento precoce, Bolsonaro baseia-se nas normas sociais referentes à democracia liberal, de acordo com as quais, segundo Bobbio (2006 *apud* Vitullo; Scavo, 2014), só é possível o exercício do poder democrático pelo indivíduo se o Estado garantir a ele o direito à liberdade. É dessa forma que a conceptualização serve como justificativa, pois, se a adesão ao tratamento precoce é tratada como um direito à liberdade individual de escolha, ele não pode ser violado, pois feriria os princípios da democracia liberal, o que aproximaria nosso país de um regime totalitário em que as pessoas não têm liberdade.

Diante disso, a construção discursiva do objeto de discurso “tratamento precoce” tem, a ela associados, elementos do *frame* neoliberal e neoconservador. O primeiro diz respeito ao tratamento de uma doença pandêmica ser conceptualizado no campo do indivíduo, como um direito individual (“meu”), uma questão de escolha e de validação individual, e não coletiva, como seria a realizada por instituições de pesquisa que comprovariam ou não sua eficácia e pela aprovação ou não de uso feita por órgãos sanitários de regulação do Estado, como a Anvisa. Além do individualismo, essa conceptualização é centrada em outros elementos do *frame* neoliberal: a autossuficiência e a liberdade.

Incorporando essa cena ao modelamento construído, é possível apontar que a justificativa também se ancora no militarismo anticomunista (*frame* neoconservador). Isso porque, ao construir o objeto de discurso “tratamento precoce” como um direito à liberdade, a ameaça a ele (realizada pelo discurso científico, ditos comunistas) configura uma ameaça à

própria liberdade. Devido a isso, a defesa ao direito à liberdade, valor ameaçado pelos “comunistas”, serve como justificativa moral para a comunidade de interlocutores que escuta o presidente.

Na cena a seguir, o tratamento precoce mais uma vez é objeto de referência, dessa vez, associado ao sentimento de urgência que está envolvido no contexto de guerra, invocado pelo locutor por meio da inserção de uma ilustração.

- (II) Lá atrás na **guerra do pacífico** né... O soldado chegava ferido, sangrando, precisando de uma transfusão e não tinha sangue para fazer transfusão nele... O que foi que fizeram naquela época? Começaram a injetar, não sei como, água de coco na veia aí do soldado que havia perdido muito sangue e **DEU CERTO... Se fosse esperar uma comprovação científica quantos não teriam morrido naquela época? É A MESMA COISA...** Nós temos **relatos de centenas** de médicos pelo Brasil e [relatos de] **centenas e centenas** de pessoas que foram infectadas, foram tratadas com isso e **DEU CERTO**. Então, **quem não quiser tomar a cloroquina** que não tome! Agora não fica aí **querendo proibir**, né, as pessoas que, porventura, queiram tomar (Bolsonaro, 09/07/2020).

Na cena referencial, primeiramente, o locutor utiliza a estratégia de inserção de ilustração para instaurar um contexto à cena, que tem como lugar a Guerra do Pacífico (conflito travado entre Chile, Bolívia e Peru na segunda metade do século XIX); como participantes, um soldado gravemente ferido e seus companheiros; e, como ação, o ato de injetar água de coco na veia para curá-lo. Com essa estratégia, Jair Bolsonaro traça uma analogia com o tratamento precoce, em que a espera pela comprovação científica é conceptualizada como risco de morte. Assim, baseando-se, como na *live* anterior, no sentimento de empatia e de urgência proporcionado pela invocação do contexto e, assim, no compartilhamento de perspectiva que ele possibilita ao ouvinte, é construída uma justificativa moral segundo a qual tomar hidroxicloroquina significa proteger-se do risco de morte causado pela espera de uma comprovação científica.

Vale salientar também que a estratégia verificada aproxima dois campos da experiência, o da Covid-19 e o da guerra, colocando a hidroxicloroquina como um remédio que salvaria soldados, em um contexto precário e sem muitas opções de assistência médica, como o é o de uma guerra e, por inferência, o da pandemia. Fazendo isso, o locutor convida o interlocutor a colocar-se em um contexto subjetivo de situação de exceção marcado, portanto, pela urgência.

Somado ao argumento da urgência, o locutor introduz, ainda no trecho (II), o referente “relatos de centenas de médicos” e “[relatos] de centenas de pessoas que foram infectadas”, que foram tratadas com hidroxicloroquina e a experiência foi bem-sucedida. Esses relatos individuais também são introduzidos como justificativas para argumentar a favor da adesão ao tratamento precoce, estando seu valor moral na importância que tem a experiência na

construção da verdade na cultura contemporânea, o que Monari e Sacramento (2020) chamam de *autoridade experiencial*<sup>8</sup>.

A autoridade experiencial é apresentada nas cenas referenciais da *live* em questão em torno do tratamento precoce a partir da emergência, na fala do presidente, dos seguintes relatos: do seu próprio, da ilustração da guerra do pacífico, dos médicos e dos infectados. Esses relatos individuais são todos bem-sucedidos, predicação que o locutor enfatiza ao utilizar a estratégia de repetição retórica da expressão “deu certo” e o recurso suprasegmental de entonação enfática. Essa cadeia referencial evoca o *frame* do neoliberalismo, não apenas pela dimensão individual do relato, mas também pelo elemento do *sucesso*, quando se *investe* em determinado produto, neste caso, a hidroxicloroquina (elementos comuns à racionalidade neoliberal).

Ao final da cena referencial trazida no trecho, o locutor, através do uso dos pronomes “quem” junto à predicação “não quiser tomar a cloroquina que não tome”, projeta um interlocutor que seria seu opositor, que o “proíbe” de exercer seu direito de tomar a hidroxicloroquina para tratar-se da Covid-19. Com isso, ele evoca para a cena um inimigo real ou imaginário, que, nesse caso, são todas as instituições contrárias ao uso da hidroxicloroquina. A instauração de uma batalha entre o “eu” e o “outro”, que, neste caso, representam, respectivamente, os favoráveis e os contrários ao tratamento precoce, evoca, portanto, na cena referencial, o *frame* neoconservador a partir do elemento de militarismo anticomunista.

Partindo para a próxima cena referencial, apresentada no trecho a seguir, nela, os efeitos negativos das medidas de isolamento social são mais uma vez o objeto de discurso. Na construção empreendida, é focalizado o desemprego como uma consequência gerada pelo modo de enfrentamento defendido pela imprensa.

- (III) **A imprensa**, sei que tem gente aí assistindo com o olhar de lince, né, com lupa, esperando uma palavra minha pra dar manchete na imprensa amanhã. **Vocês batiam** muito em mim no passado quando eu falava que **o efeito colateral do combate ao vírus** não pode ser **mais danoso** do que **o próprio vírus**, que é **a questão da destruição de empregos**, que tivemos ao longo desses três, quatro meses no Brasil... **Uma destruição fantástica**, né, de empregos no Brasil (Bolsonaro, 09/07/2020).

A cena é iniciada pela ativação do referente “imprensa”, que, como sabemos, no contexto da retórica bolsonarista corresponde a um de seus “inimigos comunistas”. O locutor, ao associar o referente ao “olhar de lince” (expressão popular utilizada para referir-se a um olhar aguçado, que não deixa nada passar despercebido) e a “lupa”, enquadra-o como críticos contumazes a ele e ao que diz. Após isso, o ex-presidente retoma o referente “imprensa” pelo uso do pronome “vocês” (o outro) e atribui a ela a ação de que “batiam muito em mim no

---

<sup>8</sup> Conforme vimos no Capítulo 4 desta dissertação.

passado”, instaurando, assim, uma cena de batalha, que remete à guerra cultural. Com isso, pode-se perceber o *frame neoconservador*, pelo elemento do militarismo anticomunista.

Em seguida, o objeto de discurso entra em cena com a ativação do referente desemprego, recategorizado como “o efeito colateral do combate ao vírus”, sendo, por sua vez, a expressão nominal que compõe a recategorização, “(d)o combate”, utilizada para referir-se às medidas de enfrentamento ao coronavírus. Neste ponto da cena, podemos notar um empreendimento metafórico sendo realizado de duas maneiras.

A expressão nominal como um todo mobiliza a metáfora conceptual já verificada por Vereza (20113) e Rocha e Curti-Contessoto (2021), COMBATER A PANDEMIA/O VÍRUS/COVID-19 É LUTAR EM UMA GUERRA, em que o domínio-fonte é a guerra e o domínio-alvo é o enfrentamento à Covid-19; mas não só isso, o empreendimento utilizado permite a projeção de um mapeamento metafórico em que o combate ao vírus, isto é, o isolamento social, é o medicamento, e o desemprego o efeito colateral dele e, portanto, algo negativo e não desejado, que, como o próprio locutor predica, não pode ser maior que a doença que o medicamento tenta combater (o vírus). Colocados em uma hierarquia, os efeitos do *lockdown* na economia são conceptualizados como mais danosos do que os do coronavírus na saúde.

Dando prosseguimento ao tópico discursivo, o mesmo referente é mais uma vez reativado por outra expressão nominal definida, “a questão da destruição de empregos”. O modificador “destruição” chama atenção pela predicação semântica que confere ao referente. Recorrendo ao banco de dados de *frames* do *Framenet* Brasil, ao procurar pelo *frame* DESTRUIR, encontramos a seguinte definição, apresentada na Figura 14:

Figura 14 – Definição do frame DESTRUIR

### Destruir

**Definição**

Um **Destruidor** (uma entidade consciente) ou uma **Causa** (um evento, ou uma entidade envolvida em tal evento) afeta o **Paciente** negativamente, de forma que o **Paciente** não mais exista.

**Exemplo(s)**

**Elementos de Frame Nucleares**

**FE Core:**

<b>Causa [Cause]</b>	O evento ou entidade responsável pela destruição do <b>Paciente</b> .
<b>excludes:</b> Destruidor	
<b>Destruidor [Destroyer]</b>	A entidade consciente, geralmente uma pessoa, que realiza a ação intencional <b>semantic_type:</b> @sentient que resulta na destruição do <b>Paciente</b> .
<b>Paciente [Patient]</b>	A entidade que é destruída pelo <b>Destruidor</b> .

Fonte: *Framenet* Brasil.

Ativar o referente desemprego com a predicação “destruição” implica, mais uma vez, além da associação à experiência de guerra, visto que é uma das consequências dela, também a existência de um destruidor. Isto é, conforme o *Framenet*, uma entidade consciente que realiza a ação de destruir intencionalmente, resultando na destruição do paciente, neste caso, os empregos. Assim, através dessas escolhas textuais, é reforçada a disputa entre o locutor, que havia avisado sobre a importância de se pensar nos empregos no combate à pandemia, e a imprensa, destruidora dos empregos. Reforça-se, também, portanto, uma associação ao *frame* neoconservador.

A focalização na destruição continua, no trecho (III), com a reemergência dele pela expressão nominal indefinida “uma destruição fantástica”, em que a predicação “fantástica” intensifica a destruição de empregos causada pelos inimigos do presidente na batalha pelos modos de enfrentamento à pandemia. Isso intensifica, também, a culpa dos responsáveis por essa destruição, isto é, seus oponentes e inimigos internos do país.

A seguir, na cena referencial apresentada no trecho (IV), ainda focalizando a destruição de empregos, o locutor direciona-se ao interlocutor, pedindo que ele assuma a perspectiva de um “chefe de família” que perdeu o emprego. A partir da invocação de um contexto em que cria uma cena subjetiva, o locutor consegue direcionar a atenção dos interlocutores para uma perspectiva particular da cena, a do chefe de família, o que fica evidenciado pela introdução da cena “se coloque no lugar daquele chefe de família”.

- (IV) **Se coloque no lugar** daquele **chefe de família** que ganhava, por exemplo, dois mil por mês, tem dois, três filhos, e perdeu o emprego, e sabe de hoje em dia a dificuldade para arranjar emprego. É quase impossível arranjar emprego hoje em dia (Bolsonaro, 09/07/2020).

Diante disso, através essa cena, Bolsonaro projeta que seus interlocutores compartilham entre eles um *cultural common ground* (Tomasello, 2019) conservador, que prevê o conceito de família estruturado em um modelo patriarcal, o qual é centrado no pai como provedor. Com isso, o locutor pretende compadecer o seu interlocutor que, por compartilhar dos mesmos valores que a perspectiva apresentada, consegue imaginar-se, de fato, nessa realidade perspectivada e, assim, sentir-se ameaçado pela destruição de empregos causada pelo *lockdown* apoiado pelos oponentes do presidente, que passam a ser seus também (*frame* neoconservador pelo militarismo anticomunista). Assim, percebe-se a associação de um *common ground* referente à família patriarcal, e, por conseguinte, do *frame* neoconservador à conceptualização do *lockdown*.

Se até então, na *live*, o oponente referenciado havia sido apenas a imprensa, os governadores e prefeitos passam também a ser conceptualizados como tais na cena referencial seguinte (trecho (V)), que tem como objeto de discurso as medidas assistencialistas oferecidas durante a pandemia pelo governo federal.

- (V) **O governo** não tem como manter **esse auxílio emergencial** por muito tempo, que por mês custa, aproximadamente, **pra você**, 50 bilhões de reais. Não podemos nos endividar tanto assim. **Isso não é dinheiro que tava no cofre** ou em algum lugar, é **endividamento** por parte do governo. Então, eu espero que **os senhores governadores, senhores prefeitos**, de forma **responsável como eles são**, comecem a abrir o comércio o mais rapidamente possível, com a responsabilidade que é peculiar a todo mundo, porque, caso não os problemas vão se agravar e muito no Brasil (Bolsonaro, 09/07/2020).

O referente governo é ativado para falar do auxílio emergencial<sup>9</sup>. Após afirmar que não tem como manter, por muito tempo, o auxílio devido aos custos para a população, referida com o uso de pronome pessoal “você”, o locutor reativa o referente auxílio emergencial pelas anáforas indiretas “dinheiro que tava no cofre” e, logo em seguida, por “endividamento”.

Com a associação desses referentes, o locutor constrói o objeto de discurso da cena “auxílio emergencial” como gasto que causa endividamento; e, como uma estratégia para que o interlocutor melhor compreenda a gravidade do argumento, aponta o próprio interlocutor como dono do dinheiro que está sendo gasto. Assim, uma questão pública é trazida para o âmbito privado, fazendo com que o interlocutor perspective a realidade do endividamento estatal como o endividamento dele próprio, e, portanto, privado.

Divulgar a crença do Estado como endividado e incapaz de arcar com problemas coletivos é uma estratégia bastante utilizada pelo neoliberalismo. Ao retratar o Estado como ineficiente, são oferecidas soluções de mercado para os problemas (Guilbert, 2021; Brown, 2006), e, assim, é favorecido o livre mercado. Desse modo, vê-se na construção do objeto de discurso auxílio emergencial, uma associação ao *frame* neoliberal.

Por fim, ainda no trecho (V), se o auxílio emergencial está causando o endividamento, o que está tornando necessário o auxílio emergencial são as medidas de isolamento social, como o *lockdown*, as quais, por decisão do Supremo Tribunal Federal, são responsabilidade dos estados e municípios e, portanto, de governadores e prefeitos. Essa relação fica evidente no final da cena referencial apresentada no trecho (V), quando os prefeitos e governadores são predicados com “senhores” e “responsáveis”, duas predicções que apontam para o sentido de certo respeito, e, assim, reforçam a responsabilidade deles quanto ao *lockdown*, ao desemprego e ao endividamento do Estado.

---

<sup>9</sup> Como vimos no Capítulo 3, consiste no programa assistencialista criado pelo governo federal durante a pandemia para o repasse de verbas para famílias em situação de vulnerabilidade social.

Com isso, mais uma vez, a cena referencial é construída de forma ao referente em foco ser conceptualizado de forma incorporada a uma batalha criada pelo locutor entre um “nós” (ele e os interlocutores) e um “eles” (os comunistas, neste caso, a imprensa, os governadores e prefeitos) que se ancora no militarismo anticomunista próprio ao *frame* neoconservador.

#### 7.1.4 *Live* de 10 de dezembro de 2020

Na *live* de quinta-feira transmitida no dia 10 de dezembro de 2020, o presidente aparece, conforme mostra a Figura 15, acompanhado, além da intérprete de Libras, Elisângela Ramos, dos seguintes convidados: Geraldo Melo, presidente do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), à esquerda de Bolsonaro; e Naban Garcia, Secretário de Assuntos Fundiários, à direita. Um outro homem aparece na *live*, mas ele não foi identificado, nem anunciado pelo presidente como convidado.

Figura 15 – Jair Bolsonaro, intérprete de Libras e convidados na *live* de 10 de dezembro de 2020



Fonte: Acervo da autora.

Na *live*, são discutidos vários temas, sendo as cenas referenciais, que recuperamos nos trechos a serem analisados, referentes aos seguintes: *lockdown* e desabastecimento, classificação da resposta do Brasil à pandemia, medidas assistencialistas e endividamento, e tratamento precoce.

A primeira cena referencial selecionada tem como objeto de discurso o *lockdown* e seus efeitos, como pode ser visto a seguir, no trecho (I).

- (I) O assunto é muito bom porque **interessa a todo mundo**, não é apenas ao **homem do campo**, porque tudo o que interessa ao campo tem reflexo na cidade... imagina se **o pessoal do campo** tivesse FICADO EM CASA, nós não teríamos... -- **algum reajuste, alguma inflação**... lógico, não gostamos, mas aconteceu --, mas acabaríamos tendo, tendo **algo pior** que é o **desabastecimento** (Bolsonaro, 10/12/2020).

É possível observar que, logo no início, o locutor, antes mesmo de definir do que se trata “o assunto”, predica-o como interessante “a todo mundo”, dando relevância a ele e, assim, chamando a atenção do interlocutor para a cena. O assunto, relacionado ao âmbito rural – o que condiz com a escolha dos convidados –, diz respeito ao referente “o homem do campo”, retomado como “pessoal do campo”, não ter aderido às políticas de isolamento social, de modo a continuar a trabalhar.

O locutor, através da expressão “imagina se”, convida o interlocutor a tomar a perspectiva de um contexto intersubjetivo hipotético criado na cena de atenção conjunta, em que o participante “homem do campo” teria aderido às políticas de isolamento (“ficado em casa”) e não ido trabalhar. Isso, segundo o locutor, teria causado “o desabastecimento”, expressão nominal definida que é predicada por outra, “algo pior”, fazendo referência aos outros referentes antes acionados, “reajuste” e “inflação”, acerca dos preços dos alimentos, fatos do contexto real da pandemia.

A partir dessa cena, é possível conceber que a decisão individual do homem do campo de insistir em trabalhar em vez de ficar em casa fez com que o pior não acontecesse: o desabastecimento. Pensando no modelo sociocognitivo e discursivo da pandemia de Covid-19 construído por Jair Bolsonaro analisado até este momento, é possível associarmos essa cena referencial ao princípio do direito à liberdade – também utilizado por ele, como visto anteriormente (trecho (I) da *live* do dia 09 de julho), para conceptualizar a adesão ao tratamento precoce –, que evoca, ao mesmo tempo, o *frame* neoliberal e o *frame* neoconservador.

Além disso, na cena, a produção de alimentos é perfilada como uma questão de responsabilidade do homem do campo, e, portanto, individual, quando, na verdade, envolve uma cadeia de produção complexa, com múltiplos agentes. A produção de alimentos, longe de ser um problema impactado por uma escolha individual, é um problema coletivo, tendo, inclusive, o Estado responsabilidade sobre ele, pois poderia ter evitado a fome causada pela má distribuição de alimentos nesse período, com políticas que intervissem no livre mercado de exportações, praticado no Brasil de forma tão feroz durante a pandemia (ver Capítulo 3).

Tendo isso em vista, vemos que no trecho (I) a construção de sentido realizada na cena referencial põe em jogo uma batalha entre duas visões opostas, uma que defende o “fique em casa” e outra que defende a liberdade individual de escolha. A primeira, se seguida, causa o

desabastecimento de alimentos, levando a população inteira à fome; e a segunda, leva à elevação da inflação e reajuste dos preços dos alimentos, portanto, um dano menor, pois ainda haveria alimentos nas prateleiras para quem puder comprar.

Na próxima cena referencial, o objeto de discurso é a postura do Brasil frente à pandemia, focalizada a partir da expressão nominal definida “o enfrentamento à Covid-19”, depois recategorizada como “a resposta rápida e considerável resposta do governo brasileiro à Covid-19”, como visto no trecho (II), a seguir:

- (II) "O Brasil é destaque no relatório da OCDE" tá ((volta a ler)) "que avalia aqui a projeção das maiores economias do mundo **no enfrentamento à covid**" e também o FMI classificou no início desse mês néh como ((lendo a mesma folha)) "**rápida e considerável a resposta do governo brasileiro à covid-19**" ((coloca a folha na mesa). Quando se fala em FMI e OCDE, logicamente isso é muito mais voltado para a economia, O Brasil foi **um dos países que melhor se saiu no tocante ao combate aí a... ao covid** levando-se (ai em consideração) a QUESTÃO ECONÔMICA (...) (Bolsonaro, 10/12/2020).

No caso das duas expressões nominais escolhidas, ambas, pelos referentes “enfrentamento” e “resposta”, evocam o *frame* CONFRONTAR PROBLEMA, cuja descrição do *Framenet* Brasil pode ser vista a seguir, na Figura 16:

Figura 16 – Definição do frame CONFRONTAR PROBLEMA

### Confrontar\_problema

**Definição**

Um **Agente** se envolve em um **Problema** que tem consequências negativas para ele. O **Agente** normalmente tomará uma atitude para resolver o **Problema**.

**Exemplo(s)**

**Elementos de Frame Nucleares**

**FE Core:**

**Agente [Agent]**  
**semantic\_type:** @sentient      O **Agente** é a pessoa que está agindo para lidar com o **Problema**.

**Problema [Issue]**  
**semantic\_type:** @state\_of\_affairs      Identifica o **Problema** com o qual o **Agente** lida.

Fonte: *Framenet* Brasil (2023).

Com a incorporação desse *frame* à cena, o governo do Brasil, de Jair Bolsonaro, é conceptualizado como o agente que, no combate, toma uma atitude para resolver o problema, no caso, a pandemia de Covid-19. O governo é, assim, um agente ativo, cuja ação contra o problema foi “rápida e considerável”, e, portanto, positiva, como é predicada a resposta na expressão nominal definida verificada no trecho. O Brasil também é referenciado, na cena, de

maneira positiva, por meio da expressão nominal indefinida “um dos países que melhor se saiu no tocante ao combate ao covid”.

Essas avaliações, realizadas pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e FMI (Fundo Monetário Internacional), instituições basilares do neoliberalismo, que o presidente apresenta na forma de intertexto, ao ler os títulos do que parecem ser reportagens, como ele mesmo explica, dizem respeito à postura que o governo brasileiro vem desempenhando em termos econômicos, correspondendo, portanto, a um perfilhamento da realidade. Ocorre que a emergência dessas avaliações na cena referencial produz, ao menos dois efeitos: reduz a pandemia a um problema econômico, com soluções também econômicas – convergindo com a construção referencial do objeto de discurso “vida” que vimos na live 14 de maio (trecho (II)) –; e valida as ações tomadas pelo governo, ao tomá-las como positivas, mostrando que, mesmo sendo impopulares para uma parte da população, elas estão tendo sucesso.

A postura do governo federal no combate à pandemia é conceptualizada, na cena referencial, como uma ação ativa de combate rápida e considerável, sendo, portanto, uma ação eficiente. Com isso, a associação feita com *frames* neoliberais durante a cena fica evidente, tanto pela transformação de um problema social em um problema econômico quanto pela validação pelo sucesso e eficiência – pelo menos, em termos econômicos.

Na próxima cena referencial a ser analisada, o objeto de discurso são as medidas assistencialistas promovidas pelo governo federal, que são rotuladas, por meio da expressão nominal definida, “uma ajuda”, e predicadas, logo após, como algo que não é definitivo, e, portanto, é passageiro.

- (III) (nós sabemos que isso é pouco, mas é **uma ajuda**, isso **não é definitivo**... ((retira o óculos do rosto e coloca-o na mesa)) isso não é como ALGUNS diziam que era dinheiro do governo... não, o dinheiro/o governo se **endividou**, então nós buscamos... dinheiro do mercado, nós estamos nos **endividando**... o total até o momento na ordem de 700 BILHÕES de reais de **en-di-vi-da-men-to** (Bolsonaro, 10/12/2020).

Ao longo da cena, são feitas várias remissões à ajuda do governo, por meio das expressões “endividou”, “endividando” e “endividamento”, esta última com ênfase por silabação. As repetições retóricas auxiliam a reforçar a associação entre os referentes, produzindo o efeito de criação de sentido de que o auxílio emergencial está causando o endividamento.

Incorporando o contexto do modelamento sociocognitivo e discursivo bolsonarista sobre a pandemia analisado até o momento a essa cena referencial, podemos notar alguma similaridade entre a construção referencial do objeto “medidas assistencialistas”, como uma

ajuda do governo que gera ônus para ele, e a dimensão do sacrifício, um dos maiores valores cristãos. Nesse sentido, fazendo essa associação permitida não pela cena em si, mas aos traços do campo social bolsonarista incorporados a ela (Hanks, 2008), o governo estaria sendo caridoso com o povo brasileiro ao fazer esse sacrifício de endividar-se para prover uma ajuda. Haveria, portanto, um enquadramento religioso cristão à cena.

Em seguida, no trecho (IV), a cena referencial selecionada tem como objeto as medidas de enfrentamento à pandemia adotadas pelos governadores e prefeitos.

- (IV) (...) agora, **o apelo** que eu faço aos **senhores governadores** néh, **senhores prefeitos** -- acabou as eleições agora -- que tome **medidas que não prejudiquem o comércio**, porque todo mundo já admite, a própria OMS que... saúde néh e economia TEM QUE ANDAR DE MÃOS DADAS, não adianta fechar tudo de novo... o governo, é quase impossível o **governo socorrer novamente** estados e municípios **porque nós nos ENDIVIDAMOS DEMAIS** (Bolsonaro, 10/12/2020).

Na cena, o locutor realiza o que ele nominaliza como “apelo”, aos governadores e prefeitos, a quem se dirige como “senhores”, demonstrando certa ironia – algo, ao que parece, comum no modelamento discursivo do ex-presidente em torno da pandemia – para que façam apenas “medidas que não prejudiquem o comércio”, subentendendo-se a referência ao *lockdown*. Fazendo isso, o *lockdown* é perspectivado apenas pela realidade econômica dele, em relação aos danos econômicos que causa ao fechar o comércio, sendo desconsiderada, portanto, a perspectiva da saúde, enquanto medida que previne a circulação do coronavírus.

O apelo feito pelo presidente é justificado porque o governo federal, estando endividado, não tem como “socorrer” os estados e municípios, como já fez outra vez, fato verificado pela predicação “novamente”. Essa construção textual faz emergir no discurso do presidente, mais uma vez, a esfera da “ajuda” e do “sacrifício” como presentes na atuação do governo federal; com a diferença de que, se no auxílio emergencial, o sacrifício estava sendo feito em prol da população, agora é em prol dos prefeitos e governadores, seus oponentes (o que intensifica sua dimensão).

Por fim, a última cena referencial selecionada tem como objeto de discurso o tratamento precoce. Incorporando a cena anterior a essa, se o *lockdown* é referenciado como uma medida de combate à Covid-19 que prejudica o comércio, o locutor apresenta, a seguir, uma solução que não o prejudica: o tratamento precoce – portanto, uma solução de mercado.

- (V) (...) então, o que a gente **orienta** também --- que parece que não se fala mais -- **É O TRATAMENTO PRECOCE... por que eu falo isso? porque o brasil começou a fazer isso**, estados que não impediam começaram a se flexibilizar e o número de mortes por milhão de habitantes, o Brasil que tava lá em cima na tabela caiu bastante, se eu não me engano... **SE EU NÃO ME ENGANO...** tá no décimo lugar e outro país está nos ultrapassando... você

vê a **Argentina fez um *lockdown*... DRACONIANO** lá... uma coisa rígida... **é um dos países que mais tem número de óbitos por milhão de habitantes...** então é **uma prova** que... isso é:: essa medida **quando fecha muito** demais NÃO É bem-vinda... a resposta é exatamente o contrário néh **em vez de evitar mortes acaba OCORRENDO mais mortes...** (Bolsonaro, 10/12/2020).

Como pode ser observado na cena, o locutor ativa o referente tratamento precoce, fazendo o que ele enquadra como uma orientação à população (“a gente orienta”), a qual, logo em seguida, a partir da inserção de uma questão retórica, é justificada argumentando em favor de sua eficácia devido à queda no número de mortes. Posteriormente, é invocado o exemplo da Argentina, país cujo presidente é o “esquerdista” Alberto Fernández, que aderiu ao que Bolsonaro designou como “*lockdown* draconiano”, isto é, intenso, e teve como consequência o fato de ser um dos países do mundo com maior número de mortes por Covid-19. Após essa inserção, o presidente faz uma nominalização da experiência malsucedida da Argentina com o *lockdown*, rotulando-a como “uma prova” para a conclusão a que chega de que o *lockdown* gera mais mortes do que a própria covid-19.

É dessa maneira, em contraposição à experiência malsucedida do *lockdown* na Argentina, que o presidente constrói o objeto de discurso “tratamento precoce” como medida contra a covid-19 bem-sucedida, visto que não atrapalha a economia e não causa aumento no número de mortes. Há aqui uma associação de um *frame* neoliberal (sucesso *versus* fracasso) e de um *frame* neoconservador, visto que o “nós” contra “eles”, próprio do militarismo anticomunista se manifesta na comparação entre o sucesso da arma de enfrentamento adotada pelo Brasil, a hidroxicloroquina, frente ao fracasso da medida adotada pelo “comunismo” argentino, o *lockdown*.

#### 7.1.5 *Live* de 17 de dezembro de 2020

Na *live* de quinta-feira transmitida no dia 17 de dezembro de 2020, o presidente aparece, conforme mostra a Figura 17, acompanhado, além do intérprete de Libras, Fabiano Guimarães, dos seguintes convidados: Tarcísio de Freitas, então ministro da Infraestrutura; e, ao lado dele, Marcos Pontes, então ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Figura 17 – Jair Bolsonaro, a intérprete de Libras e os convidados, Marcos Pontes e Tarcísio de Freitas, na *live* de 17 de dezembro de 2020



Fonte: Acervo da autora.

Na *live*, são discutidos vários temas, sendo destacados nas cenas referenciais dos trechos a serem analisados os seguintes tópicos: isolamento social e aumento dos preços dos alimentos, vacina e efeitos colaterais.

A primeira cena referencial selecionada tem como objetos de discurso o isolamento social, rotulado pelo locutor como “a política do fica em casa”, e seus efeitos, como pode ser visto no trecho (I) a seguir.

- (I) Com a **política do fica em casa**... olha não precisa fazer pesquisa meu deus, vou perguntar aqui, com todo o respeito, ((vira-se para Tarcísio)) **você aumentou um pouquinho de peso esse ano?** {Tarcísio: sim}... também ((confirmando Marcos Pontes que levantou a mão)) quem aumentou de peso esse ano aí? ((apontando para pessoas dos bastidores)) (...) o pessoal ficou em casa então tendência é ficar comendo mais da geladeira, obviamente, é **comendo mais engor/comeu mais, aumentou o consumo, o mercado não tá preparado pra aquilo... aumentou a demanda, aumenta o preço** (Bolsonaro, 17/12/2020).

No início da cena, após rejeitar o método científico (“não precisa fazer pesquisa”) para se chegar a conclusões, Bolsonaro faz perguntas informais para seus convidados. Ao passo que todos confirmam sua hipótese, o locutor segue com a cena apresentando uma rede referencial ligada pela relação de causa-efeito, em que associa a chamada “política do fique em casa” à política neoliberal de livre-mercado (*frame* neoliberal). Nessa associação, a cena referencial é construída de tal modo que se culpe não o livre mercado pelo aumento dos preços dos alimentos, mas sim a política de isolamento, e, em última instância, os indivíduos que ficaram em casa e consumiram acima do normal, um argumento, portanto falacioso, mas que parece real, por ancorar seus sentidos em experiências cotidianas.

Partindo para a próxima cena referencial, o objeto de discurso focalizado é a demora na aquisição de vacinas contra a Covid-19, que, na época, já estava sendo aplicada em alguns países, como o Reino Unido. No Brasil, a Anvisa, há poucos dias dessa *live*, havia aprovado uma resolução que abria a possibilidade de laboratórios solicitarem autorização de uso de vacinas em caráter emergencial<sup>10</sup>. Tendo isso em vista, a cena referencial tem início com a expressão “imagina que”, dirigindo-se ao convidado Tarcísio de Freitas, e, por conseguinte, à audiência também, para tomarem a perspectiva de um contexto intersubjetivo hipotético que é incorporado pelo locutor na cena, como pode ser visto no trecho (II).

- (II) **Imagina que você** pega uma bula agora Tarcísio, vai tomar **um trem** aí, vai tomar **um trem**, pega uma bula e tá escrito lá "**o fabricante NÃO se responsabiliza por QUALQUER efeito colateral**", você vai tomar esse negócio? {Tarcísio: não}... **a não ser que você esteja morrendo, se tiver morrendo** você toma... isso tá na bula néh, tá no contrato que você vai tomar.... agora **vão obrigar você a tomar vacina?** Com **isso** escrito lá? (...) você sabe por exemplo por quanto tempo, alguém sabe por quanto tempo, **vamos supor que o Tarcísio toma a vacina agora**, por quanto tempo você ficaria imunizado Tarcísio, você tem ideia disso? NINGUÉM SABE DISSO... ninguém sabe... tudo é **um grande mistério** ainda é **uma IR-RESPON-SA-BI-LI-DA-DE** tratar uma questão que trata de vidas pra salvar... ou.... pra ter efeito colateral tratar com (afobamento), com correria, com irresponsabilidade (...) (Bolsonaro, 17/12/2020).

No contexto intersubjetivo hipotético, o locutor propõe que o interlocutor, Tarcísio, vai tomar “um trem”, expressão nominal indefinida utilizada no contexto para se referir a um medicamento, e há na bula a informação de que “o fabricante não se responsabiliza por qualquer efeito colateral”. Posto isso, o locutor questiona o interlocutor se ele tomaria, e, ele mesmo responde, com a utilização da estratégia de repetição retórica, de caráter persuasivo: “a não ser que você esteja morrendo” e “se tiver morrendo”. Assim, com esse contexto intersubjetivo hipotético, o locutor constrói uma cena em que a vacina não é um produto confiável, devendo ser tomada apenas em último caso.

Após isso, o locutor realiza a inserção de uma questão retórica que remete às informações sobre a vacina até então relatadas, com o uso anafórico do pronome “isso”: “agora vão obrigar você a tomar a vacina? Com isso escrito lá?”. A questão retórica levantada pelo locutor, com a pretensão de direcionar a conclusão de seu argumento aos interlocutores, produz, além desse, outro efeito.

Ao utilizar o verbo “obrigar”, o locutor predica a vacina e incorpora à cena a discussão que estava sendo feita, na época, sobre a obrigatoriedade ou não da vacina. Na data de transmissão da *live*, o Supremo Tribunal Federal (STF), conforme publicação no sítio do

<sup>10</sup> [Anvisa autoriza uso emergencial e temporário de vacina contra covid-19 | Agência Brasil \(ebc.com.br\)](https://www.ebc.com.br/brasil/17-dezembro/2020/anvisa-autoriza-uso-emergencial-e-temporario-de-vacina-contracovid-19)

próprio (STF, 2020a<sup>11</sup>) decidiu que “o Estado pode determinar aos cidadãos que se submetam, compulsoriamente, à vacinação contra a Covid-19, prevista na Lei 13.979/2020”. Com essa decisão, o Estado pode impor aos cidadãos que recusarem a vacinação algumas “medidas restritivas previstas em lei (multa, impedimento de frequentar determinados lugares, fazer matrícula em escola), mas não pode fazer a imunização à força” (STF, 2020a). Essa seria uma forma de incentivar a vacinação, fazendo com que toda a população fosse imunizada, e, assim, que o vírus reduzisse drasticamente a circulação no país. Um caminho, portanto, para o fim da pandemia.

Retornando à cena referencial, ao utilizar o verbo “obrigar” e não explicar qual o sentido dessa obrigação, o locutor aciona o *frame* de Estado totalitário, que viola o direito à liberdade individual, ao impedi-lo de optar por não tomar a vacina. Diante disso, enquadrando a vacinação ao *frame* neoconservador pelo elemento de anticomunismo, o locutor proporciona um argumento contra a obrigatoriedade da vacinação aprovada pelo STF, pois a privação de liberdade, com essa decisão, nos aproximaria de ditaduras comunistas já mencionadas em lives anteriores.

Em seguida, ainda na mesma cena apresentada no trecho (II), a vacina e a vacinação são recategorizadas, respectivamente, através das expressões nominais indefinidas “um grande mistério” e “uma irresponsabilidade”, esta última com o uso dos recursos fonéticos de silabação e tonicidade enfática. Com essas recategorizações, o locutor reforça a gravidade de a vacina ser aprovada e tornada obrigatória sem ao menos sabermos quais os efeitos colaterais dela, retomando a discussão realizada no começo da cena. O então presidente trata a vacinação como um ato irresponsável, predicação que categoriza os agentes que incentivam a vacinação de irresponsáveis e inconsequentes. Dessa forma, a partir dos processos referenciais observados na cena, a vacina é conceptualizada como não confiável pela falta de conhecimento de seus efeitos colaterais; e a vacinação, como uma ação irresponsável de agentes “comunistas” da oposição que querem obrigar sua aplicação, transformando o país em uma ditadura.

## 7.2 Lives de quinta-feira de 2021

Nesta seção, serão apresentadas as cenas referências selecionadas de cinco *lives* de quinta-feira que ocorreram no ano de 2021 nas seguintes datas: 14 de janeiro, 11 de março, 15 de abril, 17 de junho e 21 de outubro.

---

<sup>11</sup> A citação direta está sem indicação de página, pois a fonte consultada não é paginada.

### 7.2.1 *Live* de 14 de janeiro de 2021

Na *live* de quinta-feira transmitida no dia 14 de janeiro de 2021, o ex-presidente aparece, conforme mostra a Figura 18, acompanhado da intérprete de Libras, Elisângela, e do então ministro da Saúde, General Eduardo Pazuello. Essa *live* foi transmitida em meio à crise de oxigênio que aconteceu em Manaus<sup>12</sup>, quando os hospitais, superlotados com pacientes com covid-19, ficaram sem oxigênio, provocando o agravamento do quadro de saúde e até a morte de diversas pessoas, tragédia que foi creditada à má gestão da pandemia do Governo Federal.

Figura 18 – Jair Bolsonaro, a intérprete de Libras e o convidado, general Eduardo Pazuello, na *live* de 14 de janeiro de 2021



Fonte: Acervo da autora.

Devido à situação de calamidade que enfrentava Manaus e à pressão da sociedade gerada por isso, Jair Bolsonaro várias vezes, durante a *live*, cede o turno de fala para o ministro – o que é bastante incomum –, para fazer uma espécie de relatório sobre a situação da saúde na referida cidade. Entretanto, mesmo com tamanho tempo discursando na transmissão, encontramos cenas referenciais apenas nas falas de Bolsonaro, mostrando que, apesar das várias informações trazidas pelo ministro, Bolsonaro pouco as comenta e presta esclarecimentos, seguindo, em vez disso, focado em seu projeto de organização de um modelamento sociocognitivo e discursivo sobre a pandemia empreendido nas *lives*.

---

<sup>12</sup> [Crise do oxigênio no Amazonas: entenda quanto falta e as ações para repor o insumo | Amazonas | G1 \(globo.com\)](https://g1.globo.com/Amazonas/noticia/2021/01/14/crise-do-oxigenio-no-amazonas-entenda-quanto-falta-e-as-acoes-para-repor-o-insumo.html)

As cenas selecionadas versam sobre o tratamento precoce e sua eficácia, a atuação do governo federal em relação à aquisição de vacinas, a obrigatoriedade delas e a condução da pandemia pelo governo federal. Parece haver, pela observação dos assuntos abordados na *live*, uma tentativa de melhorar a imagem do governo quanto à sua atuação, algo que estava sob fortes ataques naquele momento devido ao contexto da crise mencionada.

Na primeira cena referencial selecionada, o objeto de discurso é a comprovação científica do tratamento precoce com os medicamentos do chamado kit covid. Na cena, o locutor tenta argumentar para a falta de necessidade de uma comprovação científica, como pode ser visto a seguir, no trecho (I):

- (I) Se fosse esperar **uma comprovação científica** na **Guerra do Pacífico**, tinham morrido quantas pessoas? **QUE NÃO MORRERAM...** é a mesma coisa... **o tratamento precoce da covid** com hidroxicloroquina, com ivermectina, com a tal da anitta, mais azitromicina, mais vitamina D... **E NÃO FAZ MAL ISSO AI...** se lá na frente for comprovado que não surtiu **efeito...** que não vai acontecer, porque, repito, nesse prédio aqui mais de 200 pessoas **contraiu a covid** e foram **tratadas precocemente, NENHUMA foi pro hospital...** você chegou de **Manaus** agora, tá complicada a situação lá... fala pra gente (Bolsonaro, 14/01/2021).

O referente comprovação científica é ativado no início da cena por uma expressão nominal indefinida e, logo em seguida, também é ativado o referente “a Guerra do Pacífico”, incorporando à cena esse contexto, em que um medicamento improvisado salva a vida de um soldado. A incorporação desse contexto parece ser recorrente no modelamento da pandemia apresentado pelo presidente<sup>13</sup>, de tal forma que ele projeta não precisar descrevê-lo para o interlocutor, para que ele consiga recuperá-lo.

O fato é que, com a associação e a pergunta retórica realizada, o locutor enquadra o contexto da pandemia pela urgência – como o é o de uma guerra –, referenciando o tratamento precoce como algo que, apesar de improvisado, salva vidas. Este último aspecto fica ainda mais evidente quando, pela paráfrase saneadora com entonação enfática, destaca que as pessoas não morreram na guerra, anáfora indireta para as que também não morreram no contexto da pandemia devido ao tratamento. Dessa forma, a justificativa moral para aderir ao tratamento precoce, mesmo sem comprovação científica, seria o fato de estarmos em um contexto de urgência e de essa medida mostrar-se bem-sucedida.

Em seguida, ainda na cena, a comprovação científica é reativada, dessa vez, pela anáfora indireta “tratamento precoce da covid”, junto aos medicamentos que compõem o kit covid, que são reunidos pelo pronome anafórico “isso” e predicados, de maneira enfática, como “não faz

---

<sup>13</sup> Vale salientar que ele apareceu também nos dados de 2020 desta dissertação, igualmente em uma cena referencial sobre tratamento precoce (vide a *live* de 9 de julho, trecho (II)).

mal”, atestando, dessa forma, sua segurança. Em seguida, é trazida à cena também a questão de sua eficácia (“efeito”), que é afirmada e, logo em seguida, justificada pelo relato de experiência de que 200 pessoas do governo (“desse prédio”) contraíram, foram tratadas com esse medicamento e que, por conta dele, não foram para o hospital.

Imediatamente após isso, o locutor ativa na cena o referente “Manaus”, pedindo ao convidado que fale da situação de crise de oxigênio, gerada também pela superlotação dos hospitais. Dessa forma, em uma associação indireta entre a referência ao fato de nenhuma pessoa (ponto enfatizado pela entonação) que fez o tratamento precoce ter ido ao hospital e a situação dos hospitais de Manaus, Jair Bolsonaro produz o sentido de atribuir a causa do colapso da saúde lá ocorrido ao fato de não terem aderido ao tratamento precoce por ele indicado.

Assim, além de um problema público ser atribuído à esfera privada (*frame* neoliberal) pelo fato de os indivíduos não terem feito uso de um medicamento, considerando o modelamento como um todo visto até aqui, é possível inferir a atribuição da culpa sendo atribuída aos opositores do governo (*frame* neoconservador). Isso, porque, pela falta de uma comprovação científica, desacreditam e combatem o tratamento precoce, fazendo com que os sintomas das pessoas sejam agravados e precisem ir ao hospital, superlotando-os.

Na cena referencial seguinte (trecho II), o objeto de discurso em foco na cena é a atuação do governo federal na aquisição de vacinas.

- (II) **Alguns** reclamam né, que o Brasil tá atrasado, o governo tá atrasando, o governo não tomou providência para a vacinação... CALMA, tá... nós somos **um mercado** aqui de 210 MILHÕES de pessoas...o mundo são quase 8 BILHÕES de pessoas... então **os laboratórios**, as **empresas**, querem **vender vacina**, procuram **os grandes centros** né, que somos nós... agora, **por que que não vieram?** Porque reconhecem que **a ANVISA é um obstáculo** para o bem... aqui não é **uma republiqueta** que o cara vai chegar aqui, vai fazer **uma negociata**, com o **peçoal da agência lá, toca o barco, quantos bilhões é, vamos comprar**, não interessa o preço, não sei o que, tudo justifica, não tem licitação... NÃO É ASSIM QUE FUNCIONA... (Bolsonaro, 14/01/2021).

No início da cena, os opositores ao governo federal que, na época, cobravam agilidade na aquisição da vacina, são referenciados com o pronome indefinido “alguns”, e, a partir disso, o locutor traz à cena a perspectiva deles de que seria o governo federal o responsável por atrasar a vacinação no Brasil. Em resposta a essa perspectiva, o locutor, realizando o enquadre de transação comercial, invoca uma cena de um evento comercial – para citar Fillmore (1982)<sup>14</sup> –, em que o Brasil é recategorizado como “um mercado”, e, posteriormente, como um “grande centro”, para quem os laboratórios, recategorizados como “empresas”, querem vender suas

---

<sup>14</sup> Ver a seção 5.4.

vacinas (na cena, por inferência, seriam os produtos). Essa transação econômica, entretanto, estaria sendo impedida de ter sucesso devido à Anvisa, recategorizada como “obstáculo”.

A Anvisa, porém, é predicada positivamente como um obstáculo, visto que isso é o que impede o Brasil de ser uma “republicueta”. Com a incorporação de um contexto hipotético para explicar esse termo, o locutor, com o enquadramento do que ele chama de “negociata”, reativa a Anvisa, (“o pessoal da agência lá”), para falar que poderia estar recebendo propina (“quantos bilhões”) para aprovar as vacinas (“tocar o barco”), de modo a fazer com que, sem licitação, a compra fosse efetivada (“vamos comprar”).

Desse modo, com essa cena e o enquadramento de transação econômica (em associação ao *frame* neoliberal) dado a ela, o locutor constrói referencialmente a aquisição de vacina em termos de uma compra que não é bem-sucedida devido à Anvisa e ao fato de o governo federal e a instituição não serem corruptos (em associação ao *frame* neoconservador pelo elemento-*frame* da retidão moral). Desse modo, a má atuação do governo é justificada moralmente.

Na cena referencial seguinte (trecho (III)), o objeto de discurso em foco é a questão da obrigatoriedade da vacina, destacando a falta de comprovação científica dela como justificativa para o presidente ser contrário a essa medida.

- (III) E DEIXAR BEM CLARO a vacina será **de graça**, obviamente, E, no que depender de nós, **VOLUNTÁRIA**, ninguém vai ser **obrigado** a tomar vacina... você não **quer** tomar? **NÃO TOME... é um direito** teu, afinal de contas, é **algo emergencial, não temos comprovação... se fosse um remédio que não fizesse mal comprovadamente, não tivesse efeito colateral, NEM ASSIM**, eu como presidente da república, tenho certeza que você também não ia obrigar a tomar **aquele medicamento... QUEM DIRÁ algo emergencial que não foi devidamente comprovado...** alguém pode dizer **a eficácia da vacina?** Você tomou a vacina hoje... vamos supor que ela funcione... por quanto tempo você ficará **imune ao vírus?** Quantos meses ou anos? **Ninguém sabe...** [Pazuello: vai ser descoberto ainda...] **VAI SER DESCOBERTO...** terá algum efeito colateral? **Ninguém sabe ainda.** (Bolsonaro, 14/01/2021).

A cena tem início com o locutor, usando de entonação enfática, anunciando que irá esclarecer um assunto. O referente vacina logo é ativado na cena e predicado como “de graça” e “voluntária”. Esta última característica (destacada pela entonação enfática do locutor) é pontuada, diferentemente da primeira, como algo a ser conquistado pelo governo federal (“nós”). Após isso, o referente da obrigatoriedade é ativado na cena pelo verbo “obrigar”, em contraposição a “querer”. Com isso, o presidente posiciona-se contra a obrigatoriedade da vacina e a favor da liberdade de escolha do indivíduo, o que é confirmado, logo em seguida, pela nominalização do ato de tomar ou não a vacina como “um direito” – categorização já observada nos dados de 2020.

Em seguida, na cena, esse posicionamento é justificado pela recategorização da vacina como “algo emergencial”, e, portanto, como o locutor explica, para o qual “não temos comprovação”. Entretanto, notando que a ativação do referente “comprovação [científica]” pode deslegitimar seu argumento, visto que estaria se contradizendo, já que ele próprio o combate em relação ao tratamento precoce, o locutor redireciona a cena.

A partir desse momento, é invocado um contexto hipotético, por meio do qual a hidroxicloroquina (e similares) é ativada, com a expressão nominal indefinida “um remédio que não fizesse mal comprovadamente”, parafraseada com “que não tivesse efeito colateral” (referindo-se à comprovação de segurança existente desses medicamentos, sem considerar que ela diz respeito ao tratamento das doenças para os quais foram feitos, não para a covid-19). Nesse contexto, mesmo aparentemente favorável a defender a obrigação, o locutor afirma que ainda assim a vacinação não seria obrigatória.

Em seguida, em contraposição à hidroxicloroquina, o locutor reativa o referente vacina como “algo emergencial que não foi devidamente comprovado”, o que é retomado com “a eficácia da vacina”, em uma pergunta retórica que visa direcionar o argumento para a falta de comprovação de sua eficácia. Essas perguntas seguem até o final da cena, argumentando em favor da incerteza sobre a comprovação de sua eficácia quanto à imunização, predicação reforçada com a repetição retórica de “ninguém sabe” e “vai ser descoberto”.

Assim, nessa cena, vemos a vacinação sendo desencorajada devido à vacina ter a sua comprovação científica ainda incerta, e a sua obrigatoriedade ser contestada em nome do direito à liberdade (*frame* neoconservador).

Na cena referencial seguinte, o objeto de discurso foco da referenciação é a atuação do governo na condução da pandemia, a qual é referenciada de forma associada ao tratamento precoce, como uma gestão que salvou vidas, como visto no trecho (IV), a seguir.

- (IV) **ALGUNS QUEREM BOTAR NO MEU COLO E DO PAZUELLO** ((em tom exaltado)) que nós somos **os... GENOCIDAS... os genocidas...** e olha o que nós fizemos para que não aumentasse o número de óbitos no Brasil... até poucos meses **o Brasil** tava **um dos primeiros em mortes por milhões de habitantes...** agora tá em vigésimo terceiro, vigésimo quarto... **POR QUÊ?... por que** o número de mortes por milhões de habitantes tá sendo menor no Brasil? Por conta do **tratamento precoce**, **NÃO TEM OUTRA EXPLICAÇÃO...** graças ao **voluntarismo de algumas dezenas de milhares de médicos** que resolveu levar avante isso... **comprovaram** na ponta da linha... **TRATARAM** com hidroxicloroquina, **TRATARAM** com ivermectina, com anitta, com azitromicina, com zinco e **DEU CERTO...** tem cidades que **o prefeito teve coragem de** tomar medidas nesse sentido que o número de óbitos foi próximo de **ZERO...** (Bolsonaro, 14/01/2021).

No início da cena referencial instaurada, o locutor faz referência à oposição com o uso de pronome, “alguns”, para trazer à cena a visão dela, em uma espécie de embate no qual ele e

o ministro da saúde seriam “os genocidas<sup>15</sup>”, expressão nominal definida que ele profere com entonação enfática e repete, destacando a gravidade da acusação.

Após registrar o ataque da oposição a ele, Bolsonaro muda o foco da cena e ativa o referente “Brasil”, que logo é recategorizado como “um dos primeiros em mortes por milhões de habitantes”, referindo-se a um *ranking* de meses atrás. Depois de informar a posição positiva atual do país, o locutor utiliza-se repetidamente da estratégia de pergunta retórica para fazer o locutor questionar-se sobre o motivo para a queda de mortes. Em seguida, aparece na cena a resposta pela ativação do referente “tratamento precoce” associado pelo locutor ao contexto de diminuição de mortes no país.

O “voluntarismo” dos médicos é outro referente que aparece associado a esse contexto, já que foram eles os responsáveis por receitar os medicamentos, sendo também destacada a ação de comprovar a sua eficácia. Essa comprovação é feita pela experiência individual dos médicos, que é associada indiretamente ao tratamento (“trataram”) e que é repetida de forma retórica e com uso de entonação enfática pelo locutor, e predicada como bem-sucedida (“deu certo”). É importante destacar, nesse momento da cena, o *frame* neoliberal associado à referenciação realizada, não apenas em função do sucesso da medida, como também pela liberdade de escolha dos médicos (aparente em “voluntarismo”) que decidiram prescrever os medicamentos.

Ao final, além dos médicos, Bolsonaro também se refere aos prefeitos (em primeira análise, parte da oposição), mas apenas aos que tiveram “coragem” (valor apreciado pelos conservadores), isto é, o que foram contra a grupo de opositores, como agentes responsáveis por levar o tratamento precoce.

Assim, percebemos que, na cena, primeiramente, é dado foco ao ataque da oposição em chamá-lo de genocida e sua gravidade, incorporando à cena a guerra cultural em que o governo estaria sob ataque. Com isso, vemos o enquadramento do militarismo anticomunista (*frame* neoconservador) sendo dado à cena. Como uma forma de contra-ataque, o locutor, pela construção referencial de sua atuação empreendida, afirma-se, na verdade, como salvador de vidas, destacando que os medicamentos do kit covid são um tratamento de sucesso que teria sido prescrito por médicos exercendo seu direito de liberdade e que, comprovadamente

---

<sup>15</sup> Interessante notar que aqui Bolsonaro se refere à grande repercussão negativa que teve a crise de oxigênio, deixando a oposição ainda mais insatisfeita, o que fez chamarem a ele a seu governo desse modo. [Por trás da falta de ar em Manaus, uma trajetória de políticas de morte – Morte Sem Tabu \(uol.com.br\) Ultraliberalismo genocida provoca mortes por asfixia em Manaus - CONDSEF](#)

(segundo o ranking que menciona), teria sido bem-sucedido em seu objetivo de salvar vidas – demonstrando a associação com o *frame neoliberal* na conceptualização da cena.

### 7.2.2 Live de 11 de março de 2021

Na *live* de quinta-feira transmitida no dia 11 de março de 2021, conforme mostra a Figura 19, o presidente aparece com a intérprete de Libras, Elisângela, e, em um primeiro momento, acompanhado também, de Daniel Freitas, Deputado Federal de Santa Catarina; e, em um segundo momento, de Marcelo Morales, médico, professor da UFRJ e, na época, secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI). As cenas referenciais selecionadas se detêm ao segundo momento, quando o tema da *live* passa a ser a saúde.

Figura 19 – Jair Bolsonaro, intérprete de Libras e convidados, Daniel Freitas (A) e Marcelo Morales (B), na *live* de 11 de março de 2021



Fonte: Acervo da autora.

A primeira cena referencial selecionada, (trecho (I)), tem como objeto de discurso em foco os efeitos negativos produzidos pelo *lockdown*, referente que é introduzido logo em seu início, por uma expressão nominal indefinida, seguida de uma série de outros referentes ativados de maneira associada a ele.

- (I) Agora, você sabe, quando há **um lockdown**, há **uma queda do número de empregados**, né?! Há **uma vítima** aí pela frente que é **os empregos**, são **os empregos**. Então, **vem o desemprego**. Junto com **o desemprego vem** muita coisa atrás disso. Vem **depressão**. Já começamos a ver uma coisa publicada na mídia (*pega na mesa um papel com uma manchete de reportagem e a lê*) “**abuso contra crianças** cresce até 12 vezes na pandemia em São Paulo” (*com ênfase em “São Paulo”*), **a cidade que mais fecha**, tá?! (*continua a ler*) “denúncias sobre **conflitos familiares**, **brigas por guarda**, após a **separação**, obviamente, **agressões físicas**, **assédio sexual**, e **abandono** explode em toda a cidade”. É o R7 que tá falando, sou eu não (Bolsonaro, 11/03/2021).

O primeiro grupo de referentes ativados de forma associada aos efeitos do *lockdown* é o seguinte: “uma queda do número de empregos”, “os empregos” e “o desemprego”. Esses dois últimos são ativados por meio de expressões nominais definidas que são repetidas, reforçando, para o interlocutor, a existência desse grave efeito. É importante também destacar que, nesse momento da cena, os empregos são categorizados como “uma vítima”, trazendo, com esse referente, o *frame* CAUSAR DANO, cuja descrição e os elementos-*frame*, inclusive “vítima”, podem ser vistos a seguir, na Figura 20.

Figura 20 – Definição do *frame* CAUSAR DANO

**Causar\_dano** [ @Causation ] [ @Generic ] [ @Lexical ] [ #102 ]

---

**Definição**

As palavras neste frame descrevem uma situação na qual um **Agente** ou uma **Causa** fere uma **Vítima**. A **Parte do corpo** da **Vítima** que é mais diretamente afetada também pode ser mencionada no lugar da **Vítima**. Em tais casos, a **Vítima** é geralmente indicada como um modificador possessivo da **Parte do corpo**, no caso em que o EF **Vítima** é indicado em uma segunda camada de EF.

---

**Elementos de Frame Nucleares**

**FE Core:**

**Agente**  
**excludes:** Causa      O **Agente** é a pessoa que causa o ferimento na **Vítima**.  
**semantic\_type:** @sentient

**Causa**  
 A **Causa** assinala expressões que indicam alguma força não-intencional, tipicamente não-humana, que causa o ferimento na **Vítima**.

**Parte do corpo**  
**semantic\_type:** @body\_part      A **Parte do corpo** identifica o local onde o ferimento aconteceu.

**Vítima**  
**semantic\_type:** @sentient      A **Vítima** é o ser ou a entidade que é machucada. Se a **Vítima** estiver incluída na frase que indica a **Parte do corpo**, a **Vítima** é etiquetada com EF de segunda camada.

Fonte: Framenet Brasil.

Tendo como base a descrição do *frame* e aplicando esse enquadramento à cena referencial, se as vítimas são os empregos, podemos inferir que o que está causando danos a eles é o *lockdown*. Este, por sua vez, pela incorporação do contexto social (Hanks, 2008), sabemos ser uma medida agenciada pelos prefeitos e governadores – referentes que, como veremos à frente, terão seu foco nas cenas posteriores dessa *live*.

Após isso, ainda na mesma cena referencial (trecho (I)), o locutor apresenta uma notícia acerca de São Paulo, recategorizada por ele como “a cidade que mais fecha”, expressão nominal definida que também atua como anáfora indireta de *lockdown*, o que sinaliza ao interlocutor que os referentes que irá citar a partir dali têm relação com ele. A partir disso, são ativados diversos referentes, que se relacionam a famílias sendo desestruturadas (“conflitos familiares”, “brigas por guarda”, “separação”) e a crimes domésticos (“abuso contra criança”, “agressões físicas”, “assédio sexual” e “abandono”).

Desse modo, temos na cena o *lockdown* produzindo efeitos que causam danos não apenas ao emprego, mas também à família, cuja integridade passa a ser ameaçada por ele.

Assim, é possível notar o *frame* neoconservador atuando na cena, algo recorrente no modelamento, como vimos nos dados de 2020 e que se mantém em 2021.

Partindo para a próxima cena referencial (trecho (II)), nela, dentro do contexto do desemprego, é focalizado o objeto de discurso medidas assistencialistas do governo. Para a construção referencial, o locutor, após ativar o referente desemprego e predicá-lo como terrível, invoca um contexto intersubjetivo baseado em uma situação do senso comum para ilustrar sua afirmação.

- (II) Então **o desemprego** é uma coisa terrível. Todos nós quando temos um parente, um amigo que perdeu o emprego, a gente fica chateado e tenta **ajudar**, não é isso?! Imagina quando você perde! **O governo também para evitar desemprego no passado criou vários programas**, como o Bem, como o Pronampe, que foi iniciativa do Jorginho melo senador de Santa Catarina, evitamos que dezenas de milhões de empregos fossem destruídos (Bolsonaro, 11/03/2021).

Nesse contexto invocado na cena, o locutor apela para a empatia do interlocutor, ao colocá-lo no papel de alguém que tenta ajudar um amigo que perdeu um emprego. Todavia, logo muda a estratégia e desenha o contexto em que o próprio interlocutor está perdendo o emprego. O redirecionamento feito pelo locutor na distribuição dos elementos do contexto passa a fazer sentido na cena, quando, em seguida, o referente “o governo” é ativado na cena e associado indiretamente ao contexto (“também”) como o amigo, visto que criou “vários programas<sup>16</sup>” (anáfora indireta para a ajuda do amigo) para evitar o desemprego.

Com isso, como já observado nos dados de 2020, vemos não só a invocação de um contexto ancorado no senso comum como estratégia discursiva, mas também as medidas assistencialistas sendo construídas no modelamento como uma ajuda do governo, colocado, dessa vez, no papel de amigo solidário do interlocutor. Assim, tem-se o enquadramento do objeto na esfera da solidariedade e da empatia ao próximo, valores fundamentalmente cristãos (*frame* neoconservador) e, assim, valorizados pela comunidade moral a que a grande parte dos interlocutores pertence.

Na cena referencial seguinte (trecho (III)), o objeto de discurso que está em discussão é o decreto de *lockdown* realizado pelos governadores, que é construído na cena como uma medida de estado de sítio, fornecendo o enquadramento de regimes ditatoriais.

- (III) Brasília, agora, **Distrito Federal** decidiu **o governador** por decreto que entre 22h e 5 da manhã ninguém pode sair de casa, quem sair multa de 2 mil reais. Isso é **ESTADO DE SÍTIO**... Tá certo?! Então eu tô alimentando você com informação. **Estado de sítio** que compete privativamente a mim decretado,

---

<sup>16</sup> BEm (Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda) e o Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte), de fato, foram ações criadas em 2020 pelo Governo Federal.

e mais ainda, não basta decretado, eu preciso da autorização do congresso brasileiro. Então a questão é tão grave, é tão grave **o estado de sítio**, que a **proibição de locomoção**, o que o governador do DF tá fazendo, que eu não posso decretar. Um prefeito pode... E o Congresso tem que assinar embaixo. Tem que me autorizar a fazer isso aí. Isso é **um crime** o que o governo do DF está fazendo! (Bolsonaro, 11/03/2021).

No início da cena, vê-se que o referente “Distrito Federal” é ativado e, logo em seguida, corrigido pela ativação de outro referente, “o governador”, em uma correção saneadora, isto é, autocondicionada, revelando a estratégia do locutor de personificar na cena seu oponente. Após informar detalhes sobre o decreto realizado pelo governador, Bolsonaro encapsula todas essas informações no pronome anafórico “isso”, que, em seguida, é categorizado como “estado de sítio”. Desse modo, o contexto gerado pelo decreto de *lockdown* realizado pelo governador é concebido na cena como um estado de sítio, referente que é repetido várias vezes, demonstrando a intenção retórica de reforçar o argumento.

Projetando que seu interlocutor possa não compartilhar do conhecimento sobre o referente, ainda na cena, o estado de sítio é definido como “a proibição de locomoção”, o que feriria o direito à liberdade de ir e vir, presente na Constituição e, portanto, um grande valor compartilhado. Além disso, o locutor segue na cena inserindo uma explicação de que o estado de sítio apenas poderia ser decretado pelo presidente com aprovação do Congresso, trazendo à tona o valor da autoridade, que, nesse caso, está sendo desafiada pelo desrespeito à hierarquia. Logo, isso faz do estado de sítio implantado (*lockdown*) “um crime” (como é recategorizado na cena o referente “estado de sítio”) e quem o implantou (governadores e prefeitos), criminosos.

Diante disso, é possível observar, pelo enquadramento ditatorial que recebe a cena, a construção referencial do *lockdown* como uma medida que gera um estado de sítio, em que é removido o direito à liberdade do indivíduo. Nessa cena, governadores e prefeitos seriam ditadores criminosos, visto que são responsáveis por decidir por essa medida, algo que apenas o presidente com o apoio do congresso teria autoridade para fazer. Assim, vê-se nessa cena o *frame* neoliberal (liberdade) e neoconservador (militarismo anticomunista, autoridade) associados na atividade de referenciação dos objetos de discurso.

Na cena referencial seguinte (trecho (IV)), o foco está na condução da pandemia realizada pelo ex-presidente. A cena é constituída, em um primeiro momento, pela opinião da oposição de que ele não está fazendo nada para conter o avanço da pandemia, seguida da incorporação de um contexto que ilustra e faz melhor compreender a justificativa dada ao final, de que sua inação é explicada pela falta de apoio das outras autoridades do país, que estão contra ele.

- (IV) **Alguns** podem tá perguntando: e você presidente, tá fazendo o que? Que é comum né. Tá fazendo nada? Fica fazendo uma série de... até mesmo de **agressões. Num dá pra dialogar com esse tipo de gente.** Pessoal, **num momento difícil da tua família.** Já pensou, o marido perde o emprego, chega em casa, e a mulher e o começa uma briga com ele. Não vai resolver nada. **Nos momentos difíceis é que a família tem que se unir. Nos momentos difíceis que a nação tem que se unir.** Quanto mais **atiram** em mim, de forma covarde por parte de parte da sociedade, mais tá **enfraquecendo** quem pode **resolver a situação** (*aponta para si mesmo*). Como é que eu posso **resolver a situação**? Eu tenho que ter apoio! (Bolsonaro, 11/03/2021).

O pronome “alguns” inicia a cena, indefinindo o sujeito, que apenas fica claro a partir das seguintes expressões: “agressões”, “não dá para dialogar” e “esse tipo de gente”. Essas expressões ancoram-se em um enquadramento de conflito e de desqualificação do outro que são próprios do *frame* neoconservador pelo elemento-frame militarismo anticomunista, considerando a guerra cultural empreendida pela retórica bolsonarista. Isso nos leva a inferir que o locutor está invocando na cena a visão de seus opositores sobre ele.

Como estratégia para melhor argumentar sobre a existência dessa visão, o locutor invoca na cena um contexto intersubjetivo enquadrado em um ambiente familiar que representa “um momento difícil”. No contexto sociocognitivo (Van Dijk, 2012) invocado, há como participantes o homem, aparentemente na posição de provedor, que perdeu o emprego e, quando chega em casa, não recebe o apoio da esposa – cujo dever seria cuidar dele – e, em vez disso, começa a brigar com ele. Com esse contexto ancorado na estrutura de uma família tradicional, o locutor pretende mostrar a importância da união em momentos difíceis, como o é o do país atualmente.

Em seguida, pelo paralelismo semântico estabelecido, percebe-se que o locutor visa que compreendamos a nação (domínio-alvo) em termos de família (domínio-fonte), metáfora conceptual do campo político recorrente, como mostra Lakoff (2008). Seguindo o mapeamento metafórico, a partir do contexto incorporado, se a família é a nação, o presidente é o chefe que está passando por momentos difíceis (expressão repetida diversas vezes), e não recebe apoio em casa. A falta de apoio fica clara pela expressão “atiram em mim”, referenciando-se à sociedade (ou aos membros da família), que estaria enfraquecendo-o. Ele se autocategoriza como o que “pode resolver a situação”, ideia reforçada pela estratégia de repetição de pergunta retórica.

Com isso, percebe-se que a inserção do contexto ancorado em um modelo idealizado (e tradicional) de família, isto é, um modelo de *strict father Family*, baseado em valores conservadores, como o patriarcalismo, autoridade, hierarquia, obediência e punição (Lakoff, 2008), pretende causar identificação moral no leitor, sendo o correto a família realmente estar

unida em um momento difícil. Compreendido isso, o locutor afirma que a nação é a família, fazendo o papel de “governar na pandemia” ser entendido em termos de “prover a família sem ter mais emprego”, um desafio que apenas é vencido com apoio. Com isso, a partir da associação com o *frame* neoconservador pelo elemento família o locutor promove uma justificativa moral para sua atuação falha na condução da pandemia, deslocando a culpa para todos os membros da nação que não o apoiam (governadores, prefeitos, imprensa, instituições científicas, parte da sociedade etc.).

Na cena seguinte (trecho (V)), ainda com foco em sua atuação como presidente na condução da pandemia, Bolsonaro segue com a estratégia de inserção de um contexto baseado em um modelo idealizado de família tradicional.

- (V) Em qualquer lugar, até **na sua casa**, em certas áreas, ou **você manda** ou **tua mulher** manda, se não **a molecada** faz a festa. No Brasil, **o Supremo** decidiu que **somos concorrentes**. O que é que é isso? Eu, estados e municípios **somos concorrentes** (Bolsonaro, 11/03/2021).

Nessa cena referencial, pela ativação do referente “a sua casa”, o interlocutor, projetado enquanto homem chefe de família (identificado pelo referente que aparece a ele associado, “tua mulher”) é convidado a acionar o contexto da sua própria casa. Acionado o contexto, a questão da autoridade única, comum a esse modelo de família (Lakoff, 2008), é trazido pela cena, sendo a ausência dela algo predicado como negativo.

Após isso, Bolsonaro, ao trazer à cena a decisão do STF de conceder autonomia aos estados e municípios em relação às medidas sanitárias relacionadas à pandemia da Covid-19<sup>17</sup>, associa o contexto incorporado à cena ao da pandemia. Com isso, é concluído que, assim como o chefe de família e a esposa são concorrentes no contexto incorporado por ele, também o são estados e municípios, afirmação realizada enfaticamente pela estratégia de repetição.

Considerando que essa conclusão está incorporada à cena referencial anterior, pode-se observar que ela é preenchida por uma construção metafórica realizada de forma situada em que o governo federal (domínio-alvo), conceptualizado como presidente em um processo metonímico, é entendido em termos de marido (domínio-fonte); os estados e municípios (domínio-alvo) em termos da mulher (domínio-fonte), que disputa a autoridade do marido; e o povo (domínio-alvo) em termos da molecada (domínio-fonte), que, sem a autoridade definida, “faz a festa”, isto é, faz bagunça. Dessa forma, a partir dessa cena, infere-se que a atuação desastrosa do presidente se dá devido à disputa de autoridade existente entre os entes federativos no que concerne às decisões relacionadas à pandemia, assim como acontece em uma família

---

<sup>17</sup> G1 (globo.com) [Supremo decide que estados e municípios têm poder para definir regras sobre isolamento | Política | G1 \(globo.com\)](#)

tradicional, quando o pai tem sua a autoridade desafiada, e os filhos não sabem a quem obedecer. A responsabilidade, portanto, não seria dele, mas daqueles que resolveram disputar sua autoridade.

Na próxima cena referencial (trecho (VI)), o objeto de discurso em jogo passa a ser o *lockdown*, que é construído discursivamente como uma medida ditatorial.

- (VI) como é fácil impor **uma ditadura** no Brasil. Vou repetir: como é fácil impor **uma ditadura** no Brasil! Nós tamo vendo **municípios** onde **guarda municipal** com um **cacetete** mantinha **todo mundo dentro de casa**, imagina umas **forças armadas** com **fuzil?! Em nome da ciência**, em nome da **sua vida**, você vai ficar em casa mofando [...] EU SOU o **garantidor da democracia**, tendo em vista a situação que está acontecendo no Brasil (Bolsonaro, 11/03/2021).

Na cena, por uma expressão nominal indefinida, é ativado o referente ditadura, que é predicado como de fácil aplicação no país, argumento reforçado pela repetição retórica, que, inclusive, é anunciada pelo locutor, desvelando sua intenção. Em seguida, a referência aos municípios (e todo o contexto de disputa e de oposição a eles incorporado) é ativada, junto a uma série de referentes remissivos à opressão (elemento do *frame* ditadura ou regimes ditatoriais), a saber, “guarda municipal”, “cacetete” e “todo mundo dentro de casa”, usados para descrever a realidade do *lockdown* posto em prática nesses locais. Feito isso, o locutor, pela expressão “imagina se”, convida o interlocutor a colocar-se em um contexto hipotético agravado, com a mesma cena descrita, mas em vez de guarda municipal, haveria as forças armadas, e em vez de cacete, fuzis (armamento pesado). Em outras palavras, um contexto em que não os municípios, mas sim o governo federal estivesse no comando. Desse modo, a decisão por não apoiar o *lockdown* é o que faz dele, como ele próprio predica, “o garantidor da democracia”.

Ao final da cena, percebe-se que o locutor concebe o *lockdown* não com uma medida científica, mas ditatorial realizada com essa desculpa para ser aceita socialmente (“em nome da ciência”, “da sua vida”). A garantia da democracia é utilizada, portanto, por Jair Bolsonaro, como justificativa moral para se colocar contra o *lockdown*, por sua opção de ser anticomunista e, assim, contra a ditadura (*frame* neoconservador).

Na cena seguinte (trecho (VII)), o objeto de discurso volta a ser os efeitos negativos do *lockdown*, discutidos como justificativa para a não adesão do governo federal a essa política.

- (VII) ENTENDO que o vírus mata. ENTENDO que temos que fazer todo o possível para evitar a morte, mas o **desemprego** leva à **depressão**. Leva à **violência**, **brigas**, leva à **morte**, leva a um **CAOS... é isso que está acontecendo no Brasil...** Vejo agora um governador... falando que não quer no seu estado **cultos religiosos...** **O cara desesperado** vai pra igreja, **num pode mais ir pra igreja** -- seja católica, seja evangélica, seja qual for -- **NÃO**

**PODE MAIS IR...** E também não pode ter mais **jogo de futebol** (Bolsonaro, 11/03/2021).

O locutor inicia a cena projetando o discurso da oposição sobre a adoção do *lockdown* ser uma forma de salvar vidas, informando repetidas vezes e com entonação enfática que compreende esse posicionamento. Entretanto, logo em seguida, o referente “desemprego” é ativado de forma associada (por uma inferência de causalidade) à *lockdown*, e uma série de outros referentes com conotação negativa associados indiretamente a ele (“depressão”, “violência”, “brigas”, “morte”), finalizando, de forma enfática, com o hiperônimo “caos”. Todos esses referentes são encapsulados pelo pronome anafórico “isso”, que, por sua vez, é predicado como sendo o que está acontecendo no Brasil. Assim, o locutor contra-argumenta a visão de seus oponentes, informando que o *lockdown* não está tendo sucesso (*frame* neoliberal), pois não está cumprindo seu objetivo de salvar vidas, justificando, assim, seu posicionamento contrário a ele.

Em seguida, Bolsonaro focaliza outro efeito do *lockdown*, a proibição de ida a cultos religiosos (*frame* neoconservador), algo que afeta diretamente seu interlocutor cristão. Com essa referência, e com a inserção de uma breve ilustração para argumentar o papel desse local, o locutor enquadra-o como um espaço de acolhimento, algo valorizado socialmente em um momento de tamanha incerteza como a pandemia. Para marcar a contraposição entre essa importância e o *lockdown*, o locutor utiliza a estratégia de repetição retórica para enfatizar a proibição. Somada à proibição de ida à igreja, o locutor também ativa o referente “jogo de futebol”, que também está proibido.

Dessa forma, com a proibição dessas duas atividades, o locutor ancora-se nas predisposições (ou *habitus*, para citar Bourdieu (1996)) de quem ele projeta serem seus interlocutores (homens héteros e cristãos) e os valores compartilhados por eles. A partir disso, traz à cena elementos importantes para esse grupo, que servirão de base para sua justificativa moral para ser contrário ao *lockdown*.

Na última cena selecionada (trecho (VIII)), o objeto de discurso é a vacina contra a Covid-19.

(VIII) Eu nunca fugi da **verdade**... usei o João 8:32 pra ocasião das eleições “e conhecereis a verdade e a verdade vos libertara”, mas a verdade incomoda muita gente, não vou mudar a minha maneira de ser, não vou fugir do meu papel... O que você tem a reclamar de eu como chefe do executivo? To fazendo minha parte, obras com Tarcísio, com Rogerio Marinho, as forças armadas **ajudando o Brasil, na questão das vacinas, ajudando em tudo**, o Marcos Pontes se virando nos 30 aí, buscando **alternativas** para nós termos **a nossa própria vacina** e ter **um remédio** um dia... ninguém fala, **porque remédio é barato**, fala de **vacina que é cara** né. E **vacina é cara** é bom porque é pra vida toda... Vida toda tendo mais **vacinas** né, **vacina, vacina**,

**vacina, vacina** de acordo com o prazo de validade e com **o remédio é diferente**... Não tô preocupado aqui... ai quero economizar, não é economizar, você tem que ter uma vacina e se pegar a doença toma o remédio pô... Doutor **o tratamento off-label** isso é permitido pra você? Off-label, fora da bula (Bolsonaro, 11/03/2021).

A cena tem início com a inserção de uma explicação a partir da intertextualidade a uma passagem bíblica, para provar a afirmação de que o locutor nunca fugiu da verdade. Afirmação que passa a fazer sentido quando o referente vacina é ativado. Considerando a associação indireta feita entre os dois referentes, “a verdade” e “a vacina”, o locutor parece rebater as críticas de que ele seria negacionista em relação à efetividade da vacina ou ainda, justificar a sua desconfiança em relação a elas, como o ato de procura pela verdade, se seriam eficazes ou não. De todo modo, a justificativa ancora-se na referência a um texto religioso cristão (*frame* neoconservador), usado como argumento de autoridade que comprovaria a sua característica de ser verdadeiro, visto que é um texto bíblico que vem invocando desde a campanha.

Após informar, reiteradamente, que seu governo está ajudando o Brasil, inclusive na questão das vacinas, é dito que um de seus ministros está buscando “alternativas” à vacina, referente que é recategorizado posteriormente como “um remédio”. O locutor insere uma justificativa para investir na busca por essa alternativa e não em vacinas, como ser algo barato, diferente da vacina que é cara (predicação que é reforçada pela repetição).

Após isso, como estratégia modalizadora de seu discurso, ao projetar a possível recepção negativa de querer economizar para salvar a vida das pessoas, o locutor predica o referente positivamente como sendo durável. Então, mais uma vez em interação com a projeção que faz de sua audiência, com receio de estar se contradizendo, realiza a estratégia de paráfrase saneadora, “vida toda tendo mais vacinas né”. Para reforçar o argumento de que a vacina é algo que precisa constantemente ser comprado, o locutor utiliza a estratégia de repetição retórica.

Em contraposição, o locutor reativa na cena o referente remédio, predicando-o como diferente. Retomando por associação indireta a vacina e refletindo sobre a cena e a possível recepção dela, em uma paráfrase saneadora, o locutor informa não estar preocupado em economizar, defendendo que deve haver a vacina, mas também o remédio, em caso de contração do vírus e da infecção. Ao final da cena, repentinamente, Jair Bolsonaro dirige-se ao convidado, e ativa o referente tratamento precoce pela expressão nominal definida “o tratamento *off-label*”, em uma referência indireta ao remédio alternativo à vacina.

É interessante notar na cena que Bolsonaro oscila entre desqualificar a vacina – propondo como alternativa um remédio a ser produzido ou o próprio kit covid – e qualificá-la como necessária. A justificativa para o remédio ora seria pelo fato de a vacina ser cara,

justificativa moral que verifica poder não ser bem aceita; ora seria por ser necessário, para aqueles que, mesmo com a vacina, ainda desenvolvam a Covid-19, o que parece ser uma justificativa mais aceita. Essa oscilação na progressão referencial revela que o presidente está reconfigurando o modelamento, visto que o contexto social mudou e as vacinas, mostrando resultados positivos ao redor do mundo, não podem ser mais referenciadas como uma medida dispensável e o kit covid como melhor alternativa a ela.

### 7.2.3 Live de 15 de abril de 2021

Na *live* de quinta-feira transmitida no dia 15 de abril de 2021, conforme mostra a Figura 21, o presidente aparece com a intérprete de Libras, Elisângela, e com o então presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães, figura comum nas *lives*. Os assuntos sobre a pandemia debatidos versam, principalmente, sobre o *lockdown* e seus efeitos, visto que naquele mês houve uma alta nos casos de Covid-19, sendo registrado o maior número desde o início da pandemia<sup>18</sup>, o que fez governadores e prefeitos do país voltarem a aderir às medidas de isolamento social, entre elas, o *lockdown*.

Figura 21 – Jair Bolsonaro, a intérprete de Libras e o convidado, Pedro Guimarães, na *live* de 15 de abril de 2021



Fonte: Acervo da autora.

Na primeira cena referencial selecionada (trecho (I)), o objeto de discurso focalizado é o papel da mídia diante da pandemia, trazendo à cena, para isso, a referência ao tratamento precoce.

- (I) Olha só como **a mídia** se comporta né, eu nunca vi... algo tão **sujo** no mundo como **GRANDE parte da mídia no Brasil**, é uma coisa realmente que **se aproxima do chorume**, uma coisa **FÉTIDA**... é grande parte **dessa mídia podre** do Brasil... olha aqui... ((mostra um papel com um *tweet* de uma

<sup>18</sup> Mês mais letal da pandemia, abril tem alta de 23,5% em mortes por Covid-19 (cnnbrasil.com.br)

reportagem e o lê)) "**médicos** fazem **tratamento clandestino** com cloroquina contra a covid-19"... eu não quero discutir a cloroquina aqui... eu tomei e me salvei... MUITA GENTE tomou e se safou... isso chama-se **tratamento precoce** ou **tratamento imediato** ou **tratamento off-label**... **o médico** tem **direito** de bem receitar o que ele achar que é melhor para o paciente... a exemplo de Chapecó, o prefeito lá, João Rodrigues... lá os médicos têm **liberdade** para receitar o que eles achar melhor... se ele achar que tem que ser a **cloroquina**, vai ser... **ivermectina**, vai ser... seja lá o que for... agora porque que a **mídia** faz **um trabalho SUJO** como **esse**? pelo que tudo indica, a certeza que eu passo a ter é que quanto mais mortes tiver melhor pra PROVOCAR né, uma **grande revolta contra o presidente da república** (Bolsonaro, 15/04/2021).

No início da cena, o locutor ativa o referente mídia por uma expressão nominal definida, sendo ela própria e seu comportamento predicados com as expressões “sujo”, “que se aproxima do chorume”, “fétida” e “podre”, isto é, expressões negativas que a desqualificam, ou pelo menos parte dela (o que fica nítido pela reativação do referente com “grande parte da mídia”, o que revela uma correção autocondicionada pela percepção de que há uma parte da mídia que o apoia, não podendo, portanto, generalizar).

A justificativa para categorizar a mídia dessa forma é apresentada na cena pela inserção de um intertexto, uma manchete de reportagem que versa sobre o tratamento precoce. Ocorre que, na manchete, o tratamento foi recategorizado como “tratamento clandestino”, chamando-o, portanto, de ilegal e, assim, deslegitimando-o.

Após negar que o foco da cena seja tratar sobre a eficácia da cloroquina, mesmo pontuando que ele e muita gente (com entonação enfática) tomou o medicamento e se salvou – predicando-o, dessa forma, como bem-sucedido (*frame* neoliberal) –, volta a focar no tratamento precoce, reativado também na cena pelas expressões nominais “tratamento imediato” e “tratamento off-label”, com o fim de argumentar em favor das formas que ele deve ser referido, negando e contrapondo-se à forma negativa com que a reportagem o chamou.

Feito isso, o referente médico é ativado, em uma associação indireta ao tratamento precoce, por uma expressão nominal definida, e o ato de receitar a cloroquina para os pacientes é nominalizado como “direito” e, à frente, após a inserção de uma ilustração para reforçar a argumentação, como “liberdade”. Desse modo, como também observado nos dados de 2020, o locutor concebe na cena a opção pelo tratamento precoce como um direito à liberdade (*frame* neoliberal).

Em seguida, ainda na cena mostrada no trecho (I), utilizando-se de uma pergunta retórica para organizar a argumentação, o locutor reativa o referente mídia e a manchete mostrada no início, por meio de um pronome anafórico, “esse”, e de uma expressão nominal, “trabalho sujo”, que retoma também toda a predicação negativa feita pelo hiperônimo “sujo”.

A partir disso, Bolsonaro responde à própria pergunta com a inserção de uma explicação que enquadra a atuação da mídia sobre o tratamento precoce como uma provocação que tem como intuito gerar uma “revolta”, ou seja, fazer com que a opinião pública se volte contra ele, nem que para isso mortes sejam causadas.

Assim, observa-se na cena que o locutor apresenta a visão sobre o tratamento precoce da parte da mídia alinhada ao discurso científico sobre o tratamento precoce, contrapondo-se a ela. Se lá ele é tratado como clandestino, para o ponto de vista bolsonarista é um tratamento bem-sucedido por salvar vidas de muita gente, inclusive a dele próprio (argumento de experiência). Por desqualificar um tratamento que salva vidas, incentivando as pessoas a não aderirem a ele com a desculpa de que está se preocupando com a vida, o trabalho da mídia é enquadrado na cena como mal-intencionado e perverso, por causar mortes para provocar o presidente. Assim, pelo ataque empreendido à oposição na referenciação praticada na cena, percebe-se a atuação do *frame* militarismo anticomunista, que visa combater os inimigos e suas práticas.

Na cena seguinte (trecho (II)), o objeto de discurso em foco são os efeitos do *lockdown* e a oposição da mídia ao governo federal.

- (II) Com **essa política do fique em casa, do lockdown, do confinamento...** esses **superpoderes** que o supremo deu para governadores e prefeitos...mas tem **uma consequência disso**, como por exemplo aqui ((referindo-se ao papel que têm na mão))... desde março do ano passado eu falava né, continuo falando que nós temos **dois inimigos...o vírus e o desemprego**, mas **a grande parte da mídia** o tempo todo **batendo em mim** porque **virou esporte**, neh, por parte desses órgãos de imprensa... não são todos, mas **virou um esporte**... temos aqui **a matéria do correio brasileiro** de dois dias... "o Brasil tem 125 milhões de pessoas que **não sabem se vão se alimentar bem**"... na verdade, é saber se vão comer o suficiente... eu não sei quanto uma pessoa come por dia... vou chutar aqui 1 kg de alimento por dia, vou chutar... esse pessoal aqui vai comer 700 gramas, 600 gramas, 500 gramas... **essa é a preocupação, essa é a política do fique em casa...** (Bolsonaro, 15/04/2021).

No início da cena, o *lockdown* é ativado pela expressão nominal definida “essa política do fique em casa”, parafrazeado por “o lockdown” e “o confinamento”, e, logo em seguida, recategorizado pelo hiperônimo “superpoderes”, predicados como sendo dados pelo STF aos governadores e prefeitos. Ao enquadrar as atribuições relegadas aos prefeitos e governadores dessa forma, o locutor as trata como exageradas, deixando claro seu posicionamento contrário em relação a elas.

Focando agora nos efeitos desses “superpoderes”, o locutor traz esse ponto à cena pela ativação do referente “uma consequência disso”, que logo é desvendado pela associação indireta ao referente “o desemprego”, o qual, por sua vez, é anunciado, junto ao referente

“vírus”, como hipônimo de “inimigos”. Dessa maneira, um aspecto que ameaça a vida é colocado em pé de igualdade a outro que ameaça o desenvolvimento econômico, com ambos os fatores participando do mesmo conjunto, que precisa ser combatido – equiparação também observada nos dados de 2020.

Passando o foco para a mídia, o locutor ativa esse referente a partir da expressão nominal definida “a grande parte da mídia”, descrevendo sua atividade com “batendo em mim” (referindo-se a ele próprio e, assim, trazendo o enquadramento de combate à cena) e, ao final, nominalizando essa prática como “esporte” (expressão popular para algo habitual e divertido) e utilizando a estratégia de repetição retórica para enfatizar o argumento. Para comprovar a afirmação, o locutor insere um intertexto na forma de uma matéria de jornal que trata acerca da situação de altos índices de insegurança alimentar enfrentada pelos brasileiros na época. Esse contexto, ao final da cena, é nominalizado pelo locutor como “preocupação” e como “política do fique em casa”, esta última expressão nominal reativando o referente que inicia a cena, associando-o indiretamente como a causa da insegurança alimentar.

Dessa maneira, observa-se na cena mais uma vez o enquadramento bélico (*frame* neoconservador pelo militarismo anticomunista), que faz enxergarmos os objetos referenciados nela da seguinte forma: existem dois oponentes, grande parte da mídia e o presidente; para aquele, o inimigo é o vírus, e para este último, o desemprego. Tendo nesse contexto os participantes e seus papéis definidos, o locutor pretende, com a cena, referenciar a arma defendida pela grande mídia para combater seu inimigo como ilegítima, visto que causa um grande dano: a insegurança alimentar. Assim, por ser a preocupação do governo a garantia de uma boa alimentação à população é que ele opta por ter como seu inimigo o desemprego, o que se apresenta, pelo valor da empatia e da solidariedade ao próximo que o fato desperta, ser uma justificativa moral adequada para ele ser contrário ao *lockdown* e ter como arma o isolamento vertical.

Na cena seguinte, o foco é referenciar a atuação dos governadores de oposição com a política do *lockdown*, a partir de seus efeitos presentes e futuros.

- (III) Ou seja, **a alimentação**, que já teve uma alta grande, perto da **inflação**, vai ter uma alta MUITO MAIOR quando ai voltar a política de abrir mais coisas, ou abrir tudo, o que seria, no meu entender, o NORMAL... não **essa política ai adotada por alguns governadores** que fechou tudo no seu estado... **a inflação VEM ALTA** também... ou seja, estamos com **uma tempestade quase perfeita** pela frente... talvez seja isso que **alguns governadores** queiram... pela economia **atingir o governo...** e **a briga** desses governadores, não são todos, mas desses **não é derrotar o vírus, é tentar derrubar o presidente**, néh, e...eu quero saber, né, o que que vai esperar, o que que esse futuro governante pode esperar do Brasil caso ele ganhe as eleições no futuro... com esse tipo de **política de terra arrasada** que eles

estão fazendo no Brasil... lamento muito realmente pelo futuro do nosso Brasil (Bolsonaro, 15/04/2021).

Primeiramente, é feita uma remissão à insegurança alimentar, focalizada na cena anterior, pelo referente “a alimentação”, predicada como tendo sido alta em momento anterior (possivelmente referindo-se ao ano de 2020, como vimos nos dados desse período), o que se associa de forma indireta ao referente “inflação”. Em momento posterior, o referente inflação é reativado, dessa vez, para descrever um contexto futuro, quando acabar a pandemia e suas políticas de isolamento, sendo predicado como alto. Além disso, esse mesmo referente é indiretamente associado ao *lockdown*, ativado na cena por meio da expressão nominal definida “essa política adotada por alguns governadores”. Esse contexto futuro descrito pelo locutor é nominalizado como “uma tempestade quase perfeita”, utilizando-se, assim, uma metáfora situada que relaciona a pandemia à natureza<sup>19</sup> e predica os efeitos futuros do *lockdown* como devastadores, intensificando a desqualificação da atuação de seus opositores.

Ao final da cena, assim como no trecho (I) em relação à mídia, a atuação dos governadores, além de ligada a danos presentes e futuros, é reduzida apenas ao fato de opor-se ao presidente, sendo definida em termos de “briga”, “atingir o governo”, “derrubar o presidente”, isto é, todas referências associadas para instaurar o contexto bélico de combate, que, como temos percebido, é próprio à retórica bolsonarista sobre a pandemia. Por fim, o *lockdown* é recategorizado como “política de terra arrasada”, excluindo-se dessa medida o efeito de salvar vidas. Assim, a atuação dos governadores é referenciada na cena como algo que deve ser combatido por trazer malefícios à população (inflação e alta nos preços dos alimentos), gerar um estado de exceção (por meio da política de terra arrasada) e danos à democracia (tendo em vista a intenção de derrubar o presidente). Vê-se, portanto, o objeto de discurso sendo construído sob a ótica de um militarismo anticomunista e, portanto, do *frame* neoconservador.

#### 7.2.4 *Live* de 17 de junho de 2021

Na *live* de quinta-feira, transmitida no dia 17 de junho de 2021, o presidente aparece, com a intérprete de Libras, Elisângela, e com o deputado federal de Goiás, Major Victor Hugo (Figura 22). Na *live* em questão, os assuntos sobre a pandemia debatidos versam, principalmente, sobre o uso de máscaras faciais e a vacina e sua eficácia.

---

<sup>19</sup> Associação já apontada por Rocha e Curti-Contessoto (2021) e verificada neste trabalho nos dados de 2020.

Figura 22 – Jair Bolsonaro, a intérprete de Libras e o convidado, Major Victor Hugo, na *live* de 17 de junho de 2021



Fonte: Acervo da autora.

Na primeira cena referencial selecionada, o objeto de discurso em foco é o uso de máscaras faciais, referenciado como um instrumento de arrecadação por meio de multas. Como pode ser visto na cena, a seguir, no trecho (I), ela começa com o ex-presidente introduzindo o referente a partir da inserção de uma experiência cotidiana sua em que estava no carro percorrendo as rodovias do estado de São Paulo.

- (I) Vi ao longo do caminho, pelo menos dois painéis luminosos escrito o seguinte -- vê se alguém viu aí -- "Use **máscara**. Sujeito à **multa**"... ué, **São Paulo** tá multando quem tá **no seu carro, dentro do seu carro** sem máscara? Ou tá **dentro do seu carro** com sua **esposa**, seu **esposo**, seja lá quem for lá... vai ser multado por causa disso? Não tem **limite arrecadatário... o governo de São Paulo**? Que durante a **pandemia aumentou o ICMS** em praticamente tudo no seu estado... (Bolsonaro, 17/06/2021).

O uso de máscara emerge na cena por meio da inserção de um intertexto referente à placa que ele teria visto. Nesse intertexto, há uma associação indireta entre os dois referentes, máscara e multa, que se tornam o foco da cena logo em seguida, quando o locutor, em um trabalho inferencial, insere a explicação de que São Paulo (em uma relação de sinédoque referindo-se ao governo do Estado), estaria aplicando multas para as pessoas que estivessem no carro sem máscara.

A fim de mostrar seu posicionamento desfavorável à medida e enfatizar o absurdo dela em sua visão, Bolsonaro utiliza a estratégia de repetição retórica, para a expressão “no seu carro” e “dentro do seu carro”. Vale pontuar um elemento dessa repetição, o pronome possessivo “seu”, que, além de se referir diretamente ao interlocutor (intencionando o efeito de imaginar o carro como sendo realmente dele), predica o carro como uma propriedade privada,

acionando um valor basilar ao neoliberalismo (*frame* neoliberal) e, assim, promovendo uma justificativa moral para ser conceptualizada como errada a obrigatoriedade do uso de máscara.

Em seguida, é dado à cena o enquadramento de família tradicional (*frame* neoconservador), ao serem ativados nela os referentes “esposo” e “esposa”, por meio da incorporação de um contexto em que esses dois participantes estariam dentro do carro. Em seguida, comentando o contexto que acabou de incorporar à cena, o locutor realiza uma pergunta retórica, com vistas a minimizar a necessidade de aplicação de multa.

A incorporação do contexto à cena parece ser uma estratégia empregada para o interlocutor imaginar-se nele, tendo em vista a projeção de que a audiência compartilha dos valores da família tradicional. Espera-se, assim, que, por perturbar a propriedade privada do carro (*frame* neoliberal) e a paz de sua família (*frame* neoconservador) – em última instância também uma propriedade privada –, o interlocutor possa enxergar esse contexto, e, por conseguinte, a obrigatoriedade do uso de máscara nesses locais, como moralmente errado.

Em seguida, os referentes “limite arrecadatório” e “governo de São Paulo”, associados indiretamente ao uso de máscaras e à multa, aparecem em uma pergunta retórica. Com essa estratégia, Bolsonaro faz o interlocutor também se questionar se o governo de São Paulo já não estaria arrecadando demais, predicando essa medida como exagerada. Para reforçar essa predicação, emerge na cena mais um referente que diz respeito ao aumento do ICMS na pandemia pelo mesmo governo.

Posto isso, a cena referencial constrói o objeto uso de máscara como algo obrigatório em veículos particulares (informação que não se verifica na prática, visto que esse uso seria apenas uma recomendação<sup>20</sup>). A essa construção referencial é dado o enquadramento neoliberal e neoconservador, por ser algo moralmente errado, visto que fere o princípio da propriedade privada e o bem-estar da família tradicional. Por fim, essa prática também é construída como moralmente errada pela intenção dela ser não a de salvar vidas, mas sim a de meio de arrecadação de verba. Com isso, opera-se uma deslegitimação dos opositores pela má intenção que haveria por trás de seus atos de enfrentamento à pandemia, estratégia que tem se mostrado comum até o momento, nos dados de 2021.

Na cena seguinte (trecho (II)), o objeto de discurso em foco são os efeitos da utilização de máscaras faciais no carro, isto é, as consequências do que foi discutido na cena anterior.

- (II) Eu acho... não sei... tem algum médico aqui? **O CO2 não leva ao sono? Não ajuda ao sono?**... você que é veterinário aqui ((aponta para alguém dos bastidores)) ... O cara tá **com uma máscara**, o **carro tá fechado**, ele **com a máscara**, respirando ali... quer dizer... vai ter uma **oxigenação MENOR** no

<sup>20</sup> É falso que PM e Detran vão multar motoristas que dirigirem sem máscara | Aos Fatos

seu corpo... isso aí não precisa ser médico para dizer isso aí... isso pode **levar a acidentes**... (Bolsonaro, 17/06/2021).

A cena tem início com Jair Bolsonaro realizando uma paráfrase (de “eu acho” para “não sei”) que revela uma estratégia de modalização do que será falado. Pela inserção da pergunta sobre a presença de um médico nos bastidores da *live*, requisitando-a, parece ser uma constatação científica que precisa de um argumento de autoridade. Feito isso, o referente CO2 é ativado na cena, sendo predicado como algo que causa o sono, relação de causa e efeito que logo é modalizada por uma paráfrase do verbo, trocando-o por “ajuda”, implicando uma relação menos direta entre os referentes.

Feito isso, é incorporado à cena um modelo de contexto (Van Dijk, 2012) intersubjetivo dentro do qual o interlocutor é levado a se imaginar. Nesse contexto, há um participante (“o cara”) que está dirigindo no carro fechado e utilizando uma máscara (elemento do contexto reiterado pela estratégia de repetição retórica). A partir disso, é feita uma associação indireta entre o referente CO2 e o contexto incorporado à cena, que permite ao locutor produzir inferências causais entre os referentes uso de máscara no carro, oxigenação menor, sono e acidente. Há, aqui, portanto, a presença de um argumento falacioso, estratégia comum ao modelamento, como temos visto desde os dados de 2020.

Considerando as dimensões da emergência e incorporação na construção do contexto (Hanks, 2008) e, portanto, do texto, essa justificativa de o uso de máscara em carro levar a acidentes, incorporada ao contexto da cena referencial anterior a essa (trecho (I)), que recebe o enquadre do *frame* família, produz efeitos morais ainda mais legítimos para condenar a medida. Além de perturbar o bem-estar da família, o uso de máscara pode ser uma ameaça à própria vida dela. Desse modo, a associação dessa cena ao *frame* neoconservador pelo elemento-*frame* família no modelamento sociocognitivo e discursivo da pandemia produz efeitos de justificativa moral para o uso de máscara, concebida como uma medida, sobretudo, perigosa.

A cena referencial seguinte (trecho (III)) tem como foco referenciar o objeto de discurso vacina e sua eficácia. Para isso, o locutor inicia a cena realizando uma pergunta para alguém dos bastidores (possivelmente algum médico), a fim de validar sua ideia de que contrair o vírus tem o mesmo efeito de ser vacinado, no que diz respeito à imunização. Tendo a resposta positiva, o locutor segue com a cena, como vemos a seguir:

- (III) Você me considera vacinado porque eu peguei o vírus ou não? ((pergunta para alguém dos bastidores)) {com certeza} considera... Então o que que é uma **vacina**? É **um vírus morto**, não é isso? {atenuado} **atenuado, inativado que injetam na pessoa**, o organismo detecta aquilo e cria anticorpos para aquilo e obviamente **não causa nenhum mal à pessoa** né... só um possível efeito colateral... porque o vírus não vai se multiplicar no corpo humano... então **EU já me considero... me considero não**, eu estou

**vacinado entre aspas...** muita gente que... **todos que contraíram o vírus estão vacinados...** até de forma **mais eficaz do que a própria vacina... porque você pegou o vírus pra valer...** então quem contraiu o vírus não se discute... esse foi imunizado... que tomou vacina com eficácia como a da coronovac que é 50 por cento né... esse... tem que tomar segunda dose e talvez tenha uma dose de reforço ainda, mas são pessoas que, **no entendimento de muitos médicos de muitos governadores de estados norte-americanos**, ele pode ser dispensado da vacina. (Bolsonaro, 17/06/2021).

Na cena, o referente vacina é ativado por meio de uma pergunta retórica que abre espaço para o locutor defini-la. Ele é categorizado pela expressão nominal indefinida “um vírus morto”, e depois recategorizado, por meio de uma paráfrase saneadora heteromotivada por uma pergunta feita a alguém dos bastidores, como “vírus atenuado”. Por meio de outra paráfrase, dessa vez, automotivada (possivelmente pela projeção de encontrar uma palavra mais acessível ao auditório), o locutor recategoriza mais uma vez o vírus (e, portanto, a vacina) como “inativado que injetam na pessoa”.

A partir disso, Bolsonaro afirma, depois de corrigir-se, que está “vacinado entre aspas”, (modalizando seu discurso, possivelmente por projetar as possíveis críticas a ele), assim como todos que contraíram o vírus. Em seguida, referindo-se indiretamente à imunidade gerada pela vacina, o locutor predica a alcançada pelos que contraíram o vírus como mais eficaz, inserindo a justificativa de que “pegou o vírus para valer”, em remissão ao vírus inativado da vacina, posição que é fundamentada por ele em referência a especialistas (a médicos e governadores norte-americanos) – recurso bastante utilizado na prática da desinformação, como vimos na Seção 4.2.

Dessa forma, nessa cena vemos a vacina sendo reduzida à injeção de um vírus morto e, com isso, equiparada ao contágio de uma pessoa ao coronavírus. Já a eficácia, isto é, o sucesso de sua imunização, é desqualificada, por meio de um raciocínio falacioso de que a injeção de um vírus vivo (como é o caso do contágio) surtiria mais efeito no organismo quanto à imunização do que a de um vírus morto (inativado). Assim, a cena direciona o interlocutor a compreender não só que quem já contraiu o vírus não precisa mais ser vacinado, como também que é mais eficaz como proteção à Covid-19 contrair o vírus.

Tratando das cenas dessa *live* de forma geral, se incorporadas ao modelamento sociocognitivo e discursivo observado até agora, todas elas parecem caminhar para a intenção de encorajar as pessoas a deixarem de adotar as medidas sanitárias, nesse caso, o uso de máscara e a vacinação. Isso é feito construindo esses objetos de discurso como perturbadores, ameaçadores ou não tão eficazes, pondo em xeque até mesmo a intenção que há por traz delas. Com isso, as medidas sanitárias são vistas como malsucedidas (*frame* neoliberal), e quem as

defende como mal-intencionados, o que promove o ataque a seus opositores, alimentando a guerra cultural (*frame* neoconservador).

### 7.2.5 *Live* de 21 de outubro de 2021

Na *live* de quinta-feira transmitida no dia 21 de outubro de 2021, o presidente aparece, conforme mostra a Figura 23, acompanhado apenas da intérprete de Libras. No início, Bolsonaro anuncia que o convidado da noite será Tarcísio de Freitas, então ministro da Infraestrutura, mas que ele estaria atrasado por estar finalizando um compromisso. Entretanto, ele não conseguiu chegar a tempo, e a transmissão termina sem sua participação.

Durante a *live*, são discutidos vários assuntos sobre a pandemia. Entre eles, as cenas referenciais que trazemos aqui versam sobre: o tratamento precoce e a autonomia do médico para prescrevê-lo, a relação entre a vacina e o desenvolvimento de Aids, as mortes devido ao uso de máscaras e ao pavor à pandemia causado pela mídia, e, por fim, o passaporte vacinal e a obrigatoriedade da vacina.

Figura 23 – Jair Bolsonaro e a intérprete de Libras na *live* de 21 de outubro de 2021



Fonte: Acervo da autora.

Na primeira cena referencial selecionada (trecho (I)), o foco é o tratamento precoce, que, como veremos, é defendido pela associação desse referente com outro, a autonomia do médico.

(I) (pega uma folha e lê uma matéria de jornal) Nós temos aqui o **senhor Mauro Ribeiro** -- já conversei uma ou duas vezes com ele, se eu não me engano... acho **um excepcional profissional** -- ele é **o presidente do conselho nacional de medicina** né... e ele não defende nada especificamente para **um possível tratamento precoce**, o que ele defende é **a AUTONOMIA do médico**... quando **você** tá urrando de dor por exemplo, táh... e não tem **uma medicação específica para aquilo** que você está passando... o que que o médico tem que fazer? Ele tem que **SE VIRAR pô**, ele tem que tentar alguma coisa... não vai fazer você de cobaia... ele vai falar

pra você: "olha, isso que tá acontecendo, você tá com covid... não tem o **remédio específico ainda**, MAS... se você quiser posso te apresentar **ESSE remédio** aqui que é **usado para a malária também e pra matar piolho**, segundo as **MINHAS OBSERVAÇÕES... tem dado resultado... você aceita ou não aceita?**"... O médico fala "olha, você vai ter que ir pra casa, seguir o **doutor Mandetta** néh – (em tom irônico) **doutor Mandetta**... era o... **o garoto propaganda da globo** --, vai pra casa e quando sentir falta de ar, **ESTIVER FERRADO** -- não posso falar palavrão aqui néh --, daí você procura o médico"... E eu perguntei pro Mandetta na época: procura pra quê, Mandetta? Vai pra casa, sente falta de ar... qual **remédio** que vai tomar? "Ah, vai ser entubado"... Ah **o tubo** agora vai ser **um remédio**? (Bolsonaro, 21/10/2021).

No início da cena, é apresentado ao interlocutor um argumento de autoridade, antes mesmo de sabermos qual o foco referencial dela. O presidente do Conselho de Nacional de medicina, recategorizado positivamente pelo locutor como “um excepcional profissional”, é predicado como defensor não do tratamento precoce, mas sim da “autonomia do médico”, referente que passa a ser foco da construção referencial.

O locutor invoca na cena um modelo de contexto (Van Dijk, 2012), em que há, como participantes uma pessoa sofrendo com muita dor (papel que é dado pelo locutor ao interlocutor, “você”) devido a uma doença que não tem uma medicação específica, e um médico, que, diante dessa situação emergencial, precisa fazer algo. Nesse contexto intersubjetivo, marcado pela urgência e pela empatia pelo próximo por parte do locutor, surge, como opção apresentada pelo médico, a hidroxicloroquina e similares, medicamentos ativados pela expressão nominal definida “esse remédio”. Ainda no contexto invocado, a segurança dele é apontada pelo médico pela predicação de que ele já é utilizado para outras doenças e de que tem dado resultado positivo para a Covid-19 (isto é, a eficácia comprovada pelos relatos de experiência bem-sucedidos), o que remete de forma indireta à questão da autonomia.

Após o médico, no contexto invocado, questionar o paciente se ele aceita ou não (sendo incorporado, nesse momento, um enquadramento de liberdade de escolha), o contexto é reformulado para outra possibilidade de uso da autonomia pelo médico, dessa vez alinhada ao discurso científico. Isso fica evidente pela referência ao ex-ministro da saúde Luiz Henrique Mandetta (ativado como “doutor Mandetta”, e repetido ironicamente como tal, sendo apontado o seu alinhamento contrário a ele e em favor da mídia pela recategorização “o garoto propaganda da globo”). Nesse contexto, o médico propõe que o paciente vá para casa e volte para o hospital apenas quando sentir falta de ar – o que o locutor recategoriza como “estiver ferrado”, destacando a gravidade das condições –, momento em que será oferecido o “tubo”, isto é, a intubação, referente que o locutor recategoriza, de forma irônica, como “um remédio”, perspectivando a realidade de seus opositores e desqualificando o tratamento que eles têm a oferecer.

Na cena, para defender o tratamento precoce, Bolsonaro justifica que está defendendo, na verdade, a autonomia do médico, o que é construído pela cena como algo baseado em valores importantes, como liberdade e autonomia (*frame* neoliberal). Outra justificativa dada para a defesa do tratamento precoce é a comparação desse remédio com o oferecido pela oposição (Mandetta e mídia). Enquanto o primeiro, tendo anos no mercado e tendo mostrado resultados positivos no tratamento da covid-19 é seguro e eficaz, portanto, um sucesso, o segundo, a intubação, embora não predicado dessa forma, é visto no senso comum como arriscado e motivo de morte de muitas pessoas e, portanto, uma medida malsucedida.

Assim, é dado um enquadramento de nós contra eles, próprio do militarismo anticomunista e, assim, do *frame* neoconservador, em que, usando também elementos do *frame* neoliberal (liberdade, autonomia e, principalmente, sucesso), desqualifica o tratamento oferecido pela ciência, e constrói o objeto de discurso “tratamento precoce” como a melhor opção para se combater a Covid-19.

Na cena seguinte (trecho (II)), o objeto de discurso em foco são os efeitos da vacina relacionados ao desenvolvimento de Aids, recorrendo, para isso, à referência de sua atuação na pandemia em contraposição a de seus opositores.

(II) (pega uma folha e lê uma matéria de jornal) Relatórios oficiais do governo do Reino Unido sugerem que **os TOTALMENTE vacinados** -- quem são os totalmente vacinados? Aqueles que depois da segunda dose, néh, 15 dias depois... 15 dias após a segunda dose... totalmente vacinados -- estão desenvolvendo **a síndrome de imunodeficiência adquirida** MUITO MAIS RÁPIDO do que o previsto... recomendo lerem aqui a matéria... não vou ler aqui para vocês porque... posso ter problemas com a minha live... não quero que caia a live aqui, quero dar informações completas... Deixar bem claro... talvez eu tenha sido **O ÚNICO CHEFE DE ESTADO DO MUNDO que teve coragem** de botar a cara à tapa nessa questão... Eu governador, eu prefeito, eu presidente... um governador, um prefeito tem que **decidir** muitas vezes... e a **decisão** nem sempre agrada todo mundo, mas temos que **decidir em que lado estamos**... não vamos ficar **ao lado do politicamente correto**... pra mim é muito fácil estar falando **na globo** agora (em tom irônico), dando entrevista pro **William Bonner**, falando um montão de coisas pra agradar aí **esses que tem uma posição fixa sobre a pandemia**... mas escolhi não o lado mais difícil, **o LADO CERTO**... e **o lado certo, o lado da verdade**, sempre **é o mais difícil**. (Bolsonaro, 21/10/2021).

No início da cena, após fazer referência, como forma de argumento de autoridade, a relatórios oficiais do governo do Reino Unido e, também, de eximir-se da culpa pela afirmação, Bolsonaro ativa na cena o referente “os totalmente vacinados”, para referir-se, como ele explica posteriormente pela inserção de uma pergunta retórica e de uma explicação, aos que completaram a vacinação (primeira e segunda dose) e passaram pelo período de 15 dias (período da janela imunológica). Após essa interposição, Bolsonaro dá continuidade à cena, ativando o

referente “síndrome de imunodeficiência adquirida” (Aids), associando o seu desenvolvimento mais rápido às pessoas totalmente vacinadas contra a Covid-19.

Com a inserção da justificativa de que não prosseguirá com o assunto por receio de sua *live* ser removida, o locutor muda o foco da cena, passando a ser o objeto de discurso a sua própria atuação como presidente. A partir disso, ele categoriza a si próprio, pelo uso de uma expressão nominal definida, como “o único chefe de estado do mundo que teve coragem de botar a cara à tapa nessa questão”, em remissão, com “nessa questão”, à informação dada anteriormente. Com essa categorização, o presidente predica a si mesmo como corajoso, qualidade que passa a ser justificada por ele a partir desse ponto da cena.

O presidente passa a focar no referente “decisão”, que seria uma tarefa comum a prefeitos, governadores e presidente (os três referentes ativados na cena). Essa tarefa recebe o enquadramento neoconservador pelo militarismo anticomunista, quando o referente “lado” é ativado, e, em seguida, recategorizado como “o lado do politicamente correto” (em referência ao lado progressista, “comunista”) e, logo depois, são ativados referentes associados indiretamente a ele, como “a globo” e “William Bonner” (apresentador do Jornal Nacional, programa diário da referida emissora). Todos esses referentes do “lado do politicamente correto” são depois retomados pela nominalização “esses que têm uma posição fixa sobre a pandemia”, o que pode ser compreendido como uma referência aos posicionamentos rígidos, próprios da ciência em seu rigor metodológico, que negam observações de experiências individuais como uma certificação científica legítima (incorporando à cena, o contexto da cena anterior (I)).

Ao final da cena (II), o locutor refere-se ao lado que ele escolheu como “o lado mais difícil”, o que é recategorizado (no que pode ser uma correção), como “o lado certo” (repetidas vezes) e, mais uma vez, como “o lado da verdade”, que é predicado como o mais difícil. Com isso, o locutor faz uma remissão à relação entre a vacinação e o desenvolvimento da Aids (a verdade), e à sua coragem no que diz respeito às suas decisões (de escolher a dificuldade que é dizer a verdade).

Desse modo, o locutor também está predicando, de forma indireta, o lado da oposição, como o da mentira e da covardia, por não terem coragem de falar a verdade que é descoberta, continuando em suas posições fixas (a favor da vacinação e, por extensão, pela incorporação do contexto da cena anterior, do tratamento precoce). Diante disso, na cena, pelo enquadramento de uma visão de mundo baseada em um moralismo conservador, o lado progressista dos opositores é construído de modo negativo, pelos valores a ele associados

(mentira, covardia e arrogância); e o lado conservador, de modo positivo, pela associação de valores como a sinceridade e a coragem.

Na cena referencial seguinte, o objeto de discurso foco da referenciação é o uso de máscaras. O locutor, ao longo da cena, constrói uma rede referencial que o relaciona a mortes por pneumonia bacteriana, como podemos ver no trecho (III) a seguir:

(III) (pega uma folha e lê uma matéria de jornal) **Doutor Fauci**-- que é conhecido também como **o Mandetta americano** (ri) -- dizendo em um artigo de 2008... olha só, 13 anos atrás... que A MAIORIA das **vítimas da gripe espanhola NÃO MORREU DE GRIPE ESPANHOLA** -- entenderam aqui? -- a maioria dos que morreram de gripe espanhola **NÃO MORRERAM** de gripe espanhola, sabe do que eles morreram, na verdade? Isso aí 13 anos depois.... de **pneumonia bacteriana** causado PELO... **USO DE MÁSCARAS**... Eu tenho parado pelo Brasil... eu chamo de parada inopinada... hoje nós paramos em Turitama, néh... já parei em Missão Velha no Ceará no ano passado... em tantos locais por aí... a gente vê **o povo humilde**... são **locais**... **SIMPLES** que a gente para néh... Turitama já é uma cidade pequena néh... média para pequena... pequena pra média... Missão Velha já é uma cidade também... táh... mas paramos em muitos **vilarejos, distritos bem longínquos** onde vive muita **gente pobre**... A gente vendo **a máscara das pessoas**... é **a máscara da semana, a máscara do mês**... será que a máscara é para usar assim? A semana toda **a mesma máscara**? O mês todo **a mesma máscara**? Ou é para trocar pelo menos duas vezes por dia? me respondam aí, eu não vou responder não, me respondam aí... Quando você **obriga essas pessoas a usar máscara, SEM DAR máscara**... **custa caro**, haja recurso pra isso... Eu sei que **a vida não tem preço**, eu sei disso, mas ano passado foram 700 BILHÕES de **endividamento**... não dá para repetir esse ano 700 bilhões... diminuiu bastante esse montante aí... afinal de contas, **saúde tem que estar de mãos dadas com a economia**. (Bolsonaro, 21/10/2021).

A cena tem início, como as outras analisadas dessa *live*, com a inserção de um argumento de autoridade pela leitura de uma matéria de jornal. O locutor anuncia que um médico, que ele recategoriza como “o Mandetta americano” – predicando-o, dessa forma, como pertencente ao lado da oposição –, constatou que a maioria das mortes da gripe espanhola se deu por pneumonia bacteriana, devido ao uso de máscaras. Com a ativação deste último referente, o locutor não só incorpora o contexto da pandemia de Covid-19 ao da gripe espanhola, projetando que a mesma situação esteja acontecendo atualmente com o uso de máscaras, mas faz isso usando como argumento a constatação de um especialista que seria da oposição, configurando ainda mais força a seu argumento.

O locutor dá prosseguimento à cena com a estratégia de inserção de ilustração, em um relato em que conta sua experiência de visitar alguns locais pelo país. Nessa ilustração, cidades nordestinas aparecem na cena – região cujo estereótipo de escassez ainda é bastante vigente nos modelos mentais do senso comum –, e, junto a ela, referentes como “povo humilde”, “locais simples”, “vilarejos”, distritos bem longínquos” e “gente pobre”, associados de forma a reforçar o cenário de vulnerabilidade socioeconômica que se pretende trazer à cena.

Após a emergência desse cenário, ele é incorporado à ativação da referência à máscara que essas pessoas usam, recategorizada, em uma gradação, como “máscara da semana” e “máscara do mês”, e, finalmente, como “a mesma máscara”, expressão nominal definida que é retoricamente repetida, dando ênfase ao argumento de precariedade que envolve o seu uso.

Todo esse contexto da experiência do locutor é, então, associado indiretamente à obrigação do uso de máscaras (instituída por decretos municipais e estaduais em muitos locais). Esse referente é ativado pela expressão “quando você obriga essas pessoas a usar máscara sem dar máscara”, em que o “você” parece dizer respeito não ao interlocutor, mas aos governadores e prefeitos (incorporando o contexto macro à cena), visto que são eles que têm o poder de realizar esse ato. Desse modo, vê-se até esse ponto da cena referencial o uso de máscaras sendo conceptualizado como algo que leva à morte por pneumonia bacteriana. Em favor disso, o locutor invoca um contexto de sua experiência, em que relata o uso inadequado de máscaras pela parte vulnerável socioeconomicamente da população, que poderia levar a uma infecção bacteriana, provando, assim, que, de fato, elas podem causar a morte.

Não só para contrariar a ideia do uso de máscaras como medida de proteção, a incorporação desse contexto também atua como estratégia para atacar a sua obrigatoriedade e os opositores do presidente (governadores e prefeitos) que a instituem. Isso porque, além de serem indiretamente culpados pelo risco à saúde dessas pessoas que o uso dessas máscaras em péssimo estado de higiene proporciona, também faltaria a eles empatia por obrigar o uso sem distribuir gratuitamente a máscara.

Nesse ponto, vale salientar que o locutor, percebendo o erro de estratégia, pois estaria argumentando em favor de um Estado de bem-estar social, contrariando, portanto, os valores neoliberais, abandona o enquadramento de militarismo anticomunista (desqualificando a oposição), e, contrariando-se, argumenta em favor de não se disponibilizar gratuitamente as máscaras. Isso é feito pela associação do referente “endividamento” à medida, bem como da afirmação de que “saúde tem que estar de mãos dadas com a economia”, justificando a falta de disponibilização e alinhando-se novamente ao discurso neoliberal.

Partindo para a próxima cena referencial (trecho (IV)), ela tem como foco a referenciação da atuação da mídia em relação à pandemia. Na cena, que se inicia com a marcação do momento em questão como “o fim da pandemia”, o locutor, em referência ao deus cristão (*frame* neoconservador), pede que outros problemas não apareçam, e, em associação indireta com “problemas”, ativa os referentes “mídia” e “pandemia”, pela expressão nominal definida “a maneira como a mídia inclusive tratou a pandemia”, que é predicada como “levando pavor para a opinião pública”.

(IV) Espero aí, pelo que tudo indica, estamos no **FIM DA PANDEMIA...** peço a **Deus** que não tenhamos **OUTROS problemas** pela frente dado **a maneira como a mídia inclusive TRATOU a questão da pandemia... levando o pavor pra opinião pública...** e **dados do CDC**, que é a Anvisa americana... proporcionalmente, quem mais levou a **óbito a pandemia...** que fator? Foram **os obesos** e **quem tava apavorado...** uma pessoa apavorada tem diminuída a **sua capacidade de reagir a doenças...** tem aí... {imunidade} tem a sua imunidade aí -- valeu Gaduzinho-- tem a **sua imunidade aí diminuída.** (Bolsonaro, 21/10/2021).

Após conceptualizar a mídia como responsável por levar o pavor à população<sup>21</sup>, o locutor procura fazer um trabalho referencial que mostre a gravidade dessa atuação. Para isso, são trazidos dados da CDC<sup>22</sup> (como argumento de autoridade), que ele recategoriza como “a Anvisa americana”, explicando o referente; e é inserida uma pergunta retórica que ativa o referente “óbito na pandemia”, questionando sobre qual fator levou mais a isso. Respondendo à pergunta, ele ativa o referente “obesos” e, quebrando a expectativa (visto que pela menção de um dos hipônimos do referente “grupo de risco”, imaginava-se que outros viriam), aciona o referente “quem ‘tava’ apavorado”. Logo em seguida, projetando o possível estranhamento que essa informação tenha causado no interlocutor, Bolsonaro insere uma explicação em que associa o pavor à diminuição da capacidade de reagir a doenças, o que ele parafraseia como “imunidade”.

Desse modo, o locutor constrói na cena a atuação da pandemia como negativa, associando-a aos referentes “pavor”, “diminuição da imunidade” e “morte”. Em suma, baseando-se em um raciocínio falacioso, a atuação da mídia seria responsável pela morte das pessoas durante a pandemia, conceptualização que a desqualifica, o que demonstra o enquadramento do *frame* neoconservador, ao visar, com isso, combater os inimigos do governo federal conservador.

Por fim, na última cena referencial selecionada, o objeto de discurso em foco é a obrigatoriedade da vacinação. Para defender sua posição contrária a isso, o locutor associa, na cena, o objeto de discurso em foco ao referente “liberdade” (*frame* neoliberal), como podemos ver no trecho (V), a seguir:

(V) No que depender do governo federal **a vacina NÃO será obrigatória...** no que depender do governo federal (aponta para si) **NÃO teremos passaporte vacinal... a liberdade** acima de tudo... APRENDA uma coisa... quem abre mão de parte da **sua liberdade** por **segurança**, acabe ficando sem liberdade e sem segurança... essa história... isso que eu estou falando a história nos mostra... **quem nunca leu nada**, ficou estudando em cima do que dizia ali um Paulo Freire da vida... **NÃO SABE NADA...** só sabe **reclamar...** sempre buscando um responsável pelo **seu insucesso...** a vida não é fácil... fazemos

<sup>21</sup> Conceptualização parecida à da *live* de 26 de março de 2020, quando fala em “neurose” e “histeria” provocadas pela mídia em sua atuação, repetição que demonstra a recorrência e a consistência do modelamento discursivo, visto que se passou mais de um ano e ela ainda está sendo empregada.

<sup>22</sup> *Centers for Disease Control and Prevention.*

o possível para que **você preserve sua liberdade** no Brasil... (Bolsonaro, 21/10/2021).

O locutor inicia a cena ativando o referente obrigatoriedade da vacinação e, logo em seguida, passaporte vacinal<sup>23</sup>, deixando claro o posicionamento contrário do governo federal a essas medidas, por meio das estratégias de repetição retórica, entonação enfática e ainda com um recurso multimodal, quando aponta para si próprio. Em seguida, o locutor ativa na cena o referente “liberdade”, associando-o indiretamente aos referentes anteriores, como uma justificativa do fato de ser contrário às medidas.

A partir da inserção de uma explicação, a liberdade e a segurança, este último referente, uma anáfora indireta que retoma a obrigatoriedade da vacinação e do passaporte vacinal – visto que ambas as medidas são de segurança sanitária –, passa, então, a ser foco na cena. Nesse momento, o locutor instaura uma certa hierarquia entre os dois valores, em que a liberdade é colocada em um nível superior à segurança. Para comprovar sua afirmação, como argumento de autoridade, ele se refere à História (mesmo sem apontar nenhum momento específico dela).

Logo em seguida, o enquadramento de militarismo comunista (*frame* neoconservador), por meio do ataque aos opositores do governo é reforçado, visto que não mais contrapõe apenas os valores importantes para cada um (segurança da vida *versus* liberdade dos indivíduos), mas se refere aos oponentes (o que fica nítido, principalmente, pela referência a Paulo Freire), de forma a desqualificá-los (“quem nunca leu nada”, “só sabe reclamar”, “insucesso”), retirando a sua credibilidade.

A cena referencial termina com Bolsonaro reativando o referente “liberdade”, retomando a discussão sobre ser contrário às medidas de segurança propostas pelos seus opositores, afirmando que isso ocorre porque ele (colocando-se em uma oposição de herói) está fazendo o possível para que o interlocutor (referindo-se diretamente a ele com o uso do pronome “você”) possa preservar a liberdade dele mesmo, isto é, para que ele possa exercê-la. Desse modo, Bolsonaro, com a associação de referentes ao *frame* neoliberal e neoconservador, constrói sociocognitivamente e discursivamente a ideia de obrigatoriedade da vacina e do passaporte vacinal como medida que ameaça a liberdade do indivíduo, que é mais valiosa do que a segurança sanitária coletiva.

---

<sup>23</sup> O documento, físico ou eletrônico, que atua como um comprovante de imunização, foi implementado com objetivo de, além de aumentar a segurança diante de eventos sociais, estimular a população a buscar a vacina. Q que é o passaporte da vacina e como funciona? – Agência Da Hora (ufsm.br)

## **8 A HIPÓTESE SOCIOCOGNITIVA DO PAPEL DO MODELAMENTO SOCIOCOGNITIVO E DISCURSIVO DA PANDEMIA DE COVID-19 NA POLÍTICA NEOLIBERAL DO GOVERNO DE JAIR BOLSONARO**

Nesta seção será feita a reunião de todos os elementos do modelamento identificados, com a descrição de cada um deles em um quadro geral para, a partir disso, indicar as possíveis formas com que ele é capaz de atuar legitimando as ações neoliberais do governo na condução da pandemia e promovendo formas de a população perceber e atuar sobre ela.

Com base nos dados analisados, é possível identificar algumas tendências do modelamento discursivo e sociocognitivo da pandemia de Covid-19 nas *lives* de quinta-feira do ex-presidente Jair Bolsonaro.

### **8.1 Estratégias textual-discursivas e de referenciação relevantes para o modelamento: algumas tendências**

No processo de construção de sentidos da pandemia observado nas *lives* de 2020 e 2021, tiveram relevância várias estratégias operadas ao longo da fala do ex-presidente, entre elas, as estratégias textual-discursivas, que têm como função orientar o interlocutor na construção de sentido que se pretende (Koch, 2018). Dessas estratégias, sobretudo, as inserções, a repetição retórica, a metaenunciação, a ironia e as modalizações tiveram relevância. Estas últimas foram utilizadas, principalmente, para modalizar seu discurso quanto à defesa do tratamento precoce, retirando uma parte de sua responsabilidade ao incentivá-lo, adicionando como condição para sua adesão pelo interlocutor ter recomendação médica. As demais estratégias, em geral, foram utilizadas para enfatizar seu ponto de vista em relação ao modelamento defendido, repetindo elementos centrais da argumentação diversas vezes, e para inserir justificativas e ilustrações, ancorando o modo de ver a pandemia que estava apresentando em situações baseadas em um *common ground* conservador, cristão e neoliberal, e, assim, fazendo-se melhor compreender a fim de ter seu posicionamento aceito.

Além disso, é válido salientar a recorrência de situações em que, em meio a sua fala, Jair Bolsonaro, projeta o discurso da opinião contrária à dele, e, com base nessa suposta resposta do que ele acabou de falar, utiliza estratégias metaformativas para justificar-se e antecipar possíveis críticas, servindo, assim, a um dos propósitos para o qual as *lives* de quinta-feira foram criadas – como visto no Capítulo 4. Cabe apontar que essa não é só uma forma de prever críticas e rebatê-las; trata-se de uma estratégia essencial à adesão do modelamento sociocognitivo e discursivo sobre a pandemia, pois é uma maneira de justificar para sua audiência de apoiadores

a visão de mundo apresentada, evitando furos na argumentação e, assim, possíveis críticas que façam seus interlocutores duvidarem dele e se vincularem ao campo científico na guerra cultural.

Isso é feito inúmeras vezes nos dados de ambos os anos pela estratégia de invocar um contexto na cena referencial. Trata-se de um contexto estruturado, com participantes, locais papéis e relações geralmente bem definidos e baseado no senso comum, produzindo um modelo mental sociocognitivo em meio à interação (Van Dijk, 2012). Essa incorporação é não só recorrente, como essencial ao modelamento devido ao poder argumentativo dessa estratégia, ao permitir ao interlocutor imaginar-se nesse contexto, enxergar o ponto de vista sobre a pandemia intencionado pelo locutor e, a partir disso, possibilitar a concordância com ele, em função do *common ground* conservador e neoliberal em que eles se ancoram.

Quanto às estratégias de referenciação textual, na construção do modelamento observado das *lives* de 2020 e de 2021, estiveram presentes as expressões nominais definidas e indefinidas, que foram responsáveis por predicar todos os elementos do modelamento. Destaca-se a função cognitivo-discursiva dessas expressões em alguns momentos. O efeito de encapsulamento gerado pelas nominalizações foi essencial para a sumarização do contexto que vinha sendo descrito pelo locutor, nomeando-o com uma única expressão. Como efeito cognitivo, é dado um lugar de relevância para ele no sistema conceptual do interlocutor, isto é, é dada relevância. Esse foi o caso, por exemplo, das nominalizações “gripe” e “gripezinha” (*live* de 26/03/2020 – (II)), para a experiência de estar com Covid-19; e “um direito meu” (*live* de 09/07/2020 – (I); 14/01/2021 – (IV)), para o ato de se medicar com hidroxicloroquina, conceitos-chave para o modelamento a que se pretende.

As expressões nominais foram essenciais também em outros processos de natureza sociocognitiva, a saber, os processos metafóricos. A presença de *metáforas situadas* (Vereza, 2013) como estratégia referencial para referenciar a pandemia já havia sido notada por Rocha e Curti-Contessoto (2021), embora não especificamente em relação às falas do ex-presidente. Em seu estudo, os autores identificam a metáfora como recurso comum no cenário da pandemia em que cientistas, médicos, chefes de estado e cidadãos tentam entender o vírus. Apoiando-se em Semino (2020 *apud* Rocha; Curti-Contessoto, 2021), os autores afirmam que isso ocorre devido à sua capacidade de tornar a comunicação mais acessível e familiar. Com essas características, as metáforas situadas são comumente utilizadas no desenvolvimento da argumentação em defesa de um posicionamento sobre a realidade (Vereza, 2013), revelado pelas projeções escolhidas no mapeamento e os efeitos de sentido gerados por elas de forma *online*.

Na análise dos resultados feita no capítulo anterior, principalmente nos dados de 2020, verificamos a produção *online* na fala do locutor do mapeamento das metáforas CORONAVÍRUS É UM FENÔMENO DA NATUREZA e COMBATER O VÍRUS/COVID-19 É LUTAR EM UMA GUERRA, ambas já apontadas por Rocha Curti-Contessoto (2021) e, no caso da última, também por Vereza (2020).

Em relação à primeira metáfora, ela aparece na *live* de 26 de março de 2020, em que a circulação do vírus é nomeada como “igual uma chuva” (trecho (I)). Além disso, ela emerge em outro momento da *live*, através da recategorização de “vírus” como “essa onda” (VIII). Nos dois casos, a circulação do vírus é comparada a fenômenos da natureza caracterizados por serem passageiros; entretanto, no primeiro caso há uma metáfora situada (explícita pelo uso do “igual”) e no outro uma metáfora conceptual, visto que a expressão metafórica “essa onda” (“onda de assaltos”, “onda de violência” e, em meio à própria pandemia, “onda de casos de covid”) já é convencionalizada em nosso sistema conceptual para tratar de fenômenos passageiros. Desse modo, o aspecto passageiro desses fenômenos da natureza projetado sobre a pandemia tem o efeito de minimizar sua letalidade.

Quanto à metáfora conceitual fixada no contexto da pandemia COMBATER O VÍRUS/COVID-19 É LUTAR EM UMA GUERRA, a partir dos nossos resultados, concordamos com Rocha Curti-Contessoto (2021) quando concluem que essa metáfora toma o vírus como um inimigo a ser combatido em prol da salvação da economia. Entretanto, tendo em vista a análise das *lives*, adicionamos ao mapeamento uma disputa interna (entre o governo federal de um lado, e imprensa, governadores, prefeitos e STF do outro) pelo comando da guerra e, por conseguinte, pela definição das armas com as quais se combaterá os inimigos (isolamento vertical e hidroxiclороquina ou medidas de restrição de circulação e vacina).

A disputa interna pelo comando do combate ao inimigo, o vírus, se dá entre os discursos negacionista e científico. Neste ponto, destacamos que o governo do ex-presidente Bolsonaro tem o apoio de outros grupos de poder da sociedade, que são, segundo o estudo de Del Passo e Valle (2020), grande parte da burguesia comercial, de serviços e industrial, e o agronegócio, que tinham em comum a defesa do isolamento vertical, a fim evitar quedas maiores em suas taxas de lucro – pontos de alinhamento considerados no Capítulo 3.

Tendo isso em vista essa preocupação, as armas para se combater o vírus preconizadas pela *estratégia negacionista* (Cavalcante, 2021, p. 7), divulgadas nas *lives* de quinta-feira, eram, sobretudo, o *tratamento precoce com hidroxiclороquina* e o *isolamento vertical* (com a população saudável trabalhando normalmente).

Buscamos sintetizar, no Quadro 7, a seguir, as projeções entre os domínios Guerra (domínio-fonte) e Combate à pandemia de Covid-19 (domínio-alvo), observadas na fala do ex-presidente Jair Bolsonaro durante o mapeamento metafórico *online* realizado nas *lives* de quinta-feira de 2020 e 2021.

Quadro 7 – Projeções observadas nos dados de 2020 do mapeamento da metáfora conceitual COMBATER A PANDEMIA/O VÍRUS/COVID-19 É LUTAR EM UMA GUERRA

<b>Domínio-fonte: GUERRA</b>	<b>Domínio-alvo: COMBATE À PANDEMIA/ À COVID-19/AO CORONAVÍRUS</b>
Inimigo	Vírus, covid-19, pandemia.
Motivação	Salvar a economia (recuperação da economia, dos empregos e o abastecimento de alimentos).
Armas	Hidroxicloroquina e isolamento vertical (os jovens e saudáveis devem continuar trabalhando).
Baixas inevitáveis	Mortes de pessoas do grupo de risco (idosos, imunodeprimidos etc.).
Inimigos internos que disputam o comando	Adeptos ao discurso científico: oposição política, grande mídia/imprensa, prefeitos e governadores, Supremo Tribunal Federal.

Fonte: Elaborado pela autora.

Neste ponto, cabe trazer à tona a constatação de Vereza (2013, p. 10) acerca das metáforas situadas, isto é, de que essa dimensão local, situada e episódica, própria ao seu funcionamento *online*, “articula-se a instâncias mais estáveis, como *frames* off-line e metáforas conceptuais, na produção de sentidos e, mais especificamente, no desenvolvimento da argumentação”. A ancoragem das metáforas situadas ao que ela chama de “instâncias mais estáveis” vai ao encontro da concepção de contexto de Hanks (2008), que, como discutimos no Capítulo 5, em uma abordagem dinâmica do contexto, leva em conta duas dimensões inseparáveis que constituem o contexto: a *emergência*, associada ao tempo real da produção do enunciado e da interação, e a *incorporação*, associada ao tempo conjuntural, isto é, a um contexto mais amplo a que o contexto emergente é conectado (Hanks, 2008).

Tendo isso em vista, as expressões metafóricas emergentes na interação não existem em um vazio social, elas surgem incorporadas a um campo social<sup>1</sup>. No caso das metáforas situadas encontradas nas *lives de quinta-feira* analisadas, elas têm os *frames* próprios do campo bolsonarista, a saber, os *frames* neoliberal e neoconservador, incorporados à sua significação.

Nos dados de 2020 e de 2021, constatamos a presença de *frames* incorporados a cada elemento do mapeamento metafórico da metáfora COMBATER A PANDEMIA/O VÍRUS/COVID-19 É LUTAR EM UMA GUERRA mostrado no Quadro 7. Entre eles, salientamos o elemento “inimigos internos que disputam o comando”, que tem incorporado a

<sup>1</sup> Noção de Bourdieu que Hanks (2008) utiliza em sua teoria – como apontam Martins e Souza (2020) ao aplicarem a teoria de Hanks ao estudo sociocognitivo das metáforas no ambiente retórico dos cultos neopentecostais.

essa concepção o *frame* neoconservador, a partir do elemento militarismo anticomunista, associação bastante recorrente, como veremos adiante, na próxima seção.

Principalmente nos dados de 2020, aparece outra constatação de Rocha e Curti-Contessoto (2021), feita com base em Vereza (2013). Trata-se de que essa metáfora situada construída textualmente está correlacionada a uma mais geral, a de que combater uma doença é lutar em uma guerra. Tendo isso em vista, na *live* de 26 de março de 2020, como mostra o trecho (VII), o ex-presidente faz uma analogia entre o combate à Covid-19 feito com medidas restritivas de circulação e o combate ao câncer com quimioterapia. Com isso, além de ilustrar a situação de uma doença que estava surgindo (domínio-alvo) com uma de conhecimento comum (domínio-fonte), o ex-presidente incorpora à conceptualização da pandemia o pensamento metafórico de câncer ligado à guerra, já convencionalizado em nosso sistema conceptual. Dessa forma, toda a predicação organizada em nosso *common ground* sobre o tratamento quimioterápico ser um modo de combate à doença agressivo e que acaba, por vezes, levando a pessoa à óbito, é projetado sobre a Covid-19, colaborando para que as medidas de restrição de circulação sejam vistas negativamente, por levar a economia à morte, e, assim, as pessoas desempregadas e com fome também. Desse modo, é reforçado o modelamento sociocognitivo e discursivo proposto em favor do isolamento vertical.

Ainda no âmbito dos processos metafóricos, nos dados de 2021, destacam-se as metáforas situadas ancoradas na metáfora conceptual NAÇÃO É FAMÍLIA apontada por Lakoff (2008) como algo que inconscientemente é feito para compreender, de forma idealizada, a nação<sup>2</sup>. Baseando-se em um modelo idealizado de família tradicional, essa metáfora conceptual aparece em meio, principalmente, à incorporação de contextos evocados na cena referencial, seja como quando ele se coloca na posição de chefe de família que está passando por um momento difícil e não tem apoio dos outros membros (11/03/2021 – (IV)), seja para apontar que há uma disputa pela sua autoridade de chefe entre os entes políticos (estados e municípios) (11/03/2021 – (V)), ambas as metáforas utilizadas para justificar a atuação desastrosa do governo federal no enfrentamento da pandemia.

Desse modo, podemos contatar que a incorporação de contextos por meio de metáforas convencionais ou situadas, além de serem um traço relevante do modelamento, apresenta-se como uma estratégia argumentativa de persuasão<sup>3</sup>. Nas *lives* de 2020 e de 2021 focalizadas, a

<sup>2</sup> Dessa forma, segundo Lakoff (2008), as experiências em relação à instituição governamental ocorrem junto às da família, de modo a compreendermos o líder do governo como o pai e/ou a mãe, dependendo do modelo de família, e aqueles que são governados como outros membros da família.

<sup>3</sup> Martins e Souza (2020) já haviam verificado essa função das metáforas em textos de circulação no contexto neopentecostal.

utilização desses recursos tem em comum a argumentação em direção à criação de inimigos imaginários e, sobretudo, no reforço ao combate a eles, instaurando uma guerra discursiva entre o “eu” (aqueles que aderem ao discurso negacionista) e o “eles” (aqueles que aderem ao discurso científico ou que criticam o governo central) em relação à pandemia, creditando a estes últimos todos os problemas associados à pandemia<sup>4</sup>.

Além das metáforas, outra estratégia referencial que se mostrou recorrente no modelamento foram as *anáforas indiretas*, que, por um processo de associação entre referentes, produziram cadeias referências em que predominam relações de causa e efeito, principalmente, quando o ex-presidente Jair Bolsonaro focaliza a referenciação do *lockdown* e de seus efeitos. Essas relações, em diversos momentos, acompanham um raciocínio falacioso – algo próprio do discurso negacionista, como vimos<sup>5</sup>, conforme Diethelm e Mckee (2009) –, como o de que o desabastecimento poderia ser causado porque as pessoas estão em casa se alimentando muito (17/12/2020 – (I)), de que a violência doméstica ocorre porque as famílias estão em casa com fome (26/03/2020 – (VII)), de que a mortalidade infantil aumentou devido às medidas de isolamento social (14/05/2020 – (I)), de que o uso de máscara no carro dá sono e gera acidentes (17/06/2021 – (II)), e de que o pavor gerado pela mídia diminui a imunidade das pessoas (21/10/2021 – (IV)).

Mesmo falaciosos, por ancorar esse raciocínio em situações cotidianas ou no senso comum, valendo-se até mesmo de ditados populares, como “em casa onde falta pão, todos brigam e ninguém tem razão” – recurso este, inclusive, bastante relevante ao modelamento pela recorrência com que emerge –, para falar do aumento da violência doméstica, o discurso de Bolsonaro passa a fazer sentido na construção do modelo sociocognitivo de pandemia que propõe.

As cadeias referenciais de causa e efeito, que têm como processo sociocognitivo fundamental a produção de inferências, já foram notadas por Martins (2021) na retórica neopentecostal sobre a pandemia de Covid-19 como um esforço para o que o autor chamou de fixação de *inferências causais*. De acordo com Martins (2021, p. 38, grifo nosso), no primeiro momento da pandemia, que representa seus primeiros meses em 2020, “a incorporação do campo simbólico negacionista e conspiracionista diante da crise sanitária mundial procura *fixar*

---

<sup>4</sup> É interessante pontuar os achados de Moura (2023) em relação às sentenças metafóricas sobre a pandemia em um *corpus* formado por textos do jornal Folha de São Paulo, isto é, do que Jair Bolsonaro chama de grande mídia (um de seus inimigos). Moura (2023) conclui não haver metáforas expressando uma separação social entre conservadores e outros grupos sociais; em vez disso, um país coeso contra a pandemia, com “o coronavírus representado como um inimigo comum” (Moura, 2023, p. 175).

<sup>5</sup> Capítulo 3.

*inferências causais* sobre a situação, de modo a naturalizá-la e normalizá-la”. Trazendo essa discussão para as *lives* analisadas, o ex-presidente, ao referenciar as medidas de isolamento social a partir de cadeias referenciais de causa e efeito, parece buscar fixar inferências causais sobre as consequências de se aderir a elas, todas negativas, para que a população, em vez disso, acate o isolamento vertical. Trata-se, portanto, de mais uma estratégia na tentativa de estabilização de uma “versão pública sobre o mundo”, para citar Mondada e Dubois (2003).

## 8.2 O modelamento sociocognitivo e discursivo da pandemia de Covid-19

Feita a análise dos resultados encontrados nas *lives* de quinta-feira de 2020 e de 2021, podemos observar a construção *online* de um modelamento sociocognitivo e discursivo da pandemia de Covid-19 sendo feita pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, na medida em que fala sobre temas referentes à pandemia, perspectivando essa experiência.

Após fazer um levantamento das conceptualizações observadas na análise, organizamos o Quadro 8 com os resultados encontrados. Nele, há o elemento da experiência da pandemia de Covid-19, seguido da conceptualização observada, da *live* e do trecho em que é identificada, bem como os *frames* epistêmicos, com os principais elementos-*frame* associados entre parênteses.

Quadro 8 – Modelamento sociocognitivo e discursivo da pandemia de Covid-19 observado nas *lives* de quinta-feira de 2020 e de 2021

Elemento da pandemia de Covid-19	Conceptualização no modelamento	<i>Live</i> e trecho em que a conceptualização aparece	<i>Frame</i> epistêmico associado
Pandemia	Momento difícil em que a sociedade deve apoiar o presidente, assim como a família apoia seu chefe.	11/03/2020 – (IV)	<i>Frame</i> neoconservador (família patriarcal tradicional)
Covid-19	“Gripe”; “gripezinha”, “quase nada”.	26/03/2020 – (II)	<i>Frame</i> neoliberal
	Câncer (metáfora).	26/03/2020 – (V)	<i>Frame</i> neoconservador (militarismo anticomunista)
Circulação do vírus	É “igual a uma chuva” que molha a todos, mas é passageira (por isso é preciso seguir trabalhando).	26/03/2020 – (I)	<i>Frame</i> neoliberal (livre mercado)
	É uma onda passageira.	26/03/2020 – (VIII)	<i>Frame</i> neoliberal (livre mercado)
Vida	É emprego e economia.	14/05/2020 – (II)	<i>Frame</i> neoliberal (redução do indivíduo ao que produz)
A população saudável	O povo está “desesperado para trabalhar”.	26/03/2020 - (I)	<i>Frame</i> neoliberal (livre mercado)
	Tem o corpo blindado para doenças (“o espírito brasileiro”).	26/03/2020 – (VI)	<i>Frame</i> neoliberal (Estado mínimo)

	Decidiu trabalhar e evitou o desabastecimento (“o homem do campo”, “o pessoal do campo”).	10/12/2020 – (I)	<i>Frame</i> neoliberal (liberdade, individualização de um problema público)
Grupo de risco	Deve ficar em casa sob responsabilidade da família.	26/03/2020 – (II)	<i>Frame</i> neoconservador (família tradicional) e neoliberal (autossuficiência)
	Células cancerígenas (metáfora covid-19 é como câncer)	26/03/2020 – (VII)	<i>Frame</i> neoconservador (militarismo anticomunista)
Cuidados com o grupo de risco	Responsabilidade do indivíduo e de sua família.	26/03/2020 – (II)	<i>Frame</i> neoconservador (família tradicional) e neoliberal (autossuficiência)
	Não é de responsabilidade do Estado, porque se o Estado fizer tudo estaremos em uma ditadura.	26/03/2020 – (II)	<i>Frame</i> neoconservador (militarismo anticomunista) e neoliberal (liberdade, autossuficiência)
Uso de máscara facial	Sua obrigatoriedade até no carro é uma ameaça ao direito à propriedade privada e ao bem-estar da família.	17/06/2021 – (I)	<i>Frame</i> neoliberal (propriedade privada) e neoconservador (família tradicional).
	Sua obrigatoriedade é uma ferramenta dos governadores para conseguir verba do cidadão, por meio de multas.	17/06/2021 – (I)	<i>Frame</i> neoconservador (militarismo anticomunista)
	É perigoso, podendo causar acidentes (pois dá sono) e levar à morte não só do indivíduo, mas de sua família que o acompanha.	17/06/2021 – (II)	<i>Frame</i> neoconservador (família tradicional)
	Pode levar à morte por pneumonia bacteriana de pessoas vulneráveis socioeconomicamente, que não têm condições de possuir várias máscaras.	21/10/2021 – (III)	<i>Frame</i> neoconservador (militarismo anticomunista)
Hidroxicloroquina	Medicamento emergencial e seguro, sem efeitos colaterais se for utilizado corretamente.	26/03/2020 – (IV)	<i>Frame</i> neoliberal
	Medicamento milagroso que traz a cura.	26/03/2020 – (V)	<i>Frame</i> neoconservador (religião cristã)
	Medicamento para a família utilizar, em situação de urgência, nos seus parentes do grupo de risco para salvar suas vidas.	14/05/2020 – (III)	<i>Frame</i> neoconservador (religião cristã, família tradicional patriarcal) e neoliberal (autossuficiência)
	Medicamento certificado pelas diversas experiências individuais bem-sucedidas.	09/07/2020 – (II) 21/10/2021 – (I)	<i>Frame</i> neoliberal (sucesso)
Adesão ao tratamento precoce	É um direito individual à liberdade.	09/07/2020 – (I) 14/01/2021 – (IV) 15/04/2021 – (I)	<i>Frame</i> neoliberal (liberdade e sucesso)
	É uma experiência bem-sucedida que evita mortes, não precisando de comprovação científica.	09/07/2020 – (II) 14/01/2021 – (I)	<i>Frame</i> neoliberal (sucesso)
	Experiência mais bem-sucedida que o <i>lockdown</i> em evitar mortes.	10/12/2020 – (V) 14/01/2021 – (IV)	<i>Frame</i> neoconservador (militarismo anticomunista) e neoliberal (sucesso <i>versus</i> fracasso)

	É um direito individual à liberdade que está sendo proibido pela oposição.	09/07/2020 – (II)	<i>Frame</i> neoconservador (militarismo anticomunista)
	Ação que evita a superlotação de hospitais (teria evitado, portanto, a crise em Manaus)	14/01/2021 – (I)	<i>Frame</i> neoliberal (individualização de um problema público)
	Ação de médicos exercendo sua liberdade e autonomia, e de prefeitos corajosos.	14/01/2021 – (IV) 21/10/2021 – (I)	<i>Frame</i> neoliberal (liberdade e autonomia) e neoconservador (coragem)
Medidas de restrição de circulação (com foco no <i>lockdown</i> )	“Histeria plantada” pela mídia, isto é, uma invenção da mídia para desesperar a população.	26/03/2020 – (V)	<i>Frame</i> neoconservador (militarismo anticomunista)
	“Neurose”.	26/03/2020 – (VII)	<i>Frame</i> neoconservador (militarismo anticomunista)
	É como um tratamento quimioterápico que mata o paciente (metáfora covid-19 é como câncer).	26/03/2020 – (VII)	<i>Frame</i> neoconservador (militarismo anticomunista)
	“Travamentos indiscriminados”, isto é, medidas irresponsáveis sendo tomadas pelos prefeitos e governadores.	14/05/2020 – (I)	<i>Frame</i> neoconservador (militarismo anticomunista)
	Se seguidas, causam desabastecimento que é pior do que o reajuste de preços ocorrido.	10/12/2020 – (I)	<i>Frame</i> neoconservador
	Medidas de estado do sítio, por proibir o direito de ir e vir.	11/03/2021 – (III)	<i>Frame</i> neoconservador (militarismo anticomunista e antiditatorial) e neoliberal (em favor da liberdade)
	Medida ditatorial, por promover coerção e opressão.	11/03/2021 – (VI)	<i>Frame</i> neoconservador (militarismo anticomunista e antiditatorial) e neoliberal (em favor da liberdade)
	Superpoder que o STF deu para governadores e prefeitos.	15/04/2021 – (II)	<i>Frame</i> neoconservador (militarismo anticomunista)
Efeitos das medidas de restrição de circulação	Desemprego e as consequências dele (falta de dinheiro, fome, depressão, suicídio, violência doméstica) causas pela política do “fica em casa” defendida pela mídia.	26/03/2020 – (VII) 11/03/2021 – (VII)	<i>Frame</i> neoconservador (família patriarcal tradicional, militarismo anticomunista)
	Endividamento do Estado	10/12/2020 – (II) e (IV)	<i>Frame</i> neoliberal (Estado mínimo)
	Aumento da mortalidade infantil	14/05/2020 – (I)	<i>Frame</i> neoconservador (família patriarcal tradicional)
	Baixa imunidade nas pessoas e, assim, a facilidade para contrair doenças (em decorrência da falta de comida gerada pelo desemprego e do pavor pela imprensa).	14/05/2020 – (II) 21/10/2021 – (IV)	<i>Frame</i> neoconservador (militarismo anticomunista)
	“Efeito colateral” do combate ao vírus que não pode ser mais danoso do que ele.	09/07/2020 – (III)	<i>Frame</i> neoliberal (livre mercado)

	Faz o chefe de família perder o emprego.	09/07/2020 – (IV) 11/03/2021 – (I)	<i>Frame</i> neoconservador (família tradicional)
	Famílias vão para o buraco com a “onda de desemprego”, que não é passageira como a do vírus.	26/03/2020 – (VIII)	<i>Frame</i> neoconservador (família tradicional)
	Ameaçam o bem-estar e a integridade da família, por trazer problemas nocivos a ela.	11/03/2021 – (I)	<i>Frame</i> neoconservador (família tradicional)
	Inflação e reajuste nos preços (medidas necessárias, mas melhores que o desabastecimento).	10/12/2020 - (I)	<i>Frame</i> neoliberal (liberdade de mercado)
	Aumento dos preços devido às pessoas terem ficado em casa “engordando”, o que aumentou a demanda para o mercado que não estava preparado.	17/12/2020 – (I)	<i>Frame</i> neoliberal (individualização de um problema público, livre mercado)
	Destruição de empregos.	09/07/2020 – (III) 11/03/2021 – (II) 15/04/2021 – (II)	<i>Frame</i> neoconservador (militarismo anticomunista)
	As pessoas são impedidas de praticar sua religiosidade cristã na igreja e de divertir-se jogando futebol.	11/03/2021 – (VII)	<i>Frame</i> neoconservador (religião cristã, <i>habitus</i> heteronormativos) e neoliberal (liberdade)
Vacinação	É uma ação irresponsável de oposição, que quer obrigar sua aplicação, transformando o país em uma ditadura.	17/12/2020 - (II)	<i>Frame</i> neoconservador (anticomunismo)
	É uma prática que deve ser voluntária, visto que a liberdade é um direito do cidadão.	14/01/2021 – (III)	<i>Frame</i> neoliberal (liberdade)
	Não será obrigatória, pois a liberdade individual é algo mais valioso que a segurança sanitária coletiva.	21/10/2021 – (V)	<i>Frame</i> neoliberal (liberdade, individualismo)
Vacina	A vacina não é confiável, pois seus efeitos são um “mistério”.	17/12/2020 - (II)	<i>Frame</i> neoconservador (militarismo anticomunista)
	Remédio inseguro, que, por não ter comprovação científica, pode fazer mal.	14/01/2021 – (III)	<i>Frame</i> neoconservador (militarismo anticomunista)
	Remédio cuja eficácia não é comprovada, em detrimento do tratamento precoce.	14/01/2021 – (III)	<i>Frame</i> neoliberal (sucesso) e neoconservador (militarismo anticomunista)
	Remédio que é oneroso para o Estado.	11/03/2021 – (VIII)	<i>Frame</i> neoliberal (austeridade do Estado)
	Remédio menos eficaz do que se contaminar com o próprio vírus.	17/06/2021 – (III)	<i>Frame</i> neoliberal (sucesso e fracasso)
	Remédio cujos efeitos estão relacionados ao desenvolvimento de Aids.	21/10/2021 – (II)	<i>Frame</i> neoliberal (sucesso e fracasso)
Imprensa	Destruidora de empregos.	09/07/2020 – (III)	<i>Frame</i> neoconservador (militarismo anticomunista)

	Responsável pelo aumento da fome e da violência doméstica.	26/03/2020 – (VII)	<i>Frame</i> neoconservador (família tradicional, militarismo anticomunista)
	Responsável por fabricar o medo (histeria, pavor) da população.	26/03/2020 – (V) 21/10/2021 – (IV)	<i>Frame</i> neoconservador (militarismo anticomunista)
	Responsável por um trabalho sujo, pois combate um tratamento bem-sucedido apenas para atacar o presidente, e, com isso, mata pessoas.	15/04/2021 – (I)	<i>Frame</i> neoconservador (militarismo anticomunista) e neoliberal (sucesso)
	É mal-intencionada e perversa, visto que diz que quer salvar vidas, mas, na verdade, gosta que tenha mortes apenas para provocar o presidente.	15/04/2021 – (I)	<i>Frame</i> neoconservador (militarismo anticomunista)
	O verdadeiro inimigo não é o vírus, mas sim o presidente, por isso promove o <i>lockdown</i> e, com ele, a insegurança alimentar na população.	15/04/2021 – (II)	<i>Frame</i> neoconservador (militarismo anticomunista)
Governadores e prefeitos	Responsáveis pelo endividamento do governo (ao fecharem o comércio, tornando necessárias medidas assistencialistas).	09/07/2020 – (V) 10/12/2020 – (IV)(V)	<i>Frame</i> neoliberal (Estado mínimo) e neoconservador (militarismo anticomunista)
	Responsáveis por promover um estádio de sítio.	11/03/2021 – (III)	<i>Frame</i> neoconservador (militarismo anticomunista e antiditatorial) e neoliberal (em favor da liberdade)
	Concorrentes pela autoridade.	11/03/2021 – (V)	<i>Frame</i> neoconservador (militarismo anticomunista, autoridade)
	O verdadeiro inimigo deles não é o vírus, mas sim o presidente, por isso promovem o <i>lockdown</i> e, com ele, danos presentes e futuros para a população.	15/04/2021 – (III)	<i>Frame</i> neoconservador (militarismo anticomunista)
	Mal-intencionados, promovem o uso obrigatório de máscaras apenas para arrecadar mais verba do cidadão.	17/06/2021 – (I)	<i>Frame</i> neoconservador (militarismo anticomunista)
	Responsáveis pela morte por pneumonia bacteriana de várias pessoas ao obrigar o uso de máscara sem disponibilizá-las gratuitamente.	21/10/2021 – (III)	<i>Frame</i> neoconservador (militarismo anticomunista, solidariedade ao próximo)
STF	Irresponsável por “obrigar” a vacinação, quando a vacina é um grande mistério quanto aos efeitos colaterais.	17/12/2020 – (II)	<i>Frame</i> neoconservador (militarismo anticomunista)
Atuação da oposição na pandemia	É genocida por promoverem o tratamento precoce, provocando, assim, a morte de milhões de pessoas.	14/01/2021 – (IV)	<i>Frame</i> neoconservador (militarismo anticomunista)
	Mal-intencionada, pois tem o objetivo de implantar uma ditadura, em vez de salvar vidas.	11/03/2021 – (III)(IV) 11/03/2021 – (VI)	<i>Frame</i> neoconservador (militarismo anticomunista) e

			antiditatorial) e neoliberal (em favor da liberdade)
Presidente	Pessoa escolhida e capacitada por Deus que descobriu o milagre da hidroxicloroquina e, portanto, que irá colocar fim à pandemia.	26/03/2020 – (V)	<i>Frame</i> neoconservador (religião cristã)
	Garantidor da democracia, pois poderia implantar uma ditadura, se quisesse.	11/03/2021 – (VI)	<i>Frame</i> neoconservador (militarismo anticomunista) e neoliberal (em favor da liberdade)
	É preocupado com a população (diferente da mídia) que sofre as consequências do <i>lockdown</i> , por isso tem como inimigo o vírus e busca medidas que apenas o combatam.	15/04/2021 – (II)	<i>Frame</i> neoconservador (solidariedade ao próximo, militarismo anticomunista)
	Corajoso por ter escolhido o lado da verdade, que é o mais difícil.	21/10/2021 – (II)	<i>Frame</i> neoconservador (militarismo anticomunista, coragem)
Atuação do governo no enfrentamento à pandemia	Validadas positivamente pelo FMI como “rápida e considerável” e “um dos melhores países”.	10/12/2020 – (II)	<i>Frame</i> neoliberal (eficiência)
	Salvou vidas ao promover um tratamento bem-sucedido, o tratamento precoce.	14/01/2021 – (IV)	<i>Frame</i> neoliberal (sucesso)
	Não consegue resolver a situação devido aos ataques que recebe de sua própria família, a nação brasileira.	11/03/2021 – (IV)	<i>Frame</i> neoconservador (família patriarcal tradicional, militarismo anticomunista)
	Não consegue uma boa atuação porque sua autoridade está sendo desafiada por outros membros da família, isto é, pelos outros entes da federação.	11/03/2021 – (V)	<i>Frame</i> neoconservador (família patriarcal tradicional, autoridade, militarismo anticomunista)
	Baseada na verdade, conforme versículo da bíblia.	11/03/2021 – (VIII)	<i>Frame</i> neoconservador (religião cristã)
Atuação do governo federal na aquisição de vacinas	A compra foi bem-sucedida, de modo que o atraso apenas se deu pelo governo não ser corrupto e realizar a compra com propina, que seria mais rápida.	14/01/2021 – (II)	<i>Frame</i> neoliberal (sucesso) e neoconservador (anticorrupção)
Medidas assistencialistas do governo	Causam endividamento.	09/07/2020 – (V) 10/12/2020 – (III) e (IV)	<i>Frame</i> neoliberal (Estado mínimo)
	Uma ajuda, um sacrifício feito pela população e pelos prefeitos e governadores.	10/12/2020 – (III) e (IV) 11/03/2021 – (II)	<i>Frame</i> neoconservador (religião cristã, solidariedade ao próximo)

Fonte: Elaborado pela autora.

Acerca do modelamento discursivo e sociocognitivo da pandemia por Jair Bolsonaro, algumas tendências podem ser observadas:

- a) os elementos constitutivos do modelamento que, pela frequência de conceptualização, parecem ser mais relevantes nas *lives* são, respectivamente, os

efeitos das medidas de restrição de circulação (18), a adesão ao tratamento precoce (11), as medidas de restrição (8), os governadores e prefeitos (8), a imprensa (7), a vacina (6), a atuação do governo federal (5).

- b) os elementos aos quais é dada maior relevância são conceptualizados de um ponto de vista econômico, ressaltando a gravidade da pandemia para a economia e apontando os responsáveis por isso, bem como possíveis soluções. A vida das pessoas é conceptualizada apenas uma vez, e, mesmo assim, é reduzida ao aspecto econômico de ter ou não um emprego, ganhar mal ou não ganhar nada;
- c) a minimização da letalidade da pandemia é algo que aparece com recorrência, principalmente, nos dados de 2020, sendo observada na conceptualização de alguns elementos, como quanto à circulação do vírus (como uma chuva passageira, uma onda que vai passar) e à Covid-19 (“gripe”, “gripezinha”, “pouca coisa”), que têm em comum o fato de se referirem à saúde das pessoas;
- d) a gravidade da pandemia é evidenciada nas conceptualizações acerca, principalmente, das medidas de restrição de circulação e de seus efeitos, mas também na defesa da hidroxiclороquina e da adesão ao tratamento precoce. Todas essas iniciativas têm em comum serem elementos que permitem ou impedem o funcionamento do mercado e da produção;
- e) o *frame* neoconservador aparece associado ao modelamento principalmente a partir dos elementos-*frame*: militarismo anticomunismo, família tradicional, religião cristã, autoritarismo, coragem, solidariedade ao próximo. Já o *frame* neoliberal aparece, principalmente, na associação de ideias de livre mercado, individualização de um problema público, Estado mínimo, liberdade individual, sucesso, autonomia e autossuficiência;
- f) a imprensa, os prefeitos e governadores e o STF são conceptualizados como inimigos em conceptualizações ancoradas no militarismo anticomunista do *frame* neoconservador, sendo predicados como culpados por todos os efeitos negativos gerados, principalmente, pelas medidas de restrição de circulação da população;
- g) principalmente as medidas de restrição de circulação e seus efeitos, a vacina e os governadores e prefeitos têm suas conceptualizações associadas, com frequência, ao *frame* neoconservador pela ideia de militarismo anticomunista;
- h) o *frame* neoliberal aparece, na maior parte das vezes, junto ao *frame* neoconservador. Ele fica em evidência nos momentos de minimização da circulação e dos efeitos do vírus na saúde, nos momentos de defesa do tratamento precoce como

uma experiência bem-sucedida e que é de escolha individual, e quando se põe contrário à obrigatoriedade da vacinação e do uso de máscaras como fator de proteção.

Estabelecendo uma análise comparativa entre os dados dos dois anos, percebemos os seguintes pontos:

- a) em 2020, por ser o início da pandemia da Covid-19, percebemos que Jair Bolsonaro investiu na referenciação dos elementos-chave desse evento, até então desconhecidos e que eram alvos de grande disputa conceitual. Por isso, como vemos no Quadro 8, aparecem elementos no modelamento como vírus, covid-19, circulação do vírus, grupo de risco, cuidados com o grupo de risco e população saudável;
- b) em 2020, notamos também a presença maior do tema hidroxicloroquina e da adesão ao tratamento precoce como objetos de referenciação no modelamento. Pensamos que isso se deve porque, enquanto em 2020 esse medicamento precisava ser apresentado, bem como a adesão a ele justificada, em 2021 todo esse trabalho anterior já surtia efeito, com o medicamento sendo utilizado em larga escala<sup>6</sup>, não sendo necessário, portanto, insistir tanto em sua defesa;
- c) em vez disso, percebemos em 2021 o foco na referenciação dos objetos de discurso vacina e vacinação, em conceptualizações que buscam desqualificá-las, pondo em suspeição sua segurança, eficácia e, até mesmo, seu valor de mercado, ligando, inclusive, a sua obrigatoriedade a uma ameaça à liberdade individual, ônus que seria maior que o benefício da segurança coletiva da população;
- d) em 2021, o foco não é mais referenciar os elementos-chave da pandemia, mas sim o resultado da atuação do governo e de seus opositores passado um ano dela. Por isso, a imprensa, governadores e prefeitos e a atuação da oposição em geral são objetos de discurso bastante recorrentes no modelamento durante esse ano, assim como a atuação do próprio presidente e de seu governo. A primeira, predicada de forma negativa e a segunda de forma positiva. É interessante notar que, mesmo quando assumida a atuação desastrosa do governo federal, ainda assim o presidente mantém o belicismo e responsabiliza a oposição (seus ataques e críticas, a falta de apoio etc.) por isso;

---

<sup>6</sup> Como vimos no Capítulo 3, a hidroxicloroquina e a azitromicina tiveram o seu pico de vendas em março de 2021, mês com mais mortes por covid-19 desde o início da pandemia.

- e) em 2021, temos um ataque mais inflamado à oposição ao governo central, sem tantas modalizações como no ano anterior, de modo que referentes como “estado de sítio”, “genocidas” e até a “intenção de provocar mortes apenas para atacar o presidente” foram ligados à atuação dos opositores ao governo Bolsonaro. Pensamos que isso pode ter se dado pelo fato de que os altos índices de óbitos<sup>7</sup> e os resultados de estudos desse cenário foram associados às políticas postas em prática pelo governo. Por isso, vemos o modelamento focado em objetos de discurso que operam a defesa do governo e de sua imagem, especialmente por meio do ataque aos oponentes;
- f) em 2021, notamos alguns momentos, até então não observados, em que Jair Bolsonaro parecia ter dificuldades para sustentar os termos do modelamento construído e reforçado desde o início da pandemia. Isso se mostrou na referenciação dos objetos de discurso “vacina” e “vacinação”, em momentos cuja referenciação se deu por meio de contradições e recálculos realizados quando da tentativa de argumentar em favor da desqualificação desses referentes, como nas *lives* de 14 de janeiro (III) e 11 de março (VIII) de 2021.

A partir dos apontamentos gerais, iremos nos deter a aprofundar a discussão dos resultados em alguns pontos.

Primeiramente, vale ressaltar a recorrente associação da fala do ex-presidente ao *frame* militarismo anticomunista. Para compreendê-la, salientamos que a guerra discursiva observada pela fixação de uma versão pública da pandemia tem como pano de fundo uma guerra cultural, termo utilizado por Rocha (2021) para definir a guerra simbólica que está na base do Bolsonarismo e que, com a utilização de uma retórica do ódio, cria inimigos imaginários a serem eliminados com base no fantasma do comunismo. Segundo Rocha (2021, posição 6279), a guerra cultural é uma forma de o ex-presidente Jair Bolsonaro manter as “massas digitais mobilizadas em constante excitação”.

Dito isso, tendo em vista os dados, vê-se, de forma geral, na associação de elementos do modelamento da pandemia de Covid-19 ao elemento militarismo anticomunista do *frame* neoconservador, uma estratégia de mobilizar as massas digitais que assistem suas *lives*. Com isso, o ex-presidente não apenas angaria apoio para a visão de mundo neoliberal defendida por ele e por setores neoliberais da sociedade, mas também faz com que as *lives* cumpram seu papel

---

<sup>7</sup> Como vimos no Capítulo 3, nesse ano houve recorde de mortes, com março sendo o mês com mais óbitos registrados na história do país, segundo cartórios de registro civil” (Muniz; Fonseca, 2021).

enquanto ferramenta de comunicação governamental atuante na manutenção do apoio e da mobilização política da base que o elegeu, como vimos no Capítulo 4 desta dissertação.

Tratando mais especificamente sobre o modelamento, a recorrente associação dos elementos da pandemia ao militarismo anticomunista observadas no Quadro 8 demonstra que a construção do modelamento sociocognitivo e discursivo da pandemia sob uma visão bolsonarista acontece ao mesmo tempo que o ex-presidente ataca a visão aposta, isto é, a do discurso científico. Essa evidência contribui para a afirmação de Cavalcante (2021, p. 5) sobre a estratégia negacionista, isto é, “em paralelo à afirmação de um regime de verdade e de um tipo de vida que são declarados como mais autênticos e que não são estranhos à estrutura social que formou a sociedade brasileira”. Portanto, a partir da análise linguística dos resultados, podemos afirmar que o negacionismo, de fato, constitui-se como uma estratégia na disputa pelos sentidos da pandemia, na medida em que nega uma realidade para impor a sua própria.

Além disso, a incorporação do *frame* neoconservador pelo elemento militarismo anticomunista nas *lives* de quinta-feira, ao instaurar o sentimento de guerra, também parece contribuir para a percepção social da existência de um estado de exceção – o que aparece repetidamente em todo o modelamento, mas de forma evidente nas cenas da *live* de 11 de março de 2021, quando se conceptualiza as medidas de restrição de circulação como imposição de um estado de sítio. Tal efeito pode estar associado à necropolítica, porque, conforme Mbembe (2018, grifo nosso), “o poder (não necessariamente o estatal) continuamente se refere e apela à exceção, à emergência e a uma *noção ficcional de inimigo*”. Dessa forma, para Mbembe (2018), para a manutenção do poder de decidir quem pode morrer, o estado de exceção e a criação de inimigos imaginários, constituem-se como a *base normativa do direito de matar*.

No modelamento, o belicismo neoconservador, como elemento de projeção de poder e de luta contra os inimigos (Lacerda, 2019), instaurado pelos enquadramentos dados a partir do elemento militarismo anticomunista mostra-se essencial na criação dos inimigos, responsabilizando-os pelas mazelas da pandemia e desqualificando sua atuação. Principalmente nos dados de 2021, o belicismo torna-se ainda mais recorrente no modelamento, quando os atos da imprensa e de governadores e prefeitos são frequentemente conceptualizados não apenas como fracassados (algo já comum nos dados de 2020), mas também como mal-intencionados e até perversos; e quando são culpabilizados, inclusive, pela má atuação do próprio governo federal.

A necropolítica fica evidente não só pela instauração de um estado de exceção, mas também pela relevância que é dada, nas *lives* de 2020 e de 2021, à defesa de que as medidas de isolamento horizontal não deveriam ser adotadas, mas sim as de isolamento vertical, com as

pessoas saudáveis (fora do grupo de risco) indo trabalhar normalmente, mesmo contraindo o vírus (neste caso, tomariam o kit covid). Esse aspecto toca em um ponto crucial da teoria da necropolítica de Mbembe (2016) que diz respeito ao fato de que os aparelhos de poder, para manter sua soberania de controle sobre os indivíduos, atuam instrumentalizando e destruindo seus corpos através de um *trabalho de morte* (Mbembe, 2016, p. 124).

Tendo isso em vista, os corpos da classe produtiva do Brasil, que representam grande parte dos interlocutores das *lives* do ex-presidente no modelamento sociocognitivo e discursivo construído pelo ex-presidente são concebidos como verdadeiros instrumentos do capital, cuja única serventia está em servi-lo (como fica evidente na conceptualização de “vida” como emprego e economia, na *live* de 14/05/2020 – (II)). Dessa forma, ao ser defendida com tanta recorrência e de maneira enfática a continuação do trabalho durante a pandemia, mesmo diante dos altos riscos sanitários à vida do trabalhador, vemos a figura do ex-presidente, à serviço do capital, defender um verdadeiro *trabalho de morte*.

Ainda sobre a necropolítica, chamamos a atenção para a interpretação das mortes na pandemia como “baixas inevitáveis”, comuns a uma guerra, como se observa no Quadro 7 da seção anterior. No modelamento sociocognitivo e discursivo observado nas *lives*, as mortes são normalizadas, como assinalado por Cavalcante (2021, p. 6), que afirma que houve a normalização das mortes ocorridas na condução da pandemia, à medida que elas se tornaram “socialmente aceitáveis, como se fatalidade fosse, milhares de mortes evitáveis em tão pouco tempo no país”.

Além de normalizar as mortes pela instauração de um estado de exceção, o modelamento sociocognitivo e discursivo da pandemia observado nas *lives* ainda transfere a responsabilidade por medidas de redução dessas mortes para a esfera individual da família. Isso já havia sido apontado por Cavalcante (2021, p. 12) quando observa que, nas falas de Jair Bolsonaro, “havia também o apelo à privatização do cuidado, coerente com uma normatividade de família patriarcal, na qual a responsabilidade pela redução das mortes era transferida para indivíduos compreendidos apenas com uma derivação das famílias”. Como visto nos dados de 2020 e de 2021 sintetizados no Quadro 8, o elemento “família” do *frame* neoconservador é incorporado à referência, sumariamente, em dois momentos: em relação ao tratamento da Covid-19 e aos efeitos negativos das medidas restritivas de circulação e do uso de máscaras. Nos dois casos, a incorporação desse *frame* serve a propósitos neoliberais.

No primeiro caso, isso é feito, como apontado por Cavalcante (2021) em relação à pandemia, retirando a responsabilidade do Estado de cuidar das pessoas adoentadas e deslocando essa questão para a esfera privada da família. Isso fica evidente em dois momentos,

o primeiro, na *live* do dia 26 de março de 2020 (trecho (II)), quando o ex-presidente afirma que quem deve se preocupar com as pessoas do grupo de risco que contraíam a covid-19 é quem cuida delas, não o Estado; e o segundo momento, na *live* do dia 14 de maio de 2020 (trecho (III)), quando utiliza um exemplo pessoal de sua família em que sua mãe hipoteticamente fica doente, para dizer que ele e seus irmãos dariam hidroxicloroquina para tratá-la.

No segundo caso de associação ao elemento-*frame* família, relacionado aos efeitos negativos das medidas restritivas, o ex-presidente enumera situações negativas que ocorrem devido à adoção de medidas sanitárias, como o *lockdown* e o uso de máscara de proteção social. Entre elas, estão a mortalidade infantil, as brigas na família, a violência contra a mulher e o desemprego – e, por conseguinte, a fome na família e os acidentes de trânsito.

Nesse ponto, vale a pena recuperar a reflexão de Tomasello (2017) sobre a moralidade humana. Segundo ele, todos seguimos uma identidade moral, por meio da qual julgamos as ações segundo valores e normas valorizadas pela comunidade em que estamos inseridos, em certas e erradas. É essa identidade moral que nos faz também, quando realizamos ações que poderiam não ser bem aceitas, não só nos justificarmos quanto justificarmos a comunidade. Se a motivação para essas atitudes, afirma Tomasello (2017), for de acordo com os valores compartilhados por ela, a justificativa tende a ser aceita.

Diante disso, associando o elemento-*frame* família à referência dos objetos de discurso tratamento de covid-19, efeitos do *lockdown* e do uso de máscaras o ex-presidente, entendendo que há valores sociais relevantes ligados à família tradicional compartilhados pela comunidade a quem se dirige, como a união e o bem-estar dela, apela a essa associação para justificar, para a comunidade moral que o escuta, sua posição negacionista, sabendo que dessa forma eles irão tê-la como correta e aceitá-la.

Vale salientar também que, não só os valores ligados à família, como também os instaurados pela racionalidade neoliberal (Dardot; Laval, 2016) atuam tornando esse posicionamento legítimo. A autossuficiência e a eficiência são qualidades valorizadas em nossa sociedade, em que a racionalidade neoliberal é enraizada e faz as pessoas *se verem como empresários de si*. Dessa forma, lidar com os riscos à saúde que, na pandemia, sair trabalhar implica, e com o cuidado das pessoas idosas de sua própria família seriam valores de uma pessoa (ou empresa) autossuficiente, que cuida de seus próprios problemas; e, além disso, que encara os riscos de um investimento – como pode ser visto, segundo essa racionalidade, no ato de trabalhar (e, por conseguinte, ganhar dinheiro) nesse momento pandêmico.

De modo geral, a incorporação do elemento-*frame* família tradicional ao modelamento, o ex-presidente transfere a responsabilidade que seria do Estado, referente ao dever de garantir

saúde a todos previsto na Constituição, para a família, tanto em relação ao tratamento quanto a como ele deve ser. Diante disso, além de promover a austeridade do Estado Mínimo, também oferece uma solução de mercado a um problema público, contribuindo, portanto, com a lógica neoliberal.

Dessa forma, o modelamento discursivo analisado neste trabalho colabora para o que afirma Petchesky (1981), como vimos no Capítulo 2, seção 2.2, de que o discurso em defesa da família e do fortalecimento dos papéis tradicionais de gênero dissimula o interesse que têm o neoliberalismo em manter a família baseada na figura autoritária do pai, para que seus membros não precisem de programas de bem-estar social promovidos pelo Estado.

Outro elemento bastante incorporado ao modelamento da pandemia de Covid-19 produzido *online* pelo ex-presidente nas *lives* analisadas foi a liberdade individual, elemento do *frame* neoliberal. A partir da análise dos dados, pôde-se perceber que a ideia de liberdade é incorporada nos processos referenciais dos seguintes elementos do modelamento da pandemia: na defesa à adesão do tratamento precoce com a hidroxicloroquina, e no ataque às medidas restritivas de circulação e à vacinação. Vale destacar que, na conceptualização desses elementos, a ideia de liberdade emerge incorporada também ao *frame* neoconservador, pelo elemento militarismo anticomunista, diante da obrigatoriedade da vacinação e de medidas de isolamento social.

Quanto à incorporação da ideia de liberdade para falar sobre a pandemia, Cavalcante (2021) já havia apontado isso no discurso do ex-presidente Bolsonaro. Para ele, Jair Bolsonaro, em seu discurso sobre a pandemia, tinha como propósito:

[...] preservar o lugar de defensor da liberdade que, em tantos outros temas, sua base social reivindica, como no acesso irrestrito ao porte de armas e, agora, na liberdade de manter seus negócios a despeito da pandemia. Novamente, o movimento era sincronizado com a produção de materiais nas redes que alertavam para uma iminente falta de comida em centrais de abastecimento e para o aumento de suicídios, depressão e violência doméstica. [...] Enfim, as medidas de combate à pandemia seriam apenas uma estratégia para a perda de direitos individuais e a implementação de regimes totalitários (Cavalcante, 2021, p. 14).

Todos os elementos apontados por Cavalcante (2021) quanto à incorporação da ideia de liberdade ao discurso de Jair Bolsonaro sobre a pandemia são observados nas *lives* de quinta-feira de 2020 e de 2021. Por constituir-se, assim como outros elementos incorporados ao modelamento discursivo bolsonarista, tais como sucesso e autossuficiência, enquanto valor de relevância social devido à racionalidade neoliberal que rege nossa sociedade, ele é evocado pelo locutor para ancorar sociocognitivamente sua justificativa moral, a fim de seus posicionamentos serem aceitos.

Acerca do último ponto relativo à observação nos dados de 2021 de uma dificuldade de sustentação (da legitimidade) do modelamento quanto à vacina e à vacinação, notamos que isso se apresenta em um contexto específico. A vacinação mostrava efeitos positivos em outros países e, mesmo com dificuldades e resistência institucional por parte do poder executivo central, estava tendo início no Brasil (país com uma forte cultura de vacinação). Por outro lado, o país apresentava recorde de mortes por Covid-19<sup>8</sup>, o que poderia apontar para o não funcionamento do isolamento vertical e do tratamento precoce como armas para o fim da pandemia, como construído no modelamento.

Considerando a pergunta lançada por Moura (2023, p. 106), “como explicar que a campanha de Bolsonaro contra a vacinação terminou não tendo impacto na posição de muitos de seus eleitores ao contrário do que ocorreu com os eleitores de Trump?”, observamos em nossos dados que, se em 2020 fazia sentido conceptualizá-la como um grande “mistério”<sup>9</sup>, em 2021, com todas as evidências positivas de sua eficácia e segurança, tornou-se mais difícil sustentar essa percepção, como mostram as altas taxas de adesão à vacinação do país, que englobam também grande parte dos grupos conservadores (bolsonaristas)<sup>10</sup>.

Diante de tudo o que foi discutido nesta seção acerca do modelamento discursivo da pandemia construído nas *lives*, é possível concluir que os elementos do cenário a que foi dada relevância são elementos que estão, de alguma maneira, relacionados à economia. Temos a relevância dada, de um lado, à referenciação das medidas de restrição de circulação, como o *lockdown*, e seus efeitos, de forma negativa; e, de outro, do tratamento precoce com hidroxicloroquina e sua eficácia comprovada através de inúmeros relatos bem-sucedidos, de forma positiva.

Com isso, o ex-presidente apresenta um modelamento sociocognitivo e discursivo da pandemia a partir do qual as medidas de restrição de circulação e de proteção, como o uso de máscaras, defendidas pelo discurso científico são vistas como danosas, pois destroem empregos, pessoas e famílias através da escassez, da privação, da fome e da violência. E o tratamento com hidroxicloroquina seria uma forma bem-sucedida de tratamento que estaria sendo impedida de ser feita por inimigos da nação, causando, assim, danos às famílias que

---

<sup>8</sup> Conforme os dados apresentados no Capítulo 3, seção 3.2.

<sup>9</sup> Ver a live de 17 de dezembro de 2020, trecho (II).

<sup>10</sup> Não apenas os dados de imunização apresentados no Capítulo 3, seção 3.1, apontam para isso, como a pesquisa Datafolha realizada em julho de 2021, segundo a qual apenas 5% dos entrevistados afirmam que não foram nem pretendem ser imunizados. Conferir em: [Adesão à vacina chega a 94% e atinge recorde no Brasil - 13/07/2021 - Equilíbrio e Saúde - Folha \(uol.com.br\)](https://www.folha.com.br/brasil/13/07/2021/adesao-a-vacina-chega-a-94-e-atinge-recorde-no-brasil-13/07/2021-equilibrio-e-saude).

querem cuidar de seus familiares com Covid-19 e não podem, e o saldo catastrófico de mortes, que já podia ser verificado ao final do segundo ano de pandemia no país.

Utilizando de elementos do *frame* neoconservador para fazer essas conceptualizações, o ex-presidente apoia-se em valores basilares para uma boa parte da população brasileira, como a família tradicional, o cuidado com os mais velhos, o bem-estar da família etc. Como essa justificativa ancora-se em valores que fazem sentido para a comunidade que o ouve nas *lives*, ela não só legitima, mas passa a compartilhar com ele essa visão de mundo que se baseia em uma mesma identidade moral (Tomasello, 2017, 2019), de modo a enxergar a realidade a partir dela e tê-la como correta, em detrimento de outras visões.

A partir disso, retomamos o conceito de Huntington (1957, p. 461) sobre o conservadorismo (discutido na seção 2.2) como “um sistema de ideias empregado para justificar qualquer ordem social estabelecida”, para apontar que os *frames* neoconservadores, ao emprestar alguns de seus elementos conservadores (família, religião cristã, anticomunismo, sacrifício) para fazer pensar sobre a pandemia, parecem atuar para justificar a decisão do governo – e, por que não, do mercado– pela continuidade da ordem social estabelecida pelo neoliberalismo, isto é, pelo regime de produção e circulação livre de capital, mesmo diante de uma doença pandêmica altamente contagiosa que assolava o mundo e causava milhares de mortes todos os dias.

Pudemos observar que também o neoliberalismo serve de base para ancorar o modelamento e justificar a visão de mundo proposta por ele. Conforme a diferenciação realizada por Brown (2019) e discutida no Capítulo 2 deste trabalho, na seção 2.2, o neoliberalismo pode ser compreendido como um *conjunto de políticas governamentais* de ataque ao Estado de bem-estar social ou como uma *racionalidade* que impõe modos de pensar e de agir. A partir da análise dos dados, observamos as duas formas de concebê-lo, visto que a racionalidade neoliberal atua, assim como a neoconservadora, fornecendo âncoras sociocognitivas através de valores como sucesso, liberdade e autossuficiência, que fazem parte do nosso *cultural common ground* e permitem, assim, o modelamento da pandemia apresentado nas *lives* não só ganhar sentido, mas legitimidade e aceitação dos interlocutores. Desse modo, a incorporação de elementos dessa racionalidade também foi essencial para justificar a tomada de posição do governo federal e as políticas neoliberais de ataque ao Estado de bem-estar social adotadas por ele durante a pandemia.

A legitimação de uma ordem social é imprescindível para que ela seja seguida. Ao encontrar sentido nessa visão de mundo veiculada nas *lives*, as pessoas também podem adotá-la; assim, deixam de seguir o isolamento social para continuar trabalhando e de procurar as

unidades de saúde para tratar-se, fazendo isso em suas casas apenas com um medicamento de eficácia incerta ou nula, de acordo com especialistas.

Desse modo, o isolamento vertical e o tratamento precoce – uma solução de mercado rápida e individual para a pandemia – passam a ser adotados por parte da sociedade, a partir de uma justificativa moral apresentada com base em elementos do *frame* neoconservador e do *frame* neoliberal, que se ancoram em valores enraizados em nossa sociedade. Com isso, o discurso neoliberal, ao ser mascarado por elementos conservadores e naturalizado pela racionalidade neoliberal, convence parte da sociedade brasileira a adotar sua visão de mundo.

## 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo de uma abordagem sociocognitiva da linguagem (Salomão; 1997, 1999; Koch, Cunha-Lima, 2004, Tomasello, 1999, 2019; Koch, 2002, 2005; Marcuschi, 2001a, 2002; Morato, 2017, entre outros), compreendemos o texto como forma de cognição social (Antos, 1997 *apud* Antos; Wieser, 2005), por tornar o conhecimento não apenas visível, “mas, na realidade, sociocognitivamente existente” (Koch, 2002, p. 156).

Por meio dos textos, segundo Morato (2017), construímos modelos, isto é, representações do mundo que se fundamentam em bases sociocognitivas, como o é o modelamento sociocognitivo e discursivo da pandemia construído pelo então presidente Jair Messias Bolsonaro durante esse período da história recente, também analisado por Bentes e Morato (2021).

Tendo isso em vista, esta dissertação assumiu como objetivo investigar as pistas textuais que organizam a conceptualização estratégica, isto é, o modelamento sociocognitivo e discursivo da pandemia de Covid-19 nas *lives* de quinta-feira, a partir de *frames* semântico-interativos, a fim de estabelecer um possível quadro relacional entre a forma de Jair Bolsonaro conceber a pandemia e a forma de agir frente a ela, em termos de gestão e políticas públicas.

Para cumpri-lo, primeiramente foi necessário investigar a conformação das *lives* de quinta-feira como ferramenta estratégica de comunicação político-institucional do governo. Surgidas em 2019 com o intuito de angariar apoio popular para as ações do governo e para o então presidente Jair Messias Bolsonaro defender-se do “ataque” das “notícias caluniosas” realizadas contra ele pela grande mídia, as *lives* de quinta-feira permaneceram sendo transmitidas semanalmente em suas mídias digitais até pouco antes do final de seu governo, em 2022.

Durante esse tempo, essas *lives* tornaram-se uma importante ferramenta estratégica de comunicação político-institucional do governo por dois aspectos que as constituem: a sua configuração ritualística e o modo polêmico com que nelas o então presidente trata os assuntos abordados, sempre baseados em uma narrativa dicotômica entre “bem” e “mau”. Essa narrativa de guerra cultural (Rocha, 2021), que foi responsável em sua campanha por angariar milhares de votos, é seguida mesmo após eleito, em meio a um discurso inflamado contra os vários inimigos criados em sua retórica de “nós” contra “eles” (Wolf, 2018 *apud* Rocha, 2021, posição 1948), em que estes últimos são todos os que fazem parte de uma ordem liberal e progressista que se contrapõe aos preceitos conservadores.

Toda essa retórica encontrada nas *lives* ganha ainda mais relevância pois é realizada como um *ritual político* (Abélès, 1988), isto é, uma configuração ritualística, com não só o dia e a hora repetindo-se, mas também com uma certa disposição simbólica dos convidados e do ex-presidente à mesa, uma certa forma de iniciar e de finalizar as *lives*, além do lugar de centralidade e de autoridade ocupado por Bolsonaro durante esse momento.

A partir disso, concluímos que esses dois aspectos são cruciais na constituição das *lives* de quinta-feira em uma ferramenta de campanha permanente, no sentido de que são utilizadas para a busca constante de aprovação popular, atuando como uma estratégia para manter a intensificação das paixões próprias do *tempo da política* (Palmeira, 2004). Portanto, elas compreendem um instrumento estratégico do governo para não apenas realizar a manutenção da aprovação de sua base de apoio que o elegeu, mas também de mobilizá-la para um engajamento inflamado em sua defesa contra os inimigos criados, em um antagonismo alimentado semanalmente. Esse antagonismo constrói e é construído também durante o período pandêmico (2020-2022), quando as *lives* foram essenciais para a divulgação do modelamento sociocognitivo e discursivo que deu legitimidade à condução da pandemia orquestrada pelo governo federal.

Outra tarefa necessária para cumprirmos com nosso objetivo central foi nos deter a identificar as bases epistêmicas, ou *frames*, que fundamentam o Bolsonarismo enquanto movimento social e político de extrema-direita. Após um trabalho de pesquisa bibliográfica interdisciplinar, consideramos, concordando com Solano (2018), o *neoliberalismo* e o *neoconservadorismo* como as duas matrizes ideológicas comuns entre os atuais movimentos de extrema-direita ao redor do mundo, entre eles, o Bolsonarismo.

Para o desenvolvimento desta dissertação, alinhamo-nos à concepção de neoliberalismo de Dardot e Laval (2016), segundo a qual ele não atua apenas no âmbito político, destruindo regras, instituições e direitos, mas também no âmbito normativo, ao produzir certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver e certas subjetividades, guiadas pelo entendimento do sujeito enquanto empresa, e, portanto, empresário de si. Vimos que essa racionalidade neoliberal não é em vão. Ela é necessária, segundo Harvey (2008), na medida que atua como um meio de disciplinar a força de trabalho, para, assim, manter coerente e funcional o regime neoliberal de reprodução e de acumulação de capital que se baseia na exploração dessa força de trabalho. Ao formar subjetividades pautadas em características como a disciplina, a autogestão, a superprodução, a busca pelo sucesso e pela eficiência, o neoliberalismo produz sujeitos aptos ao trabalho em seu regime de hiperprodução e de acumulação de capital,

independentemente das adversidades que venham a existir – como o foi a pandemia de Covid-19.

Já o neoconservadorismo, embora diferente, trabalha pelo mesmo projeto de poder. Ele surge nos anos 1970 como oposição ao comunismo enquanto forma social e política (Brown, 2006) e diante do individualismo progressista influenciado pela cultura de mercado neoliberal (Brown, 2006; Harvey, 2005), o que faz com que se centre na defesa da moralidade como a “cola social” (Harvey, 2005, p. 82, tradução nossa) necessária para manter a segurança política diante de perigos externos e internos. Atualmente, atuando junto à direita cristã, o neoconservadorismo tem como principais pilares: a *defesa da família patriarcal*, a *religião cristã*, o *militarismo anticomunista*, o *idealismo punitivo* e o *neoliberalismo* (Lacerda, 2019). Acreditamos, baseando-nos em Huntington (1957), que o neoconservadorismo em sua aliança com o neoliberalismo atua como um sistema de ideias empregado para justificar uma ordem social imposta pelo neoliberalismo para que suas políticas possam prosseguir.

Para analisar linguisticamente de que modo essas bases epistêmicas do Bolsonarismo atuaram no modelamento sociocognitivo e discursivo da pandemia de covid-19, foco deste trabalho, valemo-nos da noção de *frames* semântico-interacionais. Consideramos *frames* “conjuntos ou ‘blocos’ de conhecimentos inter-relacionáveis que, incorporados por meio de práticas sociais nas quais emergem e por meio das quais se reconstroem, atuam na organização de nossas experiências e são reciprocamente por elas organizados” (Morato, 2010, p. 98).

Nesse sentido, formulamos como hipótese de trabalho que os *frames* neoliberais e neoconservadores estariam atuando na organização do modelamento apresentado por Jair Bolsonaro em suas lives de quinta-feira, fornecendo bases sociocognitivas – tendo em vista o *cultural common ground* (Tomasello, 2019) dos espectadores formado por princípios conservadores e por uma subjetividade neoliberal –, para ancorar a visão de mundo apresentada por ele sobre a pandemia.

Tendo isso em vista, analisando o modelamento apresentado nas *lives* de 2020 e de 2021, verificamos que esses *frames*, de fato, organizam a realidade da pandemia apresentada por Jair Bolsonaro em suas *lives*. As escolhas textuais estratégicas adotadas pelo locutor no processo de referenciação dos objetos de discurso (Mondada; Dubois, 2003) ligados à pandemia mostram as operações de enquadre ancoradas em *frames* neoliberais e conservadores para cada um dos elementos do modelamento identificado, a saber: covid-19, circulação do vírus, vida, população saudável, grupo de risco e seus cuidados, hidroxiquina, adesão ao tratamento precoce, medidas de restrição de circulação e seus efeitos, vacina, vacinação, uso de máscaras,

imprensa, governadores e prefeitos, STF, presidente, atuação do governo federal no enfrentamento da pandemia e medidas assistencialistas do governo.

Na análise linguística desenvolvida, verificamos uma série de estratégias textuais sendo operacionalizadas pelo ex-presidente para concretizar seu *projeto de dizer* (Koch, 2002, 2014), entre elas, estratégias referenciais e textual-discursivas de construção de sentido. Verificamos que, no processo de referenciação do modelamento operado nas *lives* selecionadas, o *frame* neoconservador aparece por meio da associação de elementos como família tradicional, religião cristã e anticomunismo. Já o *frame* neoliberal, principalmente, pela associação à pandemia das ideias de liberdade, autossuficiência e sucesso.

A nossa hipótese sociocognitiva, diante disso, é de que, construídas textualmente, as associações de elementos da pandemia com as bases de conhecimento neoliberal e neoconservador observadas nas *lives* de quinta-feira atuaram como uma *justificativa moral* – com base na ideia de identidade moral de Tomasello (2017, 2019) – para as políticas neoliberais adotadas pelo governo federal na condução da pandemia, centradas na defesa do isolamento vertical e do tratamento precoce utilizando a hidroxicloroquina.

A relevância dada a esses dois pontos na retórica bolsonarista sobre a pandemia foi constatada nas *lives* pela recorrência com que trata acerca desses dois tópicos, sempre desqualificando as medidas de isolamento vertical pelos seus efeitos nocivos à economia e valorizando o tratamento precoce pelas experiências exitosas que vinha apresentando, segundo o ex-presidente. Tudo isso é feito, como ficou linguisticamente constatado, envolto em uma *estratégia negacionista* (Cavalcante, 2021) que ataca a visão de mundo oposta – nesse caso, a do campo científico (OMS, ANVISA etc.) e aqueles que a apoiam (imprensa, STF, parte dos governadores e prefeitos etc.) – para afirmar o seu próprio regime de verdade, em uma verdadeira guerra discursiva, que tem como plano de fundo uma guerra cultural (Rocha, 2021), pela fixação de suas próprias versões públicas do mundo.

Por fim, cumprindo nosso último objetivo específico traçado, indicamos que o modelamento realizado a partir dessas associações pode ter contribuído para legitimar as ações do governo na condução da pandemia guiadas pela política neoliberal de Estado Mínimo, por basear-se em valores e crenças neoliberais e conservadores que fundamentam a identidade moral da comunidade que o escuta, e que constituem a base para compreender o que é certo e o que é errado. Com efeito, diante dos posicionamentos e ações controversas do governo federal na condução da pandemia no Brasil, esse modelamento mostra-se necessário, afinal, como pontua Tomasello (2019, p. 285), “um ato moralmente recomendável não é apenas um ato com boas consequências, mas também um ato praticado pelas razões certas”.

Diante disso, verificamos que as bases sociocognitivas em que se ancoram o modelamento construído de forma *online* pelo ex-presidente Jair Bolsonaro em suas *lives* são essenciais para a sua legitimação enquanto tal. Isso porque, como pontua Marcuschi (2007b), para terem consistência e serem socialmente validados na comunidade, os modelos precisam ter coerência em relação às suas crenças, não precisando ser, necessariamente, coerentes com fatores externos.

No modelamento observado nas *lives* analisadas neste trabalho, essa coerência interna é o que faz a hidroxicloroquina ser compreendida como eficaz, mesmo sem comprovação científica, assim como o isolamento social ser condenado, mesmo salvando milhares de vidas. Em suma, isso é que faz o modelamento sociocognitivo e discursivo construído por Jair Bolsonaro dar sentido à condução neoliberal da pandemia realizada pelo governo federal brasileiro, mesmo com os índices de morte cada vez maiores, perdendo força apenas quando o resultado da vacinação em massa mostra-se concretamente positivo em todo o mundo, não havendo como convencer efetivamente as pessoas do contrário.

E, por fim, isso também é o que faz, em última instância, o Bolsonarismo aproximar-se, de fato, de um *movimento neofascista* (Boito Junior, 2019; Cavalcante, 2021), na medida em que, como assinala Boito Junior (2019), sob um discurso superficialmente crítico e profundamente conservador acerca da economia capitalista e da democracia burguesa, aplica, com o apoio das massas, internamente, uma política econômica e social neoliberal e, externamente, uma política de subordinação passiva ao capital internacional. Essa estratégia neofascista é o que fez Bolsonaro, todas as quintas-feiras, em suas *lives*, repetidamente apresentar elementos de um modelamento sociocognitivo e discursivo sobre a pandemia para justificar suas ações.

Tal tarefa parece ter sido em parte bem executada, visto que, por meio desse modelamento, suas ações ganharam legitimidade entre seus interlocutores, mesmo sendo elas baseadas em uma doutrina de choque (Klein, 2008) que têm a *necropolítica* (Mbembe, 2016) como princípio fundamental de ação.

Concluimos, portanto, ressaltando a relevância que teve o modelamento sociocognitivo e discursivo apresentado semanalmente nas *lives* de quinta-feira do ex-presidente Jair Bolsonaro, ao produzir textual e sociocognitivamente uma forma de enxergar a pandemia em que o negacionismo fazia sentido e continuar a vida normalmente também, tendo, como resultado, milhares de brasileiros que, desprotegidos pelo Estado, foram levados à morte pela infecção causada pelo coronavírus.

## REFERÊNCIAS

- ABÉLÈS, Marc. Modern Political Ritual: ethnography of an Inauguration and a Pilgrimage by President Mitterrand. **Current Anthropology**, Chicago, v. 29, n. 3, p. 391-404, 1988.
- ABELSON, R. P. Representing mundane reality in plans. *In*: Bobrow, D. G.; COLLINS, A. M. (org). **Representation and understanding**. New York: Academic Press, 1975. p. 273-309.
- AGÊNCIA SENADO. Pesquisas apontam que 400 mil mortes poderiam ser evitadas; governistas questionam. Senado Notícias, Brasília, 24 jun. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/06/24/pesquisas-apontam-que-400-mil-mortes-poderiam-ser-evitadas-governistas-questionam>. Acesso em: 27 set. 2023.
- AGGIO, Camilo. A eficácia da hidroxicloroquina. *In*: SAMPAIO, R.; SARMENTO, R.; CHAGAS, V. (org.) **Comunicação e política no contexto da pandemia**: breves reflexões. Curitiba: Compolítica, Carvalho Comunicação, 2021. p. 23-29.
- AGGIO, Camilo; REIS, Lucas. Campanha eleitoral no *Facebook*: usos, configurações e o papel atribuído a esse site por três candidatos eleitos nas eleições municipais de 2012. **COMPOLÍTICA**: revista da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, jul./dez. 2013.
- AGGIO, Camilo; VAZ, Frances; CASTRO, Thomaz de. As lives no pico: a pandemia nas transmissões de Jair Bolsonaro. **Revista Cosmopolítica**, [s. l.], v. 12, n. 1, p. 5-28, 2022.
- AJZENMAN, Nicolas, CAVALCANTI, Tiago, Da MATA, Daniel. More than words: leader's speech and risky behaviour during pandemic. **SSRN**, 22 abr. 2020. Disponível em: [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=3582908](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3582908). Acesso em: 25 maio 2023.
- ALMEIDA, Ronaldo. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Cebrap**, São Paulo. v. 38, n. 1, p. 185-213. jan./abr. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/rTCrZ3gHfM5FjHmzd48MLYN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 dez. 2021.
- ALVES, Marcelo. O papel das mídias sociais nas eleições de 2018. IESP nas Eleições, Mídias e redes sociais. **Instituto de Estudos Sociais e Políticos**, Rio de Janeiro, 11 maio 2018. Disponível em: <http://18.218.105.245/o-papel-das-midias-sociais-nas-eleicoes-de-2018/>. Acesso em: 06 abr. 2022.
- ANTOS, G. Textos: modelos da produção de conhecimento. **Revista da ABRALIN**, [s. l.], v.14, n. 3, p. 29-54, jul./dez. 2015.
- ANTOS, G.; WIESER, H. P. Os textos como formas constitutivas do saber: Sobre algumas hipóteses para uma fundamentação da linguística de texto à base de uma teoria evolucionária. **Revista de Estudos Linguísticos**, Belo Horizonte, v.13, n.1, p. 93-127, jan./jun. 2005.
- AQUINO, Estrela M. L.; *et al.* Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 25, p. 2423-2446, 2020.
- ARAÚJO, Cícero. Dois anos de desgoverno: como chegamos até aqui. **Blog A terra é redonda eppur si muove...** 2021. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/dois-anos-de-desgoverno-como-chegamos-ate-aqui/>. Acesso em: 14 dez. 2021.

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução: Eni Orlandi. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Estética da criação verbal**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARBOSA, Bernardo. *Lives* semanais de Bolsonaro criam cumplicidade com "improviso calculado". **Uol Notícias**. Política. São Paulo, 23 maio 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/05/23/com-lives-bolsonaro-fura-filtro-da-imprensa-e-mantem-estilo-da-eleicao.htm>. Acesso em: 06 abr. 2022.

BARTLETT, Frederic Charles. **Remembering**: a study in experimental and social psychology. New York, NY: Cambridge University Press, 1995 [1932].

BATESON, G. A theory of play and fantasy. *In*: SCHECHNER, R.; SCHUMAN, M. **Ritual, play, and performance**. New York: Ballantine Books, 1976 [1955]. p. 117-193.

BAZERMAN, Charles. Social forms as habitats for action. **Journal of the Interdisciplinary Classroads**, [s. l], v. 1, n. 2, p. 317-333, 2004.

BENTES, A. C.; MORATO, E. M. Expressões de violência verbal e reflexividade face ao modelamento sociocognitivo e discursivo da pandemia de Covid-19. **Calidoscópio**, São Leopoldo, RS, v. 19, n. 1, p. 32-46, 2021.

BENTES, A. C. SOUZA-SANTOS, J. E. de. Fake news como produção textual disruptiva: os abalos nos campos sociais. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 6, 1-18, 2023.

BÍBLIA, Sagrada: Edição Pastoral. Tradução: José Simão. São Paulo: Paulus 1990.

BIROLI, Flávia. O rastro da onda: derrocada dos direitos e moralismo compensatório. **Blog da Boitempo**. São Paulo, 20 de out. 2017. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2017/10/20/o-rastro-da-onda-derrocada-dos-direitos-e-moralismo-compensatorio/>. Acesso em: 02 ago. 2022.

BOBBIO, Noberto. **Dicionário de política**. 1. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

BOBBIO, Noberto. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. Tradução.: Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995. ISBN 85-7139-088-6.

BOITO JUNIOR, Armando. O neofascismo já é realidade no Brasil. **Brasil de Fato**, São Paulo, 19 mar. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/03/19/artigo-or-o-neofascismo-ja-e-realidade-no-brasil>. Acesso em: 09 jun. 2022.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Tradução: Mariza Corrêa. Campinas SP: Papirus, 1996. 231 p. ISBN: 8530803930.

BRASIL. **Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020**. Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. Brasília, DF: Presidência da República, [2020a]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/decreto/d10282.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10282.htm). Acesso em: 27 set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.488, de 6 de outubro de 2017**. Altera as Leis nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), e revoga dispositivos da Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015

(Minirreforma Eleitoral de 2015), com o fim de promover reforma no ordenamento político-eleitoral. Brasília, 2017. Disponível em:

<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/2017/10/06>. Acesso em: 07 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020**. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Brasília, DF: Presidência da República, [2020b]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/113979.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/113979.htm). Acesso em: 27 set. 2023.

BRASIL. **Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020**. Dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2020c]. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-927-de-22-de-marco-de-2020-249098775>. Acesso em: 27 set. 2023.

BRASIL. **Medida Provisória nº 936, de 1º de abril de 2020**. Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas trabalhistas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2020d]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/mpv/mpv936.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/mpv/mpv936.htm). Acesso em: 27 set. 2023.

BRASIL. **Medida Provisória nº 944, de 3 de abril de 2020**. Institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos. Brasília, DF: Presidência da República, [2020e]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/mpv/mpv944.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/mpv/mpv944.htm). Acesso em: 27 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Orientações do Ministério da Saúde para manuseio medicamentoso precoce de pacientes com diagnóstico da Covid-19**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2020f. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/arquivos/orientacoes-manuseio-medicamentoso-covid19-pdf>. Acesso em: 28 set. 2023.

BROWN, Wendy. **In the ruins of Neoliberalism: the rise of antidemocratic politics in the west**. Columbia University Press, New York, 2019. ISBN 9780231193849.

BROWN, Wendy. American Nightmare: Neoliberalism, Neoconservatism, and De-Democratization. **Political Theory**, [s. l.], v. 34, n. 6, p. 690-714, dez. 2006. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20452506>. Acesso em: 02 ago. 2022.

CALGARO, Fernanda. Governo Bolsonaro e as vacinas contra a Covid: veja a cronologia e entenda as polêmicas. **G1**, [s. l.], 17 jul. 2021. Bem-estar. Coronavírus. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/07/17/governo-bolsonaro-e-as-vacinas-cronologia.ghtml>. Acesso em: 28 set. 2023.

CAMARGO JUNIOR, Kenneth R. de; COELI, Claudia M. A difícil tarefa de informar. **Physis: revista de saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, 2020. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1125351>. Acesso em: 29 set. 2023.

CAMBRICOLI, Fabiana. Após uso de kit covid, pacientes vão para fila de transplante de fígado; pelo menos 3 morrem. **Estadão**, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/saude/apos-uso-de-kit-covid-pacientes-vao-para-fila-de-transplante-ao-menos-3-morrem/>. Acesso em: 28 set. 2023.

CAMPOS, Ana Cristina. Covid-19: 98,6% dos municípios adotaram isolamento social em 2020. **Agência Brasil**, Brasília, 10 nov. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-11/covid-19-986-dos-municipios-adotaram-isolamento-social-em-2020>. Acesso em: 27 set. 2023.

CAPONI, Sandra. Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, n. 99, p. 209-2023, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/173382>. Acesso em: 27 set. 2023.

CAPONI, Sandra; *et al.* O uso político da cloroquina: COVID-19, negacionismo e neoliberalismo. **Revista brasileira de sociologia**, Porto Alegre, v. 9, n. 21, p. 78-102, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/rbs.774>. Acesso em: 27 set. 2023.

CARREON, Renata de Oliveira; BARONAS, Roberto Leiser. *Lives* presidenciais: reflexões iniciais sobre o discurso político digital. **Revista da ABRALIN**, [s. l.], v. 19, n. 3, p. 541-561, 17 dez. 2020. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1731>. Acesso em: 06 abr. 2022.

CAVALCANTE, Sávio Machado. A condução neofascista da pandemia de Covid-19 no Brasil: da purificação da vida à normalização da morte. **Calidoscópico**, São Leopoldo, RS, v. 19, n. 1, p. 4-17, 2021.

CAVALCANTI, Leo; VINHAL, Gabriela; COSTA, Rodolfo. Como na campanha, Bolsonaro volta a apostar em comunicação via *lives*. **Política, Correio Brasiliense**, 8 mar. 2019. Disponível em: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/03/08/interna\\_politica,741638/como-na-campanha-bolsonaro-volta-a-apostar-em-comunicacao-via-lives.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/03/08/interna_politica,741638/como-na-campanha-bolsonaro-volta-a-apostar-em-comunicacao-via-lives.shtml). Acesso em: 06 abr. 2022.

CEPEDISA. **Boletim direitos na pandemia: mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à covid-19 no Brasil**. São Paulo: Centro de Pesquisas e Estudos de Direito Sanitário (USP), Conectas Direitos Humanos, n. 10. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2021/01/boletim-direitos-na-pandemia.pdf>. Acesso em: 27 set. 2023.

CESARINO, Letícia. As ideias voltaram ao lugar? temporalidades não lineares no neoliberalismo autoritário brasileiro e sua infraestrutura digital. **Caderno CRH**, Salvador, v. 34, p. 1-18, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/44377>. Acesso em: 20 ago. 2022.

CESARINO, Letícia. Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil. **Internet & Sociedade**. v. 1, n. 1, p. 91-120, fev. 2020. Disponível em: <https://revista.internetlab.org.br/wp-content/uploads/2020/02/Como-vencer-uma-eleic%CC%A7a%CC%83o-sem-sair-de-casa.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2021.

CESARINO, Letícia. Identidade e representação no bolsonarismo: corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal. **Revista de Antropologia**, São

Paulo, v. 62, n. 3, p. 530-557, 2019. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/165232>. Acesso em: 14 dez. 2021.

CHAFE, W. The recall and verbalization of past experience. *In*: COLE, R. W. (org.). **Current issues in linguistic theory**. Bloomington, Indiana: Indiana Univ. Press, 1977. p. 215-246.

CIENKI, A. *Frames*, idealized cognitive models and domains. *In*: GEERAERTS, D.; CUYCKENS, H. (org.). **The Oxford handbook of cognitive linguistics**. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 170-187.

CIOCCARI, Deysi; PERSICHETTI, Simonetta. A campanha eleitoral permanente de Jair Bolsonaro: o deputado, o candidato e o presidente. **LUMINA**: revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, v. 13, n. 3, p. 135-151, set./dez. 2019.

CLARK, Herberth H. **Using Language**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1996.

COLETIVO REAJUSTE. Você sabia que Bolsonaro foi contra o auxílio emergencial? Entenda mais. **Brasil de Fato Paraíba**, João Pessoa, 4 set. 2020. Coluna Direito de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefatopb.com.br/2020/09/04/voce-sabia-que-bolsonaro-foi-contra-o-auxilio-emergencial-entenda-mais#>. Acesso em: 27 set. 2023.

COOPER, Melinda. **A sagrada família**: neoliberalismo e neoconservadorismo na extrema-direita hoje. Entrevistadora: Bruna Della Torre. [*S. l.*]: Marxismo feminista, 30 jun. 2020. *Blog*. Disponível em: <https://marxismofeminista.com/2020/06/30/a-sagrada-familia-neoliberalismo-e-neoconservadorismo-na-extrema-direita-hoje/>. Acesso em: 02 out. 2023.

CORREIO BRASILIENSE. Veja quem são os empresários que ganham com a cloroquina no Brasil. **Correio Brasiliense**, Brasília, DF, 11 jul. 2020. Disponível em: <https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/brasil/2020/07/11/interna-brasil,871362/veja-quem-sao-os-empresarios-que-ganham-com-a-cloroquina-no-brasil.shtml>. Acesso em: 28 set. 2023.

CUNHA, Luis. A retórica conservadora no Brasil contemporâneo e a produção de identidades políticas. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 27.; 2015, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre, 2015. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/281272779\\_A\\_retorica\\_conservadora\\_no\\_Brasil\\_contemporaneo\\_e\\_a\\_producao\\_de\\_identidades\\_politicas](https://www.researchgate.net/publication/281272779_A_retorica_conservadora_no_Brasil_contemporaneo_e_a_producao_de_identidades_politicas). Acesso em: 1 out. 2023.

CYPRESTE, Judite. YouTube já deletou 33 vídeos de Bolsonaro por fake news sobre Covid. **Metrópoles**. São Paulo, 31 out. 2021. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/youtube-ja-deletou-33-videos-de-bolsonaro-por-fake-news-sobre-covid>. Acesso em: 25 maio 2023.

DANTAS, Dimitrius, GULLINO, Daniel. Moderação no discurso de Bolsonaro reduz audiência de *lives* do presidente. **Jornal O Globo**. 13 dez. 2021. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/sonar-a-escuta-das-redes/post/moderacao-no-discurso-de-bolsonaro-reduz-audiencia-de-lives-do-presidente.html> Acesso em: 06 abr. 2022.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. BOITEMPO: São Paulo, SP, 2016. *Versão Kindle*.

DEL PASSO, Octávio F.; VALLE, André F. P. As frações burguesas na crise da covid-19: apontamentos preliminares. **Brasil de fato**: uma visão popular do Brasil e do mundo, São Paulo, 16 abr. 2020, Política, Disputa. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2020/04/16/artigo-as-fracoes-burguesas-na-crise-da-covid-19-apontamentos-preliminares>. Acesso em: 24 maio 2023.

DIETHELM, Pascal; MCKEE, Martin. Denialism: what is it and how should scientists respond? *The European journal of public health*, [s. l.], v. 19, n. 1, p. 2-4, 2009. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/19158101/>. Acesso em: 29 set. 2023.

DINIZ, Eli. Máquinas Políticas: Algumas Considerações Teóricas. In: DINIZ, Eli. **Voto e Máquina Política**: personagem e clientelismo no Rio de Janeiro. São Paulo: Paz e Terra, 1982. p. 23-46.

DUQUE, Paulo Henrique; COSTA, Marcos Antonio. **Linguística Cognitiva**: em busca de uma arquitetura de linguagem compatível com modelos de armazenamento e categorização de experiências. Natal, RN: EDUFRN, 2012.

ENSINK, T.; SAUER, C. Social-functional and cognitive approaches to discourse interpretation: the role of *frames* and perspective. In: ENSINK, T.; SAUER, C. **Framing and perspectivising in discourse**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Co., 2003. p. 01-21.

FAUCONNIER, Gilles. **Mental spaces**: aspects of meaning construction in natural language. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1994 [1985].

FELTRAN, Gabriel. Formas elementares da vida política: sobre o movimento totalitário no Brasil (2013- ). **Blog Novos Estudos Cebrap**. Categoria debate. 2020. Disponível em: <http://novosestudios.com.br/formas-elementares-da-vida-politica-sobre-o-movimento-totalitario-no-brasil-2013/>. Acesso em: 14 dez. 2021.

FELTRAN, Gabriel. Trabalhadores e bandidos: categorias de nomeação, significados políticos. **Temáticas**: revista dos pós-graduandos em ciências sociais, Campinas, v. 15, n. 30, p. 11-40, jul./dez. 2007.

FERNANDES, Carla Montuori; OLVEIRA, Luiz Ademir; MARTINS, Thamiris Franco; CHAIA, Vera. Campanha permanente e espetacularização política: análise das estratégias narrativas de João Dória (PSDB) na fanpage. **LÍBERO**: revista eletrônica do Programa de Mestrado em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, v.10, n. 40, p. 54-64, ago./dez. 2017.

FERNANDES, Leonardo H. S; *et al.* Predictability of COVID-19 worldwide lethality using permutation-information theory quantifiers. **Results in Physics**, [s. l.], v. 26, p. 1-11, jul. 2021. <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S221137972100437X>. Acesso em: 27 set. 2023.

FERREIRA-SILVA, B. João Dória: *frames* em estratégias comunicativas do discurso político no *Facebook*. **Revista da ABRALIN**, [s. l.], v.19, n.1, p.1-26, 2020.

FILLMORE, Charles. An alternative to checklist theories of meaning. **Proceedings of the First Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society**, v. 1, p. 123-131, 1975.

FILLMORE, Charles. *Frame semantics*. In: The Linguistic Society of Korea (org.). **Linguistics in the Morning Calm**, Seul: Hanshin Publishing Co., 1982. p. 111-137.

FIOCRUZ. Qual a diferença entre isolamento vertical, horizontal e lockdown? **Fiocruz**, Rio de Janeiro, 1 jul. 2020. Covid-19: Perguntas e respostas. Disponível em: <https://encurtador.com.br/uvQWZ>. Acesso em: 28 set. 2023.

FRAKE, C. O. *Plying frames* can be dangerous: some reflexions on methodology in cognitive anthropology. In: COLE, M.; ENGESTROM, Y.; VASQUEZ, O. (org.). **Mind, Culture and Activity**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977. p. 32-48.

FREGE, G. Sobre o sentido e a referência. Tradução de Sérgio R. N. Miranda.

**FUNDAMENTO**: Rev. de Pesquisa em Filosofia, [s. l.], v. 1, n. 3, p. 21-44, maio/ago. 2011.

FREIRE, Sabrina. Bolsonaro fez 70 *lives* em 2020; Jorge Seif e Gilson Machado participaram mais. **Jornal Poder 360**, Brasília, 01 jan. 2021.

FREIRE, Sabrina. Guimarães e Tarcísio destacam-se em *lives* de Bolsonaro em 2021. **Jornal Poder 360**, Brasília, 6 jan. 2022.

GABATZ, Celso. Manifestações religiosas contemporâneas: os desafios e as implicações da teologia da prosperidade no Brasil. **Revista Semina**, [s. l.], v.12, n. 1, p. 1-18, 2013. <http://seer.upf.br/index.php/ph/article/view/3646/2393>. Acesso em: 14 dez. 2021.

GIELOW, Igor. Maioria tem medo de coronavírus e apoia medidas de contenção, diz Datafolha. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 mar. 2020. Coronavírus. Disponível em: <https://encurtador.com.br/no279>. Acesso em: 28 set. 2023.

GODOY, Mahayana; *et al.* Replicando o efeito Takete-Maluma em Português Brasileiro Replicating the Takete-Maluma effect in Brazilian Portuguese. **Revista do GELNE**, [s. l.], v. 20, n. 1, p. 87-100, fev. 2018.

GOFFMAN, Erving. **Forms of Talk**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1981.

GOFFMAN, Erving. **Frame analysis**: an essay on the organization of experience. New York: Harper & Row, 1974.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais. In: ORTEGA, Any; SILVA, S. P. R. (org.) **Dicionário de conceitos políticos**. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2020. ISBN: 978-65-89303-00-8.

GRANDIN, Greg. **Empire's workshop**: Latin America, the United States and the rise of the new imperialism. Metropolitan books. New York: Henry Holt and Company, 2006. Versão *kindle*.

GUEDES, Paula. Direcionamento de campanhas eleitorais: lições do passado para 2020. **Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio, Rio de Janeiro**, 9 abr. 2020. Disponível em: <https://feed.itsrio.org/direcionamento-de-campanhas-eleitorais-li%C3%A7%C3%B5es-do-passado-para-2020-de58e32e5dbe>. Acesso em: 05 abr. 2022.

GUILBERT, Thierry. **As evidências do discurso neoliberal na mídia**. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

GUMPERZ, John J. **Discourse strategies**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1982.

GUSSEN, Ana Flávia. O que há por trás do lobby de Bolsonaro pelo uso da cloroquina. **Carta Capital**, [s. l.], 1 mar. 2021. Política.

HANKS, W. O que é contexto. In: BENTES, A. C. *et al.*(org.). **Língua como prática social**: das relações entre língua, sociedade e cultura a partir de Bourdieu e Bakhtin. São Paulo: Cortez, 2008. p. 119-145.

HARVEY, David. **A Brief History of Neoliberalism**. New York: Oxford University Press, 2005.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução: Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola. 4. ed., 2008. ISBN: 978-85-15-00679-3.

HECLO, Hugh. Campaigning and governing: a conspectus. *In*: ORNSTEIN, N; MANN, T. (org.). **The permanent campaign and its future**. Washington, D.C.: American Enterprise Institute Press, 200. p. 1-37.

HUNTINGTON, Samuel P. Conservatism as an Ideology. **The American Political Science Review**. [s. l.], v. 51, n. 2, p. 454-473, jun. 1957. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1952202>. Acesso em: 20 abr. 2022.

HUNTINGTON, Samuel P. Robust Nationalism. **The National Interest**, [s. l.], n. 58, p. 31-40, Winter 1999/2000. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/42897217>. Acesso em: 20 abr. 2022.

HYMES, D. Ways of speaking. *In*: BAUMAN, R.; SHERZER, J. (org.). **Explorations in the ethnography of speaking**. London: Cambridge Univ. Press, 1974.

IBGE. Pesquisa Pulso Empresa: Entre as empresas que estavam fechadas na 1ª quinzena de junho, 39,4% encerraram atividades por causa da pandemia. **Agência IBGE Notícias**, [s. l.], 16 jul. 2020. Disponível em: <https://encurtador.com.br/uGHM8>. Acesso em: 27 set. 2023.

IDOETA, Paula Adamo. A história de Bolsonaro com a hidroxicloroquina em 6 pontos: de tuítes de Trump à CPI da Covid. **BBC News Brasil**, São Paulo, 21 maio 2021. Disponível em: <https://encurtador.com.br/FOQS4>. Acesso em: 29 set. 2023.

INSTITUTO DATASENADO. **Redes Sociais, Notícias Falsas e Privacidade de Dados na Internet**: pesquisa Data Senado. Brasília, DF: Senado Federal, 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/mais-de-80-dos-brasileiros-acreditam-que-redes-sociais-influenciam-muito-a-opinio-das-pessoas>. Acesso em: 7 abr. 2022.

JOHNSON-LAIRD, P. N. Mental models in cognitive science. **Cognitive Science**, [s. l.], v. 4, p. 71-115, 1980.

KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque**: a ascensão do capitalismo de desastre. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

KLEIN, Naomi. Klein vê o mundo em transe, pós pandemia. **Outras palavras**, [s. l.], 25 dez. 2021.

KLEIN, Naomi. Naomi Klein, capitalismo e coronavírus: “o choque é o próprio vírus”. **Instituto Humanitas Unisssonos**, [s. l.], 18 mar. 2020. Reporter: Mônica Garrido.

KOCH, I. G. V. **Desvendando os segredos do texto**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

KOCH, I. G. V. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2002.

KOCH, I. V. A construção dos sentidos no discurso: uma abordagem sociocognitiva. **Investigações**, Recife, v. 18, n. 2, p. 9-38, jul. 2005.

KOCH, I. V. **As tramas do texto**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

KOCH, I. V. Cognição e processamento textual. **Revista da ANPOLL**, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 35-44, 1996.

KOCH, I. V.; CUNHA-LIMA, M. L. Do cognitivismo ao sócio-cognitivismo. *In*: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna. C. **Introdução à linguística**: fundamentos epistemológicos, 5. ed. São Paulo: Cortez, 2004. v. 3. p. 251-299.

KOCH, I. V.; MARCUSCHI, L. A. Processos de referenciação na produção discursiva. **D.EL.T.A.**, v. 14, n. Especial, p. 169-190, 1998.

KOCH, I. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. Ainda o contexto: algumas considerações sobre as relações entre contexto, cognição e práticas sociais na obra de Teun van Dijk. **Revista da ALED**, [s. l.], v. 11, n. 1, p. 79-91, 2011.

KOCH, Ingedore Villaça. **Introdução à linguística textual**: trajetória e grandes temas. 2. ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

, Wolfgang. **Gestalt psychology**. Nova York: Liveright, 1929.

LACERDA, Marina Basso. **O novo conservadorismo brasileiro**: de Reagan a Bolsonaro. Porto Alegre: Zouk, 2019. ISBN: 978-85-8049-079-4.

LAKOFF, G. **Women, fire and dangerous things**: what categories reveal about the mind. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metáforas da vida cotidiana**. Campinas: Mercado das Letras, 2002 [1980].

LAKOFF, George. **The political mind**: why you can't understand 21st-century politics with an 18th-century brain. Penguin books: New York, 2008.

LANGACKER, Ronald W. Cognitive Grammar. *In*: GEERAERTS, D.; CUYCKENS, H. (org.). **The Oxford handbook of cognitive linguistics**. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 421-462.

LAVAL, Christian. Bolsonaro e o momento hiperautoritário do neoliberalismo. **Blog da Boitempo**, São Paulo, 29 out. 2018. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2018/10/29/o-momento-hiperautoritario-do-neoliberalismo/> Acesso em: 9 jun. 2022.

LEMONS, Carlos E. C.; ASSIS, Guido C. A pandemia da Covid-19, a exposição das desigualdades e o discurso da necropolítica neoliberal. **Revista Ensaios de Geografia**, Niterói, v. 5, n. 9, p. 34-39, maio 2020.

LIMA, Elizabeth C. A; LIMA, Isabelly C. C. Conservadorismo, neoconservadorismo e bolsonarização. **REVISTA DEBATES**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 173-199, jan./abr. 2020.

MAEDA, Patrícia. COVID-19 e a doutrina do choque: a distopia brasileira. **Democracia e mundo do trabalho em debate**, [s. l.], 23 jun. 2020. Destaque. Opinião. Disponível em: <https://www.dmttemdebate.com.br/covid-19-e-a-doutrina-do-choque-a-distopia-brasileira/>. Acesso em: 27 set. 2023.

MAGELA, Geraldo. Congresso mais conservador; renovação será pequena. **DIAP**, [s. l.], 9 fev. 2018. Disponível em: <https://www.diap.org.br/index.php/noticias/agencia-diap/88266-diap-congresso-sera-mais-conservador-e-renovacao-pequena> Acesso em: 6 abr. 2022.

- MAITINO, Martin Egon. Populismo e Bolsonarismo. **Cadernos CEMARX**, Campinas, n.13, p. 1-20. 2020.
- MARCUSCHI, L. A. A construção do mobiliário do mundo e da mente: linguagem, cultura e cognição. *In*: MARCUSCHI, L. A. **Cognição, Linguagem e práticas interacionais**. Rio de Janeiro: Lucena, 2007b. p. 124-145.
- MARCUSCHI, L. A. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. **Revista Letras**, Curitiba, n. 56, p. 217-258, jul./dez. 2001a.
- MARCUSCHI, L. A. Atos de referenciação na interação face a face. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 41, p. 37-54, jul./dez. 2001b.
- MARCUSCHI, L. A. **Cognição, linguagem e práticas interacionais**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007a.
- MARCUSCHI, L. A. Do código para a cognição: o processo referencial como atividade criativa. **Revista Veredas**, Juiz de Fora, v. 6, n. 1, p. 43-62, 2002.
- MARCUSCHI, L. A. Gêneros Textuais: configuração, dinamicidade e circulação. *In*: KARWOSKI, A. M.; GAYDECZKA, B.; SIEBENEICHER, K. B. (org.). **Gêneros Textuais: reflexões e ensino**. Palmas e União da Vitória: Kaygangue, 2005, p. 17-33.
- MARCUSCHI, L. A. Oralidade e escrita. *Signótica*, Goiânia, v. 9, n. 1, p. 119-145, jan./dez. 1997. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/sig/article/view/7396> Acesso em: 19 mar. 2023.
- MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. Parábola Editorial, 2008.
- MARCUSCHI, L. A. Referenciação e progressão tópica: aspectos cognitivos e textuais. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 48, n. 1, p. 7-22, 2006.
- MARTINS, Erik F. M. A incorporação da pandemia na retórica da Igreja Universal do Reino de Deus. **Calidoscópico**, São Leopoldo, RS, v. 19, n. 1, p. 32-46. 2021.
- MARTINS, Erik F. M. **O percurso sócio-cognitivo das recategorizações metafóricas: Construção de sentidos na retórica neopentecostal**. 2011. 215 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2011.
- MARTINS, Erik F. M. **Frames neoliberais na retórica neopentecostal: aspectos referenciais e sociocognitivos**. 2015. 233 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2015.
- MARTINS, Erik F. M.; SOUZA, Marcela C. Metáfora, contexto e incorporação na retórica neopentecostal. **Revista da Anpoll**, Florianópolis, v. 1, n. 51, p. 21-31, 2020.
- MARTINS, Erik F. M.; SOUZA, Marcela C. Metáforas multimodais na retórica neopentecostal. **Revista Entrepalavras**, Fortaleza, v. 12, n. 3, p. 266-286, 2023.
- MASSARANI, Luisa; WALTZ, Igor; LEAL, Tatiane. COVID-19 in Brazil: an analysis about the consumption of information on social networks. **Journal of Science Communication**. v.19. n. 7, p. 1-21, 2020.
- MATTOS, Alessandro Nicoli. **O livro urgente da política brasileira: um guia para entender a política e o Estado no Brasil**. Edição da Amazon Kindle Direct Publishing. 2020.

- MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & ensaios**, [s. l.], v. 2, n. 32, p. 122-151, 2016.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. Tradução de Renata Santini, São Paulo: n-1 edições, 2018. Versão *kindle*.
- MCGRAIL, Daniel J.; *et al.* Enacting national social distancing policies corresponds with dramatic reduction in COVID19 infection rates. **Plos one**, [s. l.], v. 15, n. 7, 2020. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7392246/>. Acesso em: 27 set. 2023.
- MCMULLEN, Jane. **Coronavírus**: 5 dias que determinaram o destino da pandemia de covid-19. BBC News Brasil, [s. l.], 31 jan. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-55834366>. Acesso em: 27 set. 2023.
- MIGUEL, L. F. A reemergência da direita brasileira. In: SOLANO, E. (org.). **O ódio como política**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- MILLER, C. R. Genre as Social Action. **Quarterly Journal of Speech**, v. 70, p. 151-167, 1984.
- MILLER, C. R. Rhetorical Community: The Cultural Basis of Genre. In: FREEDMAN, A.; MEDWAY, P. (org.) **Genre and the new rhetoric**. London: Taylor & Francis, 1994. p. 67-78.
- MINSKY, Marvin. A *framework* for representing knowledge. In: WINSTON, P. (org.) **The Psychology of Computer Vision** (Reprinted). New York: McGraw-Hill, 1975. p. 211-272.
- MIRANDA, Neusa Salim. O caráter partilhado da construção da significação. **Veredas**, revista de estudos linguísticos, Juiz de Fora, v. 5, n. 1. p. 57-81, 2001.
- MIRANDA, Neusa Salim; BERNARDO, Flávia Cristina. *Frames*, discursos e valores. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 55, n. 1. p. 81-97, 2013.
- MOLL, Roberto. Diferenças entre neoliberalismo e neoconservadorismo: duas faces da mesma moeda? **Sem diplomacia**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-4, dez. 2015.
- MONARI, Ana Carolina; SANTOS, Allan; SACRAMENTO, Igor. COVID-19 and (hydroxy)chloroquine: a dispute over scientific truth during Bolsonaro's weekly *Facebook live* streams. **Journal of Science Communication**, [s. l.], v. 19, n. 7, 2020.
- MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, M. M. *et al.* (org.) **Coleção clássicos da linguística**: Referenciação. São Paulo: Contexto, 2003. p. 17-52.
- MORATO, Edwiges M. A noção de *frame* no contexto neurolinguístico: o que ela é capaz de explicar? **Cadernos de Letras da UFF**, Rio de Janeiro, Dossiê: Letras e cognição, n. 41, p. 93-113, 2010.
- MORATO, Edwiges M. Linguística Textual e Cognição. In: SOUZA, E. R.; PENHAVEL, E.; CINTRA, M. R. (org.). **Linguística Textual**: Interfaces e delimitações. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2017. v. 1. p. 394-430.
- MORATO, Edwiges M. O Interacionismo no campo linguístico. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. **Introdução à Linguística**: fundamentos epistemológicos. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2004, p. 311-351.
- MORATO, Edwiges M.; BENTES, Anna. C. *Frames* em jogo na construção discursiva e interativa da referência. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 55, n. 1, p. 125-137, 2013.

- MORATO, Edwiges M; KOCH, Ingedore V. Linguagem e cognição: os (des)encontros entre a Linguística e as ciências cognitivas. **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 3, n. 44, p. 85-92, jan./jun. 2003.
- MOURA, Heronides. **O vírus bandido: linguagem e política na pandemia**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2023.
- MUDDE, Cas. The Populist Zeitgeist. **Government and Opposition**, [s. l.], v. 39, n. 4, p. 541-563, 2004. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/government-and-opposition/article/populist-zeitgeist/2CD34F8B25C4FFF4F322316833DB94B7>. Acesso em: 14 dez. 2021.
- MUNIZ, Bianca; FONSECA, Bruno. Farmácias venderam mais de 52 milhões de comprimidos do “kit covid” na pandemia. **El país**, [s. l.], 21 abr. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-04-21/farmacias-venderam-mais-de-52-milhoes-de-comprimidos-do-kit-covid-na-pandemia.html>. Acesso em: 28 set. 2023.
- MURTA, Felipe *et al.* Eleições e mídias sociais: Interação e participação no *Facebook* durante a campanha para a Câmara dos Deputados em 2014. **COMPOLÍTICA**. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 47-72, 2017. Disponível em: <http://compolitica.org/revista/index.php/revista/article/view/111>. Acesso em: 6 abr. 2022.
- NEIBURG, Federico; THOMAZ, Omar Ribeiro. Ethnographic views of Brazil’s (new) authoritarian turn. **HAU: Journal of Ethnographic Theory**, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 7-11, 2020. Disponível em: <https://www.haujournal.org/index.php/hau/article/view/1406>. Acesso em: 14 dez. 2021.
- OLIVEIRA, Cida de. Violações de Bolsonaro em meio à covid-19 são denunciadas na OEA. **Rede Brasil Atual**, São Paulo, 5 maio 2020. Cidadania. Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/violacoes-bolsonaro-covid-19-oea/>. Acesso em: 27 set. 2023.
- PALMEIRA, Moacir. Eleição municipal, política e cidadania. *In*: PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, César (org.) **Política no Brasil: visões de antropólogos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política. UFRJ, 2004. p. 137-150.
- PARINTINS-LIMA, R. J.; MORATO, E. M. Racismo e violência verbal: a construção textual e sociocognitiva da #SomosTodosMacacos. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 28, n. 4, p. 1637-2020, 2021.
- PARINTINS-LIMA, Rafahel J. **A construção textual e sociocognitiva do racismo nos (des)alinhamentos à hashtag #SomosTodosMacacos**. Tese (doutorado em Linguística) – Instituto de Estudo da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.
- PETCHESKY, Rosalind Pollack. Antiabortion, Antifeminism, and the Rise of the New Right. **Feminism Studies**, New York, v. 7, n. 2, p. 206-246, 1981.
- PETRUCK, M. **Frame semantics**. Berkeley: University of California, 1996.
- PINA-CABRAL, João. When ethics runs counter to morals. **HAU: Journal of Ethnographic Theory**, v. 10, n. 1, p. 50-53, 2020. Disponível em: <https://www.haujournal.org/index.php/hau/article/view/1411>. Acesso em: 14 dez. 2021.
- PINHEIRO-MACHADO, R. **Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e as possíveis rotas de fuga para a crise atual**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

- PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SCALCO, Lucia Mury. Da esperança ao ódio: Juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsonarismo. **Cadernos IHU ideias**, v. 16, n. 278, p. 3-20, 2018.
- POZZEBOM, Elina Rodrigues. Aprovado pelo Congresso, auxílio emergencial deu dignidade a cidadãos durante a pandemia. **Senado Notícias**, Brasília, 30 dez. 2020.
- ROCHA, Camila. Passando o bastão: a nova geração de liberais brasileiros. **Open Edition Journals**. Pensar las derechas en América latina, siglo XX Session 5 - Economía y política pública de las derechas. 2017.
- ROCHA, Jean Michel Pimentel; CURTI-CONTESSOTO, Beatriz. Coronavírus é como: relações de sentido a partir de metáforas por símile. **Calidoscópico**, São Leopoldo, RS, v. 19, n. 1, p. 131-142. 2021.
- ROCHA, João Cezar de Castro. **Guerra cultural e retórica do ódio**: crônicas de um Brasil pós-político. Goiânia: Caminhos, 2021. Versão *kindle*.
- RODRIGUES, Fernanda C.; SANTOS, Julio A. B.; CARREON, Renata de O. Tratamento precoce. **Informa SUS: UFScar**. 21 jun. 2021. Enciclopédia discursiva, público-alvo: geral. <https://informasus.ufscar.br/tratamento-precoce/>. Acesso em: 28 set. 2023.
- ROSÁRIO, Luana P. D. do. A necropolítica genocida de Bolsonaro em tempos de pandemia e o projeto ultra-neoliberal. **Revista interdisciplinar em Cultura e Sociedade**, São Luís, v. 6, n. 2, p. 1-28, jul./dez. 2020.
- RUMELHART, D. E. Notes on a schema for stories. In: BOBROW, D. G.; COLLINS, A. M. (org.). **Representation and understanding**. New York: Academic Press, 1975. p. 211-236.
- SALOMÃO, Maria Margarida Martins. Gramática e interação: o enquadre programático da hipótese sociocognitiva sobre a linguagem. **Veredas: revista de estudos linguísticos**, Juiz de Fora, v. 1, n. 1, p. 23-39, 1997.
- SALOMÃO, Maria Margarida Martins. Luiz Antônio Marcuschi e a imortalidade do diálogo. **Revista Investigações**, Recife, v. 30, n. 2, p. 1-9, jul./dez. 2017.
- SALOMÃO, Maria Margarida Martins. Razão, realismo e verdade: o que nos ensina: o estudo sociocognitivo da referência. **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 44, p. 71-84, jan./jun. 2003.
- SCHANK, R. C.; ABELSON, R. Scripts, **Plans, Goals, and Understanding**. Hillsdale, NJ: Erlbaum Assoc., 1977.
- SCHEEFER, Fernando. Esquerda e direita: velhos e novos temas. In: 38º Encontro Anual da Anpocs. 2014, Minas Gerais. **Anais [...]**. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/papers-38-encontro/gt-1/gt27-1/9084-esquerda-e-direita-velhos-e-novos-temas/file>. Acesso em: 02 ago. 2022.
- SEIXAS, Rogério L. da R. Da biopolítica a necropolítica e a racionalidade neoliberal no contexto do COVID-19. **Voluntas: revista internacional de filosofia**, Santa Maria, v. 11, n. 50, p. 1-11, 2020.
- SERRA, Bruna. Jair Bolsonaro é o deputado federal mais votado do Rio de Janeiro. **Uol**. Congresso em Foco, São Paulo, 6 out. 2014. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/jair-bolsonaro-e-o-deputado-federal-mais-votado-do-rio-de-janeiro/> Acesso em: 6 abr. 2022.

SILVA, Juremir Machado da. **Raízes do conservadorismo brasileiro: a abolição na imprensa no imaginário social**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

SINGER, André. **A reativação da direita no Brasil**. Scielo Preprints. 2021. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/1664/version/1767>. Acesso em: 14 dez. 2021.

SINGER, André. Novas expressões do conservadorismo brasileiro. [Entrevista concedida a] Luís Brasilino. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, 2 out. 2012.

SOARES, Marcelo. Radiografia das 'lives' e discursos de Bolsonaro mostra escalada de autoritarismo e desinformação. **EL PAÍS**, Madrid, 25 jul. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-07-25/radiografia-das-lives-e-discursos-de-bolsonaro-mostra-escalada-de-autoritarismo-e-desinformacao.html> Acesso em: 07 abr. 2022.

SOLANO, Esther. Crise da democracia e extremismos de direita. **Friedrich Eberto Stiftung Brasil**. Análise. n. 42. maio 2018.

STF. Ministro intima Pazzuelo a atualizar informações sobre plano nacional de vacinação contra Covid-19. **STF**, Brasília, 18 jan. 2021. <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=458804&ori=1>. Acesso em: 27 set. 2023.

STF. Plenário decide que vacinação compulsória contra Covid-19 é constitucional. **STF**, Brasília, 17 dez. 2020a. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=457462&ori=1>. Acesso em: 27 set. 2023.

STF. STF reconhece competência concorrente de estados, DF, municípios e União no combate à Covid-19. **STF**, Brasília, 15 maio 2020b. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=441447&ori=1>. Acesso em: 27 set. 2023.

TANNEN, Deborah. *Frames and schemas in interaction*. **Quaderni di semantica**. v. 6, n. 2, p. 326-335, dez. 1985.

TANNEN, Deborah. What's in a *frame*? Surface evidence for underlying expectations. In: FREEDLE, Roy (ed.) **New Directions in Discourse Processing**. Norwood, Nj: Ablex. 1979. p. 137-181.

TANNEN, Deborah; WALLAT, Cynthia. Interactive *frames* and knowledge schemas in interaction: examples from a medical examination/interview. **Social Psychology Quarterly**, v. 50, n. 2, Special Issue: Language and Social Interaction, p. 205-216, jun. 1987.

TOMASELLO, Michael. **A natural history of human morality**. The cultural origins of human cognition. London: Harvard University Press, 2016.

TOMASELLO, Michael. **Becoming human: A theory of ontogeny**. Nova York: The Belknap Press of Harvard University Press, 2019.

TOMASELLO, Michael. **The cultural origins of human cognition**. London: Harvard University Press, 1999.

UOL CONFERE (UOL). Na fase mais letal da covid, Bolsonaro repetia desinformação em lives. **Uol Notícias**. São Paulo, 1 jul. 2021. Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/confere/ultimas-noticias/2021/07/01/live-bolsonaro-desinformacao-3-meses.htm>. Acesso em: 25 maio 2023.

VALVERDE, Clara. “El neoliberalismo aplica la necropolítica, deja morir a las personas que no son rentables”. Entrevistadora: Siscu Baiges. [S. l.]: OelDiário.es, 23 fev. 2016.

VALVERDE, Clara. **De la necropolítica neoliberal a la empatía radical**: violencia discreta, cuerpos excluidos y repolitización. Barcelona: Icaria editorial, 2015.

VAN DIJK, Teun A. **Cognição, discurso e interação**. São Paulo: Contexto, 1989.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e contexto**: uma abordagem sociocognitiva. Tradução: Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2012.

VEREZA, Solange. “Metáfora é que nem...”: cognição e discurso na metáfora situada. **Signo**, Santa Cruz do Sul, v. 38, n. 65, p. 2-21, 2013. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/signo/article/view/4543>. Acesso em: 21 maio 2023.

VEREZA, Solange. A metáfora na linha de frente: mapeamentos de guerra na conceptualização da pandemia de covid-19. **Estudos linguísticos e literários**, Salvador, n. 69 (especial), p. 52-89, 2020.

VITULLO, Gabriel; SCAVO, Davide. O liberalismo e a definição bobbiana de democracia: elementos para uma análise crítica. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 89-105, 2014.

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. **Information disorder**: toward an interdisciplinary framework for research and policymaking. Strasbourg, France: Council of Europe, 2017. Disponível em: <https://rm.coe.int/information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-researc/168076277c>. Acesso em: 25 maio 2023.

WEBER, Maria Helena. A perversa narrativa presidencial e a comunicação pública. *In*: SAMPAIO, Rafael; SARMENTO, Rayza; CHAGAS, Viktor (org.). **Comunicação e política no contexto da pandemia**: breves reflexões. Curitiba: Compólitica, Carvalho Comunicação, 2021. p. 31-39.

WILDER-SMITH, A; FREEDMAN, D. O. Isolation, quarantine, social distancing and community containment: pivotal role for old-style public health measures in the novel coronavirus (2019-nCoV) outbreak. **J Travel Med**, v. 27, n. 2, p. 1-20, mar. 2020.

WILSON, Victoria. Motivações pragmáticas. *In*: MARTELOTTA, M. E. (org.). **Manual de Linguística**. São Paulo: Contexto, 2017. p. 87-110.

WINNING hearts and likes: social media will play a big part in this year’s campaign. **The Economist**, mar. 2014. The Americas. Brazil’s presidential election. Disponível em: <https://www.economist.com/the-americas/2014/03/13/winning-hearts-and-likes>. Acesso em: 06 abr. 2022.

ZAKARIA, Fared. The rise of illiberal democracy. **Foreign Affairs**, v. 76, n. 6, p. 22-43, nov./dez. 1997.

## ANEXOS

## Normas de transcrição do projeto NURC

Ocorrência	Sinais	Exemplificação
Incompreensão de palavras ou segmentos	()	do nível de renda... () nível de renda nominal...
Hipótese do que se ouviu	(hipótese)	(estou) meio preocupado (com o gravador)
Truncamento (havendo homografia, usa-se acento indicativo de tônica e/ou timbre)	/	e comé/e reinicia
Entonação enfática	Maiúsculas	porque as pessoas retêm moeda
Prolongamento da vogal e consoante (como s, r)	:: podendo aumentar para ::: ou mais	ao emprestarem os... é:::... o dinheiro
Silabação	-	por motivo de tran-sa-ção
Interrogação	?	e o Banco... Central.... certo?
Qualquer pausa	...	são três motivos... ou três razões que fazem com eu se retenha moeda... existe uma retenção
Comentários descritivos do transcritor	((minúsculas))	((tossiu))
Comentários que quebram a sequência temática da exposição; desvio temático	-- --	... a demanda de moeda -- vamos dar essa notação -- demanda de moeda por motivo
Superposição, simultaneidade de vozes	{ ligando as [linhas	A. na {casa da sua irmã B. {sexta-feira? A. fizeram {lá B. {cozinham lá
Indicação de que a fala foi tomada ou interrompida em determinado ponto Não no seu início, por exemplo	(...)	(...) nós vimos que existem
Citações literais ou leituras de textos, durante a gravação	“ ”	Pedro Lima... ah escreve na ocasião... “O cinema falado em língua estrangeira não precisa de nenhuma baRREIra entre nós”.

Fonte: Koch (2018, p. 105).